



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**ENTRE PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES: O CENTRO
ESTUDANTAL CAMPINENSE COMO ESPAÇO DE FORMAÇÃO
(1948-1964)**

AJANAYR MICHELLY SOBRAL SANTANA

CAMPINA GRANDE

2015

**ENTRE PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES: O CENTRO ESTUDANTAL
CAMPINENSE COMO ESPAÇO DE FORMAÇÃO (1948-1964)**

AJANAYR MICHELLY SOBRAL SANTANA

**Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em História da Universidade Federal
de Campina Grande, na linha de Pesquisa
Cultura e Identidades, como requisito final para
a obtenção do título de Mestre em História.**

ORIENTADOR

IRANILSON BURITI DE OLIVEIRA

CO-ORIENTADORA

KYARA MARIA DE ALMEIDA VIEIRA

CAMPINA GRANDE

2015

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFG

S232e Santana, Ajanayr Michelly Sobral.
Entre práticas e representações: o Centro Estudantal
Campinense como espaço de formação (1948-1964) / Ajanayr
Michelly Sobral Santana. – Campina Grande, 2015.
180 f. : il.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de
Campina Grande, Centro de Humanidades, 2015.

"Orientação: Prof. Dr. Iranilson Burity de Oliveira, Kyara
Maria de Almeida Vieira (Co-orientador)".
Referências.

1. História. 2. Memória. 3. Centro Estudantal Campinense.
I. Oliveira, Iranilson Burity de. II. Vieira, Kyara Maria de
Almeida. III. Título.

CDU 930(813.3)(043)

AJANAYR MICHELLY SOBRAL SANTANA

O CENTRO ESTUDANTAL CAMPINENSE: ESPAÇO DE PRÁTICAS
POLÍTICAS E DE MEMÓRIAS (1950-1962)

Dissertação Avaliada em 06/05/2015.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Iranilson Buriti de Oliveira (UFCG)
Orientador

Kyara Maria de Almeida Vieira
Prof. Dra. Kyara Maria de Almeida Vieira (UFCG)
Co-Orientadora

Eronildes Câmara de Araújo
Prof. Dra. Eronildes Câmara de Araújo (UFCG)
Examinador Interno

Paulo Giovanni Antonino Nunes
Prof. Dr. Paulo Giovanni Antonino Nunes (UFPB)
Examinador Externo

Prof. Dr. José Luciano de Queiroz Aires (UFCG)
Suplente Interno

Prof. Dr. Faustino Teatino Cavalcante Neto (UFCG)
Suplente Externo

Este trabalho é dedicado a minha mãe, Maria do Carmo Sobral da Silva, pelo exemplo de mulher guerreira, corajosa e valente. E pela paciência, companheirismo, dedicação, amor e confiança ao longo da minha vida.

AGRADECIMENTOS

A minha família pela paciência nas minhas ausências ao longo desse percurso: irmãos, Arthur e Arlan, e sobrinhas Vitória e Amanda, e especialmente a minha mãe, que sempre torceu imensamente por mim.

As minhas peludas, Capitu, Antonieta, Flor e Berta, por estarem comigo, noite e dia, dormindo, ronronando e miando, tornando a escrita mais leve.

A minha co-orientadora Kyara Maria de Almeida Vieira, pela orientação dedicada, pelo incentivo em momentos em que o caminho parecia sem rumo e pela disponibilidade sempre que precisei.

Ao meu orientador Iranilson Buriti pela disponibilidade e incentivo.

Aos professores, Paulo Giovani Antonino Nunes e Eronildes Câmara de Araújo, por aceitaram participar da banca e pelas contribuições neste trabalho, que me fizeram avançar nesta pesquisa e em pesquisas futuras.

Aos meus professores e professoras do mestrado: Alarcon Agra do Ó, Gervácio Aranha, Juciene Ricarte e Antônio Clarindo Souza.

A Felipe, secretário do mestrado, pela ajuda e disponibilidade.

Aos meus amigos e amigas do mestrado pela ótima convivência nesses dois anos de estudo: Aline, Karilene, Janaína, Alan Kardec, Anne Gama, Silvana, Pedro Nicácio, Ciro Linhares, Max, Leonardo, Yara Michelle, Claudieli.

E aos demais amigos e amigas que me arrancaram de casa sempre nas horas de angústia, solidão e “sufoco”: Mayara, Lívia, Ediclésia, Poliana, Aninha Alfrida, Heloísa, Laura e Claudio, Xenia Maia, Erika, Ramon, Ramon Xavier, Jéssica.

E um agradecimento muito especial aos ex-centristas Auxiliadora Bezerra Borba, Valda Freire, Josué Sylvestre, José Lucas Filha, Agnelo Amorim, José Morais Lucas e a ex-estudante Léa Amorim, que me concederam as entrevistas, pela disponibilidade e atenção com a pesquisa ao abrirem a porta das suas casas para mim, e me contaram suas histórias estudantis.

RESUMO

O objetivo desta dissertação é o de analisarmos as práticas e as representações centristas, estudantes secundaristas, que atuaram no Centro Estudantil Campinense, entendendo esta entidade estudantil como espaço de memórias e de discursos que os/as entrevistados/as o legitimaram como lugar de discussão políticas e literárias e de manifestações e debates acerca do movimento de estudantes campinenses. Para tanto, analisamos as atividades dos/as centristas na cidade de Campina Grande/PB, entre os anos de 1948 a 1964, apropriadas como lugares para o desenvolvimento de suas práticas: eleições, enfrentamentos com políticos e setores privados, apoios à estudantes e também a políticos, lutas e debates. Problematizamos a memória constituída pelos/ as entrevistados/as ao tentarem marcar as suas atuações e contribuições neste espaço, onde foi construído possibilidades de ascensão na política partidária local, transformando o espaço do CEC em uma entidade de formação de centristas que desenvolveu lutas políticas e poder de influência junto aos estudantes e a sociedade campinense. Analisamos também sobre a participação feminina nesta entidade estudantil, e os questionamentos das estudantes que escolheram atuar junto com os outros centristas. Para tanto, apropriamos de concepções teóricas e metodológicas da História Oral, através de entrevistas dos/as ex-centristas, de pesquisas bibliográficas, iconográficas, jornalísticas e escritas de si.

Palavras-chave: Centro Estudantil Campinense; História; Memória.

RESUMÉ

Le but de ce travail est d'analyser les représentations et les pratiques de centriste, élèves du secondaire, qui a agi dans le Estudantal Campinense Center, la compréhension de ce corps étudiant comme un espace pour les mémoires et les discours que interviews du légitimées en tant que lieu de discussion politique et littéraire et des démonstrations et des débats sur la motion campinenses étudiants. Par conséquent, nous avanos analysé les activités de centriste dans la ville de Campina Grande/PB, entre les années 1948-1964, comme des lieux appropriés pour le développement de leurs pratiques : les élections, les confrontations avec les politiciens et le secteur privé, soutient les étudiants et aussi les politiques, les luttes et les débats. Il se interroge sur la mémoire formé par les contributions à cet espace, qui a été construire possibilités d'ascension dans la politique des partis locaux, transformant l'espace de la CCE dans un organisme de formation centriste qui a développé des luttes politiques et le pouvoiu d'influence avec les étudiant et la société Campinense. Nous attendons également sur la participation des femmes dans cette organization étudiant, et le questionnement des élèves qui ont choisi d'agir de concert avec l'autre centriste. Par conséquent, nous nous approprions aproches thériques et méthodologiques de l'hitorie orale, à travers des entretiens avec les souvenirs de l'ex-centriste, recherches documentaires, icnográficas, journalistique et se écrit.

Mots-clés : Estudantal Centre Campinense ; Histoire, Mémoire.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AESP – Associação dos Estudantes Secundaristas da Paraíba

CEC – Centro Estudantal Campinense

CEC – CE – Centro Estudantal Cearense

CAD – Colégio Alfredo Dantas

CNL – Coligação Nacionalista Libertadora

DAMAS – Colégio Imaculada Conceição

GLMA – Grêmio Literário Machado de Assis

IPM – Inquérito Policial Militar

JEC – Juventude Estudantil Católica

MNB – Movimento Nacionalista Brasileiro

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PL – Partido Liberal

PSD – Partido Social Democrata

PSP – Partido Socialista Brasileiro

PR – Partido Republicano

PRP – Partido de Representação Popular

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

UBES – União Brasileira de Estudantes Secundaristas

UDN – União Democrática Nacional

UNE – União Nacional dos Estudantes

LISTA DE IMAGENS

Capítulo 1:

Imagem 1: Carteirinha de Estudante -----	29
Imagem 2 : Carteirinhas de Estudantes -----	30
Imagem 3: Manifesto Programa -----	48
Imagem 4: Cerimônia de posse dos/as centristas-----	52
Imagem 5: Diploma Eleitoral: -----	53
Imagem 6: Jornal de Campina (1953) -----	67

Capítulo 2:

Imagem 7: Viagens e Congressos de Centristas -----	89
Imagem 8: Congresso da AESP em Souza/PB e Guarabira/PB (1961)-----	90
Imagem 9: Greve dos Estudantes -----	95
Imagem 10: Jornal Formação -----	99
Imagem 11: Assinatura para a construção da Casa do Estudante-----	104
Imagem 12: Desfile do dia 7 de setembro pelos estudantes -----	119
Imagem 13: Campanha Eleitoral: Josué Sylvestre e José Joffily -----	120
Imagem 14: Campanha Eleitoral: Genero Souto-----	121

Capítulo 3:

Imagem 15: Meninas uniformizadas do Colégio das Damas -----	146
Imagem 16: Rainha dos Estudantes -----	148
Imagem 17: Campanha Eleitoral Estudantil -----	157

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: OS INTINERÁRIOS DA PESQUISA NAS TRILHAS DA HISTÓRIA	12
CAPÍTULO 1: A JUVENTUDE CENTRISTA EM MOVIMENTO	26
1.1 O CENTRO ESTUDANTAL CAMPINENSE: PRÁTICAS OLÍTICAS E CULTURAIS.....	26
1.2 OS CENTRISTAS E AS RELAÇÕES DE PODER: CAMINHADAS PELA CIDADE	39
1.3 OS CENTRISTAS E SUAS PRÁTICAS DE APROXIMAÇÃO, DE REINVINDICAÇÃO E DE ENFRENTAMENTOS.....	54
CAPÍTULO 2 – O CENTRO ESTUDANTAL CAMPINENSE COMO ESPAÇO DE LEGITIMAÇÃO DE LIDERANÇAS MASCULINAS.....	72
2.1 AS PRÁTICAS DE LEITURAS, DE ESCRITAS E POLÍTICAS ESTUDANTIS	72
2.2 HOMENS: OS GRANDES “LÍDERES”?.....	91
2.3 O CENTRO ESTUDANTAL CAMPINENSE E A CIRCULAÇÃO DAS IDEIAS NACIONALISTAS	108
2.4 O CENTRO ESTUDANTAL CAMPINENSE E AS REPRESENTAÇÕES DO COMUNISMO	126
CAPÍTULO 3 – A ATUAÇÃO FEMININA NO CENTRO ESTUDANTAL CAMPINENSE.....	140
3.1 OS ESPAÇOS PRATICADOS PELAS ESTUDANTES.....	142
3.2 “NÓS ÉRAMOS O QUADRO, ELAS ERAM A MOLDURA”: OS DISCURSOS MASCULINOS SOBRE A PARTICIPAÇÃO FEMININA	151
3.3 “PORQUE EU ACHEI QUE ERA UMA AFIRMAÇÃO PESSOAL”: A MILITÂNCIA FEMININA NO CENTRO ESTUDANTAL CAMPINENSE	156
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....	175
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	180

INTRODUÇÃO

OS INTINERÁRIOS DA PESQUISA NAS TRILHAS DA HISTÓRIA

O interesse em estudar o Centro Estudantil Campinense – CEC – surgiu diante do conjunto de vozes que narravam esta entidade estudantil nos jornais campinenses entre os anos de 1950-1962, e pelo desejo de continuar a percorrer os itinerários da nossa pesquisa desenvolvida na monografia de graduação, quando trabalhamos com as escritas femininas em jornais de Campina Grande/PB¹. Dando continuidade a pesquisa, encontramos várias matérias de jornais, relacionadas à atuação política de estudantes campinense, cujo perfil era de um estudante secundarista².

Nesse sentido, nosso trabalho é inovador e pioneiro na Linha de Pesquisa II Cultura e Identidade do PPGH-UFCG, tanto pelas discussões sobre o movimento estudantil secundarista, quanto ao enfoque dado à pesquisa, em que discutiremos as práticas e representações de estudantes campinenses, de estrato social e econômico elevado da sociedade campinense, e levantaremos questões relacionadas à temática sobre masculinidade e relações de gênero.

Resolvemos, então, primeiramente, procurar trabalhos sobre o movimento estudantil secundarista na cidade, antes do golpe civil-militar de 1964³, que é o recorte dessa narrativa. Em seguida centramos em torno de dois questionamentos sobre o tema para iniciarmos a pesquisa: a) quem foram os/as estudantes protagonistas nas várias matérias dos jornais pesquisados? b) qual representatividade dessa entidade na cidade, aos quais estes/as estudantes estiveram vinculados?

Visto que nas primeiras pesquisas apenas os jornais nos davam informações sobre esse tema, decidimos buscar outros discursos sobre o movimento político liderado

¹ Apresentamos, inicialmente, o projeto junto ao PPGH-UFCG: “A participação feminina no movimento estudantil liderado pelo Centro Estudantil Campinense”. Nas busca em jornais sobre a presença feminina, nos deparamos com a escassez das fontes. Com isso, direcionamos nosso olhar para as representações desta entidade estudantil.

² Sobre o movimento estudantil secundarista, a autoria Maria Paulo Araújo (2007), o caracteriza o movimento estudantil, entre os anos 1945 e 1964, como de ampla participação dos/as estudantes, em debates dos grandes temas nacionais. Para tanto, “o movimento estudantil brasileiro se consolidou como um movimento organizado, com grande capacidade de mobilização de massa e com uma direção política crítica e contestadora em relação ao Estado”. Os/as estudantes participaram ativamente de diversos momentos no cenário político nacional: “na campanha “o Petróleo é Nosso”, na luta pela reforma universitária, na campanha pelas reformas de base”. Assim, os/as estudantes construíram “forças, identidades e tendências democráticas que criaram raízes e consistência política na sociedade brasileira” (ARAÚJO, 2007, p. 61-62).

³ Encontramos apenas uma dissertação que discuti o Centro Estudantil Campinense: NASCIMENTO, Gilmar dos Santos. **A Geração Engajada**: busca de espaços na velha estrutura de poder (um estudo sobre o Centro Estudantil Campinense) 1955-1960. Dissertação de Mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia Rural– Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 1990.

pelo CEC. Desta forma, partindo da ideia que o CEC foi construído e narrado por pessoas, no caso, estudantes, e de que precisávamos encontrar outros “rastros” dos que atuaram nesta entidade, decidimos também analisar os discursos dos sujeitos que construíram e ocuparam o Centro Estudantal Campinense e se constituíram, a partir da pesquisa com a História Oral.

No primeiro momento, pretendíamos analisar o CEC desde a sua fundação em 1935 até o ano de 1964⁴. Dada ao limite da pesquisa, esse recorte seria muito amplo e, também, nessa temporalidade estão inseridos em momentos históricos diferentes, em que os brasileiros vivenciaram diversas experiências. Portanto, não conseguiríamos mapear, em um trabalho de mestrado, os vários momentos de grupos de centristas que atuaram no espaço do CEC.

Centrista era/é o terno usado para se referir a todos/as aqueles/as estudantes que ingressaram no Centro Estudantal Campinense, como representantes, diretores e/ou presidentes. A identidade como centrista serviu como nexos para caracterizar todo/a aquele/a estudante escolhido/a nas eleições para militar nas manifestações e/ou atividades proporcionadas pelo CEC.

Delimitamos como recorte temporal os anos que vão de 1948 a 1964⁵ e elegemos como objetivo geral da dissertação, investigar o Centro Estudantal Campinense enquanto espaço de práticas e representações dos/as centristas. Para tanto, pontuaremos três objetivos específicos: analisar as trajetórias políticas dos centristas através das apropriações, enfrentamentos e intervenções no espaço do CEC e na cidade e as narrativas sobre seus interesses e suas posições como estudantes na política

⁴ As falas dos entrevistados/as (BORBA; SYLVESTRE; AGNELO AMORIM; FREYRE, LUCAS; LUCAS FILHO), marcaram o ano de encerramento das atividades do CEC em 1964, por intervenção de militares que determinaram seu fechamento com cassação de mandatos, limitação de direitos, prisões e interrogatórios de líderes estudantis e invasão da sede do Centro Estudantal Campinense, levando todos os arquivos. Contudo, pesquisas recentes mostram que os dados são inconclusos com relação à data de encerramento das atividades do CEC. Encontramos fontes (Diário da Borborema, 25/03/66, p. 8) que narram sobre a atuação do CEC no período pós Golpe Civil-militar de 1964, que funcionará na luta contra a repressão até o seu fechamento em 1969, embora que sob a intervenção do Regime Militar no movimento estudantil secundarista em Campina Grande, principalmente com relação às eleições estudantis para a escolha dos representantes do CEC nas escolas. E o jornal *Formação* de 1967, em que comprovamos, através desse jornal, que o CEC não encerrou suas atividades em 1964 (Agradecemos o acesso a esta fonte ao professor Paulo Giovani Antonino Nunes (UFPB). Ver, também: SILVA, Rosicleide Henrique da. **O movimento estudantil em Campina Grande/PB: entre sonhos, frustrações e lutas (década de 1960)**. Dissertação de Mestrado. (Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande). Campina Grande, 2014.

⁵ Este recorte justifica-se tanto pelas fontes pesquisadas, quanto pela maior atuação dos/as centristas neste período. Em algumas discussões recuaremos esse recorte com o intuito de entendermos como se organizaram os/as centristas nos primeiros anos de fundação e funcionamento do Centro Estudantal Campinense.

campinense e as influências que disseram ter como centristas; discutir os discursos que narraram as imagens dos centristas, articulados com atividades vinculadas ao espaço do CEC; problematizar a participação e atuação feminina no movimento político do CEC.

Desta forma, utilizaremos como arcabouço documental, as memórias e as narrativas jornalísticas, iconográficas, as escritas de si e as bibliográficas para analisarmos os discursos sobre a formação dos centristas através de suas atuações no espaço do Centro Estudantil Campinense, inserido na Linha de Pesquisa Cultura e Identidade. Para tanto, analisaremos como os/as estudantes campinenses se agruparam para formar⁶ uma identidade forte e participativa enquanto centristas, se tornando um prisma para encandear protestos, ações e manifestações de lutas em torno do nome desta entidade estudantil.

Na intriga⁷ que construímos para essa história pensaremos acerca das condições de possibilidade que levaram os/as centristas a produzirem suas narrativas sobre a atuação no CEC. Isto resultará do entrecruzamento das memórias dos/as entrevistados/as com outros diferentes campos discursivos – jornais, fotografias, cartas – que narram à atuação dos/as centristas e as instituem como sujeitos participantes no movimento político: os jornais, elaborados pelos estudantes que se envolveram com discursões referentes à política, cidade e cultura; fotografias sobre vivências dos/as estudantes; cartas escritas pelos/as ex-centristas.

As abordagens desses documentos foram possíveis a partir da Nova História Cultural, com os avanços nas análises de fontes e metodologias, que eram até então pouco visitadas ou revisitadas por historiadores/as, passassem a ganhar visibilidade nas pesquisas históricas. Novas temáticas e documentação, tais como as policiais, os processos-crimes, as literárias, as crônicas, as memórias, as correspondências, as jornalísticas e os materiais iconográficos, vem sendo utilizado de maneira inovadora. Segundo Sônia Maria de Freitas (2006, p. 42-43) “a ‘Nova História’ foi um importante movimento que contribuiu para as mudanças dos procedimentos na pesquisa, no uso das fontes para se reconstruir a História”.

⁶ De acordo com Mische (1997, p. 140), “os anos formativos dos jovens não são limitados à família e às universidades, mas acontecem em contextos sociais, culturais e políticos mais diversos, englobando um campo maior de possíveis (e às vezes contraditórios) projetos pessoais e coletivos”.

⁷ Para Regina Guimarães Neto (2012, p. 31), “(...) há intriga todas as vezes que a história reúne fragmentos e dá sentido à diversidade, porque intriga (como atividade literária) cria efeito de coesão e torna possível o relato histórico, em que circunstâncias, objetivos, fins e acasos das ações de homens e mulheres adquirem novos significados”.

As entrevistas⁸ nos possibilitaram pôr em evidência as memórias dos entrevistados/as, a partir do movimento da palavra, de pessoas que narraram suas histórias de vida e de luta, elegendo os acontecimentos marcantes e singulares que, embora individuais, afirmaram os valores socialmente e politicamente compartilhados.

No total, foram realizadas sete entrevistas autorizadas pelos/as entrevistados/as: uma com uma ex-estudante que não participou como representante do CEC, Léa Amorim; e as outras seis com ex-centristas que participaram do movimento político liderado pelo CEC. São eles e elas⁹: Agnelo Amorim; José Morais Lucas; José Lucas Filho; Josué Sylvestre; Maria Auxiliadora Bezerra Borba; Valda Freire.

A partir da entrevista temática, elaboramos questões para que os/as entrevistados/as contassem brevemente as suas versões sobre a história do Centro Estudantil Campinense e falassem sobre as suas memórias acerca das experiências individuais e em grupo, de suas participações e ações na política desenvolvidas pelo CEC. Seguir esse tipo de trajetória nos permitiu ir “direto” nas questões que nos foram relevantes na pesquisa. Para Verena Alberti (2004), diferente de uma entrevista de uma história de vida, a entrevista temática é menos extensa e nos permite disponibilizar de um tempo mais curto e de “cortar” falas antes mesmo da transcrição.

Mas, além dessas questões, foram elaboradas perguntas específicas para as entrevistadas e os entrevistados, com relação à participação feminina, buscando entender melhor a militância de mulheres no CEC. Assim, perguntas iniciais se mesclaram com outras que se fizeram necessárias no decorrer dessas entrevistas.

Desta forma, após aceitarem participar como “testemunhas” dessa história, os/as entrevistados/as construíram memórias que consideraram como necessárias à sobrevivência de um movimento político liderado pelo CEC. Para tanto, as memórias estão presas a convenções e ao próprio grupo que as produz, como afirma Albuquerque Júnior (2007, p. 204):

A memória coletiva não é apenas um somatório das memórias individuais, mas, ao contrário, é um campo discursivo e de força em que essas memórias individuais se configuram. São os outros

⁸ Nas fontes orais utilizaremos as citações diretas das transcrições dos/das entrevistados/as. E nas fontes impressas (jornais, revistas, cartas), iremos transcrevê-las tal qual como foram escritas na época de sua publicação. Observamos que parece ser uma prática comum entre os jornais pesquisados que circularam na cidade de Campina Grande, entre os anos de 1950-1962, aparecer os nomes de pessoas e entidades com letras maiúsculas no decorrer do texto, no sentido, a nosso ver, de enfatizar qual o sujeito/objeto da reportagem e evidenciar alguns nomes de “importância” para quem escreveu. O nome da entidade do Centro Estudantil Campinense aparecerá com frequência, nas reportagens e artigos, seja nos jornais de estudantes e/ou em outros que circularam na cidade, em letras maiúsculas.

⁹ Traremos informações sobre os/as entrevistados/as no decorrer dos capítulos.

indivíduos que nos ajudam a fixar o conteúdo e a forma de nossas recordações, que acreditam nelas e nos responsabilizam por minúcias que não nos recordávamos.

A memória, considerada lembrança e esquecimento, estaria ancorada no presente, que pode responder às necessidades e intenções atuais, que filtram e selecionam suas falas na medida em que as pessoas e grupos mudam. Se, como diz Kofes e Piscitelli (1997, p. 347), “nas memórias, as lembranças pessoais são reconstruídas a partir de um presente que é social”, uma vez que “as lembranças pessoais estão situadas na encruzilhada de redes de solidariedade múltiplas com os quais os indivíduos estão comprometidos”. Quem narra suas lembranças recria um passado comunicado nas experiências do presente. Nós, historiadores, articulamos esse passado, como afirma Walter Benjamin (apud GAGNEBIN, 2009, p.40):

Nós não o descrevemos, como se pode tentar descrever um objeto físico (...) articular historicamente o passado não significa conhecê-lo tal como ele propriamente foi. Significa apoderar-se de uma lembrança tal como ela cintila num instante de perigo.

Ao trabalharmos com as memórias, compreendemos que havíamos recolhido um conjunto de depoimentos que se aproximaram de histórias de vida em comum, de um grupo de centristas que vivenciaram as mesmas experiências no espaço do CEC.

Para tanto, este trabalho investiga a teia discursiva que produz uma memória “memorável”, fruto de experiências que consideram significativas no presente, sem “rastros” de arrependimento ou revolta, aquilo que é possível ser narrado, torna as memórias dos/as ex-centristas emblemáticas, porque esta os/as uni, os/as distanciam e os/as emocionam:

A rememoração também significa uma atenção precisa ao presente, em particular a estas estranhas ressurgências do passado no presente, pois não se trata somente de não esquecer do passado, mas também de agir sobre o presente. A fidelidade ao passado não sendo fim em si, visa à transformação do presente (GAGNEBIN, 2009, p. 55).

A tarefa do/a historiador/a não é mais esse “resgate” da memória, do “salvar” o desaparecido, o passado; não estamos mais inseridos, como afirma Gagnebin (2009), numa “tradição de memória viva”. Os significados das memórias que compõem a criação de um espaço de práticas e representações para o CEC, romper com as repetições e estilhaçar as lembranças que naturalizam a atuação dos/as centristas,

trabalhamos com outras formas de lembranças, por vezes, duvidosas: não saber, saber mas não querer saber, não lembrar, se apoiar em lembranças de outros (Gagnebin, 2009).

Com relação aos jornais, os estudantes foram responsáveis pela organização de diversos periódicos que circularam na cidade entre os anos de 1936-1964: *O Colegial* (1935-40); *A voz da Mocidade* (1936); *Tribuna do Estudante* (1951); *Jornal do Estudante* (1953); *Formação* (1936-1967). Produzidos com recursos dos próprios estudantes, esses jornais foram apropriados como instrumento discursivo e os elegeram – além do rádio, caminhonetes e dos discursos em praça pública –, como veículo privilegiado de divulgação e transmissão de seus discursos sobre aquilo que os/as interessavam e os/as dividiam.

Além dos jornais organizados pelos centristas e estudantes, foram pesquisados outros que circularam na cidade entre os anos de 1950-62¹⁰: *Jornal de Campina*; *Gazeta Campinense*; *Evolução*; *O Momento*¹¹.

Os jornais nem sempre motivaram o interesse de historiadores nas pesquisas historiográficas, pois durante muito tempo, foram considerados como registros fragmentados do presente, sobre interesses e compromissos, não merecendo a “confiança” de historiadores/as. Desta forma, o historiador precisa inquirir algumas informações importantes quando utilizam a fonte impressa em pesquisas, tais como afirma Luca (2005, p. 116): “publicação, tiragem, área de difusão, relações com instituições políticas, grupos econômicos e financeiros”, que norteiam a produção jornalística.

Capelato (1988) vê a imprensa como “um instrumento de manipulação de interesses e intervenção na vida social”. Por isso o/a historiador/a deve pesquisar os jornais como agentes da história, capturando “o movimento vivo das ideias e personagens que circulam pelas (suas) páginas”. Para tanto, a imprensa em vez de espelhar a realidade, “passou a ser concebida como espaço de representação do real, ou

¹⁰ De acordo com Gaudêncio (2012, p. 183), a produção de jornais em Campina Grande na década de 1940 não foi significativa, devido ao período da II Guerra Mundial; o jornalismo campinense somente voltará funcionar com publicações mais ativas no início da década de 1950, quando “houve a volta do crescimento e da circulação dos materiais impressos”. E continua que, “com a experiência da inovação tecnológica e da melhor qualidade da produção textual, com o modelo norte-americano de jornalismo chegando ao Brasil”. Disto, o jornalismo no Brasil e em Campina Grande, ganhará novo aspecto na tiragem e nas formas de divulgação das matérias com “ilustração diversificada, como charges, caricaturas, aumento das tiragens, melhor qualidade dos papéis, baixo culto do impresso”.

¹¹ Traremos informações sobre esses jornais no decorrer dos capítulos.

melhor, de momentos particulares da realidade. Sua existência é fruto de determinadas práticas sócias de uma época” (CAPELATO, 1988, p.22-26).

Assim, esses jornais se constituíram em um lugar de sociabilidade, divulgação de interesses, transmissão de ideias e aspirações para os estudantes. Através desses jornais, analisaremos as notícias que fizeram manchete, as imagens que enriqueceram as suas páginas e com as notícias que acompanharam as atuações e as práticas dos/as centristas e estudantes.

Discutiremos a utilização dos jornais pelos intelectuais, estudantes e jornalistas¹², como veículo privilegiado para expôs suas ideias. Sendo detentores de uma educação e de uma intelectualidade que os diferenciavam, “têm o saber que lhe dá a leitura de um certo número de livros, dos quais as outras pessoas não dispõem diretamente” (FOUCAULT, 2010, p.87), dotados de um poder-saber, é nas escritas que eles/elas faziam circular suas ideias, direcionadas ao seu público-alvo: os/as estudantes, os poderes públicos e as empresas.

Além dos jornais, utilizaremos como fonte as fotografias, guardadas pelos/as entrevistados/as como igualmente importantes na construção de suas representações para o CEC. Abordaremos o conceito de representação, de acordo com Chartier (1990, 20-21), que concede a representação como “dando a ver uma coisa ausente, o que supõe uma distinção radical entre aquilo que representa e aquilo que é representado; por outro, a representação como exibição de uma presença como representação pública de algo ou alguém”.

Desta foram, na pesquisa esse conceito nos será relevante na medida em que as representações incluem práticas e significações, através de um ausente substituído por uma imagem, por meio dos quais são posicionados pelos interesses do grupo que as forjam¹³.

Assim como os relatos orais, as imagens são instrumentos de interesse relacionadas com as histórias que nos foram narradas, pois, para o Alberto Manguel (2001), as imagens são também narrativas que dão-se a ver e a ler. Para tanto, os estudos de historiadores/as com as imagens não são recentes, mas durante muito tempo

¹² Essas três denominações, por vezes se mesclam, por vezes se afastam. Muitos estudantes eram tidos e se denominavam como intelectuais, e muitos atuaram/escreveram em outros jornais, não somente os jornais que editaram, sendo, inclusive, jornalistas profissionais.

¹³ De acordo com Motta (2012, p. 21), a definição de cultura política estar influenciada por conceitos, dentre os quais o de práticas e representações políticas. Para tanto, o conceito de representação se configuraria com um “conjunto que inclui ideologias, linguagem, memória, imaginário e iconografia, e mobiliza, portanto, mitos, símbolos, discursos, vocabulários e uma rica cultura visual (cartas, emblemas, caricaturas, cinema, fotografia, bandeiras, etc.)”.

aqueles/as que as utilizaram tendiam a “trata-las como meras ilustrações, reproduzindo-as nos livros sem comentários” (BURKE, 2004, p. 224-25). O Peter Burke, lança algumas questões quanto à utilização de imagens na produção historiográfica, pois, para este autor, deve-se perceber:

O contexto geral, cultural e político, bem como as circunstâncias exatas nas quais a imagem foi encomendada e também seu contexto material, em outras palavras, o lugar físico onde se pretendia originalmente exibi-las (BURKE, 2004, p. 225).

A partir dos anos 1980, há uma publicação de trabalhos que contemplam essa especificidade. Sejam elas pinturas, desenhos, fotografias, gravuras, o/a historiador/a passa a se debruçar em uma infinidade de imagens, que se tornam fontes de pesquisa. De acordo Boris Kossoy (2001, p. 50):

O testemunho que é o registro fotográfico do dado exterior é obtido/elaborado segundo a mediação criativa do fotógrafo. É por isso que o testemunho e a criação são os componentes de um binômio indivisível que caracteriza os conteúdos das imagens fotográficas. Qualquer que seja o assunto registrado na fotografia, esta também documentará a visão de mundo do fotógrafo. A fotografia é, pois, um duplo testemunho: por aquilo que ela nos mostra da cena passada, irreversível, ali congelada fragmentariamente, e por aquilo que nos informa acerca de seu autor.

É preciso indagar sobre as intencionalidades do momento dado na imagem fotográfica. Não se trata, porém, de considerar as fotografias como “testemunhas do real” ou “reviver o passado”, pois, “há uma descontinuidade, entre nosso presente e nosso passado, que é impossível ser superada” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 238). Essas fontes nos possibilitam narrativas sobre os usos e discursos representados tanto nas imagens fotográficas, quanto nas páginas de jornal, não as tomando como imparcial, mas compostas por significados para o grupo e ou pessoas que nos possibilitaram o seu acesso.

Assim como as fotografias, as correspondências são a constituição de uma memória do grupo de centristas que passam a compor, juntamente com as entrevistas, significados relacionados à suas próprias vidas, que de forma alguma precisam ter qualquer característica excepcional para serem lembradas, bastando apenas, na visão deles/as, marcar suas passagens pelo CEC. Para a nossa pesquisa, as correspondências se constituem como memória de si e do grupo, dedicadas, a sua maior parte, em lembrar

as atuações e os nomes de centristas, trazendo a importância de lembrar, através da carta, o que a memória traz de sentimento para aqueles/as que escrevem e leem. Para Castro Gomes (2004, p. 11), esses objetos de memória dão “destaque à guarda de registro que materializam a história do indivíduo e dos grupos a que pertence”. Afirma a autora que isso se dá:

Porque a escrita de si assume a subjetividade de seu autor como dimensão integrante de sua linguagem, construindo sobre ela a sua “verdade”. Ou seja, toda essa documentação de “produção do eu” é entendida como marcada pela busca de um “efeito de verdade” (GOMES, 2004, p. 14).

Apesar de ter conhecimento e visibilidade nas academias, para Gomes (2004), ainda são poucas as pesquisas na área de história que se utilizam das escritas de si, como: cartas, diários íntimos e memórias escritas. No trabalho historiográfico não se deve buscar essas “verdades” do registro das escritas de si como fonte, o que interessa aos historiadores/as é a importância assumida pelas cartas: as suas condições de escrita, onde foram encontradas, guardadas quem as escreveu e quais os/as destinatários. E no nosso caso, também questionar por que nos foram “doadas” de tão boa vontade.

Não podemos esquecer que, além desses cuidados metodológicos e cada uma das fontes supracitadas, nós enveredamos pela análise do discurso. Para Foucault (2008; 1979), o discurso é uma rede de signos que se conectam a outras tantas redes de outros discursos. O discurso deixa de ser a representação de sentido pelo que se debate ou se luta e passa a ser, ele mesmo, objeto de desejo pelo que se busca, dando-lhe assim, o seu poder intrínseco de reprodução e dominação. Para tanto, do que o discurso é produzido, por quem é produzido? “(...) o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 2008, p. 10).

Ainda segundo Foucault (2008; 1979), o discurso é o resultado de diversos sistemas de controle de palavras, resultantes de diversas práticas restritivas, tanto daquelas que limitam o que pode ser dito, quanto daqueles mecanismos que delimitam os horizontes da produção e recepção do sentido.

Desta forma, pensaremos as memórias, as narrativas de jornais, as fotografias e cartas como discursos a partir das experiências dos/as estudantes, que serão trazidos para esta narrativa.

Para tanto, a Nova História Cultural permitiu, também, a abordagem de conceitos, cujas contribuições proporcionaram uma ampliação na utilização desses objetos de pesquisa. Desta forma, pensaremos os discursos dos/as entrevistados/as sobre “união” e “pertencimento” a partir do intermédio de um grupo restrito que criou para os que dele participaram relações de afetividade, sentimento e paixões de um lado e razão do outro (BRESCIANI, 2002). Esses laços de pertencimento se constroem e se desfazem, envoltos em discursos de “autopromoção” e construção de suas imagens de liderança através da política desenvolvida pelo CEC. Disto a Nova História Política nos permitirá desenvolver essas questões, a partir da noção de cultura política:

É no início dos anos 1990 que a noção de cultura política aparece pela primeira vez na historiografia francesa. Seu surgimento se inscreve na vasta corrente de renovação dos objetos e métodos da história política promovida na França a partir dos anos 1960 por René Rémond e seus discípulos (...) Os historiadores entendem por cultura política um grupo de representações, portadores de normas e valores, que constituem a identidade da nação reducionista de partido político. Pode-se concebê-la como uma visão global do mundo e de sua evolução, do lugar que aí ocupa o homem e, também, da própria natureza dos problemas relativos ao poder, visão que é partilhada por um grupo importante da sociedade num dado país e num dado momento de sua história (BERSTEIN, 2009, p. 29-31).

A Nova História Política permitiu trazer para a análise, as ações de homens e mulheres no campo político. Quer se trate da filiação de uma associação ou a um partido político, de uma ação militante ou do voto, são ações e relações dos indivíduos, ao longo de suas formações intelectuais, de suas experiências na vida política, nas suas ideologias políticas e nos seus comportamentos individuais e coletivos¹⁴, existente entre a cultura política que desperta o interesse dos/as historiadores/as pelas análises do político (BERSTEIN, 2009).

O termo *classe estudantil* foi utilizado pelos/as centristas para assim se autoneomarem, seja no passado, através da imprensa, ou no presente, através das entrevistas, como sendo todo/a aquele/a estudante que tivesse uma efetiva participação no Centro Estudantil Campinense. Ao usarem esse termo, falaram de si enquanto *classe* de estudantes que atuaram coletivamente como um grupo social, com lutas políticas em

¹⁴ De acordo com Berstein (2009, p. 43) a cultura política é um fenômeno coletivo, “ela diz respeito, simultaneamente, a todos os grupos que comungam de seus postulados, grades de leituras, interpretações e proposições, que utilizam os mesmos discursos, se colocam através dos mesmos símbolos, participam dos mesmos ritos”.

busca de projetos e ideias em comum, construindo, desta forma, uma identidade para si e para os outros/as e uma história de estudantes com rosto, nome e voz¹⁵.

Desta forma, analisaremos como o movimento estudantil político liderado pelo CEC foi apropriado por estudantes com ideias e posicionamentos políticos diferentes e quais foram os discursos dos/as centristas que possibilitaram lhes atribuir uma identidade como *classe estudantil*. Para tanto, construíram, também, uma identidade do espaço do Centro Estudantal Campinense, onde assumiram posições com as quais se identificaram.

Nesse sentido, entendemos identidade, ou identificação, como um “processo pelo qual nos identificamos com os outros, seja na ausência de uma consciência da diferença ou da separação, seja como resultado de supostas similaridades” (WOODWARD apud VIERIA, 2002, p. 21). As identidades que os/as centristas tomaram para si, como classe estudantil, também estão envolvidas no processo de significação das suas práticas discursivas e não discursivas, produzidas a partir do espaço do Centro Estudantal Campinense. Ou como nos diria Hall (2000, p. 112), as identidades “são as posições que o sujeito é obrigado a assumir, embora “sabendo”, sempre, que elas são representações, que a representação é sempre construída ao lado de um “falta”, a partir do lugar do Outro e que, assim, elas não podem, nunca, ser ajustadas aos processos de sujeito que são nelas investidos”.

Outro conceito que nos apropriaremos é o conceito de espaço. Não apenas para pensarmos o CEC, mas também os lugares ocupados pelos/as seus integrantes. Discutindo as concepções de espaço, Albuquerque Júnior (2008, p. 72-73), nos apresenta uma nova forma de perceber o espaço na historiografia, onde o espaço deixa de ser “localização e extensão” e passa a ser um lugar de pertencimento e acontecimento da vida social. Para ele “o espaço posicional é aquele que implica uma preparação para o ataque ou para a defesa, espaço de luta, espaço que emerge da luta, que é riscado, esquadrinhado, demarcado, sulcado pelas contendas de todos os tipos que atravessam o social”. Se antes o espaço era secundarista, passa agora a impulsionar novos rumos na historiografia:

¹⁵Contudo, enquanto indivíduos ou categorias de estudantes, os/as centristas não podem ser lidos a partir desse conceito, pois para a História Social, Classe estaria ligada ao movimento operário, ao camponês dentre outros movimentos sociais (THOMPSON, 1987). Desta forma, de acordo Walter Benjamin (1994, p. 223-224), a luta de classe, para os adeptos de Marx, seria uma luta pelas coisas brutas e materiais: “elas se manifestam nessa luta sob a forma da confiança, da coragem, do humor, da astúcia, da firmeza...”. São, dessa forma, nomeados de combatentes que não se deixam oprimir, e lhes atribuem o desejo de vencedor.

Não podemos pensar os espaços separados de suas dimensões políticas e culturais, como também de suas dimensões imaginárias e simbólicas, como também de suas dimensões naturais, econômicas e sensíveis (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2008, p. 104).

O espaço é produzido através dos sentidos diversos que foram dados a ele, construídos através de nomes, textos, discursos, de “formas de ver e de fazer” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2008, p. 108). Formam espaços desejados, sonhados, disputados, tensionados e ao qual não se pode voltar: “o ato de lembrar é, sobretudo, o trabalho de localizar lembranças no tempo e no espaço” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 203).

Para Michel de Certeau (2007) o espaço realiza-se enquanto um lugar vivenciado, praticado, na medida em que os indivíduos exercem sobre ele movimentos e usos. Também, o lugar está ligado ao relato, constituídos por fragmentos diversos, como as lembranças, que são unidas como uma “colagem” no intuito de produzir experiências em um determinado local. Afirma Certeau (2007, p. 201-202) que:

O espaço estaria para o lugar como a palavra quando falada, isto é, quando é percebida na ambiguidade de uma efetuação, mudada em um termo que depende de múltiplas convenções, colocada como o ato de um presente (ou de um tempo), e modificado pelas transformações devidas a proximidades sucessivas.

Essas análises de espaço como um lugar praticado, nos ajudarão a pensar o Centro Estudantil Campinense como espaço de apropriação pelos/as centristas, que o transforma como lugar de aproximações, de convivências, de conflitos, de tensões, de enfrentamentos e, principalmente, de hierarquias, definidos pelas relações de forças que ali se estabeleceram. Para Albuquerque Júnior (2008, p. 73):

Falar de espaços como posição é falar de forças, porque são elas que sustentam e dão consistência a uma dada posição espacial. Falar de forças é fala de poder, de relações de poder, que colocam de pé uma dada posição de espaços, uma da distribuição, uma dada relação entre espacialidades que ganham forma nestas relações.

Desta forma, pensar nas relações de poder dentro do CEC, é pensar nas diferentes “vozes” que construíram esse espaço. Para tanto, analisaremos as apropriações do CEC pelos homens, através de práticas associadas ao masculino, que se

constituíram, para os centristas, na forma de assumir o controle do espaço do CEC. Suas práticas políticas vão ser relacionadas ao espaço público, assumindo identidades ligadas aos códigos da masculinidade.

Para Vieira (2006, p. 145) os códigos de masculinidade estão relacionados “(..) a ação, o fazer, o realizar, o desempenhar, que colocam os homens continuamente diante da questão do uso e da legitimidade de seus comportamentos”, afim de evitar a pergunta o que é “ser homem”.

Desta forma, pensaremos sobre as relações que os centristas estabelecem com as práticas associadas ao masculino e como esses códigos foram subjetivados no exercício de suas identidades e de significados relacionados ao “ser homem”. De acordo com Albuquerque Júnior (2010, p. 22), essas identidades relacionadas a partir dos códigos de masculinidades:

Compõe-se de uma série de traços, atualiza uma série de enunciados e imagens, remete para valores que fragmentariamente circulam em nossa sociedade e são elementos de nossas práticas e formas culturais, dando origem a ações e formas de pensamento que continuam sendo constitutivas da produção de subjetividades, da produção das identidades de sujeitos.

Portanto, nossos entrevistados tentam ocupar posições que correspondem aos códigos de masculinidade, interligando suas ações e manifestações estudantis na produção de significados que os qualifiquem com o lugar do masculino, relacionando-os ao controle e ao poder. Desta forma, pensar sobre a masculinidade é pensar sobre o homem de “verdade”, chamado de “machão”¹⁶, caracterizado pelo seu papel social, por ser viril, conquistador, ter sucesso e prestígio social (VIEIRA, 2006, p.137), como sujeito que tem que ser ativo, forte, racional e objetivo (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2010, p. 22-23).

Com relação às pesquisas sobre a participação feminina no espaço do Centro Estudantal Campinense, analisaremos a partir das abordagens sobre as pesquisas que contemplam os estudos referentes a histórias das mulheres e de gênero, com temas

¹⁶ Sobre a discussão de macho, ver: ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *Maquina de fazer machos: gênero e práticas culturais, desafio para o encontro das diferenças*. IN: MACHADO, Charliton J. dos Santos; SANTIAGO, Idalina Maria F. L.; NUNES, Maria Lúcia da Silva (orgs.). **Gênero e práticas culturais: desafios históricos e saberes interdisciplinares**. Campina Grande: EDUEPB, 2010. ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **Nordestino: invenção do “falo”**. Uma História do Gênero masculino (1920-1940). São Paulo: Intermeios, 2013.

como: a participação feminina no espaço público; educação; e papéis desempenhados pelo feminino e o masculino. Para tanto, um avanço e grande propulsor na abordagem sobre o tema do feminino ocorreu com o movimento feminista e o movimento da contra cultura, que suscitaram pesquisas e abriram espaços nas academias, possibilitando novos trabalhos historiográficos:

Joan Scott enfatiza a importância das contribuições recíprocas entre a história das mulheres e o movimento feminista. Os historiadores sociais supuseram as mulheres como uma categoria homogênea; eram pessoas biologicamente femininas que se moviam em contextos e papéis diferentes, mas cuja essência, enquanto mulher, não se alterava. Essa leitura contribuiu para o discurso da identidade coletiva que favoreceu o movimento das mulheres na década de 1970. Firmou-se o antagonismo homem *versus* mulher que favoreceu uma mobilização política importante e disseminada (SOIHET, 1997, p. 277).

Estes estudos sobre história das mulheres foram possíveis diante da visibilidade dada às mulheres, mediante sua conquista de novos espaços: mercado de trabalho, universidades, luta pela igualdade de direitos e liberdade, conquista do espaço público. A influência mais marcante foi à transformação no campo político na sociedade, que movimentou estudos sobre lutas e práticas cotidianas da mulher. Sobre isso, Matos (2000, p.11), afirma que: “a expansão dos estudos sobre a mulher vinculou-se a uma redefinição do político, frente ao deslocamento do campo do poder das instituições públicas e do Estado para a esfera do privado e do cotidiano”.

Para tanto, ao analisarmos a ação política coletiva de estudantes, estamos levando em consideração a atuação de um conjunto selecionado de mulheres que assumiram bandeiras de intervenção no espaço do CEC, buscando avançar para além da esfera privada, ao defender direitos junto com outros centristas e estudantes.

Na década de 1950, não presenciamos um movimento feminista¹⁷ atuante em Campina Grande, se considerarmos o Feminismo como aquele que “choca”, “agride” e “transgredi”, que vai as ruas reivindicar direitos e igualdades para o feminino. O movimento feminista possui diversas “caras”, muda cotidianamente, dependendo do

¹⁷ Como a maioria das cidades brasileiras, Campina Grande presenciou um movimento feminista mais atuante a partir da década de 1960. Para tanto, o movimento feminista vai se inserir num movimento mais amplo de mulheres, na necessidade de criar políticas, novas condutas e práticas em torno de questões mais amplas, que é a própria emergência de uma história para as mulheres. “O movimento se distingui, também, por defender os interesses de gênero das mulheres, por questionar os sistemas culturais e políticos construídos a partir dos papéis de gênero historicamente atribuídos às mulheres, pela definição da sua autonomia em relação a outros movimentos organizações e ao estado, e pelo princípio organizativo da horizontalidade, isto é, da não existência de esferas de decisões hierarquizadas” (COSTA, 2007, p 54).

espaço/tempo a “cada enfrentamento, a cada conquista, a cada nova demanda, em uma dinâmica impossível de ser acompanhada por quem não vivenciou suas entranhas” (COSTA, 2007, p.52).

A partir das considerações teóricas e metodológicas, a dissertação estará dividida em três capítulos.

No primeiro Capítulo: “**A Juventude centrista em movimento**”, o objetivo é analisar o espaço de atuação dos centristas, entendendo o CEC como um lugar que se produz efeito e acontecimento, criado através de memórias, práticas e de discursos que o legitimaram como espaço privilegiado para discussões, manifestações e debates políticos acerca do movimento de estudantes campinenses. Para tanto, analisamos a partir de alguns pontos principais: quais os discursos e as imagens que os/as entrevistados/as produziram na construção do espaço do CEC; quem pronunciava tais discursos; quais os sujeitos que atuaram neste espaço; quais os meios que utilizaram para legitimar seus saberes-poderes; e como estes discursos possibilitaram sua representatividade diante dos estudantes campinenses.

No segundo capítulo, “**O Centro Estudantal Campinense como espaço de legitimação de lideranças masculinas**”, o objetivo é analisar os discursos entre os centristas, homens, que se articulam enquanto sujeitos dessa construção do espaço do CEC e atuações na cidade. Para tanto, analisaremos esses discursos através das seguintes questões: como constroem suas trajetórias e atuações no movimento político; quais imagens e discursos produziram sobre o passado e qual sua relação com suas vidas no presente; quais foram as atividades e atuações que permitiram a construção de si como “líderes estudantis”; como operacionalizaram algumas correntes políticas e ideológicas em suas narrativas sobre si.

No terceiro capítulo, “**A atuação feminina no Centro Estudantal Campinense**”, o objetivo é o problematizar as várias experiências e apropriações das mulheres no espaço do Centro Estudantal Campinense, discutindo como foram as suas participações através dos questionamentos e das astúcias a partir das memórias das entrevistadas. Para tanto, analisaremos como elas se integraram as lutas e as manifestações junto aos centristas; as discussões que envolveram o feminino nos jornais campinenses, através das escritas femininas; e os discursos dos homens, sobre o ingresso das mulheres nessa entidade estudantil.

CAPÍTULO 1:

A JUVENTUDE CENTRISTA EM MOVIMENTO

Neste capítulo discutiremos acerca da atuação dos centristas no espaço do Centro Estudantal Campinense e na cidade de Campina Grande/PB, entre os anos de 1950 a 1962, a partir das memórias dos/as entrevistados/as, das narrativas dos jornais e das imagens, que narraram suas atividades, onde apropriando-se desses lugares para o desenvolvimento de suas ações: eleições, enfrentamentos, apoios a estudantes e a políticos, lutas políticas, debates sociais.

Assim, analisaremos as práticas discursivas e não discursivas relacionadas aos comícios, passeatas, debates públicos, greves, manifestações de enfrentamentos e compromissos políticos, a fim de discutir os jogos políticos no posicionamento dos estudantes com relação às estratégias de apropriação da cidade, como espaço de enunciação, pertencimento e convencimento dos estudantes em suas atuações no movimento estudantil campinense e nacional, a partir das seguintes questões: quais as práticas políticas e culturas foram representadas pelos/as centristas; quais as relações de poder exerceram os/as centristas nos espaços da cidade; e quais foram as práticas de reivindicação, aproximação e enfrentamento dos/as centristas com o poder público/privado local.

1.1. O CENTRO ESTUDANTAL CAMPINENSE: PRÁTICAS POLÍTICAS E CULTURAIS

O Centro Estudantal Campinense - CEC - foi fundado em seis de outubro de 1935, através das ideias trazidas por uma turma de alunos/as concluintes do Colégio Alfredo Dantas que, em visita à cidade de Fortaleza/CE no mesmo ano, em uma missão de cultura e cordialidade¹⁸, conheceram uma entidade estudantil, o Centro Estudantal

¹⁸ Foi prática comum, na década de 1930, em alguns colégios privados da cidade, a turma de concluintes “sair” para comemorar em outra cidade, “rapazes e moças, e isso aí deu muito casamento, nessas viagens, e esse pessoal foi para o Ceará”, nesse ano de 1935 (SYLVESTRE, dep. [dez. 2013]).

Cearense¹⁹ - CEC/CE-, que incentivou estudantes campinenses a fundarem na cidade de Campina Grande/PB uma organização estudantil politizada inspirada nas ideias dessa entidade.

Durante os anos de funcionamento, o CEC possuiu várias sedes, em prédios do centro da cidade de Campina Grande: Venâncio Neiva, Cardoso Vieira, Vidal de Negreiros, Maciel Pinheiro. Essa mobilização foi explicada por Josué Sylvestre (dep. [dez. 2013]) pela dificuldade de pagar o aluguel e de encontrar um espaço que comportasse os estudantes em reuniões promovidas pelo CEC.

Questionado na entrevista do por que Estudantal e não estudantil, Josué Sylvestre²⁰ relatou-nos a seguinte frase: “toda censura é burra”. Quer dizer, quando o Centro foi fundado, “o país estava na ditadura de Getúlio Vargas” e, quem integrava o movimento Estudantil eram aqueles considerados de “esquerda radical contra o governo”, e numa forma de burlar essa denominação, as organizações estudantis não podiam colocar Estudantil, “se não, não registraria”, mas, “se colocar Estudantal, não tem nada” (SYLVESTRE, depoimento [Nov. 2013]).

Desta forma, o CEC foi criado semelhante à organização interna do CEC/CE²¹, com a implantação de estatutos, que foram regidos até a década de 1950, ficando assim constituída: “a) congregar a classe (estudantil) a fim de que haja entre seus elementos a maior solidariedade; b) proteger os estudantes pobres que fizeram parte do Centro; c) resolver questões da classe e defender seus direitos; d) combater o analfabetismo; e)

¹⁹ O Centro Estudantal Cearense foi fundado em 11 de agosto de 1931, na cidade de Fortaleza/CE, que integrou tanto estudantes secundaristas quanto universitários. Foi inspirada em outra entidade, a Casa do Estudante do Brasil, fundada em 13 de agosto de 1929, no Rio de Janeiro. Em pesquisas sobre CEC/CE, foram levantadas questões sobre a colaboração político-partidária centrista, em que elegeram vários vereadores e deputados, membros da entidade, na década de 1930. Como uma entidade estudantil, recebeu auxílio junto com outras instituições no Estado do Ceará do Governo Federal. Também construída a Casa do Estudante Pobre, fundada pelo CEC/CE em 1933 (<http://www.uece.br/mahis/dmdocuments/capituloaltemar.pdf>) (acessado em 03/08/2014).

²⁰ Josué Sylvestre, como estudante e militante, foi presidente do CEC entre os anos de 1960-62. Participou de congressos da UBES (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas), chegando quase à diretoria; levou o CEC para as reuniões da AESP (Associações dos Estudantes Secundários da Paraíba), sendo o Centro a única entidade municipal; inaugurou a Casa do Estudante Félix Araújo em 1962. Sua atuação no movimento estudantil foi até o ano de 1963 quando, vice-diretor da UBES, seu mandato foi caçado no Conselho Nacional dos Estudantes por ausência de atividades na diretoria. Considerando como graves seus pensamentos e sua atuação na vida pública como estudante, Josué Sylvestre se “livrou de punições do movimento de março de 1964” (SYLVESTRE, 2013, p. 74-75). Hoje historiador e escritor escreveu/escreve obras sobre a política partidária campinense e seus políticos. Obras citadas na referência bibliográfica.

²¹ Os estatutos do Centro Estudantal Cearense eram: “congregar todos os estudantes, trabalhando pelo seu aperfeiçoamento moral, eugênico e intelectual; auxiliar os estudantes reconhecidamente necessitados; pleitear abatimentos; trabalhar pela difusão centrista no sentido de unificar sob sua bandeira todos os estudantes do Brasil” (<http://www.uece.br/mahis/dmdocuments/capituloaltemar.pdf>) (acessado em 03/08/2014).

desenvolver a cultura física dos associados; f) prestar ajuda moral e material às associações congêneres que visem à proteção da juventude a critério da Diretoria” (NASCIMENTO, 1990, p. 130; *Jornal FORMAÇÃO*²², 1952).

Analisando os estatutos e a composição da Diretoria, vê-se que, primeiramente, o CEC foi criado e dirigido por estudantes que possuíam relativo nível de letramento e condições econômicas e sociais. Os centristas foram estudantes de escolas privadas da cidade. Na década de 1950, muitos estudantes de outras cidades que vinham concluir seus estudos nesta cidade, receberam auxílio para estudar nessas escolas particulares, através de bolsas de estudo, pagas pela Prefeitura de Campina Grande/PB, a partir da nova Constituição para a Educação de 1945, que tinha, dentre as propostas:

(...) facilitar a expansão do ensino privado, principalmente para os níveis secundários e superiores, ao oferece-lhes subsídios na forma de bolsas de estudo e auxílio na manutenção da infraestrutura dessas escolas, ao tratar da expansão do ensino em termos de incentivo à escola privada sem alterações importantes no ensino público (HILDORF, 2003, p. 110-111).

A constituição de um espaço físico para o CEC visava à implantação de princípios e ideias que iriam orientar e justificar sua criação e funcionamento, incorporando atribuições e departamentos, criados para a organização interna do CEC, quais sejam: departamento de imprensa, recreativo, de esporte, cultura e literatura, onde tinha um representante para cada departamento, escolhido pelo Presidente entre os 21 representantes eleitos pelos/as estudantes nas eleições.

Assim, nos seus primeiros anos de funcionamento, as atividades que foram pontuadas pelos/as centristas seriam aquelas fundamentais para a formação/construção de uma entidade que pretendia liderar o movimento estudantil na cidade, relativas aos interesses dos estudantes, como: denunciar certas irregularidades no ensino; combater o analfabetismo; proteger os estudantes pobres; prestar ajuda moral e material que visavam à proteção da juventude; formação e informação dos estudantes em questões de política, cultura e literatura (SYLVESTRE, 1989).

²²O jornal *Formação* (Órgão independente do Centro Estudantil Campinense) (Campina Grande/ PB - 1936-1964), circulou pela primeira vez em 11 de agosto de 1936, onde funcionou até o ano de 1940, ressurgindo anos depois em 1948, tendo como primeiro diretor-redator Claudio Agra Porto. Apesar desse jornal possuir um período longo de existência, sua produção foi esporádica e encontramos apenas um exemplar na década de 1940. A pouca produção desse jornal, e de outros jornais estudantis, pode ser explicado pelo fato de terem sido produzidos, muitas vezes, com recursos próprios dos estudantes.

Como uma organização estudantil, somente quem poderia participar como membros e/ou sócios do CEC, a partir dos estatutos, eram os/as alunos/as secundaristas do ensino Ginásial (do curso colegial secundário, normal ou técnico). Desta forma, as responsabilidades foram divididas em funções para os/as centristas, escolhidos/as em eleições estudantis, realizadas a cada ano sempre no último domingo de maio. Composto os 21 representantes os cargos ficavam assim estabelecidos: Presidente e vice-presidente; Secretário-geral e vice-secretário/a; Tesoureiro e vice tesoureiro/a; Secretário de imprensa, que acumulava o cargo de Diretor do jornal *Formação*; Bibliotecário/a; Diretor/a de eventos; Chefes dos departamentos.

Feito os estatutos e empossada a diretoria, era a vez de pontuar os instrumentos necessários para aqueles/as que desejassem ingressar no CEC e participar das atividades proporcionadas pelo mesmo. Primeiramente, o/a estudante tinha que comprovar sua identidade através de um documento específico para tal: a carteirinha de estudante. Essas carteirinhas possuíam duas formas de confecção: uma dos/as estudantes de modo geral e a outra dos/as estudantes centristas. Ver *imagens 1 e 2*, respectivamente:



IMAGEM 1

Fonte: arquivo pessoal Edmilson Rodrigues.



IMAGEM 2

Fonte: arquivo pessoa José Lucas Filho e José Morais Lucas

Nas *imagens 1 e 2*, temos três exemplos de carteirinha de estudantes: na primeira temos a carteirinha do estudante do 1º ginásial Edimilson Rodrigues, emitida no ano de 1953, na segunda do ex-centrista e secretário de finanças José Morais Lucas²³, e na terceira a carteirinha do ex-centrista e vice-presidente José Lucas Filho²⁴; emitidas nos anos de 1958-60. Estas carteirinhas continham: a assinatura do Presidente; o nome do aluno com foto e a função desempenhada por ele (caso fosse representante da entidade);

²³ José Morais Lucas foi líder estudantil e centrista entre os anos de 1955-1960, ingressando no Centro Estudantil Campinense, primeiramente, como representante, aos 15 anos de idade. Em 1956, foi eleito para o Conselho dos Representantes, ocupando o os cargos de Secretário de Imprensa e Diretor do Jornal Formação. Em 1958, foi eleito vice-presidente, “numa chapa que teve como presidente o intrépido Figueiredo Agra”. Encerrou suas atividades no movimento estudantil no ano de 1961, quando ingressou na Faculdade de Medicina no Recife. Hoje é médico, jornalista e membro da Academia de Letras de Campina Grande (LUCAS, depoimento [maio 2014]).

²⁴ José Lucas Filho foi centrista e representante do Centro Estudantil Campinense nos anos de 1960-1961. Foi professor, na década de 1980, da disciplina Moral e Cívica, no Colégio Estadual (Prata).

o ano de fundação da entidade e o ano da emissão; o endereço do espaço físico; e no segundo exemplo, a carteirinha com a seguinte frase “Estudantes Uni-vos!”²⁵.

Os/as estudantes que possuíam tais carteirinhas tinham o poder do voto, pois somente os alunos e alunas que as possuíam e estivessem com as mesmas atualizadas, podiam votar e serem votados/as nas eleições para a escolha dos 21 representados do Centro Estudantil Campinense. A carteirinha era um documento de nível nacional, e foram emitidas pelo CEC, se configurando como uma fonte de renda na manutenção das despesas dos centristas. Para os/as estudantes se configurou como uma maneira de inclusão no espaço do CEC (festas, discussões, eleições, etc.), que exigiram dos mesmos portarem tal documento garantindo a sua identificação.

Nas festas, momentos de sociabilidades entre os/as estudantes, não era qualquer um/uma que podiam participar das matinês dançantes, somente os/as que possuíam a carteirinha de estudante e/ou era representante do Centro Estudantil, como afirma a entrevistada Valda Freire²⁶:

[...] Nas festas, o departamento recreativo trabalhava muito. Aí toda semana tinha matinal dançante para os estudantes, e era superlotado e era feito na sede, que era uma sala grande, afastava as cadeiras, tiravam as mesas, fazia lá mesmo. Só os estudantes podiam entrar, com carteiras, porque tinha estudante que não tirava a carteira, então não entrava, só os que eram associados, eram quem podia entrar, com carteira de estudante, quem podia votar (risos). Era bem político mesmo (FREIRE, depoimento [maio 2014]).

Além das festas, com a carteirinha na mão, os/as estudantes podiam participar de algumas atividades no espaço do CEC, como: discussões literárias e políticas estudantis que envolviam os interesses referentes aos problemas manifestados pelos estudantes, como as lutas para conseguirem as meias-entradas em cinemas, jogos de futebol e passagens de ônibus locais e intermunicipais. Muitas dessas reivindicações foram conquistadas.

²⁵ Essa expressão parece fazer referência ao “slogan” político “Trabalhadores do mundo, uni-vos!”, um dos mais famosos “gritos” de protesto do socialismo, vindo do Manifesto do Partido Comunista de Karl Marx e Friedrich Engels. MARX, ENGELS. Manifesto do Partido Comunista. São Paulo: Editora Martin Claret Ltda., 2006.

²⁶ Valda Freire, foi representante e centrista por volta dos anos de 1955-1958. Elegeram-se para representante do CEC juntamente com a amiga Auxiliadora Borba, eleita junto aos 21 representantes. Estudou no Colégio Imaculada Conceição (Damas), onde teve grande apoio de voto e representatividade, por ser, também, umas das poucas a representar o CEC naquela instituição. Poucos anos depois deixou a liderança do Centro, entre as mulheres, para se dedicar ao movimento do JECA (Juventude Estudantil Católica). Foi professora de escolas primárias e secundárias na cidade de Campina Grande. Depois que casou, na década de 1960, não se envolveu em questões políticas (FREIRE, depoimento [maio 2014]).

As reuniões organizadas pelos centristas na sede do CEC eram previamente estabelecidas e discutidas pelos representantes responsáveis pelas principais decisões referentes ao funcionamento da entidade, nas quais eram colocadas em pauta e escritas nas atas de reuniões tudo aquilo que ia ser debatido nos encontros oficiais, que aconteciam todos os sábados às 14hs. A entrevistada Auxiliadora Borba²⁷, ao lembrar dessas reuniões, afirma:

Parecia que era muito melhor. Me desculpe, eu não vou falar dos nossos parlamentares hoje. A gente chega na Assembleia e sente uma coisa esvaziada, uns estão falando e outros estão conversando, até de costa. A gente não, a gente tinha respeito um do outro. A gente ocupava, intervia em alguma coisa que achava conveniente, mas existia educação também, sem ofender ninguém, decidia o que ia se fazer. Aí na outra semana a reunião era no Centro e a pessoa preparava o assunto, colocava em pauta e se discutia (BORBA, depoimento [maio2014]).

Os vocabulários usados para se referir as reuniões, caracterizam o ideário de união e engajamento que se quer para a construção da imagem dos centristas, em ações que tentam elevar o espaço do Centro Estudantal como lugar a ser considerado de práticas e atuações importantes que foram desempenhadas pelos mesmos, comparadas ao que se exerce na política atualmente.

Contudo, para exercer as funções estabelecidas no Estatuto, foi necessária a delimitação de um espaço físico, que se levou em consideração à localização de um lugar apropriado que foi “usado” pelos centristas na elaboração de seus manifestos e lutas em torno de questões que consideraram como importante aos estudantes campinenses. Esta localização também nos foi narrada a partir das representações das atuações e manifestações, que legitimassem o espaço do CEC como uma organização estudantil politizada. Desta forma, o espaço do CEC foi assim descrito:

“Era uma sala no primeiro andar na Rua Venâncio Neiva. A sala era grande, tinha uma mesa e cadeiras em volta e tinha plenário e tudo. Possuía livros, com uma pequena biblioteca. Não lembro quais eram os livros, mas tinha, muitos livros, principalmente livro didático para

²⁷ Auxiliadora Bezerra Borba, foi líder estudantil e centrista entre os anos de 1955-1958, considerando a sua entrada no CEC como um marco, como a primeira mulher a se candidatar como representante entre os 21 representantes escolhidos nas eleições. Mestre em Serviço Social foi fundadora e professora do curso de Serviço Social em João Pessoa/PB, chefe do Departamento e Coordenadora do Curso em referencia, além de ocupar a Pró- Reitoria para assuntos comunitários. Hoje, ocupa a cadeira número 28 do IHGP (Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba).

os estudantes pobres, quando quisesse fazer uma pesquisa, iam lá” (FREIRE, depoimento [maio 2014]).

“Era uma sala assim com extrato mais elevado, onde tinha a mesa mais elevada para a presidência, secretários e o tesoureiro [...] Então o presidente, o secretário e o tesoureiro, aí ficavam ali em cima, e os representantes todos lá sentados, tudo bem-arrumado, todo mundo bem apessoado. E quem não tinha paletó ainda, ou não gostava, usava camisa social, toda abotoadinha (*sic*). Aquelas camisas esportivas ou de tênis como a gente anda hoje, não. Era coisa séria, tudo arrumado, tudo pronto, até indumentária (risos). Eu acho que a gente queria imitar as academias europeias (risos), era quase o renascentismo (*sic*)” (BORBA, depoimento [maio 2014]).

Estas descrições do espaço físico marcam uma hierarquização não apenas nas determinações dos lugares, mas, também, uma forma de exclusão e inclusão dentro do CEC, em que, quem detinha o maior poder de decisão era o presidente, junto com o vice-presidente e o tesoureiro, através, também, das disposições dos lugares e objetos dentro do físico espaço: mesa do presidente ao centro e em cima, e embaixo o restante dos representantes. Isso não apenas informa sobre a estrutura física do espaço, mas, dilui a imagem construída pelas entrevistas de um espaço de união e homogeneidade em torno dos interesses dos estudantes, se nem mesmo o restante dos 21 representantes detinha o poder de decisões do CEC, organizado assim, hierarquicamente.

Considerado como de importância para os centristas, o espaço do CEC exigia de todos/as que dele participavam um nível de conhecimento, comprometimento e disciplina, incluindo a vestimenta, que era levada em consideração por todos/as aqueles/as que “legislavam” (FREIRE, dep. [maio 2014]). A vestimenta determinou, também, quem poderia participar do espaço do CEC, como uma forma de inclusão/exclusão, pois aqueles/as que não portassem roupas consideradas pelos/as centristas como “adequadas” para ingressarem no espaço do Centro, não poderiam participar das reuniões e discussões.

A vestimenta estava relacionada com a disciplina²⁸. Para tanto, de acordo com Nascimento (1990, p. 132), nos seus primeiros anos de funcionamento, o CEC desempenhou uma política de fiscalização, onde os centristas “policiaram” estudantes

²⁸ Michel Foucault (1987, p. 118-120) analisa a disciplina dos corpos através do controle: “não se trata de cuidar do corpo, em massa, grosso modo, como se fosse uma unidade indissociável, mas de trabalha-la detalhadamente, de exercer sobre ele uma correção sem folga, de mantê-lo ao nível mesmo da mecânica - movimentos, gestos, atitude, rapidez: poder infinitesimal sobre o corpo ativo”. Desse modo, para a nossa narrativa a disciplina agiu no sentido de distribuição das funções dos/as centristas e da participação de estudantes no espaço do CEC, vigiando os comportamentos de cada um entre eles mesmos, ao se atribuir as qualidades e as funções como representantes através, também, da vestimenta.

em estabelecimentos de diversão, agindo como fiscalizadores de suas condutas, consideradas como não “aceitáveis” para aqueles/as que desejassem participar das atividades promovidas pelo CEC. Essa atitude estava ligada ao discurso de homogeneidade dos estudantes que se buscava dentro do espaço do Centro:

Na prática o corpo de fiscais criado pelo Centro Estudantal, transformou-se em mais um serviço prestado aos empresários, que podiam se livrar dos indesejados estudantes, cuja ‘política estudantil’, tinha autoridade de retirar estudantes do local e confiscar suas identidades sempre que considerasse conveniente (NASCIMENTO, 1990, p. 132).

Essa prática de “policimento” dos estudantes em lugares públicos estava ligada as ritualísticas disciplinares de participação do CEC, como: vestimentas, carteirinha de estudante e comportamento em lugares de diversão. Desta forma, quem liderou as ações do CEC foi um pequeno grupo de centrista que entre práticas discursivas e não-discursivas se constituíram como aqueles que podiam/deviam apontar as direções para um movimento de estudantes manifestado nos espaços públicos da cidade.

Esta prática de “policimento estudantil” estava associada ao ideal de cidadão defendido na década de 1950, como aquele dócil e produtivo, atrelados às normas e valores que estimulassem, nos futuros cidadãos, o apego ao trabalho. De acordo com Ribeiro (2008, p. 31), educar o corpo do futuro cidadão e mantê-lo forte e produtivo, significava, ao mesmo tempo, “servir a educação cívica”, que os preparava para exercer seu dever como, também, futuro operário. Nesse sentido, cidadão, soldado e trabalhador eram termos quase equivalentes. Para tanto, “como o objetivo da escola era o aperfeiçoamento moral dos alunos”, a padronização por meio do vestuário condizente e do aprendizado das normas da sociedade do trabalho, levaria os alunos a se tornarem futuros operários e cidadãos (RIBEIRO, 2008, p. 53). Isto tudo estava ligada as relações sociais em expansão nas cidades brasileiras em industrialização e urbanização.

Entretanto, o espaço do CEC não funcionou apenas como práticas disciplinadora. Para tanto, “abrigou” estudantes pobres que não tinham condições de comprar livros didáticos e literários e podiam usar da biblioteca interna do Centro Estudantal para fazer suas pesquisas. Nas reuniões realizadas pelo mesmo, o apoio ao ensino de estudantes pobres fazia parte das pautas a serem discutidas, insinuando colocar em prática as propostas que traziam os estatutos: os centristas consideravam que

oferecer aos estudantes melhores condições de ensino seria uma das atividades desempenhadas pelo CEC.

Desta forma, os discursos em torno das funções desempenhadas no espaço do CEC se empenharam na construção dos centristas como responsáveis em relação aos problemas referentes aos estudantes campinenses. Para isso, foi preciso usar de táticas para “atrai-los” em suas escolhas de fazer parte das atividades promovidas pelos centristas e assim “deixar” que os mesmos liderassem o movimento estudantil referente aos seus interesses.

Portanto, o ingresso dos estudantes foi incentivado através da formação de uma identidade para os centristas, a partir de discursos “eloquentes” de “união” e “pertencimento”, onde os centristas pronunciaram em debates, em jornais e em comícios para aqueles/as que, principalmente, ainda não faziam parte do movimento político liderado pelo CEC, em que foram “estimulados” a participarem, também, desse espaço que buscou o “melhor futuro para o bem coletivo e felicidade do Centro” (FORMAÇÃO, 1949, p.1-6).

De acordo com o historiador René Remond (2008, p. 446), “os indivíduos não tem ainda uma clara consciência de seus verdadeiros interesses, mas que com o tempo e uma educação adequada se reduzirá com certeza a fratura entre o social e o político”. Essa “educação adequada” foi anunciada nas entrevistas através do interesse dos pais de estudantes, que queriam ver seus filhos engajados politicamente, através de suas representações no espaço do CEC. É o que nos narra o ex-centrista José Lucas Filho:

Nós tínhamos muita atuação, muita mesmo, porque o Centro Estudantal Campinense era respeitado, ouvido e o pessoal gostava muito de que o seu filho enveredasse, se fosse para enveredar futuramente na política, que começasse por lá [...] Era uma verdadeira “escola do saber” (LUCAS FILHO, depoimento [março 2014]).

Tendo como projeto de forma uma identidade para o CEC, os centristas consideraram-no como uma “escola do saber”, que agiu como uma extensão das escolas, pois lá os/as alunos/as podiam aprender as práticas da oratória e da escrita em discussões sobre política e literatura, influenciando na atuação política de vários estudantes e na formação para a vida pública na cidade, já que, após a conclusão dos estudos, muitos centristas seguiram a carreira política. Isto era levado em consideração pelas famílias dos estudantes quando estas tinham acesso aos discursos proferidos pelos

centristas, que afirmavam o espaço do CEC como agente na formação de quem quisesse “enveredar futuramente na política”.

Apesar de que na organização do estatuto interno do CEC uma das prioridades era a de “proteger os estudantes pobres”, as famílias a qual esses estudantes pertenciam eram, em sua maioria, vindas de uma pequena parcela da população, que chamaremos de elite campinense²⁹, proprietárias de bens materiais e comerciais, “homens de letras”, detentores de títulos acadêmicos e atualizados em novos valores no que diz respeito aos rumos que tomavam a cidade de Campina Grande, importando de outras cidades como Recife/ PE (CABRAL FILHO, 2009, p. 49-50).

Para tanto, apesar dessa possível “inclusão social” de estudantes pobres no CEC, os/as estudantes que participaram dessa entidade foram aqueles/as que estudaram em escolas particulares³⁰ da cidade, pois estes/as que teriam as condições necessárias para estudar nessas escolas eram os filhos e as filhas de famílias mais abastadas. Estes/as eram pertencentes a um grupo seletivo da sociedade, que pode ter facilitado o engajamento político no espaço do Centro, devido ao acesso aos bens culturais e materiais.

Também, as memórias de José Lucas Filho, permitiram narrativas sobre quem eram os estudantes que poderiam votar e serem votados: “os do primeiro ano ginásial”, e apenas estes colégios particulares citados possuíam tais cursos. Somente na década de 1950 com a construção de uma escola estadual pública, o Colégio Estadual de Campina Grande³¹, o curso ginásial deixou de ser exclusivo das escolas particulares. Contudo a maioria dos alunos/as continuaram sendo os/as filhos/as das elites, como afirma o entrevistado acima, pelas dificuldades de ingresso e interesses envolvidos nesta escola, já que foi, durante muitos anos, uma das instituições escolares mais prósperas da cidade.

Assim, de acordo com a entrevista abaixo:

²⁹ Elites era parte de uma população homogênea de famílias ligada ao comércio e a política. Para Rainho (apud WANDERLEY, 2010, p. 126), o termo refere-se “aqueles que, por meio da aparência e não apenas do dinheiro e do poder, deixam visíveis as diferenças que marcam o abismo existente entre eles e a sociedade comum, abismo do prestígio, do estilo de vida, do acesso ao mando”.

³⁰ Nas décadas de 1930 e 1950, havia na cidade quatro colégios com grande representatividade de estudantes centristas: Colégio Diocesano Pio XI, Colégio Alfredo Dantas - CAD e Colégio Imaculada Conceição – Damas.

³¹ O Colégio Estadual de Campina Grande foi inaugurado no dia 31 de janeiro de 1953, chamado de “Gigantão” do bairro da Prata, o qual foi o maior estabelecimento de ensino médio na cidade. Com relação à inauguração desse Colégio, o *Jornal de Campina* (1953, p. 03) fez a seguinte referência: “A obra magnânima do ex-governador Osvaldo Trigueiro, agora realizado pelo Snr. José Américo. O Colégio Estadual de Campina Grande é uma realização de vulto, merecendo a estima de quantos se interessam pelo bem estar da nossa mocidade estudiosa”. Ainda nessa matéria fala da criação do Colégio destinado, principalmente, aos estudantes pobres, que não tiveram condições econômicas de concluírem seus cursos. E finaliza: “Estámos necessitando de uma escola assim, oficializada pelo Estado”.

A gente se sentia mais do que vereadora, a gente se sentia deputada, porque a gente legislava, a gente preparava o que ia debater, lia tudo que tinha na matéria, jogava pro plenário, tinha plenário. Você vê aí nessa biografia pessoal, que tinha reuniões no domingo de manhã [...] A gente tinha um preparo [...] Era como se a gente fossemos políticos mesmo (BORBA, depoimento [maio 2014]).

A nomeação por eles/elas e entre eles/elas de vereadores/deputados estudantis, possibilita perceber a carga da valorização exaltada nas entrevistas e o caráter da função política que queriam representar na cidade, qualificando-se como capazes de presidirem reuniões que envolvessem discussões a níveis políticos. Essa denominação, “deputados estudantis”, era “uma maneira de valorizar a classe dos estudantes”, afirma o ex-centrista José Morais Lucas (dep. [maio 2014]).

Para falar das influências e das ações desempenhadas pelo CEC, no sentido de engrandecê-lo por mobilizar estudantes campinenses, Auxiliadora Borba ([dep. Maio 2014]) utilizou na entrevista citada acima, termos como, “reuniões parlamentares” e “assembleias”, e para os centristas termos como “deputados/as estudantis” “líderes políticos”.

Essas denominações disseram respeito à influência que queriam/desempenharam os centristas, e conseqüentemente, à suas responsabilidades diante do movimento de estudantes, as denominações acima citadas caracterizaram o ideário de engajamento que foi valorizado pelos entrevistados/as, veiculados a discursos e imagens referentes a cargos políticos, que incorporaram para eles/elas as funções que um político deveria exercer. Essa valorização foi demonstrada, também, em narrativas dos jornais, pelos acontecimentos considerados de importância, escritos e narrados com letras maiúsculas para a defesa dos valores desempenhados pelos centristas:

História do Centro Estudantal Campinense

UMA SINCERA E JUSTA HOMENAGEM A TODOS AQUELES QUE COLABORARAM NA FORMAÇÃO DO ‘CENTRO’, HOJE, COM DEZESSETE ANOS DE VIDA GLORIOSA E ÚTIL AOS ESTUDANTES CAMPINENSES: (...) Poderia, ainda, escrever centenas e centenas de nomes. Preferi, porém citar os vinte primeiros e escolher, ao acaso, folheando o velho livro de Registro já amarelecido pelo tempo, alguns nomes daqueles que, nessa época moços e idealistas e hoje amadurecidos, de consciências delineadas e posições definidas, talvez- quem sabe? Já se esquecera, até, dos seus brilhantes passados quando da fundação do CENTRO ESTUDANTAL CAMPINENSE. ONTEM, estudantes pobres e idealistas. HOJE, homens honrados e dignos. Eis aqui alguns nomes: Degmar Fernandes com 15 anos naquele tempo; José Fernandes

Dantas- 18 anos; Dr. Vicente Nogueira Filho- 15 anos; João Pedrosa- 19 anos (...) (FORMAÇÃO, 06/10/1952, p. 2) (grifos do jornal).

Nesta homenagem no jornal, vemos a valorização do ideário de engajamento daqueles que “fizeram” o espaço do CEC. Mas, não de todos, apenas os que conquistaram o significado de “homens honrados e dignos”. As pesquisas e memórias já nos deram várias pistas de que os centristas que se destacaram na vida pública da cidade, certamente não foram estudantes pobres, mas filhos e filhas de elites campinenses, que poderiam estudar em escolas particulares da cidade. Nessa matéria, também podemos perceber a valorização daqueles que representassem o CEC, como se fosse uma preparação de homens que iriam “desempenhar” funções honradas e dignas e ajuda-los a crescer intelectualmente e profissionalmente.

Durante a década de 1940 o CEC passou por um período de pouca atuação na cidade que, de acordo com Nascimento, (1990, p. 135), os centristas tiveram suas atividades reduzidas e pouca presença de estudantes em discussões e manifestações, o que os levou, no início da década de 1950, a promoverem artigos nos jornais relacionados à sua importância, principalmente no jornal *Formação*, na tentativa de “reativar” as atividades e de “chamamento” para participação de mais estudantes, como exemplo dessa matéria de jornal citada acima, sobre a homenagem do CEC e de todos aqueles que fizeram parte dos anos da “gloriosa e útil” entidade para os/as estudantes.

Contar, registrar, expor os nomes, referir os feitos, produzir memória, foi objetivo desta matéria de jornal, ratificando nestas páginas a importância que o CEC teve para a cidade e que deveria continuar seus “brilhantes passados” (FORMAÇÃO, 06/10/1952).

Em 1958, o CEC passou por uma mudança dos Estatutos, ficando assim modificadas:

Reformas dos Estatutos

Outra resolução da Assembleia Geral do CEC foi a reforma dos seus estatutos. Entre as inovações inseridas, destacamos as seguintes: o período administrativo teve sua duração aumentada de um ano para dois anos; a admissão do estudante do curso primário como membros do CEC; o concluinte do curso secundário passou a ter o direito de sócio por mais dois anos após o término do colegial, em vez de um só, como tinha antes (jornal EVOLUÇÃO³², 1958, ano 1, n. 1, p.11).

³² O semanário *Evolução* foi criado em 1958, e teve como Diretor Aristides Lúcio Vilar Rabelo; Secretário: Jason Gonçalves de Lima; Redator-chefe: Josué Sylvestre; Redatores: Odimar Agra, Genaro Souto, Severino Marinho, Noaldo Dantas e Everaldo Veras. Possuiu as seguintes colunas regulares: O momento Político; Problemas da cidade; Mundo Estudantil (com a colaboração do CEC); e Página do Trabalhador.

O presidente do CEC que aprovou a reforma dos Estatutos foi Figueiredo Agra³³ no ano de 1958, na época com 22 anos de idade. Como não era mais estudante secundário, pelo estatuto anterior, Figueiredo Agra não poderia se candidatar a reeleição como presidente do CEC. Desta forma, este novo estatuto veio para “burlar” a candidatura tanto de Figueiredo Agra como de outros centristas, que não eram mais estudantes secundaristas, que viram, através desse estatuto, a possibilidade de ingressar na política centrista, mesmo não sendo mais estudantes secundaristas, no final da década de 1950 e início da década de 1960.

O CEC ganhou “expressividade” na década de 1950, através de políticas de inserção na vida pública relacionadas aos assuntos de interesse dos centristas. Para isso, em vários momentos estes assumiram posturas ligadas à política local, tornando a cidade um espaço de apropriações para o exercício de suas práticas, em virtude das influências que quiseram exercer junto à sociedade campinense.

1.2. OS CENTRISTAS E AS RELAÇÕES DE PODER: CAMINHADAS PELA CIDADE

Os espaços da cidade de Campina Grande/PB, entre os anos de 1950-62, serão o palco de discursos e lutas políticas dos centristas, os quais se apropriaram das ruas, das praças e das escolas e as classificam como lugares de manifestação da política centrista. Foi na cidade que se desenrolou a maior parte da trama política do Centro Estudantal Campinense: com passeatas e debates nos comícios em palanques improvisados em cima de caminhões.

A cena urbana tornou-se lugar de falar, o lugar de agir dos centristas. Como afirma Michel de Certeau:

A cidade serve de baliza ou marco totalizador e quase mítico para as estratégias socioeconômicas e políticas, a vida urbana deixa sempre nos remontar aquilo que o projeto urbanístico dela excluía. A linguagem do poder “se urbaniza”, mas a cidade se vê entregue a

³³ Antônio Figueiredo Agra (1936-1982) ocupou cargos administrativos em Campina Grande e deixou sua marca, principalmente, na prática da escrita e da oratória. Poeta, escreveu várias obras, dentre as quais: *Guardo esses poemas* (1973); *Concerto de Espaços* (1973); *Tempos da noite* (1975) (<http://www.pravoce.tv/jegppanf.htm>) (acessado em 03/09/2014). Foi suplente de Deputado Estadual cassado após o golpe civil-militar, por iniciativa da Assembleia Legislativa.

movimentos contraditórios que se compensam e se combinam fora do poder panóptico (CERTEAU, 2007, p. 174).

Para tanto, “as astúcias e as combinações de poderes” se mesclam e os centristas moldam espaços, tecem lugares de experiências e de vivências, porque na cidade buscam os estudantes e põem em prática suas ações no movimento político. É através de comícios e passeatas que se apropriam da cidade como espaço de enunciação, pertencimento e convencimento, como espaços nos quais serão vistos e ouvidos: as passeatas³⁴, como movimentos investidos da ambição e da busca de apoio do maior número possível de estudantes; e os comícios, como acontecimentos investidos do desejo de poder de convencimento através das palavras. Estas se materializavam e tornavam os microfones armas políticas utilizadas pelos centristas para dar sentido, significado e visibilidade para os seus discursos e seus projetos.

Mas, as ruas da cidade de Campina Grande, foram, primeiramente, lugar de ideais de embelezamento e higiene, como práticas de modernização, arquitetadas pelas políticas públicas e elites locais, a partir do ideal moderno e próspero principalmente no bairro do centro da cidade, pois este era o espaço onde as elites campinenses habitavam e onde as “invenções” do moderno aconteciam. Para isso, se tornaram espaços de “vigilâncias” de sujeitos por meio da observação e denúncias de seus comportamentos, que diferenciavam dos ideais de “invenções modernas”, representações (re) produzidas pelas imagens fotográficas³⁵ e pelas imagens literárias de transformações do corpo físico da cidade expressadas e vigiadas no jornalismo local:

Esta invenção de uma cidade grande e próspera se dava não somente através das construções arquitetônicas, do surgimento de praças, alargamentos de ruas, criações de cinemas e emissoras de rádio, mas, sobretudo através das palavras e imagens difundidas pelos jornais. Mesmo os intelectuais mais críticos vão pautar seus discursos pela supervalorização de atributos que eram vistos e tidos como “naturais” da cidade serrana (SOUZA, 2008, p. 183).

³⁴ Para Certeau (2007, p. 177), “o ato de caminhar está para o sistema urbano como a enunciação está para a língua ou para os enunciados proferidos”. Ao apropriar-se da cidade, implica relações de enunciação, conduzindo sentido ao ato de caminhar, no nosso caso, no ato de passear-passeatas.

³⁵ Ver: CABRAL FILHO, Severino. **A cidade revelada: Campina Grande em imagens e Histórias**. Campina Grande, UFCG, 2009.

Na década de 1950, Campina Grande já apresentava traços de uma modernização, acompanhadas por transformações urbanas e sociais³⁶. Apesar do trem, do cinema, da energia elétrica chegarem à Campina Grande nas duas primeiras décadas do século XX, foi especialmente a partir da década de 1930 que sua modernização teve início, favorecida pelo desenvolvimento da produção algodoeira, com mudanças significativas no governo do prefeito Vergneaud Wanderley, onde foram construídas novas cartografias e mudanças no cotidiano e na vida das pessoas.

Disto, possibilita a uma pequena parcela da população vivenciar um clima de modernidade, onde puderam desfrutar de “certos” espaços, parecidos com aqueles vivenciados nas grandes capitais, proporcionadas pelos governos municipais e apoiadas pelas elites locais. Estas que tiveram um papel fundamental nesta modernização, ajudando a criar praças e clubes sociais, como espaços de sociabilidades, que afirmaram a “Rainha da Borborema” como uma cidade moderna e com um estilo de vida moderno.

As elites campinenses³⁷, como envolvida no desenvolvimento político, social e cultural de seus habitantes, convencidos de que uma “grande” cidade como Campina Grande necessitava de espaços destinados ao lazer, cultura e ao convívio social, incentivou e ajudou a dar bases, juntamente com as políticas públicas, à construção desses espaços³⁸.

Para tanto, essas elites campinenses estiveram ligadas simultaneamente ao seu estrato econômico-social, como proprietários rurais, comerciantes, usineiros/banqueiros, com uma participação ativa na política local³⁹, que possibilitaram a criação de espaços de sociabilidades. Esses espaços foram, também, “utilizados” pelos centristas como formas de fazer política:

³⁶ Entre os trabalhos que foram produzidos sobre o processo de modernização nesta cidade, levando em consideração as mudanças ocorridas na esfera urbana e pública: ARANHA, Gervácio Batista. **Trem, modernidade e imaginário na Paraíba e região: tramas político-econômicas e práticas culturais (1880-1920)**. Tese de Doutorado em História. Campina, Unicamp, 2001. SOUSA, Fabio G. R. B. **Territórios de confrontos: Campina Grande 1920-1945**. Campina Grande: EDUCG, 2006.

³⁷ Também identificaremos as elites campinenses com uma elite cultural, onde se definiam, de acordo com Sirinelli (1998, p. 264), pelo seu poder de influência em matéria cultural. É ela que “cria” e tenta manter as manifestações culturais, destacando-se em ações e projetos para a cidade: “estão ligadas à sociedade que os rodeia e são precisamente esses laços, especialmente políticos, que lhes conferem uma identidade”.

³⁸ Ver os trabalhos de: CABRAL FILHO, Severino. **A cidade revelada: Campina Grande em imagens e histórias**. Campina Grande, UFCG, 2009. SOUSA, Fabio G. R. B. **Territórios de confrontos: Campina Grande 1920-1945**. Campina Grande: EDUCG, 2006. SOUZA, Antonio Clarindo Barbosa de. **Lazeres permitidos, Prazeres proibidos: sociedade, cultura e lazer em Campina Grande (1945-1965)**. Recife: Programa de Pós-graduação em História da UFPE, 2002.

³⁹ As elites conquistaram o espaço no cenário político com o fim do Estado Novo e o início do processo de redemocratização do país. Ver: CITTADINO, Monique. **Populismo e Golpe de Estado na Paraíba (1945-1964)**. João Pessoa: Universitária/UFPB/Idéias, 2000.

Campina que gosta de ver a mocidade inflamada que possui, Campina que ama esses moços destemidos que comandam as gloriosas lutas cívicas que transformam a Rainha da Borborema em Rainha da Liberdade e da insubmissão (...) a maioria dos centristas de todos os tempos, o grosso dessa entidade estudantil e democrática, ainda está sinceramente voltada para o bem estar dos povos e para as regras que disciplinam a democracia e possibilitam os homens as mesmas oportunidades (JORNAL DE CAMPINA, 1953, p. 5).

Para tanto, os discursos marcaram os centristas como um grupo que se beneficiou desses espaços alternativos de lazer, numa ativa participação nestes espaços (rádios, cinemas e praças), interagindo com outros estudantes e intelectuais que discutiam assuntos relacionados à cultura, política e literatura, onde se concentraram em constituir uma formação intelectual (GAUDÊNCIO, 2012). Essas influências foram compartilhadas nas narrativas de jornais, que colocaram os centristas como aqueles inseridos na cena urbana.

Nesta matéria de jornal, os centristas são narrados como aqueles que lutaram pelo “bem estar do povo”, numa forma de retorno aquilo que foram “investidos” pelas elites campinenses e como beneficiados. Podemos apontar a colocação da palavra “povo”⁴⁰ como não fazendo parte os pobres, os despossuídos, os forasteiros, “só (os) consumidores abastados que mereciam fazer parte da suprema glória do mundo moderno que seria consumir uma infinidade de bens materiais” (SOUZA, 2008, p. 182), que não possibilitavam “os homens as mesmas oportunidades” (JORNAL DE CAMPINA, 1953, p. 5).

Os principais espaços de sociabilidades em Campina Grande, nas décadas de 1940-50, foram os três principais cinemas: o Cine São José, inaugurado em 1945, e localizado no Bairro do São José, foi o mais frequentado pelos estudantes, de acordo com o jornal *Tribuna do Estudante* (1951, p. 4), quando este cinema é acusado de cobrar o valor das entradas, aos domingos, mais caras do que outros cinemas, sendo que, os domingos foram os dias que os estudantes podiam ir com mais frequência ao cinema, já que “muitos estudavam a noite”. O cinema Babilônia foi inaugurado em 1939, localizado no Centro da cidade, na Rua Irineu Joffily, que atendeu a necessidade de casos chamados “cine-theatro” onde outrora só haviam os cine Fox (fechado em 1933) e o Apollo, que cedeu lugar ao “cine-theatro” Capitólio. O cinema Capitólio foi

⁴⁰ Em muitas matérias, os jornais que circulavam entre as décadas de 1940-50 construíram uma imagem tão “próspera” da cidade, que parece que não havia pobres em Campina Grande. “Povo” torna-se aqueles/as que podiam usufruir daquilo que a cidade oferecia. Era mais uma construção narrativa do jornalismo local do que uma “realidade palpável e cotidiana” (SOUZA, 2008, p.188).

inaugurado em 20 de novembro de 1934 e funcionou na Avenida Floriano Peixoto. Como espaços de sociabilidades, ainda havia os clubes recreativos, como: o Campinense Clube; e o Clube do 31, localizado na Rua Monsenhor Sales, antigo Beco do 31 (cgretalhos.blogspot.com.br).

No artigo, os *Problemas da Cidade*, o jornal *Gazeta Campinense*⁴¹, trouxe a seguinte matéria:

“Problemas da cidade”

O primeiro passo será denunciarmos à execração pública dos homens que possuem tais prédios e o alugam para o funcionamento dos lupanares, onde a mocidade, a fina flôr de nossa cidade é desviada, degenerada e adoce de corpo e alma no lodaçal do vício. As leis são feitas, promulgadas, pelos desejos populares. Vamos pois o pinar (*sic*) para que as “mariposas” tenham outra pousada, longe, bem longe das famílias campinenses. Com a palavra as autoridades, os legislativos municipais eleitos para a defesa sagrada do povo (GAZETA CAMPINENSE, 1960, p. 3).

Sendo os espaços, também, de convívio dos estudantes, preocuparam as autoridades e os jornalistas, pois conviviam com os “meretrícios aviltantes”, considerados como meios de desvio para os jovens rapazes e um mau exemplo para as moças. É o que podemos observar neste artigo do jornal *Gazeta Campinense* manifestando a sua revolta contra os “meretrícios aviltantes” da cidade, que comprometiam a “integridade” das famílias campinenses bem como “desviava” a juventude, devendo as autoridades e proprietários de tais locais “extirpar êsse câncer social de Campina Grande”.

Contudo, sabemos que as leis não são feitas e nem promulgadas pelos populares⁴², e sim por órgãos públicos. Os populares, narrados no jornal, podem estar no sentido de população, aqueles/as que frequentavam espaços próximos aos espaços destinados aos “meretrícios”. Intelectuais e elites campinenses, denunciavam estes

⁴¹ Esse jornal foi criado no ano de 1960, de propriedade da Diocese de Campina Grande, tendo como Diretor o estudante José Stenio Lopes. Denomina-se como independente e imparcial. Esta é uma característica de muitos jornais campinenses, que se definem como um jornalismo sem bandeiras políticas, religiosas e/ ou ideológicas, tendo como pretensão a veracidade dos fatos e servir a sociedade campinense. Para o *Gazeta Campinense* (1960, p. 2), eles surgiram com a necessidade que se encontrava o jornalismo campinense de um jornal que possuísse “independência e imparcialidade, exatidão e veracidade, amor e dedicação aos interesses de nossa terra e de nossa gente”. Nos seus exemplares, encontramos grande número de matérias com assuntos referentes ao ensino e aos estudantes campinenses.

⁴² O termo populares, de acordo com Souza (2002) e Sousa (2006), são aqueles/as que se mantinham as margens das conquistas ditas “civilizadas” como: transporte, saneamento básico, iluminação pública e privada, limpeza das ruas, participação nas festas dos clubes sociais, enfim, aqueles/as que não habitam as ruas do centro da cidade, local onde as transformações modernas eram investidas, tanto pelos órgãos públicos como pela elite campinense. Nas narrativas de jornais, por vezes, o termo populares aparece como ‘povo’ de modo geral, para caracterizar aqueles/as que moram na cidade, sejam eles/as habitantes ou que transitam pelas ruas do centro.

“meretrícios” nas manchetes em várias páginas de jornal, na tentativa de “limpar” os espaços públicos do centro da cidade e ordenar, selecionar e disciplinar os hábitos de higiene e moral para os que frequentavam tais lugares⁴³:

As elites campinenses dos anos 50, criaram para si mesmas uma imagem ideal de cidade que só existia em seus sonhos, devaneios e projetos políticos de dominação. Todos os pobres, mendigos e desvalidos eram apenas manchas informes nesta obra de arte pintada com palavras grandiloquentes e interjeições de espanto. Assim podemos dizer que as elites campinenses, as letradas e as endinheiras, viviam entre o sonho e a fantasia (SOUZA, 2008, p. 189).

Desta forma, as ruas passaram a ser espaços de conflitos e diferenças sociais entre seus diversos habitantes, onde as elites utilizaram os jornais para denunciarem os “indesejados”, indicar para que ficassem longe dos lugares habitados pelos/as jovens, exigindo das autoridades públicas que tomassem medidas em “defesa sagrada do povo, (SOUZA, 2008, p. 189). As denúncias que o jornalismo local transmitiu nas suas páginas contrastavam com a imagem que as elites queriam construir.

Também as ruas do centro da cidade de Campina Grande foram representadas através dos depoimentos, onde foram criados relatos de lugares com significados pelos/as entrevistados/as, a exemplo do Largo da Flórida e da Maciel Pinheiro, enquanto espaços de encontros, circulação de ideias e discussões. O relato tem papel decisivo, sem dúvida “descreve, mas toda descrição é mais que uma fixação é um ato culturalmente criador (...) ela é então fundadora de espaços”, que são articulados pela função enunciadora e por atos que os praticam (CERTEAU, 2007, p. 209). Nas memórias de Josué Sylvestre, temos o seguinte relato:

A cidade girava em torno da Praça da Bandeira e do Largo da Flórida. Por ali a cidade era bem menor, então muitas pessoas que moravam pelo centro da cidade iam a pé para casa e antes de ir para casa na hora do almoço e no final da tarde passavam pelo Largo da Flórida, que hoje chamam de Calçadão. E havia um sensor da cidade: se captava e se distribuía pensamentos, discussões, boatos pra vê o que é que aconteceu. Então era ali, era o pulmão da cidade, durante muito tempo, diferente de hoje (SYLVESTRE, depoimento [dez, 2013]).

⁴³ Encontramos em jornais pesquisados (O Momento (1950); Evolução (1958); Gazeta Campinense (1960)), várias matérias que se reportaram no desejo de “construir” uma imagem, juntamente com os investimentos da elite local, de espaços de convívio condizentes com uma cidade que se queria moderna. Para tanto, era um dever público zelar pela ordem e moral da cidade e um dever da imprensa denunciar certas irregularidades praticadas pelos cidadãos, como a prática de higiene na cidade, com limpeza das ruas, o embelezamento dos lugares públicos e o comportamento dos cidadãos.

O Largo da Flórida, hoje Calçadão, se localiza no centro de Campina Grande, na Rua Cardoso Vieira com a Rua Marquês do Herval, sendo um dos principais pontos de acesso às várias ruas do centro comercial desta cidade. Na entrevista, Josué Sylvestre destacou esse lugar como um espaço para falar sobre política, esportes e religião, entre aqueles que se interessavam por estas discussões, onde “paravam” para discutir e saber dos assuntos referentes ao que acontecia na cidade e/ou as notícias que viraram manchetes nas páginas de jornal.

Como lugares de práticas políticas, estes espaços foram palco de discussão, ideias e de atividades lideradas pelos centristas, onde os demarcaram como lugar de liberdade, criatividade, agitações e manifestações enquanto movimento político estudantil. Para tanto, os centristas fizeram das ruas e das praças desta cidade lugares onde se desenrolaram os mais variados acontecimentos, referentes aos interesses dos estudantes, como: eleições, greves, apoios e enfrentamentos a políticos e empresas de ônibus e de cinemas.

Desta forma, como estudantes secundaristas protagonizaram intensas manifestações⁴⁴, inclusive na cidade, com influências de grêmios estudantis que apoiaram o CEC em um movimento estudantil mais organizado e participativo, onde todos os anos esta entidade lutou contra o aumento das mensalidades escolares dos estabelecimentos particulares:

Essa era uma luta importante porque eram poucos os colégios estaduais que tinham o curso chamado colegial, equivalente do atual ensino médio (...) A luta contra o aumento das anuidades e taxas escolares era de grande importância para a maioria dos estudantes secundaristas (ARAÚJO, 2007, p. 68-69).

Escolhidos pelos estudantes secundários (e depois do novo Estatuto de 1958, passaram a votar os estudantes primários), nas eleições era preciso, primeiramente selecionar os lugares dos debates, que iriam exigir muito da exposição física e do domínio da palavra, atividade que foi manifestada com muita frequência entre homens e mulheres que desejassem concorrer a representante do CEC. Estes lugares eram aqueles que tiveram uma maior movimentação de estudantes - como em frente a colégios, praças e lugares de sociabilidades e lazer como cinemas (Capitólio, Babilônia e Cine

⁴⁴ O Brasil contou com uma intensa participação dos estudantes secundaristas meninos e meninas entre 14 e 18 anos, alunos do ensino médio. A luta pela meia-passageira nos ônibus e a meia-entrada nos cinemas, teatros e casas de diversão era uma luta antiga dos estudantes secundaristas (ARAÚJO, 2007, p. 67).

São José) -, que seriam o público interessando e de interesse nas eleições. Os debates eram nomeados de comícios, quando os estudantes saíam às ruas para protestar e manifestar apoio ou oposição:

A gente subia no palanque para discutir, em cima de caminhão, acho que nem existe hoje do tipo. A gente fazia assim, discurso político, a estudentada ficava em baixo, aplaudindo ou vaiando (risos). Um comício, sabe o que é um comício de hoje? Pronto, havia comício entre os estudantes (FREIRE, depoimento [maio 2014]).

O palanque, improvisado em cima de caminhões, e com um microfone nas mãos, tornou-se lugar de falar dos centristas, que os utilizaram para manifestar, nomear e expor seus discursos de ingresso no CEC. Esses caminhões, como meio de transporte, foram utilizando como objetos para organizar suas atividades, em épocas de eleições como candidatos estudantis.

O olhar preciso dos candidatos que estiveram em cima dos caminhões falando, esquadrihava os/as estudantes que ficavam embaixo ouvindo. Detiveram-se nos/nas eleitores/as, observando os seus gestos e nas respostas positivas e/ou negativas diante das falas proferidas. Os debates nas eleições giraram em torno, principalmente, de discursos sobre “igualdade” e “união” para a “classe estudantil” (FREIRE, [dep. Maio 2014]), tornando-se um conjunto de cenas para conquistar e convencer o público estudantil. Mas, o que também estava implicado nesses debates nos palanques improvisados, eram as relações de poder que ali se buscavam para os melhores cargos ocupados pelos que ganhavam as eleições, através dos que possuíram os melhores debates em cima dos caminhões.

O “ato de falar”⁴⁵ possibilitou aos centristas uma apropriação de um espaço de poder no movimento político estudantil. Somente os que tinham esse domínio da “fala” eram os que ocupavam os lugares “mais altos” do palanque e, conseqüentemente, os “cargos” de maior importância do CEC, tentando marcar assim suas imagens de lideranças para aqueles/as que estiveram do alto proferindo seus discursos sobre “união” e “pertencimento”. Estes discursos também foram lembrados nas entrevistas:

⁴⁵ De acordo com Certeau (2007, p. 40): “o ato de falar (e todas as táticas enunciativas que implica) não pode ser reduzido ao conhecimento da língua (...) ele opera de um sistema linguístico, coloca em jogo uma apropriação ou reapropriação, da língua por locutores, instaura um presente relativo a um momento a um lugar e estabelece um contrato com o outro (interlocutor), numa rede de lugares e de relações”.

“Era como se fossemos irmãos, uma família, éramos bem amigos. Agora na hora lá da reunião ou nas eleições, havia briga mesmo, sabe (risos). Esquecia os laços de amizade e era o pau queimando mesmo (risos). As mulheres se afastavam porque a minoria também não adiantava de muita coisa, não. Eram discussões assim, nunca foi às vias de fato não, era só discussão” (FREIRE, depoimento [maio 2014]).

“A gente participava dos comícios. Cada um tinha seus adeptos. Ali quem chegava no Centro Estudantil Campinense era uma luta política dos estudantes, só de estudantes. A gente não se metia na política partidária, não [...] As discussões era num nível tão bom que ninguém brigava. Tinha animosidade um com o outro. Agora que era interessante aqueles comícios e passeatas em Campina Grande. Era uma coisa fora do comum viu? [...] O povo fazia chá-chá-chá (*sic*) de São José da Mata para chegar nos Correios, ali na Getúlio Vargas. Menina era gente demais, só ouvia aquele barulho dos sapatos, das pisadas” (BORBA, depoimento [maio 2014]).

Nas entrevistas com Valda Freire e com Auxiliadora Borba, observamos os valores e as representações que articularam para constituir uma identidade para grupo, demarcando seus espaços de atuação e sentimento para elas/eles que lembram o espaço do CEC. Tentam porque em vários momentos se contradizem em suas falas: em um momento é considerado um grupo de estudantes como uma família, pois “ninguém brigava”, mas, ao mesmo tempo, houve brigas e “animosidade” dentro e fora do CEC.

A partir dessas falas, percebemos as imagens e as representações entre os/as centristas, onde o espaço do CEC é contraditoriamente descrito por “união”, mas, na hora de discussões, escolhas políticas, eleições estudantes e posições ideológicas, eles/as se diferenciavam e se distanciavam e o “pau queimava” mesmo.

Desta forma, procuraram/procuram dar sentido aos seus debates em eleições como defensores de ideias e posicionamentos políticos como sendo algo legítimo e verdadeiro⁴⁶: informaram, nomearam, designaram suas funções, expuseram seus discursos, demarcaram seus espaços de atuação e poder como um primeiro passo para as aspirações na política como líderes estudantis do movimento político liderado pelo CEC.

As eleições tomaram um lugar central nas atividades e manifestações do CEC. Era através dessas manifestações que os estudantes podiam desejar e/ou pleitear um

⁴⁶ Entendemos o conceito de verdade de acordo com as ideias de Foucault (2002, p. 232-233): “conjunto de procedimentos que permitem a cada instante e a cada um pronunciar enunciados que serão considerados verdadeiros. Não há absolutamente instância suprema”. Desta forma, procuraram falas que os consideraram como aqueles que pronunciaram posições e visões verdadeiras.

certo lugar de poder no espaço do CEC, o de ser presidente e portador das principais decisões levantadas para essa entidade, bem como, de alguém com influência entre os estudantes. Em época de eleição, os estudantes tinham um comportamento semelhante ao dos políticos em eleições municipais: composição de “chapas” (partidos); oposição; promessas de eleição; perturbações; comícios; passeatas; discursos nas ruas e escolas. A relação dos estudantes com as eleições trouxeram consequências para os que eram eleitos e ocupavam cargos e espaços de poder que lhes permitiam prestígio em função da importância que exigiam tais disputas.

Parte integrante das eleições eram as campanhas eleitorais, em que os/as estudantes usavam de táticas para angariar votos. Era levado em conta o domínio da persuasão e da palavra, a interação dos/as candidatos/as com os/as estudantes e as influências e acesso em colégios da cidade, onde estavam os/as eleitores/as. Para tanto, primeiramente, eram feitos os folhetos da campanha eleitoral (chamados popularmente de “santinhos”) que iriam ser distribuídos nas escolas, nas ruas e praças da cidade. Na *imagem 3* vemos um exemplo do manifesto programa da candidatura a presidência do Centro Estudantil Campinense, para os anos de 1960-1962, de Josué Sylvestre e para vice-presidente Sebastião Batista (China).



IMAGEM 3

Fonte: SYLVESTRE, Josué. *Meio século de vida pública sem mandado ou com?: fatos e personagens da história de Campina Grande e da Paraíba (1950-2000)*. Campina Grande: Latus, 2013.

O “Manifesto-Programa” contém: fotos dos candidatos grande e visível; nome da “Chapa”, “Coligação Estudantil Progressista”; breve nota de Figueiredo Agra presidente do CEC na época da eleição, numa forma de mostrar o poder de influência dos candidatos junto ao presidente, elevando suas capacidades à eleição e sua relevante atuação em outras ações; e por fim, não bastando os elogios do presidente a ser substituído, dando cor e tons ao debate eleitoral, é manifestado, em palavras as suas credenciais e capacidades de ser presidente do CEC.

Tanto Josué Sylvestre como seu vice-presidente já haviam participado como representantes do CEC entre os anos de 1951 e 1953, mas que, na época dessa referida eleição da *imagem 3 (1960)*, não eram mais estudantes secundaristas. Aquele com 23 anos de idade, já havia sido candidato a deputado estadual em 1958. Através do novo estatuto, poderia ser sócio do CEC após o término do curso ginásial por mais dois anos. Visto que, geralmente, o estudante terminava o ginásial com 18 anos, em 1960, Josué Sylvestre com 23 anos já ultrapassava a idade máxima permitida para concorrer junto aos 21 representantes do CEC. Sobre sua candidatura como presidente do CEC ele narra:

Além da vocação natural para os lides (*sic*) da vida pública, a imersão ideológica nos postulados e lutas do Movimento Nacionalista Brasileiro alicerçou meus sentimentos de cidadania e meus compromissos com a democracia (SYLVESTRE, 2013, p. 52).

Josué Sylvestre justifica os motivos de sua candidatura à presidente do Centro pontuando os seguintes motivos: pedido de “lideranças secundaristas”; e pôr em funcionamento a Casa do Estudante, que havia sido o desejo de vários centristas que atuaram antes dele. Apesar de narrar sobre o “compromisso” com a democracia e a tão “nobre” causa de terminar a construção da Casa do Estudante, Josué Sylvestre não deixou de burlar o estatuto para se candidatar a presidente do Centro.

Feito o seu “Manifesto-Programa”, era vez dos candidatos divulgarem para os/as eleitores/as. E um local onde mais se encontrariam estes/estas eram nos colégios da cidade. Mas, para isso, tiveram que criar/usar táticas para ingressar no Colégio Imaculada Conceição – Damas⁴⁷ – e/ou no colégio PIO XI⁴⁸, no turno da tarde, estabelecimentos que estudavam apenas eleitoras.

⁴⁷ A fundação do Colégio Imaculada Conceição aconteceu no dia 1º de março de 1931, “por solicitação do Arcebispo D. Adauto de Miranda Henriques. As fundadoras foram as irmãs Dominique, Alice, Livine e Martina”, localizada na Av. Marechal Floriano Peixoto, centro desta cidade, até os dias atuais. (www.cicdamas.com.br).

A primeira tática foi convidar as meninas para fazerem campanhas eleitorais em colégios femininos, já que as Damas possuiu um grande número de eleitoras, aceitando-as como integrantes em candidaturas para a escolha dos 21 representantes do Centro, por representarem a ala feminina católica e por ter livre acesso a esses colégios, já que estes atendiam ao público feminino. Como afirma Agnelo Amorim⁴⁹:

Quando nós íamos fazer a visita lá (Damas) quem fosse de esquerda, que eram sempre pessoas que não eram católicas, mas a gente ia com escapulato (*sic*) que usávamos no pescoço porque as freiras não admitiam gente de esquerda e nem comunista, e logo a gente preparava o ambiente (AGNELO AMORIM, depoimento [dezembro 2013]).

As táticas dos candidatos estudantis e centristas para angariar votos dos/das outros/as estudantes incluía uma socialização política. Nos colégios da cidade, onde compartilhavam suas opiniões na expectativa de aceitação, embora que fosse preciso, às vezes, contradizerem com suas orientações políticas: os comunistas⁵⁰ não eram “bem vindos” em alguns colégios religiosos. A busca do apoio dos/as estudantes, seja “recrutando” mulheres, seja distraindo a atenção das freiras, foi uma das condições usadas pelos candidatos para as aspirações do exercício do poder no espaço do CEC.

Nas memórias do ex-centrista José Lucas Filho sobre as eleições, temos a seguinte visão:

Era uma eleição dura, votava cinco mil estudantes. Todo estudante com a carteira em dia podia votar. Então a gente ia buscar de automóvel. Então a gente conseguia eles. Nessa eleição histórica que eu fui o mais votado no Centro, até os dias de hoje, nos simplesmente fizemos o seguinte: ocupamos as salas de aula do CAD (Colégio Alfredo Dantas) e quem presidiu foi o saudoso Severino Lopes Loureiro (na época diretor do CAD) (LUCAS FILHO, depoimento [março 2014]).

O ex-centristas José Lucas Filho, narrando-se como o representante mais votado nas eleições do CEC, para o ano de 1960, marca, ao mesmo tempo, o seu lugar de poder

⁴⁸ No Colégio PIO XI, os turnos eram divididos entre os gêneros: de manhã estudavam os meninos e de tarde estudavam as meninas (LUCAS FILHO, dep. [março 2014]). Este externato foi fundado e, sete de abril de 1931 pelo Vigário José Medeiros Delgado, situando-se em salões anexos da Igreja Matriz, Catedral, localizado no centro desta cidade, sendo transferido, em 1932, para um prédio em construção na Rua: João Pessoa, que foi doado por José Joaquim de Castro Leite (José Padre). (www.retalhoshistóricoscg.com.br).

⁴⁹ Agnelo Amorim foi líder estudantil e centrista na década de 1950. Escritor e jornalista hoje é jurista e Promotor de Justiça.

⁵⁰ Essa discussão será retomada no capítulo dois, sobre o diálogo dos centristas com as ideias comunistas.

e influencia como candidato a líder estudantil, reproduzindo suas memórias sobre o significado resultado nas eleições, que considerou como importante enquanto estudante. Nesta eleição estava também concorrendo para presidente do CEC Josué Sylvestre, que destacou o seu lugar nos resultados dessa campanha, considerado pelos mesmos entrevistados/ex-candidato, como as mais “expressivas” e “significativas” de “todas” as eleições desde a fundação do CEC em 1935. Para tanto, mostrou os possíveis resultados dessa eleição: José Lucas Filho foi o mais votado para o conselho de representantes com 131 votos, e Josué Sylvestre obteve 1.470 votos, dos 2.260 estudantes que votaram, “dos quais 65% sufragaram a nossa chapa” (SYLVESTRE, 2013, p 52).

Para que as eleições ocorressem, era preciso reunir o maior número possível de estudantes. Para tanto, José Lucas Filho narra que na época em que foi o mais votado, foram às urnas cinco mil estudantes, apesar de Josué Sylvestre ao trazer os dados dessa mesma eleição, afirma que votaram 2.260 estudantes. Consideradas como disputadas, ao citarem o número de estudantes que votaram, os entrevistados tentam marcar o lugar de influência que desempenharam junto aos estudantes através das eleições para a escolha dos 21 representantes do CEC.

Não poderíamos dizer se nessa eleição os candidatos José Lucas Filho e Josué Sylvestre foram os mais votados em “todas” as eleições, pois não temos outras fontes de resultados que confirmem tais dados. O que podemos dizer é que suas memórias estão a todo o momento tentando trazer suas atuações e passagens pelo CEC de uma forma que eles consideram como sendo positivas, reafirmando suas narrativas na construção do espaço de memória do CEC.

Essas eleições estudantis foram divulgadas pelos jornais em circulação na época, os quais trouxeram matérias convocando a conscientização dos estudantes na hora do voto, pois representaria as “soluções dos problemas da classe estudantil” e a responsabilidade “pelo êxito ou fracasso do futuro corpo administrativo de nossa máxima entidade de classe” (GAZETA CAMPINENSE, 1960, p. 2). Para tanto, não eram somente os candidatos que “invadiam” os espaços das escolas para buscar o/a eleitor/a onde estivessem para votar, mas, também, no dia da eleição os jornais traziam reportagem lembrando os estudantes de irem às urnas espalhadas pelos colégios da cidade. Vejamos o que traz a matéria do jornal *Gazeta Campinense*:

Devemos deixar de lado essa indiferença doentia, e reagimos contra o que julgamos errado. Se em plena juventude tendemos a acomodar-

nos às mais vís situações, subjugar-nos aos caprichos de colegas inescrupulosos mais astutos...É mister procurarmos sempre subir um degrau na escada da vida, ao invés de limitar-nos a seguir um caminho tão plano como a nossa própria mediocridade (GAZETA CAMPINENSE, 1960, p. 2).

O jornalismo local partiu da ideia de divulgar a importância das eleições estudantis que, ir às urnas era “subir um degrau na escada da vida”, considerado como sendo uma prática de envolvimento dos estudantes junto com movimento político liderado pelo CEC, pois era através do voto que eles/as podiam participar, pelo menos, da decisão da escolha dos 21 representantes.

Depois de irem às urnas elegerem os candidatos e exercido seus “deveres” como estudantes engajados na política centrista, outra ação dos estudantes era presenciar a cerimônia de posse dos 21 representantes, considerada como um ato solene, pois seriam esses jovens a discursar que iriam representar o Centro Estudantal Campinense por um ano (futuramente dois anos com a mudança do estatuto em 1958). Os estudantes não elegeram os/as centristas somente como representantes, mas como igualmente líderes responsáveis e capazes de assumir tal tarefa “honrosa, respeitada e disputada” no movimento político do CEC (LUCAS, dep. [maio 2014]). Ver *imagem 4*:



IMAGEM 4

Fonte; Arquivo pessoal José Morais Lucas.

A fotografia acima não apenas informa sobre a entrega dos diplomas de pose, realizada no Colégio Alfredo Dantas, mas também mostra os rostos dos 21 representantes, onde aqueles/as escolhidos para os cargos de presidente e vice, tesoureiro, secretário-geral e diretor de imprensa, iriam discursar aos presentes, fazer as “honras” de pose, e todos/as recebiam, das mãos do diretor do CAD um diploma simbólico: sentando em fileiras, 11 de um lado, 10 do outro lado (a fotografia somente capturou um lado), há uma divisão dos lugares, meninas de um lado e os meninos do outro; eles portando terno e gravata e elas com vestidos (a segunda mulher da direita para esquerda é Valda Freire; e o primeiro homem da esquerda para a direita é José Morais Lucas). Nesta solenidade eram entregues o diploma eleitoral. Ver *imagem 5*:

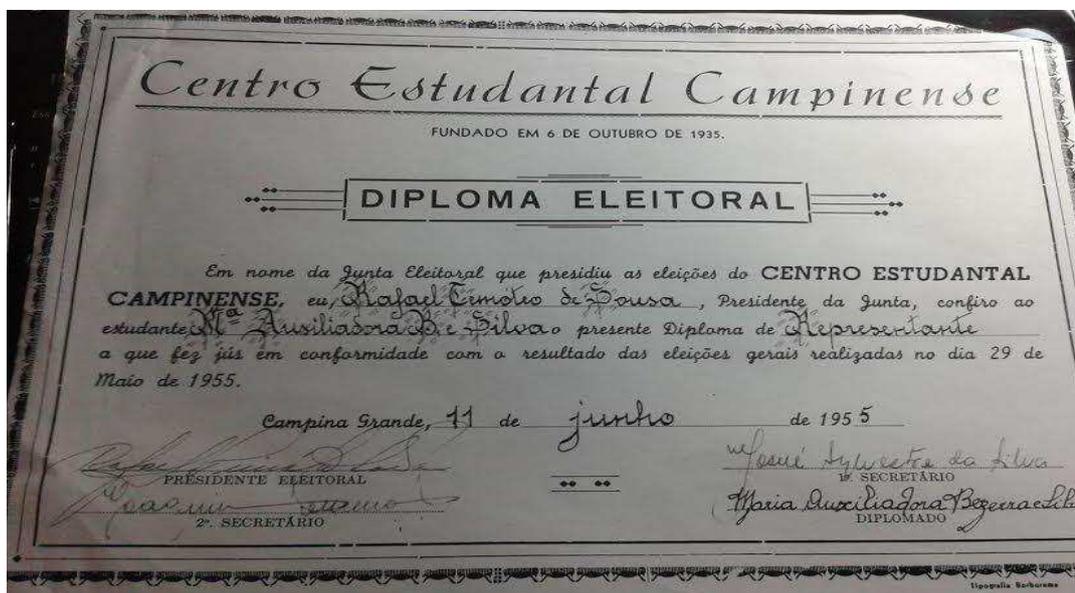


IMAGEM 5

Fonte: Arquivo pessoal Auxiliadora Bezerra Borba

O diploma eleitoral, na *imagem 5*, foi preenchido por escrito e era recebido no próprio espaço do CEC. Neste exemplo de diploma, da eleição do ano de 1955, continha as assinaturas do presidente eleitoral, dos 1º e 2º secretários, e da diplomada Auxiliadora Bezerra e Silva (Borba). Esses arquivos fotográficos se constituem como memórias sobre as histórias de participação pelo CEC, guardadas pelos/as entrevistados/as como representantes de momentos considerados significativos quando jovens centristas, que buscam não apenas nas memórias, mas também nas fotografias, como signos de memórias, no reconhecimento sobre suas atuações no CEC, em

discursos e imagens que tendem a legitimar suas passagens pelo movimento político liderado pelo mesmo.

O reconhecimento nas memórias, sobre as atuações centristas revelaram-se, também, na relação que desempenharam, através do nome do CEC, com a política local, em ações de aproximação e enfrentamentos entre os centristas e alguns setores da política e de propriedades privadas.

1.3. OS CENTRISTAS E SUAS PRÁTICAS DE APROXIMAÇÕES, DE REINVIDICAÇÕES E DE ENFRENTAMENTOS.

Ensaando e executando diversas greves, com reivindicações que iam desde os interesses particulares dos centristas até interesses mais gerais dos estudantes, ou em alguns casos envolvendo a sociedade campinense, as ações de aproximação e enfrentamento entre centristas e alguns setores da política local, incidiam em manifestação de força e de influência que buscaram os centristas na configuração de suas imagens de liderança e na construção de um espaço politizado para o CEC.

Através de suas contribuições e influências políticas na cidade, as manifestações dos centristas tiveram características específicas, pois para além de reivindicar “direitos” para a “classe estudantil”, vão marcar suas atuações para contribuir em suas formações políticas futuras.

Disto, partimos da ideia de que, quando os centristas se dispuseram a manifestar e lutar em favor dos seus direitos, eles possuíam uma ideia de “política” e “justiça” que beneficiavam, principalmente, seus próprios interesses, demonstrados nas reivindicações e nas greves. Sobre a relação dos centristas com o poder público, Nascimento (1990, p. 135) afirma que:

É preciso lembrar que muitos centristas tinham seus estudos financiados pelo poder público; tal fato era estrategicamente aproveitado para pressionar o Centro Estudantil Campinense quando se posicionava contrário a medidas do Executivo Municipal.

Esse “auxílio” de bolsas de estudo era financiado pela Prefeitura de Campina Grande, já discutido anteriormente, para alguns estudantes que vinham estudar nessa cidade. Além disso, a entidade recebia “ajuda” em dinheiro para as despesas das

atividades do CEC. A partir desses exemplos, podemos perceber indícios da relação de líderes estudantis com políticos locais, como sinais de ajuda financeira, apoio e também de boa convivência, como em carta publicada no *Jornal de Campina*⁵¹ do governador José Américo de Almeida⁵², direcionada ao presidente do CEC, Fernando Cunha Lima⁵³:

Respondendo vosso telegrama tenho prazer manifestar meu firme propósito cooperar no movimento destinado elevar nível cultural do Nordeste tendo Campina Grande, como um dos seus centros naturais. Saudações, José Américo Governador (JORNAL DE CAMPINA, 1952, p. 6).

Esse tipo de relação estava pautada nos anseios dos jovens centristas em criar as condições favoráveis para a ascensão na política. Essa aproximação pode ser refletida pelo fato de que, muitos centristas eram ligados por vínculos de parentesco ou amizade com políticos locais, se envolvendo em campanhas políticas para a realização de seus projetos políticos futuros. Assim, questionando o senhor Josué Sylvestre com relação ao vínculo da entidade com a política local, ele nos relata:

Não, nenhuma, nenhuma. O que havia era o seguinte: a cidade era muito politizada, as diretorias tinham sim vinculação política com o quadro local, geralmente uma chapa era apoiada por um lado e a outra pelo outro lado, tinha chapa que era apoiada pelos adeptos do agimirismo, Argemiro de Figueiredo (ex-prefeito de Campina Grande). Dr. Argemiro nunca tinha assim se envolvido, mas era apoiado por estudantes que participavam do partido do Dr. Argemiro, que era a UDN (União Democrática Nacional), é o caso dos irmãos Cunha Lima [...] a 9 de junho de 1950 na tragédia da Praça da Bandeira, Ivandro (Cunha Lima) foi um dos oradores ligados ao Dr. Argemiro, por um cuidado muito claro, ele não falou em nome do Centro, falou em nome da juventude campinense, mas todo mundo estava sabendo que era a voz do Centro, era o presidente do Centro

⁵¹ O *Jornal de Campina* foi jornal semanário (mas nem sempre era editado toda semana), criado no ano de 1952, e tinha como Diretor o ex-centrista e estudante de filosofia William Ramos Tejo e Redatores o também ex-centrista Noaldo Dantas e Evaldo Cruz, Técnico Jonatas Barbosa de Arruda. Considerado como um jornal noticioso que levaria “ao povo campinense as notícias de que vai pela cidade e pelo mundo”. Noaldo Dantas, redator e colunista, possuía uma coluna regular, chamada “Flagrantes do Dia”. Quando estudante e representante do CEC, já exercia a função de jornalista. Na sua coluna divulgou assuntos sobre a cidade de Campina Grande, o sertão da Paraíba e a seca, teceu críticas políticas, respondeu leitores e escreveu assuntos relacionados à vida estudantil. Este colunista, além de jornalista, era bancário no Banco do Brasil. O jornal ainda possuía a coluna “Mundo Estudantil”, em que trazia assuntos referentes aos estudantes campinenses, com a colaboração do CEC (JORNAL DE CAMPINA, 1952). Encontramos exemplares no Acervo Átila Almeida dos anos de 1952-1953.

⁵² Foi governador da Paraíba entre os anos de 1951 a 1956 (www.e-biografias.net).

⁵³ Fernando Mauro Cunha Lima (Guarabira/PB 26/07/1934- Grumari/RJ 21/07/1978) foi líder estudantil sendo presidente eleito e reeleito do Centro Estudantil Campinense, entre os anos de 1952-53. Participou de movimentos estudantis de repercussão em Campina Grande, tanto pela construção da Casa do Estudante e como pela inauguração do Colégio Estadual da Prata. Era presidente do CEC a época da morte do ex-centrista e vereador Félix Araújo em 1953.

[...] e havia o pessoal do PSD (Partido Social Democrático), que era Genival Lucena, antes Raymundo Asfora, quando eu cheguei (no ano de 1960), já não havia essa ação assim tão forte da UDN e do PSD, já havia outros partidos, o Partido Socialista. Eu era do Partido Socialista” (SYLVESTRE, depoimento [nov. 2013]).

Josué Sylvestre, em suas memórias aponta contradições ao falar que os centristas não tinha nenhuma relação com o poder público local, mas mostra que os mesmo eram ligados a políticos locais. Desta forma, afirma um lugar de poder e de autoridade, o espaço do CEC, que mesmo não sendo pronunciado em discursos públicos, era de conhecimento de todos, já que muitos dos pronunciamentos de apoio a políticos locais vinham de “dentro” do CEC. Desta forma, torna-se significativo o apoio dos centristas aos Partidos Políticos locais e vice-versa, o que possibilitava angariar votos ou atender interesses outros, inclusive pessoais, sendo o espaço do CEC apropriado em benefício desses interesses.

Para tanto, consideramos que as reivindicações e manifestações centristas, para além das lutas em favor dos interesses dos estudantes, como queriam representar os/as entrevistados/as, mostram um grupo de centristas se mobilizando em torno de anseios para ingressarem na política partidária, demonstrada também pelo apoio e aproximação a partidos políticos⁵⁴. Em outros depoimentos, presenciamos essa aproximação de lideranças centristas com políticos locais:

Sim, tinha relação os presidentes, mas eles não eram capachos, eles não eram e se fossem aí então a gente questionava. A linha do Centro Estudantal Campinense era exclusiva dos estudantes, nosso partido era o Partido dos estudantes. Os estudantes tinham que ser de um partido só, embora isso não queira dizer que não houvesse posições e situações. Tinha candidatos, vários candidatos que eram apoiados e apoiava os representantes do Centro (BORBA, depoimento [maio 2014]).

⁵⁴ Em 1946 uma nova Constituição foi promulgada no Brasil, a partir da qual são retomados princípios democráticos e sociais que houveram sido suspensos em 1937 pelo Estado Novo (1937-1945). Em 1945 os ministros Agamenon Magalhães (justiça) e Alexandre Marcondes (trabalho), promoveram a criação de dois partidos políticos que iriam expressar as duas vertentes do getulismo. Foram o PSD e PTB, tendo como principal partido de oposição a UDN. Também em 1945, o governo decretou a nova Lei Eleitoral que fixou o data de 2 de dezembro para eleições à presidência da República e ao Congresso. Para tanto na Constituição de 1946, “o Brasil foi definido como uma República Federativa, estabelecendo-se as atribuições do governo Central, dos Estados e dos Municípios. Fixou-se também o campo de competência dos três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. No capítulo referente à cidadania, o direito e a obrigação de votar foram conferidos aos brasileiros alfabetizados, maiores de 18 anos, de ambos os sexos”. Ainda, “o PSD predominou amplamente no governo do general Dutra, marcado pelo conservadorismo e pela repressão aos comunistas. Em maio de 1947, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu colocar o Partido Comunista na ilegalidade” (FAUSTO, 2013, p. 108-109).

A gente acompanhava as eleições. Naquela época eram uns dois candidatos no máximo para Campina Grande. Nós tínhamos sorte de fazer quase todos na nossa época, os prefeitos de Campina Grande que era do nosso convívio. Então Evaldo Cavalcante Cruz e Ronaldo Cunha Lima⁵⁵, tínhamos como candidatos do Centro, e tantos outros. As vezes até queria ser contra, né? Mas, de qualquer maneira, a gente apoiava e nós tivemos muita atuação, muito mesmo (LUCAS FILHO, depoimento [maio 2014]).

Os/as entrevistados/as falando sobre a relação dos centristas com os políticos locais, ao serem questionados/as, constroem o espaço do CEC enquanto distantes da política partidária local e a entidade tendo agido através de um movimento político coeso e homogêneo voltado exclusivamente para os estudantes. Todavia, acabam por admitir que líderes e presidentes do Centro apoiaram candidaturas e partidos políticos e tomaram literalmente partido em campanhas eleitorais nas escolhas políticas e que obtiveram grande influência no apoio a esses políticos.

Essas duas memórias convergem: admitem que os líderes estudantis que apoiaram candidaturas, afirmaram o CEC como atuante na política local e os centristas como desenvolvendo ações nos espaços da vida pública na cidade, facilitando, por sua vez, seus acessos nas escolhas futuras na política partidária local. Mas, divergem quanto às posturas de apoio ou não. Auxiliadora Borba e Josué Sylvestre falam que possuíam distanciamento e José Lucas Filho sugere que nem sempre era possível ir contra.

Na análise de Isaura de Melo Franco (2012, p. 3459), sobre as influências de estudantes com partidos políticos, esta afirma que “a aproximação das lideranças estudantis com partidos políticos foi sempre constante na decorrer da história”, ressaltando que essa aproximação era frequente com alunos de nível superior, visto que os “alunos eram eleitores em potencial não podendo ser desprezados essa valorização social desse grupo”.

Mas, o que dizer da relação de estudantes secundários campinenses que possuíam uma relação com partidos políticos, se era, em sua maioria, alunos/as na faixa etária entre 14 e 18 anos⁵⁶ de idade? Através das entrevistas e das matérias de jornais, percebemos que a relação do CEC com os políticos locais não foi uma apropriação

⁵⁵ Ronaldo Cunha Lima foi líder estudantil sendo vice-presidente do Centro Estudantil Campinense e diretor do jornal *Formação*, entre os anos de 1951-55. Foi vereador e prefeito de Campina Grande por duas vezes - a primeira em 1968, sendo cassado pelo AI-5 e a segunda em 1982-, deputado, senador e governador da Paraíba. Morreu em sete de julho de 2012. Sua morte teve repercussão nas redes sociais e amigos e políticos da cidade e do Estado prestaram homenagens em forma de escritos, que narraram sua trajetória como estudante-centrista, poeta e político campinense.

⁵⁶ Os eleitores que votavam na década de 1950 eram os alfabetizados, maiores de 18 anos, sem distinção de sexo (appss2.tre-mt.jus.br/evoluçãodovoto) (acessado em 24/08/2014).

homogênea, ficando restrito a alguns representantes centristas que obtiveram maior participação na vida política da cidade, os quais já estavam em fase de conclusão do curso secundário e a alguns passos de ingressam na Universidade, o que os levaria a deixarem o movimento político liderado pelo CEC. Assim, fica evidente a valorização política e social, na cidade de Campina Grande, do estudante secundário, já que através do CEC exerceram um papel relevante nas reivindicações políticas locais.

Esse papel relevante dos estudantes secundaristas e suas ações na política da cidade foram construídos, nas entrevistas e também nas narrativas dos jornais, o Centro Estudantal como um espaço privilegiado das manifestações de centristas junto à sociedade campinense. Para tanto, as discussões políticas dos centristas vão se mesclar com as lutas políticas da cidade:

Dr. Elpídio vem aí...por Noaldo Dantas

Quando a cidade morre de sede; quando os códigos imploram à Prefeitura o pagamento das mensalidades dos alunos bolsistas; quando os direitos do povo campinense são desprezados em prol de uma minoria; quando o “CEC” não reinicia a construção da “CASA DO ESTUDANTE” por falta de ver (*sic*) que a Prefeitura não paga (...) quando as casas de mulheres de vida fáceis proliferam no centro da cidade; quando os postos de iluminação pública estão abandonados; quando os pobres funcionários estão ameaçados de não receberem o ABONO DE NATAL (...) quando o preço do pão é aumentado sorrateiramente; quando várias ruas da cidade estão parcialmente escuras (...) eis que nos chega a notícia que em Dezembro próximo estará entre nós o Dr. Elpídio de Almeida, o maior administrador que esta cidade já teve (grifos do jornal) (JORNAL DE CAMPINA, 16-11-1952, Ano I, N. 16, p. 1)⁵⁷.

O engajamento dos estudantes se estendia à reivindicações dos estudantes, mas, também as reivindicações locais, onde se mobilizaram com mais frequência em questões que envolviam, junto com as narrativas de denúncias nos jornais, dos problemas da sociedade e da cidade de Campina Grande, como: a falta d'água, o aumento das tarifas de transportes, aumento das entradas de cinema, aumento do pão e contra medidas consideradas arbitrárias da Prefeitura, que envolviam interesse não

⁵⁷ As aproximações dos centristas podem ser assim justificado pelas medidas que beneficiaram centristas e estudantes durante o governo de alguns políticos. Neste caso, vemos o centrista Noaldo Dantas expressar seu apoio ao político Elpídio de Almeida e ao seu governo. Isso pode ser demonstrado pelo política que desempenhou tal político, que propiciou a modernização da estrutura urbana com medidas que atendiam a população, entre elas a autorização de subversões ao Centro Estudantal Campinense. (RIBEIRO,)

apenas dos estudantes, mas também da sociedade local. Como exemplo, temos o apoio dos estudantes às denúncias do jornal *Evolução* sobre o aumento do pão:

Não estão apáticos os Representantes do CEC, no recente caso do aumento do pão. Na última sessão do seu conselho, resolveram os mandatários estudantis hipotecar inteira solidariedade ao povo campinense, em sua luta para impedir o novo aumento do pão denunciado em primeira mão por este jornal. Em consequência, foram designados representantes do Órgão da classe, para juntamente com os sindicatos dos trabalhadores, debater o problema (jornal EVOLUÇÃO, 1958, Ano.1, Num. 3, p. 3).

Os centristas assumiram posturas políticas que mobilizaram não somente estudantes, mas também em apoio à população local em torno de necessidades básicas. Ao manifestar seu posicionamento sobre o aumento do pão, que estava sendo denunciado pelo jornal *Evolução*.

Também, enquanto criticava a administração do então prefeito Plínio Lemos, o centrista Noaldo Dantas manifestou seu apoio político a Elpídio de Almeida. Desta forma, enquanto denunciavam os problemas a qual passava a cidade, os centristas manifestavam seu envolvimento com políticos. Para que isso fosse possibilitado, Josué Sylvestre afirma, mais uma vez, a relação dos estudantes com os políticos locais:

O Centro Estudantal Campinense era uma força muito grande, tinha um prestígio enorme, os prefeitos ouviam eles, perguntavam o que o Centro achava sobre determinada decisão, sobre ingresso de cinema, preço do pão, preço das passagens de ônibus urbanos. O Centro tinha uma força poderosa e nós chegamos a decretar greves várias vezes, parar tudo quanto foi de transporte, fechar cinema, aconteceu muito, era uma força, mesmo, mesmo. (SYLVESTRE, depoimento: [nov. 2013]).

A prática política do CEC foi marcada não somente pela aproximação, mas, principalmente, pelo confronto ao poder público local. Contudo, Josué Sylvestre exagera ao falar das greves ao ponto de chegar a parar o funcionamento desses estabelecimentos privados da cidade. Isto estar relacionado aos discursos dos/as entrevistados/as sobre o de (de) marcar como efetiva a participação dos/as centristas na política local, associada ao tentar convencer o ouvinte/leitor de que eles/as não apenas ocuparam espaços, mas, principalmente, modificaram seus funcionamentos.

Na matéria “Mais uma vez vitoriosa a classe estudantil”, vejamos o que o jornal *Formação* escreve sobre esse envolvimento dos estudantes na vida política pública local e seu distanciamento ao poder executivo:

O Centro Estudantal Campinense, levando em consideração as atitudes arbitrárias da Prefeitura Municipal, negando-nos Verbas votadas e aprovadas pela Câmara de Vereadores, decretou oficialmente greve geral de protesto por tempo indeterminado, em todos os colégios da cidade (FORMAÇÃO, 1957, p. 1).

Os centristas se afirmaram em nome do CEC, através desta matéria do jornal *Formação*, seu engajamento na cena pública e os estudantes como ativos e organizados, que não mediram esforços em lutas políticas e na busca por suas reivindicações, ensaiaram e executaram greves em protesto ao poder público local. Sejam como estudantes e/ou jornalistas, através de seus discursos, transmitiram aquilo que consideraram como função a ser desempenhadas pelos centristas, como por exemplo, apoiar os estudantes em assuntos considerados dos seus interesses. Desta forma, as aproximações foram se misturando com os enfrentamentos, quando as ações dos poderes públicos locais não atendiam as “necessidades” e “manifestações” dos estudantes.

Essas manifestações foram refletidas através de outros interesses, que englobaram tanto assuntos que envolviam os estudantes de uma forma mais coletiva, quando em lugares de sociabilidades, frequentados pela sociedade:

Um comissão do C.E.C, enviada à L.D.C, depois de ligeiro debate, conseguiu do Snr. João Pedrosa, Presidente daquela entidade um abatimento de cinquenta (*sic*) por cento nos jogos de futebol realizadas entre os clubes locais. O presidente do Paulistano confirmou que mesmo em jogos realizados com clubes de outras cidades, o Alvi-Negro da Liberdade concederia o abatimento. Finalmente, no dia doze do corrente, os estudantes Fernando Cunha Lima e Odimar, compareceram à sessão do Treze, tendo conseguido, ainda com dificuldade, o referido abatimento (JORNAL DO ESTUDANTE, 1953, p.6).

Um dos pontos atacados pelos estudantes, em greves lideradas pelo CEC, reside, justamente, nas facilidades de acesso com meia-entrada em lugares privados, como cinemas, teatros, jogos de futebol. O *Jornal do Estudante*⁵⁸ anuncia como mais uma

⁵⁸ *O Jornal do Estudante* (Órgão de interesse Estudantil) (Campina Grande – agosto de 1953), teve como diretor: Nazário Pimentel; Redatores: Josué Sylvestre e Ademar Martins. O jornal trouxe uma matéria de

“Vitória do Centro” descontos em estádio de futebol, deixando transparecer que a formação dos estudantes, como propunha os estatutos, eram também as suas participações nas torcidas dos seus times preferidos.

Na década de 1950 existiam em Campina Grande, três principais times de futebol: o Paulistano Clube, fundado em 1929, de caráter mais popular, pois surgiu a partir das “peladas” em campos improvisados em bairros da cidade, nas primeiras décadas do século XX; o Treze Futebol Clube, fundado em 1925, de caráter mais elitista, pois era formado por uma elite que se revezava na direção e por muitos anos foi o principal time de futebol com bases profissionais que competiam com times de outras cidades; e o Esporte Campinense Clube, fundado em 1954, que passou a ser um time que iria disputar títulos com o Treze e dividir a torcida campinense.

Os jogos de futebol na cidade giravam em torno desses dois últimos times, que entusiasmavam as torcidas. Os meios de comunicação, o rádio e os jornais, incentivavam a população, que possuíam condições para irem torcer pelos seus times favoritos no Estádio de Futebol Presidente Vargas, pertencente ao Treze e fundado em 1940.

Como maneiras de sociabilidades, o ingresso nos jogos de futebol também representou um meio de conquistas entre os centristas. Para tanto, expuseram sua vitória em greves para o abatimento nesses jogos de futebol, que consideraram como de interesse dos estudantes.

Além dessas, houve também as greves realizadas contra empresas de aviação, para abatimentos de passagens de avião para os estudantes que adquirissem a carteira de estudante e/ou de sócio do CEC e tivessem com elas em dia. Esse benefício era para alguns poucos estudantes, porque não eram todos que possuíam condições de viajar de avião na época, e mais, o valor das carteirinhas de estudantes era uma quantia insignificante comparada às passagens de aviões, embora que com 50% de desconto.

As greves dos estudantes lideradas pelo CEC giraram em torno, além dos seguintes motivos citados acima: o não pagamento das “Bolsas de Estudo”, doadas pela Prefeitura para que os alunos secundaristas de baixa-renda e/ou vindos de outras cidades pagassem suas dispersas nos colégios particulares de Campina Grande e os atrasos da “ajuda” financeira destinada às despesas do CEC, pagas também pela Prefeitura.

inauguração intitulada “Aos Estudantes”, em que expôs as seguintes justificativas de criar esse jornal: “Somos dos que vêm numa tentativa como esta uma força a mais a serviço do desenvolvimento cultural dos estudantes campinenses” (1953, num.1, ano1 p. 2). Desconhecemos a existência de outros exemplares.

O não cumprimento do pagamento das bolsas levou os centristas a entrarem em greve, tendo como apoio os estudantes universitários e a Associação dos Professores, e os colégios a suspenderam suas atividades, o que fez com que os/as alunos/as ficassem sem aulas. Em carta ao prefeito Plínio Lemos⁵⁹, publicada na imprensa local, os grevistas alegarão:

Campina Grande, 7/11/1952

Exm. Sr.

Dr. Plínio Lemos

DD. Prefeitura Municipal.

CIDADE

O “Centro Estudantal Campinense”, por unânime do seu CONSELHO REPRESENTATIVO, confiando no espírito elevado de Vossa Excelência e certo da posição que deve tomar na defesa dos interesses da classe estudantil, expõe o seguinte: PRIMEIRO: A Prefeitura Municipal, no início do corrente ano letivo, autorizou a matrícula de mais de cem estudantes nos Colégios Alfredo Dantas e Pio XI, nesta cidade, comprometendo-se a pagar a esses educandários as mensalidades respectivas; SEGUNDO – MALGRADO o compromisso assumido pela edilidade (*sic*), não vêm sendo pagas pontualmente as mensalidades correspondentes a êsses estudantes beneficiados pelo “Bolsa Estudo”; (...) Os Colégios, como medida de precaução, decidiram suspender esses estudantes até que seja integralmente pago o débito que a entidade tem para com suas respectivas tesourarias⁶⁰. O CENTRO ESTUDANTAL CAMPINENSE como associação de classe, teve ciência oficialmente da medida e não poderia cruzar os braços ante a angustia da situação por que atravessam os nossos colegas que sômente podem estudar com proteção da Prefeitura (...) ATÉ que sejam tomadas essas providencias que ora solicitamos, o CENTRO e a classe estudiosa estarão obrigada a paralisar as atividades estudantis na cidade, como medida acauteladora dos nossos interesses (...) Com muito respeito e elevada consideração. Fernando Cunha Lima. Presidente (JORNAL DE CAMPINA, 1952, p. 2-4) (grifos do jornal).

⁵⁹ Plínio Lemos nasceu em Areia/PB no dia 03 de abril de 1903. Tornou-se Bacharel em Direito pela Universidade de Recife/PE em 1928. Participou da campanha da Aliança Liberal (1929-1930) e após o Golpe de 1930, ocupou entre 1931 e 1934 o cargo oficial de gabinete no Ministério da Aviação e obras públicas na gestão de seu conterrâneo, o paraibano José Américo de Almeida. Foi prefeito de Campina Grande entre 1951-1955. Em outubro de 1958 voltou a candidatar-se à Câmara dos Deputados. Continuou sua carreira política, se elegendendo para vários cargos na Paraíba. Ainda em 1954, publicou um documentário “Ainda pela verdade” (cgretalhos.blogspot.com.br / <http://cpdoc.fgv.br> (acessados em 09/08/2014).

⁶⁰ Hoje, ao contrário da época dessa notícia, pelo Art. 7º da LDB de 1996: “O ensino é livre à iniciativa privada, atendendo as seguintes condições: (...) capacidade de autofinanciamento, ressalvado o previsto art. 203 da Constituição Federal”. O Estado permite a iniciativa privada a atuação no ramo da educação, mas exige que tenha capacidade de autofinanciamento, isto é, que possa ingressar neste mercado e nele manter-se com seus próprios recursos, sem contar com verbas públicas. E também que colégios particulares não podem suspender os/as alunos/as que tiverem em débito com as suas mensalidades (FRAUCHES; FAGUNDES, 2007, p. 45-46).

Os centristas receberam apoio de outros segmentos da sociedade: universitários, jornalistas e diretores das escolas, os interessados pelo recebimento das bolsas, e fizeram da administração do prefeito o principal alvo de ataques, utilizando jornais⁶¹ como meio de criar táticas para manifestar a oposição ao prefeito Plínio Lemos e de explorar as influências junto à sociedade, para encontrar brechas das quais pudessem tirar o máximo proveito e angariar adeptos.

Com isso, o mais acirrado enfrentamento dos centristas foi em oposição ao prefeito Plínio Lemos. Os anos de governo desse político foram envolvidos por denúncias e acusações pelos centristas, que o consideraram como “inimigo” dos estudantes. Como principal alvo de oposição, as manchetes dos jornais trouxeram discursos que o acusaram não somente de prejudicar os estudantes, mas de “derramar sangue”.

Chamaremos de “campanhas anti-Plínio”, esses enfrentamentos contra o então Prefeito Plínio Lemos. Desta forma, percebemos que, juntamente com os centristas e estudantes, políticos e jornalistas também manifestaram discursos de enfrentamento contra esse prefeito, em que as matérias do *Jornal de Campina* trouxeram notícias que demonstrava “descontentamento” com a administração do referido prefeito.

Essas campanhas estiveram relacionadas às relações de poder e de influências que queriam os centristas, pois, tanto havia momentos de aproximação dos centristas com os políticos locais (quando os estudantes recebiam as bolsas de estudo), quanto de distanciamento (quando essas bolsas atrasavam).

O vereador Félix Araújo⁶², foi um dos políticos que mais atacou o Prefeito Plínio⁶³ Lemos, tendo como apoio o *Jornal de Campina*, que fez as suas defesas e divulgou os seus discursos contra este político, assim declaradas:

⁶¹ Para Foucault (2006, p. 232-233), os jornais, também, formam uma instância que enuncia uma relação de poder, em torno de discursos que serão considerados como verdadeiros. Para ele, o jornal “lhe anuncia alguma coisa, o senhor acredita ou não acredita, mas isso se põe a funcionar na cabeça de milhares de pessoas como verdade, unicamente porque foi pronunciada daquela maneira naquele tom, por aquela pessoa, naquela hora”.

⁶² Félix Araújo nasceu na cidade de Cabaceiras/PB em 1922 e veio estudar em Campina Grande no Colégio Diocesano Pio XI. Em 1937, aos 15 anos de idade escreveu na imprensa no jornal “Voz da Borborema”. Não temos registro se Félix participou como representante do CEC, apenas que este atuou juntamente com outros centristas, sendo assim denominado, em várias ocasiões, como igualmente um centrista. Para tanto, em alguns momentos utilizaremos o termo “ex-centrista” para descrever Félix Araújo.

⁶³ De acordo com Ribeiro (2000, p. 87), o governo de Plínio Lemos foi marcado, principalmente pelo aprofundamento das transformações na sociedade civil campinense, com atuações em várias entidades associativas como por exemplo: “Associação dos Professores Secundários de Campina Grande (...) União dos moços católicos, União dos Universitários Campinenses”, entre outras. Ainda de acordo com a autora, o seu governo foi contestado devido a essas transformações: “O ex-prefeito, Elpídio de Almeida,

Fora todo o grupo elpidista (Elpídio de Almeida), Félix passou a ter a sua disposição uma equipe de intelectuais em seu apoio. Eram eles: William Ramos Tejo, Noaldo Dantas, Evaldo Cruz, Petrônio e Manoel Figueiredo, Virgínio da Gama, Dr. Elpídio de Almeida e Dr. Argemiro de Figueiredo e mais os jornais – *Jornal de Campina* e o jornal *O Estado*, de João Pessoa, para noticiar e formar opinião em favor da causa (ALBUQUERQUE DO Ó, 1999, p. 189). (grifos do autor).

Muitos desses intelectuais citados acima, como William Ramos Tejo, Noaldo Dantas e Evaldo Cruz, faziam parte do editorial do *Jornal de Campina* e eram amigos de Félix Araújo. Albuquerque do Ó (1999, p. 190), descreve esse jornal como tendo um “linguajar feroz, agressivo e tendencioso”, criado para ser um órgão dos udenistas de oposição ao prefeito, tendo como proprietário o político Argemiro de Figueiredo (ex-governador da Paraíba entre os anos de 1935-40)⁶⁴.

Os udenistas eram aqueles integrantes do partido da UDN⁶⁵ (União Democrática Nacional), do qual faziam parte o vereador Félix Araújo e outros amigos políticos da cidade que manifestaram campanhas contra o prefeito Plínio Lemos. De acordo com Albuquerque do Ó (1999, p. 189), esse partido foi derrotado e “humilhado nos últimos embates políticos”, sendo que seus dirigentes traziam no *Jornal de Campina*, “toda verrina e sarcasmos do mundo, cada notícia, cada manchete tinha um ar de escândalo”. Desta forma, mais do que atacar o prefeito, Albuquerque do Ó (1999, p. 200) considerou que os udenistas visavam “a recuperação do poder perdido, nas eleições presidenciais, estaduais e municipais de 1950 e 1951”.

O vereador Félix Araújo marcou sua presença na política campinense não apenas pelo enfrentamento ao prefeito Plínio Lemos, mas através de sua morte, devido a sua oposição ferrenha ao referido prefeito, em que conquistou uma imagem de liderança política, que consolidou assim o “grande político Félix Araújo”.

O assassinato do “ex-centrista” e vereador Félix Araújo, fez com que os centristas acentuassem a oposição ao prefeito, tornando a morte do vereador símbolo de um

retirou-lhe o apoio e Félix Araújo, que tinha sido um dos que mais contribuíram para sua eleição, era agora seu opositor e o que lhe fazia críticas mais contundentes”.

⁶⁴Argemiro de Figueiredo foi indicado pela Assembleia Legislativa, após a promulgação da nova Constituição paraibana e após o Estado Novo foi mantido como interventor por Getúlio Vargas, sendo substituído em 1940 por Rui Carneiro.

⁶⁵De acordo com Araújo (2000, p. 81), sob a formação do partido da UDN na Paraíba: “formou-se nos embates políticos contra a ditadura de Vargas. Tradicionalmente os seus representantes mais ilustres estariam ligados à burguesia-algodoeira e exportadora, sendo expressiva a sua base rural. Inicialmente, reuniu os maiores líderes paraibanos: José Américo de Almeida e Argemiro de Figueiredo, ambos provenientes da antiga Aliança Liberal e, posteriormente do Partido Progressista, ligados durante centro tempo ao Presidente Vargas, rompendo depois com o mesmo”.

confronto mais acirrado. Este assassinato ocorreu em 1953, mesmo ano em que o Prefeito foi mais atacado pelo *Jornal de Campina*, devido ao fato de Félix Araújo encontrar-se à frente de uma investigação da administração contra o Plínio Lemos. O agressor foi João Madeira, funcionário público municipal:

Félix Araújo foi atingido através de uma bala de um revólver aqui de um funcionário da prefeitura no dia 13 de julho de 1953, vindo a falecer no dia 27 de julho de 1953. Esse era o verdadeiro líder estudantil, Félix Araújo. Morreu como vereador, pai do ex-prefeito de Campina Grande, Félix Araújo Filho. Aquele foi, dizem por aí, que alcancei pouco porque era ainda era novo, mas era um líder estudantil incontestável, era um orador de plateias (LUCAS FILHO, depoimento [março 2014]).

Causando grande repercussão e comoção entre os estudantes, políticos e habitantes da cidade à época do assassinato, ainda as entrevistas recorrem a narrativas que se assemelham às notícias publicadas no *Jornal de Campina*, divulgando matérias sobre a morte do vereador, que deram as versões que melhor correspondiam aos interesses dos opositores de Plínio Lemos, procurando “selar” de vez a oposição contra o prefeito junto à população. Também nas memórias do entrevistado José Lucas Filho, a morte de Félix Araújo aparecerá como um “torpe atentado” contra um “líder estudantil”.

Contudo, apesar de ser considerado entre os estudantes pela sua atuação como líder estudantil, não temos fontes que indicam se Félix Araújo fez parte como membro efetivo do CEC⁶⁶. O que sabemos é que ele colaborou em manifestações estudantis, junto com o amigo centrista Raymundo Asfora⁶⁷, entre os anos de 1945-50, apesar de trabalhar como funcionário público e de ter se candidatado como deputado federal em 1946, pelo PCB (Partido Comunista Brasileiro)⁶⁸, manteve “laços” com centristas, e foi

⁶⁶ Contudo, em outras discussões sobre Félix Araújo, ele será representado como centrista, por que foi assim narrado/lembrando pelos/as entrevistadas.

⁶⁷ Raymundo Asfora chegou à cidade de Campina Grande, junto com seus pais, com 12 anos de idade e aos 17 anos iniciou sua vida pública ingressando no Centro Estudantil Campinense, onde teve grande atuação junto com outros estudantes secundaristas. Ingressou na Faculdade de Direito do Recife/PE. Nessa fase de estudante universitário, em suas vindas à cidade, não deixou de participar, junto com os colegas, de movimentos estudantis liderados pelo CEC, criando junto com o amigo Félix Araújo a ideia de fundar a Casa do Estudante Pobre de Campina Grande, futuramente Casa Félix Araújo. Poeta escreveu um livro chamado “Assim Falei” em 1987, e é o autor do famoso poema “Tropeiros da Borborema”, e político, exerceu os mandatos de vereador (1995), deputado estadual (1958) e vice-prefeito nesta cidade (1977-1982), e suplente de deputado federal (1964), quando foi eleito vice-governador da Paraíba em 1987, mas não chegou a exercer o cargo, por que morreu faltando nove dias para ser empossado (fonte: raymundoasfora.com.br).

⁶⁸ Sobre Félix Araújo e sua corrente política-ideológica, ver: CAVALCANTE NETO, Faustino Teatino. **O PCB Paraibano no imaginário Social: o caso Félix Araújo na fase de “Redemocratização” (1945-1953)**. Dissertação de Mestrado (Mestrado Interdisciplinar em Ciências da Sociedade). Campina Grande:

considerado, após sua morte, como igualmente um “ex-centrista” que lutou também pelos interesses dos estudantes.

Este assassinato promoveu a escrita de várias reportagens denunciando abertamente o prefeito como mandante do crime. Na *imagem 6*, temos um exemplo de matérias principais de capa do *Jornal de Campina* e da acusação ao prefeito Plínio Lemos. O ex-centrista, jornalista e redator deste mesmo jornal, Noilton Dantas, afirmou enfaticamente sobre a morte de Félix Araújo: “Lembramos aos malabaristas do governo que quem mata um estudante assina a sua própria condenação e (mais) um estudante morto em praça pública” (JORNAL DE CAMPINA, 1953, p.1):

Vítima de um capanga do prefeito:

Morreu Felix Araujo

Vítima inocente da sanha de um assassino — Esteve 15 dias entre a vida e a morte — Era um brilhante orador e jornalista de mérito — Deixou dois inocentes filhinhos — Campina Grande em peso chora a perda do seu querido vereador — Foi uma luz cintilante que se apagou

Felix de Sousa Araujo nasceu na cidade de Cabaceiras, em 22 de Dezembro de 1922. Filho do coletor federal Francisco Virgolino do Sou-



FELIX ARAUJO, uma luz cintilante que se apagou.

sa, já falecido, e de Natália de Sousa Araujo, o menino Felix viveu os seus dias de criança na cidade que o viu nascer. Kapazinho,

ainda, iniciou o seu curso ginasial no Colégio Diocesano Pio XI, desta cidade, onde era diretor o então Padre Odilon Pedrossa, hoje, monsenhor. Felix Araujo durante o seu curso de ginásio, a começar do 1.º ano, demonstrou logo a sua inteligência privilegiada e o seu raro dom oratório. Em 1941, terminava o Curso de Humanidades (5 anos, nessa época) e era escolhido orador de sua turma. Em 1944 vamos encontrá-lo no 3.º Escalão da Força Expedicionária Brasileira, como voluntário a serviço da Democracia e de sua Pátria. Terminado o conflito, voltou a nossa cidade onde, com a redemocratização do país, ingressou na política. Em 1949, após uma pausa em seus estudos, concluiu o Curso Clássico no mesmo educandário onde havia feito o seu curso de ginásio. A seguir ingressou na Faculdade de Direito da Universidade de Recife onde atualmente cursava

o 4.º ano. Contraiu nupcias no dia 27 de Janeiro de 1946, com Maria do Socorro Donetes Araujo, e desse casamento tiveram dois filhos: Maria do Socorro Tamar Araujo, nascida no dia 1 de Dezembro de 1947, nesta cidade e Felix de Sousa Araujo Filho, que conta apenas 1 ano e 9 meses.

ERA UM BRILHANTE ORADOR

Felix de Souza Araujo, inteligência brilhante, vasta cultura, era um orador brilhante. Sua fama ultrapassou as fronteiras do nosso Estado. No Congresso dos Municípios, onde, em nome das delegações do Norte, ausombrou o plenário com um dos mais seguros e belos discursos, o vereador Felix Araujo era, pelos seus recursos inesgotáveis de oratória, o tribuno ardoroso que guiava a multidão, exaltava os ânimos em todas as ocasiões que lhe facultavam a palavra. Na praça pública, na Câmara dos Vereadores, nas memoráveis campanhas políticas em que tomou parte, sua palavra era acatada, respeitada. O povo corria para ouvi-lo e era bastante anunciar o seu nome, para o entusiasmo apressar-se da multidão que, quase sempre, prorrompia em aplausos, aclamado o orador popular, o líder, o homem que movimentava o povo, com a sua palavra fácil, que emocionava e que fazia chorar, muitas vezes. Aquelas que o ouviam. Há pouco tempo em Patos, o bravo vereador Felix Araujo, acusando um criminoso, fez o povo chorar no recinto do Juri. Era assim o herói que ontem morreu. Tribuno vigoroso, orador popular, a oratória brasileira, vi-

veu momentos indeleveis na palavra do seu grande filho.

VÍTIMA INOCENTE

Felix Araujo foi na realidade uma vítima inocente da crueldade de uma política desorientada. O punhal e a baía, embora isso pareça incrível, são armas atualmente usadas pelos que são incapazes moralmente de se defenderem de acusações que lhes são lançadas. Campina Grande, apesar dos seus 85 mil habitantes, regrediu séculos, revivo, hoje, o espantoso vergonhoso e bárbaro dos velhos métodos de eliminação de vidas como arma política.

UMA LUZ QUE SE APAGOU

Campina Grande em peso chora a perda do seu querido vereador. Cenas pungentes e dolorosas tem-se verificado em praça pública, onde o povo chorando lastima a morte daquele que foi, quando vivo, o seu mais amado filho. Verdadeira multidão se locomoveu para a Casa de Saúde Dr. Francisco Brasileiro. Na Câmara dos Vereadores, os ilustres representantes do povo campineense, numa homenagem póstuma, pronunciaram veementes discursos, entrecortados de lágrimas. Nos bairros pobres de nossa cidade, mulheres emocionadas, gritam e choram em plena rua, amaldiçoando os responsáveis pelo vil atentado que roubou do seio de sua família, um pai extremo, um homem público de bem que, segundo as palavras da vereadora Maria Dulce, "soube morrer, porque sabia viver". Milhares de pessoas desfilaram ante o cadá-

ver de Felix Araujo. Na Catedral, onde o seu corpo ficou em exposição, durante toda noite, uma fila interminável desfilou pesarosa. As mulheres desmaiaram, os homens choraram, as crianças gritam. Ninguém quer se conformar com a morte do bravo. As estações de rádio locais, suspenderam os seus programas, passando a irradiar músicas funé-

rias. O comércio fechou. Em todos edifícios públicos há bandeiras em meio mastro. Os estudantes numa caminhada com uma grande bandeira preta, convidam a povo para o enterro. A cidade, enfim, chora. O desordenado e triste cortejo do vereador Felix de Souza Araujo, UMA LUZ CINTILANTE QUE SE APAGOU.

Felix Araujo foi uma vítima

DA LIBERDADE E DO DEVER



de tão cheia de arrebatamentos cívicos. Nos lances do seu talento, esqueçamos o adversário poderoso que abria claros nas fileiras da nossa organização partidária, para admirarmos o jovem que se afirmava no seio de sua geração, com as mais raras virtudes do homem público. Foi essa a mocidade que destruíram. E destruíram porque não puderam vencer a pelos processos nobres da luta democrática.

Foi uma vítima da liberdade e do dever. Mas, no sangue que jorrou de suas veias e na agonia do seu suplício, terá a mocidade a fiana do idealismo e da libertação.

Sobre o desaparecimento do vereador FELIX ARAUJO, o dr. Argemiro de Figueiredo, chefe da U. D. N. em nosso Estado, declarou o seguinte:

"O nosso sentimento, nesta hora, é de pesar sincero e de revolta profunda. Felix não merecia ter inimigos tão desalmados. Até mesmo quando nos combatia, naquele arduo e valemência de sua palavra fluente, por amor, lealdade e disciplina às causas políticas que esposava, inspirava admiração. Não era possível odiar uma mocida-

AMALDIÇOADO!!!

Cristino PIMENTEL

Que fizeste de Felix Araujo, Plínio Lemos? Onde o buscaste e onde o levaste com as tuas maquinacões?
Só temos para ti, Plínio Lemos uma palavra: INGRATO!!! Essa nos sai dos lábios. A que nos sai do coração, a que nos sai da alma, e que há de te pesar na consciência até a hora em que Tanatos te chamar, é esta: AMALDIÇOADO!!! TRÊS VEZES AMALDIÇOADO!!!

Vai-te de nossa terra! Campina Grande te detesta! Campina Grande te despreza!

Foge de nós, como Judas fugiu do Mestre logo primeiro ao Templo entregar as moedas pedidas que recebeu pela sua traição!
O nosso dinheiro, o dinheiro de tuas mãos para com o governo há de queimar as tuas mãos como o calor da baía da arma de Judas-Madeira queimou a moeda de Felix Araujo.
SAI DE CAMPINA, PLÍNIO LEMOS!!!

EDIÇÃO EXTRAORDINÁRIA
- HOJE -
2 PÁGINAS
Cr\$ 1,00

Imagem 6

Fonte: Jornal de Campina (1953): arquivo Biblioteca Átila Almeida (UEPB).

Ocupando a primeira capa, o *Jornal de Campina* anunciou a morte do vereador acusando como mandante do crime o “capanga do prefeito”. Nesta capa, também trouxeram matérias que associava Félix Araújo a: “vítima inocente”; “brilhante orador”; “vereador querido”; e “uma luz se apagou”. A matéria, escrita pelo jornalista Cristino Pimentel⁶⁹, titulada “AMALDIÇOADO!!!”, acusou abertamente o Prefeito Plínio Lemos, o considerando, pelo seu ato, como: “ingrato”, “judas” e “três vezes amaldiçoado”. E ainda o ameaçou, através de suas palavras, com: “SAÍ DE CAMPINA PLÍNIO LEMOS” (JORNAL DE CAMPINA, julho de 1953, Ano I, N. 53).

Para tanto, as reportagens, trazidas nos jornais da cidade, narram os comportamentos que tiveram os estudantes e a população diante da morte de Félix Araújo, que gerou insegurança e revolta em parte da cidade de Campina Grande e o CEC se constituiu em um núcleo das manifestações resultantes desse assassinato, onde comandaram comícios e passeatas exigindo, da Câmara Municipal dos vereadores um julgamento justo “para as contas do então prefeito”. Tendo como presidente do Centro Fernando Cunha Lima, as ações dos centristas estimularam grande sentimento de “revolta”, comoção e de comunidade, colocando o CEC como entidade a liderar as manifestações na cidade.

Para que isso ocorresse, foram construídos discursos sobre o assassinato de Félix, valorizando a sua imagem, que foi atacado “covardemente” a mando do prefeito, por defender o “povo”. Como exemplo temos os discursos em torno do episódio de seu “atentado”: o *Jornal de Campina* noticiou o fato como se o vereador tivesse sido baleado nas costas e sendo o corpo do agressor “avantajado” e do vereador “franzino” este não teve como se defender (SYLVESTRE, 1982, p. 342). Levar um tiro nas costas foi simbolizado no jornal como ato de “covardia”.

De acordo com Albuquerque do Ó (1999), ao contrário do que se afirmaram nos jornais sobre o tiro que feriu o vereador, os depoimentos de testemunhos narram que o tiro não foi nas costas. Para tanto, descreve assim o acontecido:

Na luta, o vereador, com a mão esquerda segurando o revólver do agressor não consegue desarmá-lo, nem controlar a direção do cano da arma, que encostado ao seu plexo esquerdo dirige a trajetória do projétil disparando da esquerda para direita, ferindo o pulmão

⁶⁹ Sobre as crônicas de Cristino Pimentel, ver: SOUSA, Fábio. G. R.B. *Cristino Pimentel: cidade e civilização em crônicas*. IN: Ó, Alarcon Agra do; SOUZA, Antonio Clarindo B. de; SOUSA, Fábio G.R.B; ARANHA, Gervácio Batista. **A Paraíba no Império e na República: estudos de história social e cultural**. João Pessoa: Idéia, 2005.

esquerdo, ricocheteando na coluna vertebral, lesionando-o (ALBUQUERQUE DO Ó, 1999, p. 228-229).

E mais, segundo o jornal, o vereador ferido ainda teria proferido essas palavras: “Peguem esse bandido de Plínio que roubou documentos do Povo. Atacaram-me covardemente” (JORNAL DE CAMPINA, 14/07/1953, p. 01).

Todos os discursos e imagens referentes ao atentado e morte do vereador Félix Araújo concorrem para construir a figura do “vereador-mártir”. Para tanto, sua morte fez ressoar não apenas comoção entre os estudantes e a sociedade, mas foi “usado” em situações onde centristas e políticos tentaram tirar proveito.

No jornal *Formação* de agosto de 1953, os estudantes afirmaram: “agora resta á mocidade procurar seguir a estrada traçada pelo inesquecível e insubstituível companheiro e, ao lado do povo, exigir que se faça justiça” (apud NASCIMENTO, 1990, p.139). Esse “heroísmo” e busca de justiça pela morte do vereador foi demonstrado pelos estudantes em oposição contra a candidatura de Severino Cabral⁷⁰, que era apoiado por Plínio Lemos, em que os estudantes apoiaram outras candidaturas, como a do candidato a prefeito Elpídio de Almeida⁷¹. De acordo com Nascimento (1953, p. 142), os centristas “não tinha nada contra Cabral, alguns estudantes eram até simpatizantes da sua candidatura e nele votaram, mas a maioria lembrava os dias negros de 1953”.

Esse enfrentamento ao prefeito Plínio Lemos pode ser verificado pela candidatura de alguns ex-centristas que, de acordo com Nascimento (1990, p. 146), “buscavam vaga no poder legislativo. No pleito de 1955⁷² concorreram e conseguiram vagas na câmara de vereadores os seguintes ex-militante do Centro Estudantal Campinense: Raymundo Asfora, Noaldo Dantas e Oliveiros Oliveira”.

⁷⁰ Severino Bezerra Cabral foi prefeito em Campina Grande/PB entre os anos de 1959 a 1963. O marco da sua administração, como prefeito, foi a construção do Teatro Municipal Severino Cabral. Também foi eleito vice-governador em 1965, já na Ditadura Militar, mas ainda de forma direta, na chapa junto com João Agripino. Não chegou a tomar posse, por problemas na justiça (cgretalhos.blospot.com).

⁷¹ Elpídio de Almeida foi prefeito em Campina Grande em dois momentos: 1947-1951 e 1955- 1959.

⁷² Entre os anos de 1954 e 1955 houve eleições, no Brasil, para os seguintes cargos eletivos: 1954: Deputado Federal; Senador; Governador; Deputado Estadual, distrital e de território; Prefeito, Vice-prefeito e vereadores (fez-se eleição para Prefeito e Vice-prefeito do mandato do 31/01/1951). 1955: Presidente e Vice-presidente da República; Governador (eleições para cargos cujos mandatos terminaram até abril de 1955); Prefeito e Vice-prefeito e vereadores (www.tse.jus.br/eleicoes). Até meados da década de 1950, eram utilizados cédulas eleitorais, impressos com o nome de apenas um candidato, distribuídas pelos próprios partidos. A partir de 1955, a Justiça Eleitoral encarregou-se de produzir cédulas. E para diminuir as fraudes, começou a ser exigida a foto no título eleitoral (www.infoescola.com/história-do-brasil)

Intensificando os discursos de oposição ao prefeito Plínio Lemos junto à sociedade campinense, os estudantes manifestaram nos jornais que sofreram perseguições⁷³ pelo mesmo, expressado em nota⁷⁴ do então presidente do CEC, Fernando Cunha Lima:

O CENTRO ESTUDANTAL CAMPINENSE vem recebendo diariamente notícias de ameaças feitas aos seus membros que criticam a administração de V. Excia. e, através deste ofício, os estudantes campinenses sugerem a V. Excia. que preste a ordem jurídica do País a homenagem que ele merece, garantindo a vida dos estudantes que censuram os seus atos à frente do Poder Executivo Municipal e levando-se, se for o caso, as barras da justiça, onde há para todos um tratamento igual e equitativo; Respeitosamente – Fernando Cunha Lima – Presidente (apud NASCIMENTO, 1990, p. 142-43) (grifos da nota).

Em nota dirigida diretamente ao prefeito, o presidente do CEC questionava o abuso de poder que ele vinha usando contra os centristas e cobrando o uso da justiça para o assassinato de Félix Araújo. Essas referências de perseguições sofridas pelos centristas foram mais uma forma de se apropriar da morte do vereador para enfrentar o prefeito Plínio Lemos:

“Morto Félix Araújo: a mocidade empunha agora sua bandeira”
Conhecida a triste realidade foram os estudantes as ruas e, na lisura dos seus protestos veementes, comprometeu-se com o povo de continuar a luta do seu companheiro desaparecido, de empunhar com a mesma bravura e a mesma tenacidade a bandeira imaculada da liberdade e da honradez. Importantes comícios realizou o CENTRO ESTUDANTAL CAMPINENSE, protestando contra os autores intelectuais da morte do grande poeta e solidarizando-se com a cidade que chora a perda de um dos seus líderes (FORMAÇÃO, 1953) (grifos do jornal).

Desta forma, as apropriações da morte de Félix Araújo significaram não só momento de tristezas, mas uma situação em que muitos que almejassem a carreira política, até então poucos “conhecidos” na política, começaram a “aparecer”, utilizando os meios disponíveis para manifestar revolta e sentimento de (in) justiça diante a perda do vereador. Foram criando oportunidades no cenário político campinense, onde usaram as rádios, os comícios e principalmente os jornais como veículo de demonstrarem suas

⁷³ Não encontramos outras referências que confirmem esse discurso sobre perseguições sofridas pelos estudantes por parte do prefeito Plínio Lemos.

⁷⁴ Essa nota foi retirada da dissertação de Gilmar do Nascimento (1990), e o mesmo não citou a fonte consultada.

expressões como políticos campinenses, que assim como Félix Araújo, lutaram pela justiça.

Para além do sentimento e luto pela morte de Félix Araújo, os interesses de centristas em oposição ao prefeito foram políticos, em que usaram da morte do “companheiro” como “peça-chave” em campanhas eleitorais e para ratificar a força política que buscavam para o CEC, algo conseguido através dos resultados nas campanhas eleitorais de 1955, com a vitória de Elpídio de Almeida.

Nos anos que se seguiram a morte de Félix Araújo, este foi homenageado por estudantes e políticos locais. Como exemplos têm: a Câmara Municipal de Campina Grande passou a ser Casa Félix Araújo; a construção de uma praça no bairro José Pinheiro e de um Colégio Estadual no bairro da Liberdade, nesta cidade, que até hoje leva seu nome; foi criado o Prêmio Félix Araújo, pelo então prefeito Elpídio de Almeida, destinado a estimular as atividades intelectuais dos campinenses; e, como não poderia deixar de ser, o CEC também fez sua homenagem ao vereador morto, colocando o seu nome na Casa do Estudante (cgretalhos.blogspot.com/ O Semanário (1958)).

Nas memórias dos entrevistados, eles tentaram criar suas imagens de líderes centristas e atuantes no espaço do Centro Estudantal Campinense, através de participações e organizações estudantis em torno de debates e manifestações nas ruas e nos jornais, que possibilitaram aos centristas continuarem atuando em movimentos políticos-ideológicos desenrolados na cidade e no país na década de 1950 e início da década de 1960. Este será o tema do nosso próximo capítulo.

CAPÍTULO 2

O CENTRO ESTUDANTAL CAMPINENSE COMO ESPAÇO DE LEGITIMAÇÃO DE LIDERANÇAS MASCULINAS

Neste capítulo analisaremos os discursos sobre o espaço do Centro Estudantal Campinense através das narrativas dos entrevistados, dos discursos jornalísticos e das imagens fotográficas, que constroem as atuações e os papéis que desempenharam os centristas enquanto representantes e presidentes desta entidade.

Nas entrevistas, os entrevistados, em alguns momentos, tomaram as memórias como exercício de “oratória” num palanque diante do gravador e discursaram sobre os anos de “glórias e lutas” que o Centro Estudantal viveu. Essas falas dos homens nos permitiram conhecer os desejos de construir suas imagens de lideranças, através da exposição de “feitos” em nome de um espaço de realizações e manifestações em torno do CEC, como “escola de líderes”.

Essa imagem foi construída através das memórias dos entrevistados/as e das representações produzidas pelos jornais e das fotografias que representam suas atuações, a partir das seguintes questões: quais as leituras e as escritas possibilitaram a formação de discursos sobre as imagens de “líderes” estudantis pelos centristas; quais foram as representações de masculinidade selecionados pelos centristas através dos discursos que os legitimaram como homens de/em ação; quais as influências dos centristas nas ideias nacionalistas manifestadas na cidade de Campina Grande e no país na década de 1950 e início da década de 1960; e quais as posições de aproximação e distanciamento do comunismo pelos/as centristas.

2.1 AS PRÁTICAS DE LEITURAS, DE ESCRITAS E POLÍTICAS ESTUDANTIS

O desenvolvimento da leitura e das letras foi uma preocupação que mobilizou várias atividades dos centristas e dos estudantes, em espaços destinados ao incentivo destas práticas, a partir de discussões sobre literatura e política. Desta forma, os espaços destinados às práticas em torno da leitura, na década de 1950, frequentados pelos estudantes e a sociedade, eram a Biblioteca Municipal e a Livraria Pedrosa, a Rádio, as

praças e os clubes recreativos e literários. Esses espaços serviram para as convivências, precederam debates políticos, não somente de interesses dos estudantes, mais em questões relativas aos interesses de intelectuais e jornalistas locais⁷⁵.

De acordo com Gaudêncio (2012, p. 106), em Campina Grande, nas primeiras décadas do século XX “a circulação de artefatos impressos aumenta consideravelmente, e espaços como livrarias, bibliotecas e tipografias foram se formando paulatinamente, mesmo que de maneira tímida para um público mínimo de alfabetizados”.

Para tanto, essa circulação de impressos se concentrou, além das bibliotecas particulares de intelectuais e letrados, na criação de bibliotecas na cidade. Como exemplo tem a Biblioteca Municipal de Campina Grande, que foi fundada e dirigida por intelectuais campinenses, em março de 1938, juntamente o governo do Prefeito Bento Figueiredo⁷⁶. No seu segundo mandato, de 1938 a 1940, Bento Figueiredo foi prefeito de Campina Grande por interventoria do Golpe getulista em 1937, indicado pelo seu irmão Argemiro de Figueiredo, que por sua vez era também interventor e indicado por Getúlio Vargas. A criação de uma biblioteca pública foi incentivada com o auxílio do Ministro da Educação e do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), como políticas de incentivo a educação através do regime autoritário do Estado Novo (1937-1945), que articulou uma dupla estratégia de atuação na área cultural, com a criação de espaços destinados a leitura. Sobre a política de desenvolvimento cultural do Estado Novo:

Ao mesmo tempo em que incentivava a pesquisa e a reflexão conduzidas pelos intelectuais reunidos no Ministério chefiado por Gustavo Capanema (Ministro da Educação na Era Vargas), o governo estabelecia, via DIP, uma rígida política de vigilância em relação às manifestações da cultura popular (cpdoc.fgv.br).

A propaganda do regime foi facilitada pelo controle dos mais variados meios de comunicação e seus instrumentos principais foram à rádio e a imprensa. Também, na política getulista para a educação, “foi consumada a reforma do ensino secundário e foi

⁷⁵ Para saber mais sobre os clubes literários e recreativos em Campina Grande, entre as décadas de 1910 a 1950 e a circulação de livros e impressos nas primeiras décadas do século XX, ver: GAUDÊNCIO, Bruno R. A. Cidade e Cultura impressa: a tradição intelectual dos letrados. In GAUDÊNCIO, Bruno R. A. **Da Academia ao Bar: círculos intelectuais, cultura impressa e repercussão do modernismo em Campina Grande – PB (1913-1953)**. Dissertação [Mestrado em História], Programa de Pós-Graduação em História da UFCG, Campina Grande, 2012.

⁷⁶ Bento Figueiredo foi irmão do político campinense Argemiro de Figueiredo. Foi prefeito da cidade de Campina Grande/PB de setembro de 1937 a dezembro de 1937, após ter sido secretário da prefeitura. Voltou a ser prefeito entre os anos de 1938 a 1940. No seu mandato, implantou a Biblioteca Municipal, O Mercado Público Municipal e o Matadouro Público Municipal http://pt.wikipedia.org/wiki/Bento_Figueiredo (acessado em 02/09/2014).

estimulado o ensino profissionalizante, que permitiria a criação do Senai e Senac” (cpdoc.fgv.br)

Elogiada como “grande feito, engrandecimento” e entusiasmo entre intelectuais e estudantes, como “lugar de cultura”, a Biblioteca Municipal mereceu destaque no dia da sua inauguração no jornalismo local: “(...) é de ver, pois, que a culta população de Campina Grande, tão bem compreende a magnitude dessa nobre idealidade, dispense a Biblioteca Municipal todo o seu apoio”, concorrendo assim para que ela se tornasse “opulenta e corresponda plenamente a sua finalidade. Deixamos vasado, aqui, a expressão sincera do nosso entusiasmo, em face do gesto tão bem compreendido do Sr. Bento Figueiredo” (VOZ DA BORBOREMA, 1938).

A imprensa trouxe discursos de “engrandecimento” pela criação da biblioteca e de incentivo de um espaço destinado ao desenvolvimento cultural, como prática desenvolvida no Estado Novo. Esta prática era voltada tanto para as elites intelectuais como para as camadas populares. Contudo, a “cultura população” campinense se resumiu a um pequeno grupo de intelectuais e estudantes.

Dentre estes estavam os centristas que se apropriaram do espaço da Biblioteca Municipal, e o considerou como espaço importante ao conhecimento das letras, no papel que deveriam representar como intelectuais, no funcionamento do CEC como uma entidade engajada intelectualmente. Para tanto, a Biblioteca Municipal criada “para o engrandecimento cultural da cidade”, precisava ser “usada” pelos estudantes e teria que possuir condições para abrigar os mesmos. Por isso é que foi, na década de 1950, alvo de intensas reclamações entre os centristas e estudantes pelo abandono e mau funcionamento do espaço físico, a falta de livros e a ausência de público:

Pequena, é verdade, comportando em suas estantes apenas 1000 livros, mas que supera em todos os pontos de vista, a Biblioteca Municipal. Biblioteca está abandonada por tudo, procurada apenas por estudantes folgadões, que ali vá passar a tarde lendo histórias de Carochinha, e contos policiais. O que esta Biblioteca precisa é de dirigentes e de livros, não livros de carochinhas, nem tão pouco policiais e sim, livros instrutivos (...) Quem é o culpado por Campina não possuir uma Biblioteca Municipal a altura do nível cultural de seu povo? Seja você o juiz (JORNAL DO ESTUDANTE, 1953 ,p.3).

Biblioteca Municipal é assim descrita: “pequena, isolada, sem conforto, sem livros, sem revistas, sem jornais”, enfim uma “vergonha para a décima terceira cidade do Brasil, não possuir uma BIBLIOTECA a altura de suas necessidades”. E enfatiza as necessidades de livros para o “despertar” do interesse intelectual dos estudantes

(JORNAL DO ESTUDANTE, 1953, p.3) (grifos do jornal). Devido à precariedade em que se encontrava a Biblioteca, é criticada, através do *Jornal do Estudante*, principalmente pela falta de livros considerados “instrutivos”, condenando aqueles que procuraram outros tipos de leitura.

Há na matéria de jornal supracitada, uma sugestão de um modelo de estudante, de livros e de dirigentes a serem seguido, que não aqueles que contassem histórias da “carochinha e contos policiais”, mas aqueles que liam, referentes à política e literatura, que consideraram como aqueles que deveriam discutir no CEC e no GLMA (Grêmio Literário Machado de Assis). Através desta matéria supracitada, percebemos as posturas moralistas a determinadas leituras e de livros existentes na biblioteca municipal por parte dos centristas, que colocam como modelos de estudantes aqueles precisam/devem ler livros indicados pelos próprios centristas.

Outro espaço destinado à leitura foi a Livraria Pedrosa, localizada na Rua Maciel Pinheiro, no centro de Campina Grande, que foi fundada em 1946, pelo poeta e livreiro José Pedrosa. Já nas primeiras décadas do século XX, atuaram outras livrarias como: Livraria Moderna (localizada na Rua Monsenhor Sales, no centro desta cidade), Livraria Campinense (localizada na Praça Epitácio Pessoa, centro), e a Casa Brasil (localizada na Cardoso Vieira, centro), sendo a Livraria Pedrosa a que teve maior durabilidade e acesso de livros e circulação de pessoas, centralizando o “processo de comercialização e em alguns casos também o de produção de artefatos impressos para o uso no comércio e divulgação de produções intelectuais, como livros, folhetos e jornais” (GAUDÊNCIO, 2012, p. 107).

Estas livrarias, agindo como espaços de sociabilidades intelectuais são ainda segundo Gaudêncio (2012, p. 107), “mais do que lugares de convivência entre letrados, estas livrarias se constituíram formalmente no que se refere à sua função primordial, enquanto espaço predominante de impressão, vendagem e divulgação de livros”.

Para tanto, na cidade de Campina Grande foram criadas, pelos intelectuais, pelas elites campinenses e pelos alunos/as de colégios da cidade, entidades e grêmios de estudos culturais:

Temos a satisfação de comunicar, ao jovem semanário campinense e que trilha no caminho do nacionalismo e da liberdade de nosso povo, a fundação da Sociedade de Estudos Culturais, do Colégio Estadual, desta cidade (EVOLUÇÃO, 20/09/1958, p. 07).

Congraçar os estudiosos e homens de letras de Campina Grande, promovendo a publicação de seus trabalhos (...) tem o nome de GRUPO CAMPINENSE DE ESTUDOS, os Srs. Attila Almeida,

Antonio Lucena, Ronaldo Cunha Lima, Stenio Lopes e Sra. Josefa Quirino Dorziat. O GRUPO lançara, em tempo oportuno, uma série de publicações de “cadernos de Campina Grande”, e, ao mesmo tempo fará a publicação de um Boletim (GAZETA CAMPINENSE, 1960, p. 3) (grifos do jornal).

Muitas dessas entidades culturais foram criadas dentro dos colégios da cidade, em que se discutiam, principalmente, literatura. Estes, chamados também de grêmios escolares, chegaram a publicar jornais para a divulgação do que era discutido nesses espaços. O “fazer jornais” tornou-se uma das atividades centrais de grêmios escolares, das associações recreativas, dançantes e artísticas de grupos literários no momento em que Campina Grande crescia em número de instituições e associações. O que explica à primeira vista, o grande número de periódicos em meio ao processo de transformação das práticas culturais na cidade intensificadas principalmente a partir da década de 1930 (GAUDÊNCIO, 2012, p. 167).

Esses grêmios não tinham relação com o CEC, eram independentes, mas em momentos de sociabilidades e encontros literários, os centristas participavam das atividades desenvolvidas por essas entidades escolares: “o Centro era separado, tinha nada a ver com os grêmios (escolares) não, sabe? Só que tinha as reuniões festivas e nos convidavam. Aí iam os representantes (do CEC). Mas a gente não tinha ligação direta com os grêmios do colégio” (FREIRE, dep. [maio de 2014]). Esses encontros literários eram proporcionados pelos membros com a ajuda do colégio ao qual faziam parte.

Os espaços destinados às sociabilidades literárias, em torno de leituras e de discussões, foram organizados a partir de afinidades de leituras e políticas entre os estudantes com aspirações intelectuais, manifestadas através dos círculos culturais existentes na cidade⁷⁷, juntamente com a realização de congressos de associações culturais vindas de outras cidades do país:

Campina Grande será palco esta semana de um Congresso jamais havido no Brasil. Pelo menos, se outro já houve, dêle não tivemos conhecimento. Trata-se do I CONGRESSO DE GRÊMIOS E ASSOCIAÇÕES CULTURAIS DO NORDESTE, que reunirá, por louvável iniciativa do nosso Grêmio Literário Machado de Assis,

⁷⁷ Tomaremos para o texto as ideias de Gontijo (2010, p. 263), sobre intelectuais, relacionado à noção de engajamento: “os intelectuais, ao mesmo tempo em que se inserem no campo sociocultural mais amplo, procuram construir diferenças capazes de lhes assegurar identidades individuais e coletivas, demarcar espaços e estabelecer meios de atuação”.

grande número de intelectuais nordestinos (...) com a presença do Governador do Estado e outras autoridades, que será realizado domingo às 19 horas (GAZETA CAMPINENSE, 1960, p. 3) (grifos do jornal).

Os espaços destinados para prática de leituras foram criados desde as primeiras décadas do século XX⁷⁸ em Campina Grande, como maneiras, também, de incentivo a “criação” e expressão de leitores e escritores, tanto pelos letrados e pelas elites campinenses, quanto por órgãos públicos.

Essas práticas foram manifestadas entre os centristas, com a criação de um grêmio literário destinado, também, para as discussões literárias. Assim foi fundado o Grêmio Literário Machado de Assis – GLMA – em 1953 por Manoel Joaquim Barbosa⁷⁹, com reuniões aos domingos pela manhã para debates, agindo como uma extensão das atividades do CEC. Nas pesquisas, localizamos duas sedes principais: no salão do antigo grupo escolar “Sólon de Lucena”, na Rua Floriano Peixoto e na Escola Técnica de Comércio (antiga Faculdade de Administração), na Rua Getúlio Vargas, no centro desta cidade (AGNELO AMORIM, 1988, p. 17).

Eram através de eleições que se escolhiam os representantes para ocupar os seguintes cargos assim distribuídos: Presidente; vice-presidente; tesoureiro e vice tesoureiro; 1º secretário e 2º secretário; e orador e vice orador. Geralmente, os candidatos ao Grêmio eram os mesmos candidatos a representante do CEC. O entrevistado Agnelo Amorim, relembra a época em que foi membro da diretoria:

Então eu fazia parte também da diretoria. Aí levava as discussões políticas pra lá. Era bem persuado. Agora tinha aqueles que não eram estudantes, os intelectuais de Campina Grande, faziam parte do Grêmio Recreativo, e nós como intelectuais e militantes do Centro Estudantal Campinense faziam parte de lá, faziam parte também dos representantes do Centro e do Grêmio Machado de Assis. Era tudo a mesma coisa, havia tudo isso, a gente ocupava todos os espaços. Era as mesmas pessoas (AGNELO AMORIM, depoimento [dezembro 2013]).

⁷⁸ Os grupos de leitura que mais se destacaram na cidade, nas primeiras décadas do século XX, foram o “Fruteira”, “Caldo de Cana do Hortêncio”, “Gabinete de leitura 7 de setembro”. Ver Gaudêncio (2012).

⁷⁹ Manoel Barbosa foi enfermeiro, que á época da morte do vereador Félix Araújo, cuidou dos seus primeiros socorros. “Ganhou”, através desse episódio, representatividade entre a sociedade campinense, pois foi este enfermeiro que dava as notícias sobre o estado em que se encontrava o vereador, após o atendado. Fundou ao lado da elite cultural campinense, o Grêmio Literário Machado de Assis. Também, “apoiando-se” na morte do “mártir-vereador”, foi candidato a vereador para o pleito de 1955 (ALBUQUERQUE DO Ó, 1999, p. 179-180).

Também semelhante ao CEC, às sessões do GLMA poderiam ser vistas, discutidas e debatidas por outros/as estudantes que desejassem participar, mesmo não sendo representante e/ou sócio. No seu período de funcionamento foi considerado como um espaço de movimentação de práticas, de formação literária dos centristas e de circulação de ideias que integraram tanto estudantes como intelectuais atuantes na cidade.

O GLMA, como espaço de leitura, discussão literária e política, possibilitou a mediação, o acesso e a socialização de livros, o incentivo a escrita, com a circulação de textos escritos pelos gremistas. Ainda nesses encontros e reuniões os mesmos exerceram a prática da oratória, discursando, expondo suas ideias para a “plateia” que ali se encontrava. Aqueles/as que escreviam crônicas, poemas e/ou artigos, podiam expor seus escritos no GLMA. Escrever era privilégio e hierárquico no Grêmio, que fazendo da linguagem instrumento de produção/promoção, tendo como ferramenta de poder-saber o lápis e papel impresso⁸⁰.

Nas crônicas de Agnelo Amorim, este assim descrever os episódios das eleições no Grêmio:

O “Grêmio” era efervescência, luta – e até no bofete. Teve uma eleição que saiu bala. Ronaldo Cunha Lima era nosso adversário. Eu fazia parte do partido de Manoel Barbosa. Fui eleito vice orador e Ronaldo orador, numa eleição complicada e braba. Ronaldo puxou o revólver e matou um urubu. Foi carreira pr’a todo canto. Orlando Tejo foi para casa somente depois que trocou a cueca e a calça (AGNELO AMORIM, 1988, p. 18).

Numa visão muito bem humorada sobre as eleições, Agnelo Amorim narra que essas brigas eram resultado das discussões que se desenrolaram no espaço do GLMA⁸¹. Discussões diversas como literatura, nacionalismo, racismo, onde os gremistas defendiam suas visões ideológicas e correntes políticas, possibilitando um aprendizado para a vida pública, concorrendo, para os que dele participassem “formassem” futuros líderes políticos. Contudo, podemos perceber os códigos de masculinidade existentes nas disputas pelos cargos de maior importância no grêmio, como aquele que detinha o instrumento relacionado ao poder e a força, como o revólver, que “metia” não apenas

⁸⁰ Para Michel de Certeau (2007, p. 225), “escrever é uma atividade concreta que consiste sobre um espaço próprio, a página, em construir-se um texto que tem poder sobre a exterioridade da qual foi previamente isolado”.

⁸¹ O GLMA encerrou suas atividades no ano de 1964.

“medo” nos adversários, como o identificava com a força física e a competitividade em eleições consideradas pelo entrevistado como “brabas”.

Esse espaço, quando lembrado, ajuda a compor o quadro das discussões literárias, dos limites e acessos entre os estudantes, das correntes políticas e ideológicas que seguiam, como por exemplo o nacionalismo e o comunismo, dos usos e apropriações de produção/circulação dos jornais, se constituindo em lugar favorável ao exercício da intelectualidade centrista e de suas inserções em espaços destinados a discussões literárias e políticas, além disso, dão pistas de suas práticas de escrita, a (in) existência de livros e espaços destinados às letras e à leitura.

Com relação as experiências dos/as centristas com as escritas, têm-se a criação do jornal *Formação (Órgão independente do Centro Estudantal Campinense - 1936-1964)*. Este jornal direcionava-se a “classe estudantil” pretendia corresponder às “necessidades de elevar o espírito na luta contra os inimigos da classe, contra todos os obstáculos que venham entrar a marcha de nosso progresso – da mocidade”; se intitulando como aquele que integram “as mesmas aspirações do CENTRO ESTUDANTAL CAMPINENSE”; como uma entidade “legitimamente reconhecida que tão relevantes serviços vem prestando à classe estudantil”; que buscou como retorno que “todos a ajudem, com o fim de que ela cresça ainda mais, para lutar por aqueles que constituem a mocidade estudiosa de nossa terra” (FORMAÇÃO, 1949, p. 02) (grifos do jornal).

Traziam posicionamentos políticos divulgando notícias sobre o CEC, expressaram suas visões em assuntos referentes ao “mundo” estudantil, produções poéticas e posicionamento político partidário. Editados com interrupções, devido às dificuldades de mantê-los, o corpo editorial não foi formado apenas por estudantes secundaristas, mas por intelectuais da cidade, que ajudaram no financiamento das edições. As publicações foram escritas por muitos que já havia deixado o CEC e ingressado no nível superior e/ou já eram jornalista profissionais, mas que ainda mantinham vínculos com os centristas, a exemplo de: Orlando Tejo, Ronaldo Cunha Lima, Raymundo Asfora, Noaldo Dantas, Oliveiros Oliveira.

Se tornando, também, uma das atividades centrais entre estudantes, não somente o *Formação* se constituiu como jornal estudantil, mas houve a criação de outros jornais, feito por eles, centrista ou não, que circularam na cidade, entre os anos de 1935-1953: *O Colegial* (1935-1940); *A Voz da Mocidade* (1936); *Tribuna do Estudante* (1951); *Jornal do Estudante* (1953). Assim como o jornal de exclusividade do CEC, esses outros jornais foram apropriados como instrumento de luta, eleitos como veículos privilegiados

para divulgação de suas ideias e comunicação entre os estudantes, passando a ser um “porta-voz” dos interesses dos mesmos. Desta forma, a criação de jornais pelos estudantes e intelectuais se tornou um instrumento de legitimação, de distinção e de divulgação e circulações de textos literários e políticos (ELEUTÉRIO apud GAUDÊNCIO, 2012, p. 184).

O *Tribuna do Estudante*⁸² teve apenas um exemplar, mas não deixou de manifestar críticas ao jornal *Formação*. Ao justificar a sua criação, na matéria “PORQUE VIEMOS A LUZ”, este jornal narrou não ser “concorrente ao órgão oficial do Centro Estudantil Campinense o valoroso “FORMAÇÃO”. Acontece, porém que os estudantes campinenses sempre tiveram o desejo de possuir um jornal, onde pudessem debater as suas ideias, sem a menor vigilância e pressão”, se denominando assim, como um jornal que “serviria” aos interesses dos estudantes:

Um estudante quando escreve se aventura a publicar qualquer produção sua é por julgá-lo capaz de publicação ou, vamos dizer melhor, é para experimentar a sensação de ser lido pelos seus companheiros e criticado de fôrma a evoluir intelectualmente. Essa é a verdadeira finalidade do jornal do Centro. A Comissão criada é inoportuna. O trabalho de um principiante deve ser considerado sempre bem. Ele próprio, depois de colaborar por algumas vezes em nosso órgão oficial, adquirirá censo crítico bastante para verificar certos erros e determinadas omissões. É triste para um calouro ver criticados seus enganos e ridicularizados os seus primeiros passos para a ascensão literária. Lembrem-se os senhores da COMISSÃO DE CENSURAS & SEUS ACESSORIGS (*sic*) que um jornal da mocidade deve ser, antes de tudo, um veículo para revelação de valores e elevação do nome da classe. Se desejarem transformar o nosso querido “Formação” em cobaia para as experiências com um novo DIP assume a responsabilidade pelo que a reação a da classe poderá provocar. Apela ainda para a comissão no sentido de não repetir a proibição feita ao companheiro NOALDO DANTAS de responder a um artigo do prezado companheiro Roberto Domingos. Da discussão nasce o esclarecimento e do silêncio cresce o medo (TRIBUNA DO ESTUDANTE, 1951, n. 1, ano 1, p. 3-6) (grifos do jornal).

Um dos motivos pelos quais o jornal *Formação* foi criticado pelo o *Tribuna do Estudante*, foi a construção do que chamou de DIP⁸³ mirim. A afirmativa desse jornal

⁸² O jornal *Tribuna do Estudante* (Campina Grande/ PB- 1951), teve como diretores: Noaldo Dantas e Wallace Figueiredo; Secretário: Evaldo Gonçalves. Encontramos apenas um exemplar desse jornal, de Novembro de 1951, em que trouxe matérias relacionadas aos estudantes campinenses. Não encontramos outros exemplares.

⁸³O DIP foi criado no Governo Vargas e se tornou um órgão coercitivo da liberdade de pensamento e expressão e porta-voz do regime: De acordo com o decreto que lhe deu origem, tinha como principais

ocorria em função à direção do CEC haver construído uma comissão para revisar os trabalhos a serem publicados no jornal, vetando as matérias consideradas inoportunas, pois sem a “ascendência cultural”. Se o jornal *Formação* expressava os problemas e os interesses dos estudantes, como entender a existência do DIP? Disputa pelo controle da entidade que levou a centristas e estudantes a criarem outros jornais direcionados para os mesmos. Podemos perceber também, as brigas internas no próprio jornal *Formação*, e conseqüentemente no espaço CEC, que desfaz a imagem que queriam demonstrar sobre o sentido de “união”, homogeneidade e “pertencimento” entre os centristas.

Outra forma que demonstraram a existência dessas brigas foi de criar outro jornal, que não deixou de manifestar críticas ao diretor e redatores do *Formação*, no artigo “O Centro e o Seu DIP”. O *Tribuna do Estudante* considerou o “DIP” do CEC como tendo violado a “democracia”, já que retirava a todos que escreviam na imprensa o direito a livre liberdade de expressão.

Para eles, porém, o *Formação* nunca deveria “ter usado da faculdade de publicar ou não um artigo sob o pretexto de não ter sido êle escrito como desejam os censores do C.E.C”, que deveriam não apenas aceitarem seus escritos mas também incentivar os estudantes para a escrita (TRIBUNA DO ESTUDANTE, 1951, p. 3-6). Apesar das críticas ao *Formação* por “selecionar” artigos de estudantes, o *Jornal do Estudante* cria, também, modelos de leitor estudantil a ser seguido, como aquele que possuísse “senso crítico” e dos objetivos que o jornal deveriam funcionar, como aquele que elevasse o nome da “classe”.

O *Jornal do Estudante*, criado em 1953, também trouxe críticas ao jornal *Formação*. Assim como o *Tribuna do Estudante*, se propôs a criar um jornal que defenderia as “necessidades dos estudantes”, com relação ao “livre” acesso de publicar seus escritos para esses jornais:

Na sessão do dia nove de agosto a assembleia Centrista se ocupou quase exclusivamente em discutir o aparecimento do “JORNAL DO ESTUDANTE” – E alguns desses conceitos vieram empregados de inciseridade (*sic*) – Porque essa “onda” de falsa indignação se apossou de alguns Representantes? Será que esses moços querem toller (*sic*) nosso direito de imprimir um jornal? Não somos divisionistas, o que desejamos é um jornal. Nada mais, nada menos que um jornal. Esse

objetivos centralizar e coordenar a propaganda nacional, interna e externa, e servir de elemento auxiliar de formação dos ministérios e entidade pública e privada; organizar os serviços de turismo, fazer a censura do teatro, do cinema, das funções recreativas e esportivas, da rádio difusão, da literatura social e política e da imprensa (...) (Rejane Araújo, cpdoc.fgv.br/fatos-imagens).

fato desagradável muito nos entresticeu (*sic*). Vimos por exemplo, o Snr. Secretário Geral, num rasgo de incoerência, criticar asperamente, à saída desse jornal. Desaprovamos esse discurso como inconsequente e desleal. Ressaltamos, entretanto, a atitude democrática do senhor presidente que se conduziu de maneira errada, na direção dos trabalhos, se regrado, principalmente pela honestidade de suas palavras (JORNAL DO ESTUDANTE, 1953, p. 4) (grifos do jornal).

Este jornal trouxe para o debate as críticas proferidas pelo presidente do CEC e diretor do *Formação* à criação do Jornal de Estudante, que possuíam, na ideia deles, outra política de ingresso no jornalismo para os que desejassem publicar seus textos no jornal, diferentes do jornal *Formação*. Se definindo como aquele que tem como principal objetivo está a “serviço do desenvolvimento cultural do estudante campinense” (SYLVESTRE, dep. [nov. 2013]), discorreu sobre o livre acesso do estudante à palavra e na busca do conhecimento, que diferenciava nas palavras de Josué Sylvestre de classificação de escritores e leitores, que limitavam o acesso, não considerados como aptos a escrever.

Contudo, estes dois artigos de jornais supracitados apesar de trazerem críticas ao jornal *Formação* e de atitudes consideradas arbitrárias pelos centristas, também reivindicavam o papel desempenhado pelo CEC:

Um dos grandes anseios dos estudantes pobres, é o abatimento nas passagens de ônibus que trafegam em nossa cidade. Alias, o atual Presidente do Centro, em sua campanha política, prometeu à classe que dentro de poucos dias conseguiria o referido abatimento. No entanto, são passados três (*sic*) meses de governo e nada foi realizado nesse sentido. É verdade que há um abatimento na linha Colégio Estadual, mas há estudantes que moram em José Pinheiro, Monte Castelo e outros bairros distantes, que precisam também dêsse benefício. Apelamos agora para o Sr. Presidente do C.E.C no sentido de que entre em entendimento com as empresas de ônibus, e consiga abatimento desejado pelos estudantes e prometido tantas vezes em comícios e boletins (JORNAL DO ESTUDANTE, 1953, p. 6) .

Das responsabilidades que se esperava do CEC e o que este proporcionava, estava a “tarefa” de resolver os problemas dos estudantes, pois além de serem ações prometidas nas eleições, foi considerada como única entidade que poderia “dar conta” desses problemas. Esta matéria discutiu as divergências entre os estudantes, que não concordavam com “certas” ações desenvolvidas pelos centristas. Muitos dos editores e colaboradores do *Jornal do Estudante* e do *Tribuna do Estudante* foram e/ou ainda eram, na época da edição, sócios ou representantes do CEC.

Entre críticas e cobranças, estes três jornais de estudantes citados acima, se aproximavam em questões educacionais colocadas pelos editores, em interesse que consideraram importantes para os estudantes da época e nos problemas de ensino enfrentados pelas escolas. Como exemplo, temos a ação dos estudantes sobre os livros didáticos, na matéria a seguir do jornal *Tribuna do Estudante*:

Os compêndios escolares de inglês e de francês estão cheios de defeitos que se tornam inaptos para finalidade a que são destinados (...) Ao nosso modo de pensar, tal fato só se explique por duas razões ou os autores desses livros não são nunca foram professores, mas sim, homens exclusivamente teóricos e de gabinete, ou esses autores criminosamente se deixam arrastar pela ganância do lucro fácil transformando-se em negociantes de livros e exploradores da mocidade estudantil (TRIBUNA DO ESTUDANTE, 1951, p.3).

Na segunda metade do século XX, o Brasil convivia com uma taxa de aproximadamente 40% de analfabetos entre a população adulta. A constituição de 1946 previa a elaboração de uma lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e em 1948, o então Ministro da Educação, Clemente Mariani, apresentou um projeto de lei ao congresso, que alteraria a regulamentação estabelecida por Gustavo Capanema na sua gestão no Ministério da Educação, entre os anos de 1934-1945 (fonte: cpdoc.fvg.br/educação/anos1950).

Diante da situação do analfabetismo em todo o país, os estudantes campinenses, aqueles/as que tiveram acesso à educação neste período, expuseram através da matéria do jornal supracitada, reformas nos livros escolares e na qualificação de professores para as escolas privadas da cidade. Disto, apesar das reformas do Estado na Educação na tentativa de erradicação do analfabetismo e das disputas pela escola pública de qualidade, a educação continuou a alcançar aqueles/as que podiam pagar pelos seus estudos, “sem alcançar o conjunto da população mais carente” (fonte: cpdoc.fvg.br/educação/anos1950).

Para tanto, a relação desse jornal e a preocupação com as letras se pautava com a necessidade do estudante em ingressar na vida estudantil, e dos centristas de oferecer as condições na formação pela leitura e literatura do estudante. Mas, trouxeram, também, discussões referentes à literatura, onde os jornais publicaram artigos, crônicas e poemas estudantis, incentivando-os à formação nas letras. Para escrever precisava ler e para ler, precisava ter livros:

Aí repare bem, era muito limitado. Os que se destacaram utilizaram muito a biblioteca municipal, e aí cada um no seu, na sua vocação, né? Eu imagino, não havia obras assim, do direito, nem da área da medicina, nem na área da engenharia, havia e dando a grande quantidade de obras na biblioteca municipal, que eu frequentava permanentemente, no tempo de férias, eu passava praticamente o dia na biblioteca, a minha área era literatura, era ficção, eu lia os principais romancistas nacionais, eu li clássicos, um atrás do outro, e essa era a literatura mais ou menos de outros colegas que eu tinha comunicação mais forte que é o caso de Agnelo Amorim. É porque cada um procurava socializar e se aprofundar na sua área, né? Mais o meu relacionamento era mais com gente de literatura (SYLVESTRE, depoimento [nov. 2013]).

Existia uma relação de reciprocidade e proximidades entre os estudantes que se interessavam pelas mesmas leituras. Essas significavam se inserir em discussões mais amplas no conjunto dos espaços destinados a prática da leitura, “saindo” das matérias escolares para interagir com grupos de intelectuais do qual os centristas queriam fazer parte. Este depoimento torna-se significativo as pretensões do depoente em construir, a partir de si, leitores que se interessassem pelos livros e leituras através das *suas* leituras sobre literatura, como exemplo a ser seguido por outros estudantes.

Com relação à ligação de intelectuais e estudantes com os livros, estes ocupam lugar de destaque no interior das casas das elites campinenses e de letrados, em “escritórios, gabinetes e bibliotecas”, com aquisições e com a exibição de livros pelos mesmos nas ruas:

Havia muita gente que não lia, mas havia muito gente que lia. Se interessava pelos romances da época, literatura, do tempo, os traços do mundo, se discutia muito. Os centristas do Centro Estudantil Campinense eram tidos na cidade como intelectuais, né? Tinha uns que eram intelectuais de axila. Quer dizer, que andavam com os livros debaixo do braço, mas não liam, não. Era a cultura do sovaco (AGNELO AMORIM, depoimento [dez. 2013]).

Como uma das principais características de um intelectual é a leitura, os centristas que se consideravam como tais portavam livros que muitas vezes não liam, como nos narra Agnelo Amorim, ao falar sobre “a cultura do sovaco”, numa forma de demonstração de convívio, aquisição de livros e consumo no mundo das letras. Motivados pelo conhecimento da literatura, os centristas tentavam demonstrar através da aquisição de livros, seus posicionamentos políticos e ideológicos, onde carregar livros “debaixo” do braço se tornou uma prática nem sempre similar ao exercício da leitura, mas de exibicionismo de livros. Para tanto, diferente do modelo proposto por

Josué Sylvestre, de estudante centrista que lia livros nas bibliotecas da cidade, Agnelo Amorim narra o “anti-modelo”, aquele que apenas carrega o livro debaixo do braço, mas não o lia.

Para tanto, os centristas manifestaram o desejo de o CEC ser o espaço “formador” do estudante campinense no conhecimento das letras, através, também, de: manifestações de apoio ao estudante pobre, com a criação de uma biblioteca interna no CEC; nas greves contra o prefeito Plínio Lemos, pelo não pagamento das bolsas de estudo destinadas aos estudantes que não tinham condições de pagarem seus estudos; e na criação de um espaço para abrigar estudantes vindos de outras cidades.

Assim, foi defendida a necessidade de criar a Casa do Estudante Pobre, lembrado como grande feito entre ex-centristas, como outro espaço de intervenção do CEC:

“Fui ao Rio de Janeiro conseguir verbas do ministério da Educação, promovi festas populares e reencetamos (*sic*) a construção. Depois de solucionada através de acordo na Junta de Conciliação, a pendência trabalhista com um ex-vigia da Casa. Depois com a ajuda do governador Pedro Gondim, adquiri equipamentos e o mobiliário. Afinal, a inauguração da Casa Félix Araújo, pôde ser efetivada no início de 1962. Era a única entidade municipal estudantil do país a possuir um edifício próprio para abrigar estudantes carentes” (SYLVESTRE, 1988, p. 573-574).

“Foi uma ideia do então presidente Raimundo Asfora, para abrigar estudantes pobres do interior do Estado. Campina sempre foi um município agregador, como era a maior cidade da região, na maioria dos municípios ao redor de Campina, não havia curso ginásial, só primário, naquele tempo chamava-se Ginaldão (curso Ginásial), o científico e o clássico que era o pré-vestibular de três anos. Mas o colégio raramente havia, ou ia para João Pessoa, era mais perto mesmo pra cá, e muitos ficavam mal acomodados, em pensões muito, muito deficientes. Então Asfora teve essa ideia. Genival Lucena continuou, o Figueiredo Agra, o Fernando Cunha Lima fizeram algumas obras lá. Mas quando eu assumir em 1960, as obras estavam paradas [...] E aí o que eu fiz? Havia naquele tempo a festa da mocidade: era um festival, como se fosse um grande circo, com várias atividades, né? E aí com essa festa do estudante, que era apoiada por todos, nós conseguimos o dinheiro para pagar a indenização [...] Recomecei as obras [...] E antes que terminasse meu mandato de dois anos em 1962, em fevereiro, eu reinaugurei a Casa do Estudante, funcionando toda equipada, uma doação do Governo do Estado (SYLVESTRE, depoimento [dez 2014]).

Considerada como grande feito e importância para centristas, a Casa do Estudante iria abrigar os estudantes de baixa renda, se tornando uma idealização na gestão de vários presidentes do Centro que iriam, nesse espaço, realizar a manifestação

do movimento de estudantes liderado pelo Centro Estudantil. Mas, nas memórias de Josué Sylvestre, este se constitui como o responsável e executor da obra. Sob alegação de falta de interesses em buscar recursos para o término da construção da Casa, criticou a administração de seus antecessores na liderança do CEC, que não priorizaram o término da obra, o que deveria ter sido fundamental nas atividades do CEC, contradizendo a imagem de união da “classe estudantil” pronunciada pelo próprio e por outros/as entrevistados/as.

Grande prestígio pessoal, o feito deu a narrativa de Josué Sylvestre grande importância para o CEC na cidade. Nas suas memórias, Josué Sylvestre se apresenta como um ex-centrista efetivamente engajado no movimento político, que conquistou e efetivou práticas e ações para o CEC que outros presidentes e representantes não haviam conquistado. Através dos seus discursos, constrói uma imagem de centrista que “lutou” para o “engrandecimento” do CEC, pois a luta pela construção da Casa do Estudante, que já vinha durando 15 anos, foi resolvida em menos de dois anos na sua gestão.

A Casa do Estudante recebeu o nome Casa do Estudante Félix Araújo, em homenagem ao ex-centrista e vereador morto em 1953. Além das campanhas entre centristas e estudantes, a Casa do Estudante recebeu ajuda do governo municipal e estadual, através das subvenções conseguidas pelo Senador Argemiro de Figueiredo para serviços e entidades assistências de Campina Grande para o ano de 1959:

(...) Núcleo Rural de Massaranduba, cem mil cruzeiros; Casa do Estudante Pobre, vinte mil cruzeiro; Sociedade Odontológica, trinta mil cruzeiros; Escola profissional Francisco Leandro, vinte mil cruzeiro; Instituto Pax, cinquenta mil cruzeiros (...) Casa do menino, cem mil cruzeiros; Colégio Imaculada Conceição, cem mil cruzeiros; Ginásio Nossa Senhora de Lourdes, cem mil cruzeiros; Colégio Alfredo Dantas, cem mil cruzeiros (...) (SEMANÁRIO OFICIAL, 17/05/1959, s/p) (grifo nosso).

Estes benefícios foram registrados no Semanário Oficial do órgão da Prefeitura de Campina Grande, criado para promover a administração do então prefeito Elpídio de Almeida. Como é possível observar, a maioria desses benefícios não era de entidades assistenciais, mas de escolas e instituições privadas. Desconhecemos se essas “doações” às escolas particulares eram destinadas as bolsas de estudos para estudantes que não tinham condições de pagar as mensalidades.

Para tanto, de acordo com Nascimento (1990, p.133), inicialmente a Casa tinha a finalidade de abrigar os estudantes pobres, mas que, “esse requisito não foi seguido e, nas entrevistas que realizamos constatamos que a clientela da Casa do Estudante – inaugurada em 1962 – era formada na sua maioria por filhos de fazendeiros que vinham estudar nesta cidade”. Contudo, Nascimento (1990) não discutiu essa afirmação e nem expõe na narrativa quais foram às entrevistas que o possibilitaram chegar a tal conclusão. Nas nossas pesquisas em nenhum momento essa prática é mencionada.

Realizada a construção da Casa do Estudante, Josué Sylvestre e seus companheiros centristas, buscaram outras formas de participação política, ampliaram seus espaços de atuação em entidades que caracterizaram o movimento estudantil, como: os congressos da UBES⁸⁴ (União Brasileira de Estudantes Secundários) e da AESP (Associação de Estudantes Secundário da Paraíba):

O Centro na realidade era da área secundarista, a entidade era a UBES, aquela época, secundários, depois houve uma alteração no estatuto e passou a ser secundaristas. Eu fui vice-presidente da UBES, eleito em 1962, no Congresso de Pelotas no Rio Grande do Sul, e assumi a presidência imediatamente, porque meu colega presidente era um líder, hoje é um grande jornalista, não podia assumir imediatamente, eu fui e assumi e fiquei lá quase um mês. E o Centro conseguiu ter uma presença marcante na UBES, a única entidade municipal que tinha essa presença na UBES, foi formada por entidades estaduais. Na AESP eu fui presidente eleito em 1961, mas quando eu era presidente do Centro atuava na UBES, eu trouxe para ser realizado aqui em Campina Grande [...] Um Conselhão que se fazia na metade do mandato, no meio do ano, juntando líderes de todo o país e eu trouxe pra cá, para Campina Grande. Fato inédito, nunca havia se reunido a UBES, havia se reunido junto ou patrocinado por uma entidade municipal. E nós trouxemos. Eles ficaram encantados com Campina Grande. Deste grupo, muitos foram eleitos deputados federais, governadores do Estado, senadores, que era outra fábrica de liderança, a UBES e a UNE⁸⁵, né? (SYLVESTRE, depoimento [nov. 2013]).

⁸⁴Em 25 de julho de 1948 aconteceu o 1º Congresso Nacional dos Estudantes Secundaristas, no Rio de Janeiro. Dez anos depois, os estudantes secundaristas começavam a se organizar em entidades municipais e estaduais. Contudo, desde os anos 1930, os secundaristas já se articulavam em entidades pelo Brasil, por exemplo, as Uniões e Associações estaduais e municipais, que articularam a fundação da entidade nacional, tendo como ponto de partida os grêmios estudantis dos liceus (escolas de ensino secundário e profissionalizante). Sobre algumas ações da UBES: na década de 50 protagonizou a importante campanha “O Petróleo é Nosso”; em 1956 a Revolta dos Bondes no Rio de Janeiro, em reivindicações ao aumento da tarifa; e na resistência contra a Ditadura Militar, quando grêmios e entidades de base foram destruídas com a promulgação do Ato Institucional Nº 5. (fonte: www.ubes.org.br/memória/história).

⁸⁵ Na historiografia sobre a UNE, constam as campanhas pela entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, contra o fascismo; o acirrado debate do período final do Estado Novo; a defesa das demandas nacionalistas; a posse de João Goulart; a reforma universitária e, principalmente, a sua atuação durante a Ditadura Militar. Ver: MATTOS, André L.R. Rossi. **Uma História da UNE (1945-1964)**. Campinas SP:

Estes congressos se constituíram como atividades fora do espaço dos centristas junto a outros estudantes secundaristas, com debates de cunho tanto local quanto nacional, consideradas, nas memórias de Josué Sylvestre, como de grande contribuição nas discussões políticas do CEC. Este entrevistado constrói nas suas memórias uma imagem de liderança, através da realização desses congressos como sendo o primeiro e único realizado na sua gestão, que foi entre 1960-62, em que narra sobre as suas contribuições e as possibilidades econômicas e políticas de trazer tais congressos, através de influência e de amizade que exerceu também fora do CEC com membros de outras entidades estudantis, que teria “elevado” o engajamento dos estudantes campinenses em discussões no movimento estudantil atuante no país, como afirmou Josué Sylvestre na citação acima.

Mas, esses congressos na cidade não foram os primeiros na gestão de Josué Sylvestre, como assim o relatou. Em 1958 o jornal *Evolução* anuncia a vinda do “II Congresso de Estudantes Secundários da Paraíba”, proporcionado pelo CEC e que teriam como discussões os seguintes pontos: “Reforma no Ensino; Reforma da Constituição; Nacionalismo; Federação e Confederação Nacional dos Estudantes Secundários” (EVOLUÇÃO, 2-8/6/1958, p. 11).

Para tanto, Josué Sylvestre tentou considerar, também, essas associações estudantis, a UNE e UBES, como outras “fábricas de lideranças”, em que associou a sua imagem como representante e presidente. Esses espaços foram construídos e legitimados pelo entrevistado através das *suas* manifestações e ações como entidades estudantis que tiveram como representante a *sua* liderança entre os estudantes campinenses. Nas imagens abaixo, vemos várias atuações de centristas em viagens para congressos: Ver *imagem 7 e 8*:

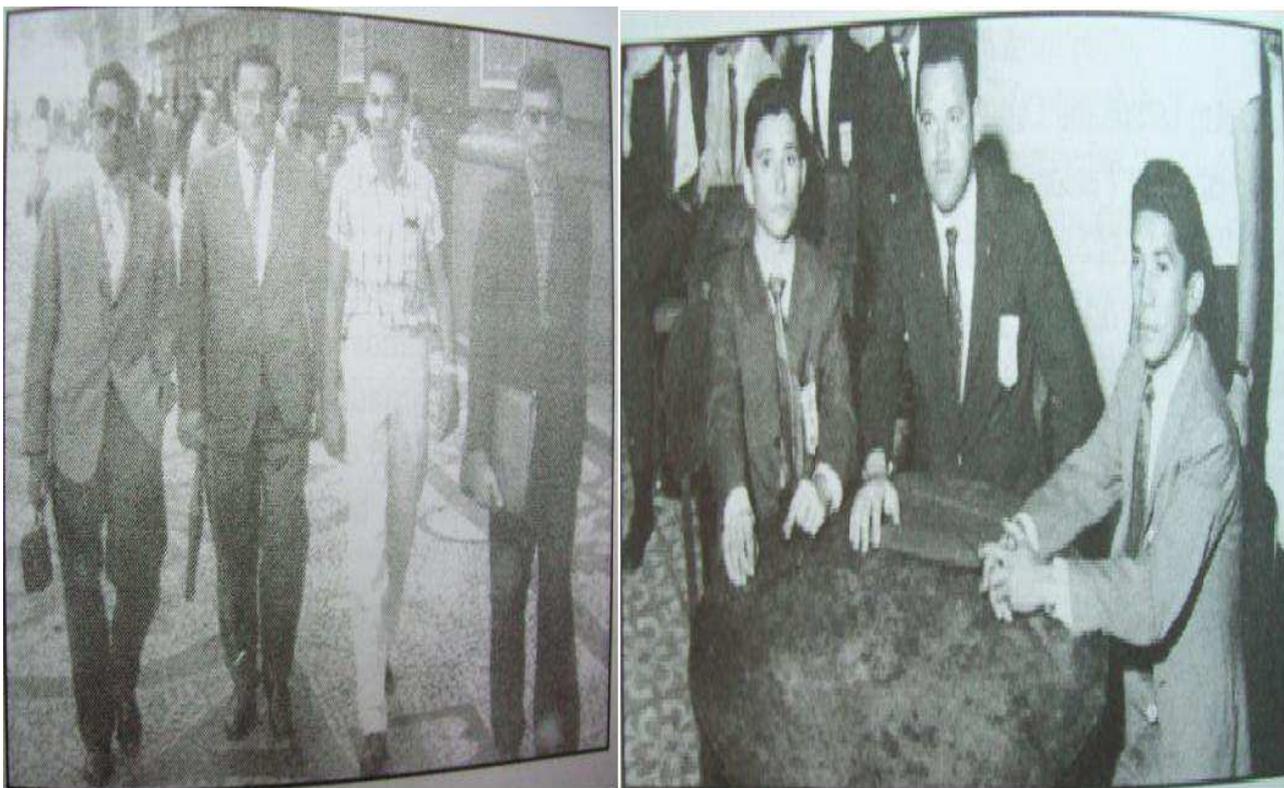


IMAGEM 7

Fonte: SYLVESTRE, Josué. **Meio Século de vida pública sem mandato ou com?: Fatos e personagens da história de Campina Grande e da Paraíba (1950-2000)**. Campina Grande: Latus, 2003.

Na *imagem 7*, da esquerda para direita: Congresso Nacional da UNE, Rio de Janeiro/ RJ (1960). Na fotografia da esquerda para a direita: Josué Sylvestre e outros líderes estudantes do CEC em “marcha” rumo ao congresso nacional da UNE; andar determinado e olhar focado, que parece ser a imagem que quer representar como líder político. Na *imagem 8*, no Congresso da AESP em Sousa/PB (1961); Congresso da AESP em Guarabira/PB (1961), apareceu junto com outros centristas e lideranças em eventos estudantis.

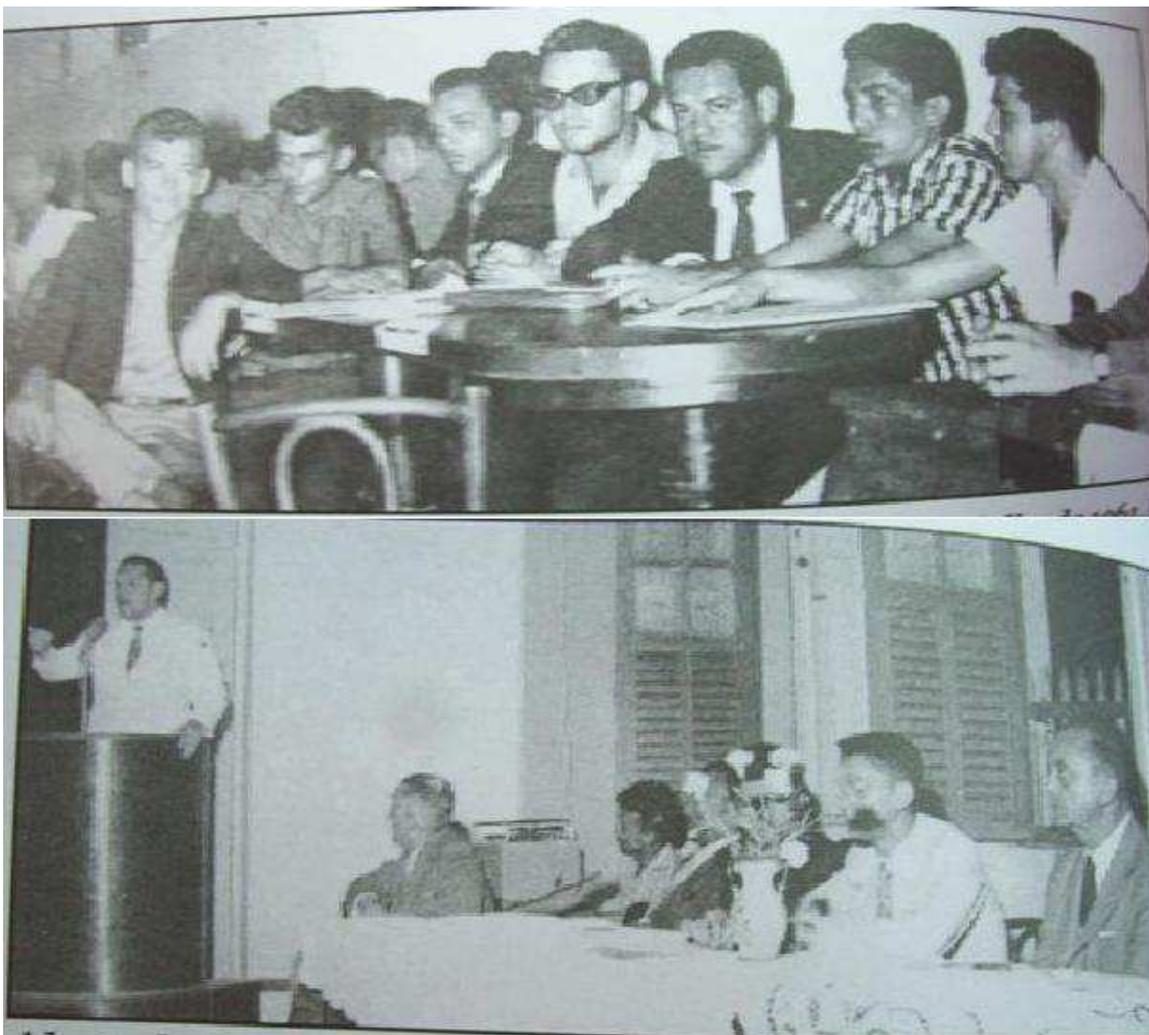


IMAGEM 8

Fonte: SYLVESTRE, Josué. **Meio Século de vida pública sem mandato ou com?: Fatos e personagens da história de Campina Grande e da Paraíba (1950-2000)**. Campina Grande: Latus, 2003.

As fotografias de Josué Sylvestre ressaltam o desenvolvimento que teve o CEC na sua gestão, não apenas informando sobre as apropriações e participações dessa entidade em outros eventos, elas se prestam também para compor uma imagem que este quer representar. Em suas narrativas em livros⁸⁶, que se assemelha mais a uma autobiografia, e na entrevista, a figura principal, seja como centrista, político ou interventor, é a do próprio Josué Sylvestre, através da atribuição de um poder de influência que incorporou para si junto à vida política na cidade de Campina Grande, juntamente com suas intervenções e apropriações em espaços públicos e políticos, bem como “ao lado” de personalidades políticas que tiveram “importância”, a partir das suas

⁸⁶ Citados na referência bibliográfica.

participações na política campinense e dos discursos em torno das práticas de lideranças.

As fotografias acima localizadas, a nosso ver, deixam uma imagem de “líder em movimento”, em atitudes e expressões concentradas, discursando e portando sempre vestimentas que o caracterizaram como “verdadeiros homens públicos”.

2.2. HOMENS: OS “GRANDES LÍDERES”?

Através da divulgação das imagens e dos nomes dos que participaram do Centro Estudantil Campinense, foram construídos discursos e narrativas no jornal *Formação*, espaço que os centristas se apropriaram e atuaram para desenvolver a política do Centro. Como lugar de memória, foi usado para comemorações de aniversários e de atos considerados importantes, onde organizaram celebrações, pronunciaram elogios, notariaram atos e ações, elevaram o nome do CEC, defenderam posicionamentos e ideologias, narraram histórias e memórias nas suas representações de lideranças.

Sendo o CEC considerado pelos entrevistados como “a melhor escola política de líderes” de Campina Grande e da Paraíba, devido aos centristas que dele saíram se projetarem na política, o espaço do CEC foi “formado” para que privilegiassem a prática da oratória, a partir de uma organização interna, através dos conselhos de representantes, das instituições políticas e dos mini-legislativos para formar politicamente os que dele participassem, estando eles envolvidos em debates semelhantes aqueles realizados em instituições políticas:

A mais importante contribuição que o Centro deu a Campina Grande e à Paraíba foi a preparação de sucessivas gerações de líderes que hoje participam na política, na administração, na magistratura e na empresa privada (SYLVESTRE, 1982, p. 386).

Para Josué Sylvestre (dep. [nov. 2013]), o Centro Estudantil Campinense foi uma entidade estudantil que formou politicamente os centristas, onde os que saíram de lá obtiveram experiências suficientes para atuarem na vida pública da cidade, através organização interna do CEC, supracitada, que dava a ideia de que este agia para “capacitar” politicamente os seus membros que, ingressando na entidade oferecia a possibilidade de praticar aquilo que era desenvolvido nas políticas partidárias, como: a

prática da oratória; os comícios públicos; as campanhas eleitorais e as manifestações em ruas e praças.

Nascimento (1990, p. 153) caracterizou o CEC, na década de 1950, como uma entidade que “mais gerou quadros para a política local” e o considerou, também, como uma “escola de líderes”, pois muitos centristas (depois que deixavam a militância do Centro) passaram a assumir funções governamentais, mandatos legislativos e postos de direção de maior ou menor destaque na política da cidade e no Estado. Entre os centristas que conseguiram trazer para si a popularidade que desfrutou junto ao CEC, destacamos aqueles que aparecem com mais frequência na narrativa: Félix Araújo, Raymundo Asfora, Ronaldo Cunha Lima, Fernando Cunha Lima, Noaldo Dantas, Genaro Souto, Odimar Agra, Oliveiros Oliveira, Agnelo Amorim e Josué Sylvestre.

Muitos representantes políticos em Campina Grande e na Paraíba tiveram seus passos iniciais na política no Centro Estudantil Campinense, dentre os de maior destaque estão os irmãos Cunha Lima, que tiveram grande representatividade e carisma na política local⁸⁷. E outros que não trilharam a carreira política, mas que permaneceram ligados à política local, no caso dos nossos entrevistados Josué Sylvestre e José Lucas Filho.

Diante da relação dos nomes dos representantes estudantis supracitados, observamos, em primeiro lugar, os centristas criando condições favoráveis para a ascensão na política, através dos nomes dos que conseguiram se tornar “líderes políticos”; e em segundo lugar, o movimento estudantil transparecendo uma luta por reivindicações de um grupo de centristas que almejaram a carreira política.

Para tanto, criaram também essas condições a partir da denominação do espaço do CEC como “escola política de líderes”, utilizando o nome dessa entidade para a promoção dos seus próprios nomes e se “auto credenciando” enquanto “capacitados” politicamente para assumir quaisquer cargos políticos que assim desejassem.

Em várias ocasiões, em nome do CEC, várias posturas políticas foram assumidas, mobilizando não somente os estudantes, mas também a população local em torno de lutas e necessidades básicas, como o aumento do pão, se caracterizando como um movimento político que emergiu para uma política mais ampla, constituindo o espaço do CEC como o “primeiro estágio” para a participação na vida pública.

⁸⁷ A família Cunha Lima continuou sua herança política. Para saber mais sobre a influencia dos Cunha Lima em campanhas políticos eleitorais em Campina Grande e na Paraíba ver: SILVA, Iolanda Barbosa. **A Campanha política de 1996 em Campina Grande/PB**: uma análise do Gui Eleitoral. Dissertação de Mestrado em Sociologia Rural. Campina Grande: UFCG, 1999.

Desta forma, “mais uma vez, é preciso insistir no fato de que essa pujança do Centro Estudantal Campinense teria contribuído para o surgimento de liderança cuja atuação vinha repercutindo na cidade” (NASCIMENTO, 1990, p. 154). Contudo, foram os centristas que criaram as condições favoráveis para a construção de suas imagens de lideranças, como confiabilidade, posições políticas e ideológicas, mediadores dos problemas dos estudantes, transformando o espaço do CEC em um lugar de discussões e posicionamentos políticos que iria facilitar as disputas futuras dos centristas na política partidária local.

Para relembrar e encontrar o seu pertencimento como membro do CEC, os entrevistados narraram seus “feitos” pessoais, ligados às ações desenvolvidas nesse espaço, numa forma de se legitimarem enquanto lideranças centristas. Cada um, contando sua história, trouxe para as entrevistas a versão que os possibilitassem manifestar quais interesses defederam:

Eu me lembro da eleição de quando eu fui eleito em 1959, fazendo o primeiro científico no Colégio Diocesano Pio XI, eu fui o representante mais votado na história do Centro Estudantal Campinense, até hoje. De 1935 até pelo menos nos dias de hoje (LUCAS FILHO, depoimento [março 2014]).

Trazendo o fato de ser o mais votado até os dias da entrevista, apesar de que o espaço do CEC funcionou até a década de 1960, o que mais importou para o entrevistado foi sua representação como o mais votado, visto que as eleições eram acirradas e exigiam dos que nelas participaram o domínio da oratória e de influências junto aos estudantes. O senhor José Lucas Filho, através de sua fala, considerou essa eleição como interessante e importante na construção de sua imagem de líder.

Para tanto, o ato de lembrar depende de uma “dose” considerável de seleção daquilo que é digno de ser lembrado e da “gestão de um equilíbrio precário entre o que deve ser dito e o que merece ser silenciado” (HALBWACHS, 1990, p. 151). Consideramos que os entrevistados ao falarem sobre o passado, tentam construir uma coerência com o olhar do presente, atribuído aos seus projetos futuros. Suas atuações no espaço do CEC estão ligadas a vida que levam hoje, como políticos ou ligados a política campinense, como se essa entidade fosse uma “herança” que os possibilitou atuar na política. Para tanto, narram:

“O Centro Estudantal Campinense deu mais de um governador, deu Antônio Juarez de Farias, deu Ronaldo da Cunha Lima, deputados estaduais, federais, senadores, vereadores, prefeitos, toda vida, campinense, paraibana e até mesmo do Brasil” (LUCAS FILHO, depoimento [março 2014]).

“Alguns eram parentes de políticos e entraram na política depois. Ronaldo Cunha Lima foi vereador, deputado estadual, deputado federal, senador e governador. Tem muita gente que não entrou na política, mas que entrou na advocacia, no ministério público” (LUCAS, depoimento [maio 2014]).

Os depoimentos dos ex-centristas José Lucas Filho e José Morais Lucas narram sobre as influências que teve CEC junto à formação de centristas na política local, e que muitos assumiram o lugar de autoridade possibilitado pela experiência no Centro. Para tanto, logo no início das entrevistas, os entrevistados fizeram uma história dos antecedentes políticos, com nomes de representantes estudantis e suas respectivas ascensões na política. Estas escolhas, para iniciar a entrevista, no intuito de que conhecêssemos primeiramente os centristas que obtiveram “sucessos” em suas carreiras políticas, elevava o espaço do CEC a um patamar privilegiado de atuação na cidade.

No ato de recordar essa influência do CEC é, de acordo com Foucault (1979, p. 73) uma forma de “demonstrar” poder: “quando começa a falar e a agir em nome dos lugares de autoridades, seja qual for, eles mesmos se impõe uma representação, a ‘falsa representatividade’ do poder”.

Aqueles que têm “nomes”, aqueles que deixaram suas “marcas” através de suas imagens e representações na política, aqueles que não se permitiram “apagar” por suas memórias, foram mencionados a partir de suas atuações no espaço do CEC, como uma entidade que foi considerada pelos entrevistados de um lugar voltado para a politização de centristas e como significativo para seus projetos políticos. Segundo Josué Sylvestre (2013, p. 81):

A grande maioria dos que participaram efetivamente das reuniões dos conselhos de Representantes do Centro e das sessões de litero-culturas do “Machado de Assis” sabem o que dizer e como dizer, quando convocados para fazer uso da palavra.

Mais do que espaços de discussões literárias e políticas, o CEC e o GLMA, são descritos como “escolas de oratórias”, meios indispensáveis para os centristas na construção de suas imagens de líderes. Desta forma, estes foram assim representados:

“deputados estudantis” e, portanto, “qualificados” politicamente para assumirem cargos na política partidária.

As aspirações ao exercício de poder, a partir das atividades lideradas pelo CEC, como a aquisição de cargos na entidade, greves e busca de apoios entre os estudantes podem ser pensadas a partir da *imagem 9*:

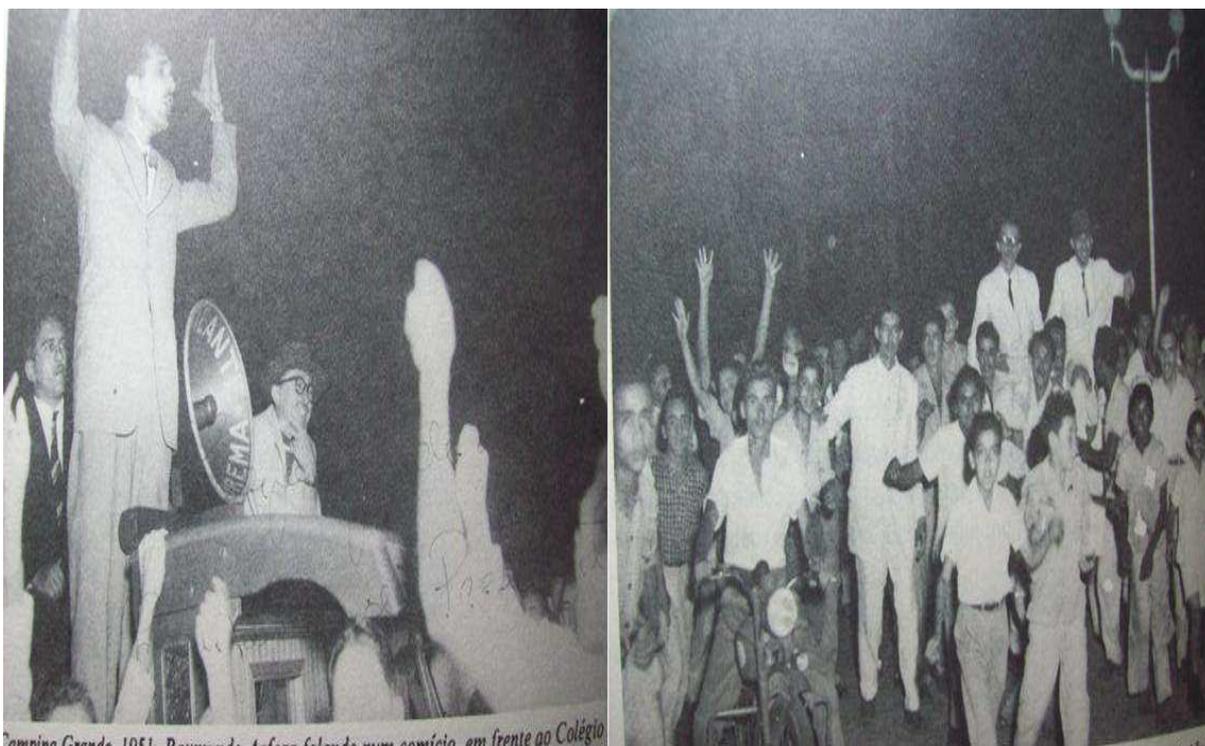


IMAGEM 9

Fonte: SYLVESTRE, Josué. **Lutas de vida e de morte:** fatos e personagens da História de Campina Grande 1945-53. Brasília, Senado Federal, 1982.

Essas imagens trazem dois momentos: a primeira fotografia, da esquerda para a direita, mostra a atuação do então presidente do CEC, Raymundo Asfora, no ano de 1948, quando da greve liderada pelos centristas contra o Cine Babilônia, pela meia entrada para estudantes neste estabelecimento. E na segunda imagem o resultado da vitória dos centristas em que “a direção do cinema concordou com a reivindicação do C.E.C” e o apoio dos estudantes pela liderança de Raymundo Asfora, junto com o amigo Félix Araújo, sendo conduzidos nos ombros dos estudantes (SYLVESTRE, 1982, p. 388).

Estes discursos nas ruas e praças em cima de caminhonetes improvisadas com alto falantes, caracterizaram as representações de lideranças pelos centristas, aqui

desempenhada por Raymundo Asfora, assumindo um lugar de poder⁸⁸ entre os estudantes, a partir de suas expressões, nas maneiras de portar-se e o gestual (as mãos para cima), nos vocabulários e na sua maneira de se vestir, terno e gravata.

Essas ações dos centristas os colocaram como homens que desempenharam funções e ações de greves, através do uso da legitimação de seus comportamentos que desejaram como líderes centristas, que os privilegiaram entre os estudantes, como mediadores a partir das causas que defenderam. Certamente essas imagens concorreram para a construção de lideranças através das representações de masculinidade: como a ação, o fazer e o realizar, expressões estas que caracterizaram Raymundo Asfora e Félix Araújo possuindo posicionamentos de autoridade e poder.

Essas imagens também foram “usadas” para seus projetos políticos futuros, que utilizaram da entidade como o início de suas vidas públicas. Raymundo Asfora e Félix Araújo, depois que deixavam a entidade, embora que não perdendo o vínculo de amizade e influência com demais centristas, assumiram cargos políticos, Félix Araújo como vereador e Raymundo Asfora como deputado estadual e federal, vice-prefeito e vice-governador, cuja possibilidade de suas realizações estiveram ligadas aos discursos em torno da imagem do CEC enquanto “escola de líderes”.

Entretanto, não foram somente através dessas fotografias que registraram momentos de atuação dos centristas na sua preocupação com a construção dos sujeitos. O jornal *Formação* apresentou discursos e imagens que os qualificavam como politicamente engajados. O nome do jornal *Formação* já indica o projeto maior de “formar” mais “ação”. Isso pode ser analisado a partir da descrição do jornal em sua primeira edição em 1936: “Não se poderia compreender uma Sociedade exclusivamente de estudantes, que não tivesse uma arena larga para delinear as primícias ideias oriundas do cérebro estudantil” (FORMAÇÃO, 11/08/1936, Anno 1, Num.1, s/p).

Desta forma, através do primeiro número deste jornal, o nome “Formação” esteve inserido na ideia de “formar” os estudantes nas suas “primeiras” visões políticas, ideológicas e literárias, já que o CEC incluía estudantes secundários. E continua este jornal: “(...) E uma vez que a massa estudantil se agita, se inflama, se entusiasma,

⁸⁸ Sobre o que é o poder, quem o detém e onde ele é exercido, Foucault (1979, p. 75) discorre que: “(...) ainda não se sabe o que é poder (...) Ninguém é, propriamente falando, seu titular; e, no entanto, ele sempre se exerce em determinada direção, com uns de um lado e outros do outro; não se sabe ao certo quem o detém; mas se sabe quem não o possui (...) Onde há poder, ele se exerce”. Desta forma, consideramos que os centristas exerceram poder, através de suas atuações entre os estudantes e mesmo junto à sociedade, nas suas lutas, pois, ainda de acordo com Foucault “cada luta se desenvolve em torno de uma força particular de poder”.

nasceu como resultado d'estas conseqüências, esta Folha (...) (FORMAÇÃO, 11/08/1936, Anno 1, Num.1, s/p).

Para tanto, o jornal *Formação* também trouxe a visão de que os estudantes necessitavam de incentivo ao acesso do “saber”, que seriam possibilitados pelo CEC e transmitidos neste jornal criado em torno dessas “necessidades”, entre a faixa etária (os estudante secundaristas tinham em torno dos 14 aos 18 anos) que consideraram como de “agitações estudantis”.

Benevides (2006, p. 30) caracterizou o jovem no Brasil como aquele em “fase de inquietações, insubordinação, desobediência, revoltas, experimentações” e a juventude como “além de ser entendida como uma fase de transição entre a infância e a vida adulta passou a ser identificada também como símbolo das relações sociais conflituosas, transformando-se, conseqüentemente, em objeto de estudo”.

Tomando com referência essa análise de Benevides (2006, p. 30), fazendo um contraponto com as ideias do jornal, percebemos que os jovens que lideraram o movimento político do CEC, organizaram uma entidade que atuou de maneira particularizada, liderando um movimento que os possibilitou criar meios alternativos de protesto, de participação, de enfrentamentos, de reivindicações, onde lideraram e atuaram no espaço do CEC, criando discursos de um espaço que se constituiu em torno da “formação” de estudantes e na busca de um nível de politização para a *classe estudantil*.

Essa politização dos centristas se fez, também, através de termos como “heroísmo”, “sucesso” e “atividades”, em que fizeram referência associadas às representações de masculinidade em torna da ação, do fazer, do realizar na militância estudantil e nas manifestações nas ruas, como lugares considerados referentes às atividades desempenhas pelos homens: protestos; eleições; debates e mesmo quando crianças as brincadeiras dos meninos são consideradas aquelas relacionadas à rua: jogos de futebol e brincadeiras que envolvem ação e luta (VIEIRA, 2006, p. 19).

Como trabalhamos com os códigos de masculinidade é importante destacar o termo “heroísmo” no dicionário da língua portuguesa, que é referente à: “- 1) virtude excepcional, própria do herói (- a) nome dado pelos gregos aos grande homens divinizados - b) aquele que se distingue por seu valor ou por suas ações extraordinárias, principalmente por feitos brilhantes durante a guerra); -2) qualidade do que é heroico; - 3) arrojo, coragem, magnanimidade, bravura que leva a praticar ações extraordinárias” (www.portoeditora.pt).

Para tanto, através dessa nomeação, os centristas selecionaram, através de artigos no jornal *Formação*, o papel que queriam representar a partir da ideia de “heroísmo”, que corresponderia a “bravura”, “coragem” e “ação” como formas de liderança⁸⁹. Como exemplo temos a matéria intitulada o “Quadro de Honra”, que se constituiu da escolha de centristas e/ou ex-centristas que “mereceram” estar nesse quadro, ficando assim colocados:

Hoje, trazemos ao nosso QUADRO DE HONRA, a figura inconfundível de Admilson Villarim, elemento de incontestável prestígio no seio da classe em que milita. Villarim, que é demasiadamente conhecido pela pujança de seu trabalho e firmeza de caráter, recebeu como presente da classe, a vice-presidência do Centro, em trôca ao trabalho dedicado e honesto que ele desempenhou, quando Secretário de Finanças no período de 1952. Esta é uma prova de que Admilson bem merece a consideração e o respeito desta folha, que o coloca no seu Quadro de Honra (FORMAÇÃO, 03/ março de 1954, Ano 19, Num. 04, p. 03)⁹⁰ (Grifo do jornal).

Os centristas e/ou ex-centristas colocados neste “Quadro de Honra” desempenharam funções ligadas ao trabalho, à ação e a força, como atividades consideradas masculinas: as funções consideradas de maior importância dentro do espaço do CEC foram aquelas desempenhadas pelos homens: presidente, tesoureiro, orador e diretor do jornal *Formação*. Para tanto, presidir, coordenar, mandar estão inseridas nas relações de poder entre os gêneros, pois as mulheres só desempenharam essas funções supracitadas no lugar de *vice*: vice tesoureira, vice oradora, candidata a vice presidente⁹¹.

O nome da matéria “Quadro” está relacionado como uma espécie de moldura onde foi registrado o desempenho de alguns homens dentro do espaço do CEC em ações, em que receberam em “troca” o reconhecimento como lideranças centristas. O “Quadro” também pode ser representado através da imagem fotográfica do homenageado, onde ratificam a imagem que desejaram demonstrar: lugar de poder e autoridade em torno de sua aparência física.

⁸⁹ Citaremos alguns dessas matérias e artigos, publicados em dois exemplares do jornal *Formação* (out. de 1953, Ano 18, Num. 03/ março de 1954, Ano 19, Num. 04): “Fidelidade”; “Ação consciente”; “Manifesto do Centro Estudantil Campinense: a todos os estudantes de Campina Grande e aos companheiros de todos os colégios”; “Ideias & Fatos”; “A galeria do CEC”; “O dever do Cronista”; “18 anos de lutas e glórias: mais uma etapa vencida pelo Centro”; “Eleições na Vanguarda Estudantil na Paraíba”; “Mais uma vês vitoriosa a classe estudantil”.

⁹⁰ Os números das edições do jornal *Formação* não segue uma cronologia. Acreditamos que esses números foram posicionados quando se formava uma nova diretoria, e eram contados a partir da sua primeira publicação. O que prevalece é o ano da existência do jornal.

⁹¹ As funções desempenhadas pelas mulheres no espaço do CEC serão discutidas no capítulo 3.

Para isso, o papel da imprensa na construção da imagem dos centristas foi um fator importante, pois foi manifestado através dos interesses que defendiam: matérias que os legitimavam como representantes dos estudantes e das “coberturas” dos eventos proporcionados pelo CEC, destacando as atividades e colaborações.

Na *imagem 10*, em homenagem ao aniversário de dezoito anos de Centro Estudantil Campinense, o jornal *Formação* organizou uma lista com os nomes dos que atuaram no CEC, até a data de 1953, posicionando as fotos em grau de atuação e importância segundo critérios do editor do jornal Ronaldo Cunha Lima que escreveu o artigo:



IMAGEM 10

Jornal *Formação* (outubro de 1953, Ano 18, Num. 3, p. 03): Fonte: Arquivo Biblioteca Átila Almeida – UEPB.

As comemorações de aniversário de criação do CEC trouxeram reportagens com os nomes dos sujeitos que dele fizeram parte e a importância da entidade para a cidade. A edição do jornal *Formação* de 1953 (out. de 1953, Ano 18 Num. 3) foi quase por completo editada para essa finalidade, que trouxe matérias e artigos que narraram as “glórias” do CEC e as ações dos centristas.

Josué Sylvestre define essa exposição de fotos na *imagem 10* como a “(...) galeria da saudade e da recordação, é a galeria da glória. É uma lembrança que nos encoraja a continuar mantendo essa bela tradição de heroísmo” (FORMAÇÃO, out. de 1953, Ano 18, Num. 3, p. 04). Ronaldo Cunha Lima, irmão do primeiro homenageado e então presidente do CEC Fernando Cunha Lima na *imagem 10*, como Diretor do jornal *Formação*, expôs sua versão de comemoração:

(...) Um tanto diferente de outras. Não foi buscar flores para atapetar sua casa não conseguiu aureola para ornar seu teto; nem ofereceu quitutes aos que lhe visitaram. Não. A maneira de sua comemoração foi mais bela, mais incisiva, mais tocante. Ao envez de bôlos e festas musicadas, ele ofereceu aos seus convivas (os estudantes), uma vitória auspiciosa com saber duma glória, para que eles guardassem-na no sacrário sacrossanto de suas lutas, como marco indelével de uma áurea fase de redemocratização. E ao envez do toque lento e compassivo da valsa de parabéns, se ouviu ao som febril clarins do triunfo, o hino cerimonial de uma consagração. Era o Centro, no dia do seu aniversário, vislumbrante (*sic*) e satisfeito, legando à mocidade a mais cívica das heroicas lições (...) Parabéns, Centro, que tua vida futura seja, com alguns retoques, o retrospecto de sua vida passada! (FORMAÇÃO, outubro de 1953, Ano 18, Num. 3, p. 02).

Para afirmar e, conseqüentemente, se afirmarem, os centristas buscaram discursos em torno de acontecimentos e de “grandes” personagens do passado do CEC para justificarem e consolidarem suas imagens de liderança. Contudo o diretor desse jornal tenta marcar uma diferença de outros diretores quando fala que fez uma coisa diferente para o aniversário do CEC que, em vez de bebidas e comidas ele propôs “alimentar o espírito” dos estudantes com as “glórias” passadas do Centro.

Quando escreve sobre “redemocratização” entendemos que fala da nova administração para o jornal, que passou por um período inativo na década de 1940, sendo publicado um exemplar no ano 1948. Apesar de narrar sobre as “glórias passadas” do CEC, cada diretor que assumiu a direção desse jornal tentou “marcar” sua presença, com discursos que os representassem como atuantes, através de esforços para

reunir recursos para a publicação desse jornal e continuar “(in) formando” os estudantes.

Também podemos considerar a “redemocratização” do Brasil no ano de 1945, como uma crítica ao Estado Novo (1937-1945), como um período em que se vivia sob a censura nos meios de comunicação, com a criação do DIP, pelo governo de Getúlio Vargas⁹². A redemocratização representou a “queda” do Estado Nova e realização de eleições diretas para Presidente da República, mas também a sociedade brasileira pode voltar a discutir e debater nos meios de comunicação e nas ruas as propostas de desenvolvimento e de soluções para as crises e conflitos sociais, econômicos e políticos do país na ampliação dos direitos sociais e políticos (FAUSTO, 2013).

Voltando para os homenageados pelo jornal Formação na *imagem 10*, Fernando Cunha Lima, sendo presidente reeleito, se colocou no centro dessa edição de 1953. Sua imagem aparecerá em vários momentos nas memórias e em matérias de jornais, como um centrista que foi considerado de grande importante e destaque em atuações do CEC, no início da década de 1950. Como presidente do CEC, foi lembrado pelos/as entrevistados/as, através de seus discursos “eloquentes”, ações, atuações e lutas por ele desempenhada, guardada em forma de “agradecimento” por outros/as que atuaram depois dele: “Era um orador incontestável. Reivindicou em nome da classe estudantil (...) Fernando Cunha Lima fez seu aprendizado para a vida pública lá (CEC), junto com o seu irmão Ivandro Cunha Lima”(LUCAS FILHO (dep. [março 2014]); “Sempre foi militante. Lutou pela maior participação dos estudantes” (LUCAS (dep. [maio 2014]); “Foi um grande orador e líder político” (SYLVESTRE (dep. [nov. 2013])).

Segundo Valda Freyre (dep. [maio 2014]), muitos centristas transmitiram suas influências como representantes do CEC para os seus irmãos mais novos, com o intuito de “formar” sucessores para “seguirem” seus passos no movimento estudantil. Como exemplo, esta entrevistada citou Fernando Cunha Lima e Noaldo Dantas, respectivamente, e seus irmãos Ronaldo Cunha Lima e Noilton Dantas que, no desejo de manter o legado que haviam conquistado como presidente e/ou representante do CEC, colocaram seus irmãos para não “perderem” o apoio junto aos estudantes que haviam conquistados ao longo de suas atuações estudantis.

⁹² “Getúlio Vargas governou o país em dois períodos: de 1930 a 1945 e de 1951 a 1954. Sua longa permanência no poder tornou-o uma das personalidades mais marcantes da vida política nacional no século XX, e permitiu que se falasse em uma Era Vargas” (cpdoc.fgv.br/dossies).

Além do jornal *Formação* os centristas utilizaram como meio de comunicação a Rádio Borborema⁹³, para expor/divulgar suas atividades, manifestações e até mesmo fazer campanhas em época de eleição para representantes do Centro Estudantil Campinense. Como exemplo, temos a manchete do *Jornal de Campina*, para a arrecadação de dinheiro em prol da construção da Casa do Estudante:

“Festival dos Estudantes na Rádio Borborema”: Hoje, no auditório da Rádio Borborema a programação em benefício da Casa do Estudante Pobre, com distribuição de prêmios e sorteios de 1 BICICLETA, ofertada pela firma J. Braga & Cia. Discos e Rádios. Ingresso 20.00 (cruzeiros) (JORNAL DE CAMPINA, 1952, p. 3) (grifo do jornal).

A partir desses meios de comunicação, os centristas apresentaram uma maior preocupação em manter “contato” com os estudantes campinenses. Aqueles interferiram em questões políticas, culturais e sociais, com a finalidade de atrair os estudantes, trouxeram assuntos sobre o cotidiano do CEC e suas atividades e ações, mostrando o “engrandecimento” do CEC e dos que dele fizeram parte.

A produção de memória foi produzida, também, nos livros de Josué Sylvestre, sobre a construção de histórias para o CEC, sugerida no destaque de sua imagem de liderança estudantil. Guardou “vestígios”, fotografias, recortes de jornais, e transmitiu fatos e expos nomes dos que lhe pareceu ser “digno” de assim escrever a sua história do CEC, por motivações e interesses que lhes são particulares. Para tanto, construiu em torno de si, ligações com a história do CEC e de Campina Grande, delimitando assim um lugar de autoria que nomeiam sua obra como referência.

Josué Sylvestre escreveu quatro livros⁹⁴ que narram histórias sobre Campina Grande e da Paraíba e de personagens políticos. Devido à diversidade dos temas abordados nesses livros, citaremos apenas o último, publicado pela editora Latus da Universidade Estadual de Campina Grande, intitulado: “*Meio século de vida pública*

⁹³ A Rádio Borborema foi criada no ano de 1949, onde funcionava no Edifício São Luís, na Avenida Floriano Peixoto no centro de Campina Grande. Em depoimento ao blog do Retalho Histórico de Campina Grande, o sociólogo Walmir Chaves relatou que: “No início dos anos 50 um aparelho de rádio era um objeto de luxo e desconhecido para a maioria da população e que era comum muitos fizessem silêncio nas suas casas para escutar as rádios dos seus vizinhos. (...) Era um encontro diário, onde se escutava os capítulos das novelas ou a famosa “Hora do Brasil” (que era transmitido desde o Distrito Federal para todo o país, com as notícias do Governo Federal e que somente escutava os homens interessados pela política), nas casas e nas janelas para suposições sobre como resolveriam os personagens seus problemas, já que os capítulos acabavam sempre com suspenses (...)” (cgretalhos.blogspot.com.br/reminiscencia-radio-borborema).

⁹⁴Citados na referência bibliográfica.

sem mandato ou com?: Fatos e personagens da história de Campina Grande e da Paraíba (1950-2000)” (2013).

Neste livro, o historiador Josué Sylvestre selecionou fatos/acontecimentos de personagens políticos inseridos na *sua* história de vida pública e política. Para tanto, considerou como “aprendizado exitoso na política estudantil” ao reservar um capítulo para falar de sua participação no Centro Estudantal Campinense e suas atuações nesta entidade e em outras como a AESP e a UBES. Como já problematizamos anteriormente, a figura principal dos livros de Josué Sylvestre é a sua, em que conta as suas histórias através de uma memória individual mais também coletiva, a partir de amizades com políticos da cidade e de pessoas que “guardam” não apenas nas memórias, mas “vestígios” que este autor tem acesso.

Contudo, não podemos deixar de destacar que suas obras são referência para quem estuda a história da cidade que, de acordo com Luciano Aires (2014, p. 57): “Qual historiador que estude Campina Grande não já passou ou deva passar pelas obras de Elpídio de Almeida, Epaminondas Câmara e Josué Sylvestre”. Para tanto, este incentiva, nas suas obras, historiadores/pesquisadores a, também, escrever a história do CEC, já que esta é apenas contada em poucas páginas e em memórias de ex-centristas⁹⁵ (SYLVESTRE, 2013).

A imagem de Josué Sylvestre, ao trazer seus “feitos” e atuações nos apresenta, através dos livros e mesmo da entrevista, a figura de um ex-estudante e político campinense. Essa imagem está associada aos códigos de masculinidade: “pensar sobre a masculinidade é pensar sobre o *homem de verdade*, chamado de ‘machão’, caracterizado prescritivamente em seu papel social por ser viril e conquistador, ter sucesso, poder e prestígio social” (VIEIRA, 2006, p. 137).

A partir das representações que o mesmo tenta construir em torno de si, como aquele estudante/político que corresponde ao que considerou como pertinente para o exercício da sua militância política. Nas narrativas e memórias, Josué Sylvestre tentou fazer essa ponte de líder estudantil e líder político, como se essas duas representações estivessem ligadas entre si.

Desta forma, Josué Sylvestre associou suas atuações no CEC às práticas consideradas como aqueles desempenhadas pelo masculino, ligando suas falas a

⁹⁵ Na entrevista que realizamos com Josué Sylvestre, ele também manifestou essa lacuna da história do CEC e nos incentivou a “preenche-la”. Contudo, não mostrou interesse em compartilhar as fontes que possui, alegando serem arquivos pessoais dele e de amigos.

atividade ligada à ordem, ao sucesso, ao prestígio, ao poder, ao mando, ao viril e ao “exitoso”: “construção” da Casa do Estudante Félix Araújo; participações em congressos estudantis em outras cidades brasileiras; trouxe esses mesmo congressos estudantis para serem realizados em Campina Grande; e foi presidente não apenas do CEC, mas também de outras entidades estudantis, como a UBES e AESP, onde desempenhou atividade que o próprio Josué Sylvestre considerou como sendo de um “verdadeiro líder” (dep. [nov. 2013).

Dá a construção da memória através dos livros, pois o fechamento dessa “fábrica de talentos” resultou na “mediocridade” dos detentores “de mandatos nos legislativos municipais, estaduais e nacionais”, sem a “formação” de um sujeito ativo, forte e objetivo proporcionado pelas atividades desempenhadas no espaço do CEC (SYLVESTRE, 2013, p. 81).

Podemos observar a construção desse sujeito “ativo” na *imagem 11*:



IMAGEM 11

Jornal *Formação* (março de 1954). Fonte: Arquivo Biblioteca Átila Almeida – UEPB.

Numa tentativa de marcar as suas passagens pela CEC por meio dessa narrativa visual, a *imagem 11* foi registrada no ato da assinatura para a construção da Casa do

Estudante no ano de 1954, como símbolo de conquistas entre os centristas e estudantes. A legenda veio assim descrita: “Fernando Cunha Lima dá mais uma prova de sua operosidade. O Centro Estudantal Campinense, com o auxílio dos poderes públicos, concorre para o engrandecimento de nossa terra” (FORMAÇÃO, março de 1954). Essa assinatura “marcou” uma participação dos centristas na vida pública campinense.

Marcou também as posições dos centristas como homens que assumiram o controle do espaço do CEC. A eles foram reservados as funções relacionadas ao mando, à ordem e ao poder. Identificaram-se com as coisas ligadas à rua, à política, ao público e às atividades que foram consideradas como específicas para os homens: ocuparam lugares relativos ao poder de atuação, pois eram eles que deveriam assumir a direção do CEC e do jornal *Formação*.

Não bastando os testemunhos nas páginas de jornal sobre quais foram às atuações centristas no CEC, relacionadas às suas atividades, foi preciso estar sempre relembando, comunicando e homenageando para que as memórias não se “perdessem”. Para isso, centristas marcaram, mesmo depois de encerradas as atividades no CEC, suas memórias nesse espaço, através de homenagens e comemorações não apenas nos aniversários do ano de fundação do CEC, mas, principalmente para aqueles e aquelas que dele fizeram parte.

Dentre essas homenagens, lembrar os nomes dos que foram representantes do CEC e suas trajetórias nessa “gloriosa entidade”, foi uma forma de homenagear um líder político que antes fora líder estudantil, Ronaldo Cunha Lima. Seis dias depois da sua morte, em sete de julho de 2012, o também centrista e líder estudantil José Morais Lucas, prestou homenagem ao amigo, mostrando o papel relevante que desempenharam como estudantes secundários e a importância que foi da inserção no CEC para políticos locais.

Sobre o Centro Estudantal Campinense, entidade responsável pelo ingresso de Ronaldo Cunha Lima na política (...) gloriosa entidade fundada em 1935 e extinta em 1964, por onde passaram outras figuras, com maior ou menor participação na política paraibana principalmente campinense, como Félix Araújo, Raymundo Asfora, Roberto Chabo, Evaldo Gonçalves, Figueiredo Agra, Juracy Palhano, Oliveiros Oliveira, Jovani Paulo Neto, Noaldo Dantas, Sócrates Pedro de Melo, Josué Sylvestre, José Maria Vital Ribeiro, entre outros, tenho a dizer que também tive a minha modesta participação, pois fui eleito para o Conselho de Representantes em 1956, tendo por escolha do então presidente Genival Lucena, ocupando os cargos de Secretário de Imprensa e Diretor do jornal “Formação”, me elegendo vice-presidente em 1958, numa chapa que elegeu presidente o intrépido

Figueiredo Agra, posteriormente deputado estadual (LUCAS, Coluna Paraíba Online [13 julho 2012])⁹⁶.

As lembranças da importância dos nomes, as repetições da expressão “gloriosa luta” e o ingresso de líderes estudantis que seguiram carreira na política partidária, são operacionalizadas para a construção de um espaço de memórias e de lutas dos centristas que dele fizeram parte, como lideranças estudantis.

Uma vez anunciada os feitos do CEC e assumida a sua participação na política centrista, José Morais Lucas nos narra os “sinais de reconhecimento”, os acordos feitos acerca desses espaços de memórias. Em resposta a Coluna do Paraíba Online, de José Morais Lucas, a também ex-centrista, Auxiliadora Bezerra Borba, responde ao amigo através de uma carta:

Recordar é lembrar! E lembranças nos fazem sonhar. Sonhos lindos que se foram, outros que se tornaram realidades; mas, na etapa do amadurecimento do ser humano vivente, as realidades buscam os sonhos para integrarem-se e formarem uma massa compacta que não se possa delir. Parece que foi ontem, mas já vai meio século... as nossas mentes, os nossos anseios, as descobertas proporcionada pelos estudos e pelos saberes dos mestres, nos levavam a crenças, novos saberes e descobertas. Como era bom aquele tempo, desvendando fantasias, sonhos e quimeras. Queríamos tempos melhores, não somente para nós estudantes secundaristas, mas para a população e para o nosso solo pátrio (...) Sob a liderança de Fernando Cunha Lima e de Genival Lucena, dois grande presidentes do CEC, nós, os representantes eleitos, através do voto secreto, alguns já referidos na sua crónica, parecíamos integrantes de uma Corte Real ou de uma Alta Câmara dos Comuns. Praticávamos o exercício livre da Democracia, ouvindo os anseios da Classe Estudantil e buscávamos alternativas viáveis para atendê-los... (BORBA, Carta [3 de agosto 2012]).

Valorizado o espaço do CEC como a “Corte Real” e a “Alta Câmara dos Comuns”, ambas de presença quase exclusiva de homens, as discussões sobre as atuações dos centristas foram se constituindo pelos vocabulários dos/as entrevistados/as. Consideraremos esses vocabulários como aqueles escolhidos para “engrandecer” as memórias do espaço do Centro, Auxiliadora Borba e outros/as, sendo entrevistadas/os por uma historiadora, buscaram a todo o momento nas lembranças, adjetivos que foram colocados propositalmente para enriquecer a sua narrativa, constituindo-se como importantes narradores na história do CEC, como “guardiões” dessa história.

⁹⁶ <http://paraibaonline.com.br/colunista/morais/757-tributo-ao-poeta-ronaldo.html> (acessado em 05/05/2014).

Desta forma, Auxiliadora Borba vale-se de recursos linguísticos na busca de elogiar o tempo considerado de “grandes projetos”, de experiências outrora vivenciadas no sentido de “renovação”. Através da narrativa, dando às memórias do espaço do CEC grande importância e representatividade, elevando o nível que a entidade expressou, entre os/as entrevistados/as, através das imagens e projetos desempenhados pelo CEC.

As memórias estão ligadas às afetividades e sensibilidades dos indivíduos que recordam: “A memória afetiva surge das emoções que depositamos em cada recordação, ela é como o gosto que provém da sensação evocada ou lembrada” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 203).

Esta carta nos foi dada pela entrevistada Auxiliadora Borba (depoimento [maio 2014]) e autorizada para a publicação. Escrita em momento de saudosismo, diz o que sentiu a necessidade de se expressar em relação a um acontecimento considerado de grande importância na sua vida. Para Gomes (2004, p. 11) “através desses tipos de práticas culturais, o indivíduo moderno está construindo uma identidade para si, através de seus documentos (que guardam), cujo sentido passa a ser alargado”.

A carta de Auxiliadora Borba mostra uma vontade, também, de registrar fatos referentes à sua vida ligada ao grupo de centristas. Responder ao amigo, que havia publicado uma coluna em homenagem ao ex-centrista falecido, foi também, uma maneira de legitimar a memória do CEC. Nessa carta acrescenta sua participação no espaço do CEC, marcando sua atuação junto aos nomes de líderes, homens, que fizeram parte desse espaço. Contudo, afirma a liderança deles, ao expor que foi representante sob a liderança de dois “grandes” presidentes do CEC, Fernando Cunha Lima e Genival Lucena.

Nessas duas narrativas citadas acima, a partir das lembranças e do modo como evocam as memórias do espaço CEC, foram construídas relações e imagens positivas pelos entrevistados ao se referirem a pessoas que fizeram parte de momentos específicos das suas vidas. Buscando marcas de proximidade que os permitem, ainda, continuar fazendo parte de um mesmo grupo e dividindo recordações em comum, permanecendo em contato com as pessoas que também viveram aquelas histórias e transitaram nos lugares onde elas aconteceram, permitindo a rememoração dos espaços de memórias e a tentativa da preservação de uma entidade que representou o interesse desses entrevistados/as.

Suas imagens de lideranças também foram vivenciadas e representadas através de seus posicionamentos políticos e ideológicos: a apropriação das ideias nacionalistas,

discutidas na cidade e no país, foi mais uma forma de engajamento dos centristas na política campinense.

2.3. O CENTRO ESTUDANTAL CAMPINENSE E A CIRCULAÇÃO DAS IDEIAS NACIONALISTAS EM CAMPINA GRANDE.

Nos protestos, comícios e passeatas, os centristas e estudantes saíram às ruas em marcha: para fazerem campanhas eleitorais; em solidariedade ao colega morto; em desaprovação com a política local; e para manifestarem ideias nacionalistas. Para tanto, os centristas buscaram outros “valores”, através das discussões sobre as ideias nacionalistas, discutidas na década de 1950, como necessários à suas atuações políticas junto à sociedade campinense, como formação política a partir do nacionalismo e como grande motivador das lutas dos centristas⁹⁷. Assim, o espaço do Centro Estudantal Campinense foi mais uma vez apropriado como mediador para aqueles que se engajaram politicamente nos debates nacionalistas, influenciados por grupos que coordenavam essas discussões na cidade.

No período de 1945 a 1964⁹⁸, desejando promover o desenvolvimento do país, homens e mulheres levantaram bandeiras, entre elas o nacionalismo, em defesa da soberania nacional, a reforma das estruturas socioeconômicas do Brasil e a ampliação dos direitos sociais dos trabalhadores da cidade e do campo. As ideias nacionalistas podem ser assim caracterizadas, no plano econômico, de acordo com Fausto (2013, p. 111):

(...) os nacionalistas defendiam o desenvolvimento baseado na industrialização, enfatizando a necessidade de se criar, tanto quanto possível, um sistema econômico autônomo menos independente do sistema capitalista internacional. Isso significava dar ao Estado um papel central como regulador da economia e investidor em áreas estratégicas - petróleo, siderurgia, transporte, comunicações.

⁹⁷ A ação política dos centristas se constituiu através de suas participações em eventos e manifestações que, de acordo com Motta (2012, p. 23), servem para selar os compromissos políticos e ideológicos, confirmando o sentido de pertencimento a um grupo.

⁹⁸ Este período é considerado como o da experiência liberal-democrática, em que a “sociedade brasileira viveu sua primeira experiência de eleitorização da política. Ou seja, o período em que conheceu partidos políticos nacionais e de massa; em que experimentou eleições sistemáticas para o executivo e o legislativo (federal, estadual e municipal); enfim, em que realizou o que se chama “aprendizado do político” eleitoral, e novos e mais amplos marcos” (GOMES, 2009, p. 36).

Os nacionalistas, apoiados na ideia de um desenvolvimento independente para o Brasil, com a intervenção do Estado na economia, viram como possibilidade desse desenvolvimento a industrialização, “(...) comandada pela burguesia e por capitais nacionais” (MOREIRA, 2003, p. 17-18). Por sua vez, os chamados entreguistas⁹⁹ defendiam ideias contrárias, menos intervenção do Estado na economia, não deram prioridade à industrialização e defenderam que o progresso do país se sustentaria no combate à inflação e no ingresso dos capitais estrangeiros (FAUSTO, 2013, p. 111).

A campanha “O Petróleo é Nosso”¹⁰⁰, e a criação da Petrobrás em 1953, foi um motivador e também resultado da organização do nacionalismo no Brasil, enquanto movimento político preocupado com rumos da economia brasileira, tornando-se também um movimento político e ideológico em parte da sociedade. Como um grande movimento de opinião pública, essa campanha desencadeou um grande movimento cívico, de cunho nacionalista, que mobilizou grande parcela da sociedade brasileira: “estudantes, intelectuais e artistas, militares nacionalistas, militantes comunistas e socialistas, trabalhadores e sindicalistas” (ARAÚJO, 2007, p. 63).

De acordo com o Waldir Porfírio (2003, p. 210):

Foram muitas as manifestações populares em defesa de posições nacionalistas, destacando-se a campanha pelo “Petróleo é Nosso”, levada às ruas pela União Nacional dos Estudantes (UNE), Liga da Defesa Nacional, Clube Militar e o Centro de Estudos de Defesa do Petróleo e da Economia Nacional, numa unidade política e ideológica em que misturavam comunistas, militares, intelectuais e parlamentares democratas e progressistas.

Esses tempos de mudança no âmbito nacional, manifestados pelos nacionalistas, se repercutiram na cidade de Campina Grande, com debates nas ruas e nos jornais,

⁹⁹ Os chamados “entreguistas” também foram alvos de críticas pelos redatores, que seguiam as correntes nacionalistas em Campina Grande, do jornal *Evolução* (1958, s/p), como aqueles que: “caracteriza pela ação de querer entregar o que é nosso, sob êsse ou aquele pretexto, aos trustes internacionais”. No dicionário está assim descrito: “Substantivo masculino; Mentalidade ou prática de entregar os recursos naturais da nação para a exploração por outras nações ou por outras entidades internacionais” (<http://www.priberam.pt/dlpo/entreguismo>).

¹⁰⁰ Nas análises de Waldir Porfírio (2003, p. 215), ele narra a seguinte visão: “A campanha “O Petróleo é Nosso” tornou-se vitoriosa e uma das maiores mobilizações de massas da história da República Brasileira”. Depois de 23 meses de batalha, o Presidente Getúlio Vargas “respondeu a esse amplo movimento da opinião pública nacional com a assinatura em 03 de outubro de 1953, da lei 2004, que criou a Petrobrás” (ARAÚJO, 2007, p. 67).

comícios em favor da nacionalização da exploração do petróleo, entre as lideranças estudantis¹⁰¹, operárias¹⁰² e dos intelectuais campinenses.

Na década de 1950, o município de Campina Grande era, em termos de população, superior a Capital da Paraíba, João Pessoa. Com isso sofria com o problema do racionamento d'água, em face desse crescimento populacional e da “(...) incapacidade do sistema do reservatório de Vaca Brava, inaugurado pelo Governo Argemiro em 1940 e dez anos depois já totalmente deficiente” para abastecer a cidade e os outros oito distritos que compunha o município¹⁰³. De acordo com Josué Sylvestre, o problema do abastecimento de água foi solucionado com a inauguração em 1958 da adutora de Boqueirão, “(...) providência salvadora do governo desenvolvimentista do presidente Juscelino Kubitschek¹⁰⁴ – JK” (SYLVESTRE, 1988, p. 23-24).

Para tanto, através dos projetos políticos de desenvolvimento e modernização via industrialização operacionalizados pelo governo JK, através do Plano de Metas, que previa o crescimento do Brasil de “cinquenta anos em cinco”, a cidade de Campina Grande “reproduziu” esses projetos de modernização e modernidade na economia, através da construção, principalmente, da imagem de cidade avançada, com discursos como: “cidade do trabalho”, “capital do trabalho”, “polo de desenvolvimento” (MONTENEGRO, 2003, p. 01).

Contudo, em Campina Grande, na década de 1950, o que existia era uma economia comercial, mais precisamente comercial-algodoeira, sendo o principal centro comercial do interior do Nordeste, no beneficiamento e exportação do algodão e do sisal:

O setor industrial começava a se expandir e, em 1955 já funcionavam 245 estabelecimentos industriais, 71 dos quais com mais de cinco operários. Destacava-se a indústria têxtil, a de beneficiamento de algodão e a de couros e de peles (...) Em 1956, funcionavam 12 estabelecimentos bancários, a metade dos quais (3 bancos e 3 cooperativas) possuía suas matrizes em Campina Grande”. (SYLVESTRE, 1988, p. 24).

¹⁰¹ De acordo com Maria Paulo Araújo (2007, p. 67) a UNE “convocou todos os estudantes do país para participar da campanha e as manifestações estudantis contribuíram bastante para ampliar e dar visibilidade à causa”.

¹⁰² Sobre as lideranças operárias em Campina Grande e na Paraíba em favor do movimento nacionalista, ver: Porfírio, Waldir. **Bandeiras Vermelhas: a presença dos comunistas na Paraíba (1900-1960)**. João Pessoa: Textoarte, 2003.

¹⁰³ “No início de 1954, o município compunha 9 distritos: Campina Grande, Boa Vista, Catolé, São José da Mata, Galante, Massaranduba, Lagoa Seca, Queimadas e Fagundes” (SYLVESTRE, 1988, p. 23).

¹⁰⁴ Juscelino Kubitschek foi presidente do Brasil entre os anos de 1956 a 1961. Com um estilo de governo inovador na política brasileira JK construiu em torno de si uma simpatia e confiança entre os brasileiros, a partir de suas ideias nacionalistas (cpdoc.fvg.br).

Com isso, as ideias nacionalistas que circularam na cidade, foram pautadas na existência de fatores favoráveis à instalação de indústrias de grande porte para o seu crescimento e desenvolvimento. Isto pode ser indicada pelas imagens transmitidas nos jornais e pelos órgãos públicos que consideraram esse desenvolvimento comercial-algodoeiro e de uma região que estaria em desenvolvimento industrial como de grande importância para a economia do Estado da Paraíba (MONTENEGRO, 2013, p. 01-02).

JK como presidente do Brasil entre os anos de 1956 a 1961, teve como estilo de governo dito inovador na política brasileira e construiu em torno de si uma simpatia e confiança entre os brasileiros, a partir de suas ideias nacionalistas. De acordo com Fausto (2013, p. 115), os anos JK:

(...) foram anos de otimismo. O presidente irradiava simpatia, a “bossa-nova” surgiu na música brasileira, tornando-se, pouco a pouco, conhecida em todo o mundo. Fato espetacular foi à construção de Brasília, a nova capital da República.

Sobre as questões da política nacional e do governo JK, os nacionalistas atuantes em Campina Grande, se posicionaram a favor das políticas e projetos deste governo, imprimindo características para a imagem do nacionalista JK, através de termos utilizados no jornal *Evolução* (24-30/08/1958, s/p), como: “homem sensível às necessidades do povo”; providenciou para combater a seca e socorreu os nordestinos; “prestou-nos mais auxílio do que qualquer outro Governante”.

Os discursos que foram produzidos pelo jornal *Evolução* sobre a modernização industrial ligado as ideias nacionalistas, foi apresentados através do projeto político e ideológico para a cidade que se desejava moderna na década de 1950, de acordo com as necessidades de uma economia, aos moldes nacionalistas, que atenderia a esse desenvolvimento de modernização e também beneficiaria uma pequena elite campinense.

Os nacionalistas, que incluíam intelectuais, estudantes, operários, comunistas e elites locais, organizaram-se em grupos para debateram as ideias nacionalistas, em que mantiveram contato com líderes dessas ideias atuantes no país, a exemplo do deputado federal campinense José Joffily¹⁰⁵, que fez constantes visitas a esta cidade, em que este

¹⁰⁵ O campinense José Joffily Bezerra de Mello foi político, empresário, jornalista, advogado, funcionário público e historiador. Começou sua vida pública aos 16 anos de idade como líder estudantil na capital paraibana. Alistou-se no batalhão de voluntários no Golpe de 1930 na Paraíba. Cumpriu quatro mandatos

não apenas trazia informações sobre a conjuntura no país, mas dava palestras de orientação sobre as análises da situação nacional e como as forças nacionalistas estavam atuando na capital Federal. O jornal *Evolução* trouxe matérias sobre as visitas de José Joffily a Campina Grande:

(...) O deputado José Joffily que é também candidato á reeleição, chegará dentro de poucos dias à Paraíba a fim de incrementar a divulgação de sua candidatura, considerada vitoriosa pelos observadores políticos. A atuação política do parlamentar conterrâneo dirigida nos últimos tempos dentro da ideologia nacionalista, projetou-o no cenário da vida pública brasileira, como figura nacional. Um dos motivos principais do crescente prestígio de Deputado José Joffily, é o seu interesse pela resolução dos nossos problemas sociais e econômicos, procurando assegurar ao Nordeste e particularmente a Paraíba uma posição definida junto aos demais Estados da Federação (EVOLUÇÃO, 15-21/06/1958, s/p).

As influências de José Joffily na cidade foram facilitadas diante dos seus discursos sobre as críticas da exploração do petróleo no Brasil por empresas estrangeiras. Quando da existência de petróleo na Bahia, falou: “(...) se há petróleo, nós temos a capacidade de explorá-lo? Temos técnica ou não temos? Devemos entregar a Esso, à Shell ou à Texaco? Ou não” (JOFFILY apud MOREIRA, 1998, s/p). Devido a sua atuação no movimento nacionalista, o então senador Ruy Carneiro falou sobre o deputado: “(...) José Joffily lidera um grande movimento nacionalista na Paraíba, com sua inteligência fulgurante e seu saber. Todos os seus pronunciamentos tem recebido meus aplausos” (apud SYLVESTRE, 1988, p. 154).

Os nacionalistas encontraram na figura desse campinense e deputado, um dos políticos nacionalistas mais atuantes. Para isso, manifestaram apoio, seguindo os passos dos discursos deste deputado, através de lutas contra as multinacionais instaladas na cidade, a exemplo da Sanbra e Clayton:

(...) aqui a SANBRA e a ANDERSON CLAYTON, que se encarregaram de remeter grande parte da produção algodoeira para o exterior. Os lucros obtidos com a compra e venda do algodão comprado a preços inferiores aos custos de produção, permitem que

como Deputado Federal, pelo PSD (Partido Social Democrata). Foi representante do Brasil à Associação Geral da ONU. No ano de 1964 foi perseguido pelo governo militar, quando era integrante do Conselho Nacional de Economia, nomeado pelo presidente João Goulart. Seu nome fez parte da primeira lista de punições com a perda de direitos políticos. Chegou a escrever e publicar treze livros de história, dentre os quais estão: *Revolta e Revolução – 50 anos depois*. Rio de Janeiro/RJ: Paz e Terra, 1979. *Anayde Beiriz – Paixão e Morte na Revolução de 30*. Rio de Janeiro/RJ: CBAG, 1980. *Porto Político*. Rio de Janeiro/RJ: Civilização Brasileira, 1983 (cpdoc.fgv.br/ cgretalhos.blospot.com).

estes representantes do capital internacional transfiram grande parte da riqueza para o exterior, privando a região polarizada por Campina Grande de utilizar o processo de acumulação em benefício ‘próprio’(ARAÚJO apud NASCIMENTO, 1990, p.192).

Nas visões dos nacionalistas campinenses, as empresas Sanbra e Clayton, considerados como trustes¹⁰⁶, eram responsáveis pelo atraso econômico do estado da Paraíba. Para isso, impedir seu funcionamento seria atuar em favor das ideias nacionalistas e na defesa da economia local e nacional, como principal tarefa dos seus representantes nesta cidade. Expor no jornalismo local os prejuízos que essas empresas estrangeiras trouxeram para a cidade, foi também uma forma de justificar as ideias discutidas.

De acordo com Nascimento (1990), a instalação da multinacional de algodão, trouxe concorrência desigual com o setor industrial e impuseram preços inferiores aos plantadores de algodão. Desta forma, os debates nacionalistas em Campina Grande, semelhantes a outras cidades brasileiras, tinha como principal ideia uma política de apoio à industrialização nacional.

De acordo com o Waldir Porfírio (2003), o líder comunista Uziel do Vale analisou como foi desenvolvido o movimento nacionalista a partir de suas memórias e também sobre o seu envolvimento:

O movimento nacionalista em Campina Grande sempre foi muito pequeno burguês, mas era o Partido que dirigia esse movimento. Talvez a posição de Zé Costa de procurar elementos da pequena burguesia se deva a sua posição social nessa categoria. Pessoas como Josué Sylvestre, Eurides, Jason Guedes, Odimar Agra, Josué Rodrigues faziam parte dessa pequena burguesia que estava engajada no movimento nacionalista (VALE apud PORFÍRIO, 2003, p. 212-13) (grifo nosso).

O Partido que Uziel do Vale fala é o Partido Comunista Brasileiro – PCB¹⁰⁷ – que, de acordo com Porfírio (2003) foi o que dirigiu, na Paraíba, as entidades sindicais, em que defenderam a campanha do “Petróleo é Nosso”, havendo o “completo

¹⁰⁶ Truste é o resultado do sistema capitalista que forma um oligopólio, qual leva a fusão e incorporação de empresas envolvidas de um mesmo setor de atividades e abrirem mão de sua independência legal para constituir uma única organização. Truste tem o objetivo de dominar determinada oferta de produtos e/ou serviços (www.significados.com.br/trustes).

¹⁰⁷ O PCB foi criado como o nome de Partido Comunista do Brasil e depois passou a se chamar Partido Comunista Brasileiro. É um Partido Político de âmbito nacional, fundado em março de 1922, com o objetivo principal, no âmbito de sua criação, de promover o Brasil uma revolução proletária, que substituísse a sociedade capitalista pela sociedade socialista (cpdoc.fvg.br).

acasalamento entre o Partido Comunista e os movimentos sociais”, em que “a agremiação marxista brasileira conseguiu chegar ao mundo intelectual e conquistá-la para suas posições políticas” (PORFÍRIO, 2003, p. 210). Uziel do Vale depois de servir ao exercito na cidade de Natal/RN, voltou para Campina Grande, onde procurou ingressar no PCB. Através do comunista e ex-centrista Claudio Agra Porto, iniciou sua militância comunista participando da “Célula José Agnelo Amorim”¹⁰⁸, que funcionava no centro desta cidade. O único dado biográfico que temos sobre Claudio Agra Porto é que ele foi o primeiro vice-presidente do Centro Estudantal Campinense, em 1935 e diretor da primeira edição do jornal *Formação* (11/08/1936).

De acordo com a Maria Paula Araújo (2007), os grupos e partidos políticos ligados ao PCB também apoiaram os estudantes secundaristas nas ideias nacionalistas e na campanha “O Petróleo é Nosso”:

Além dos comunistas, os socialistas e os católicos também davam sustentação política e apoio aos estudantes. Estes eram os mesmo grupos políticos que atuavam também na UNE. Secundaristas e universitários participaram do amplo debate político e ideológico que marcou o período (1945-1964) (ARAÚJO, 2007, p. 73).

Porfírio (2003) considerou que foi o PCB que conduziu as entidades sindicais no movimento nacionalista, em que houve, em alguns momentos, entrosamento com centristas e estudantes campinenses que conduziram os debates nacionalistas. Para tanto, os comunistas “serviram” de incentivo em algumas ocasiões em que estes “tomaram” à frente nas campanhas nacionalistas nesta cidade:

O Partido (Comunista), no dia 7 de setembro, num golpe de audácia, colocou uma torre de petróleo na Praça da Bandeira, em Campina Grande, como símbolo da campanha do “Petróleo é Nosso”. Aquela campanha mobilizou os nossos campinenses para as dezenas de comícios e centenas de conferências em colégios, clubes, etc. (...) Uma das estrelas daquela campanha era o estudante Raymundo Asfora, que, com seus discursos que empolgava o povo, levava os campinenses ao delírio. Também tiveram papel importante Oliveiros Oliveira, Figueiredo Agra, José Joffily, Agnelo Amorim (VALE apud PORFÍRIO, 2003, p. 213).

¹⁰⁸“O nome desta Célula foi colocado em homenagem ao médico de Campina Grande, José Amorim (irmão do ex-deputado estadual Octávio Amorim e tio do procurador Agnelo Amorim e dos ex-Deputados Agazziz Almeida e Langstein de Almeida) que participou da Aliança Nacional Libertadora e por isso foi preso em novembro de 1935. Morreu no início da década de 40” (PORFÍRIO, 2003, p. 213).

Tomando como ensejo as atuações comunistas, os estudantes que ajudaram a mobilizar as campanhas na Praça da Bandeira eram, ou foram, todos do CEC, a exceção de José Joffily. Destes, apenas Oliveiros Oliveira foi considerado como comunista atuante na cidade¹⁰⁹. Além de atuar junto com outros estudantes no movimento político liderado pelo CEC, ingressou no PCB no final da década de 1940, após ter assumido várias tarefas no movimento sindical, muitas delas orientadas pelo Partido. Depois de ter participado, junto a outros centristas do enfrentamento contra o prefeito Plínio Lemos nas eleições de 1955, foi eleito vereador de Campina Grande, para aquele pleito, sendo o primeiro comunista a ocupar o posto na Câmara Municipal campinense (PORFÍRIO, 2003, p. 2013).

Essas ideias nacionalistas circularam no contexto histórico aos quais os centristas estavam inseridos, marcando, também, uma atuação do CEC na cidade. Estes tiveram papel importante na divulgação e no movimento nacionalista local que, de acordo com Nascimento (1990, p. 192), eram “revestidas, em sua grande maioria, na luta contra as multinacionais instaladas na cidade e contra os políticos paraibanos identificados com eles e tidos como entreguistas”. E continua:

Neste contexto, os estudantes engajados no Centro Estudantil, principalmente nos setores mais ativos, deram importante contribuição à disseminação das ideias nacionalistas em Campina Grande (NASCIMENTO, 1990, p. 185).

Podemos considerar esses “setores mais ativos”, apontados por Nascimento (1990), como os nacionalistas que não apenas debatiam essas ideias, mas que foram os mais interessados, já que se discutiu a modernização e o desenvolvimento comercial e industrial em Campina Grande, como indispensáveis para o desenvolvimento econômico local, pois muitos dos integrantes desses grupos nacionalistas eram pertencentes às elites comerciais e políticas da cidade:

A partir dos últimos anos 30, com a criação do Conselho Nacional do Petróleo (1938), do Conselho Nacional de Águas e Energia (1939) e da Companhia Siderúrgica Nacional, em 1941, intelectuais, políticos e militares brasileiros começaram a se dedicar com maior interesse ao estudo das causas do subdesenvolvimento do Brasil e a identificar a nossa dependência junto ao capital internacional como um dos motivos desse atraso (SYLVESTRE, 1988, p. 117).

¹⁰⁹O envolvimento dos centristas com as ideias comunistas serão abordadas no próximo tópico.

Estas discussões não ficaram restritas a esses grupos, mas os centristas e estudantes se movimentaram em torno do nacionalismo e levaram essas ideias ao CEC e ao GLMA. Para Josué Sylvestre (dep. [nov. 2013], 1988), os estudantes campinenses não poderiam ficar de “fora” desses debates, haja vista o núcleo ativo de centristas que através de uma forte atuação política na cidade, não ficavam alheios aos fatos ocorridos nos acontecimentos que agitaram a vida política e econômica no país¹¹⁰.

Quando candidato a presidente do Grêmio em 1956, Josué Sylvestre (dep. [nov. 2013], 1988) acusou outros estudantes candidatos a esse grêmio de não concordavam com a proliferação dos debates sobre as ideias nacionalistas entre os estudantes e na sociedade, que preferiam temas literários e artísticos. Diz, ainda, que ganhou as eleições por se considerar defensor dos debates sobre política e economia campinense e brasileira e de ter o apoio dos estudantes que, como ele, não se interessavam, naquele contexto histórico, apenas por discussões literárias e que, para ser engajado politicamente, era preciso “entrar” para o grupo que apoiava e debatia as ideias nacionalistas. No discurso de posse, falou:

Somente uma afirmação julgo necessária á tendência nacionalista despertado no Grêmio nos primórdios da administração Odimar Agra, será a nossa linha de conduta. Não nos afastaremos dela um só passo (...) se algum dia desaparecer do Grêmio este sentimento nacionalista, que queremos manter a todo custo, ficai certos todos vós: aqui eu não estou mais (SYLVESTRE, 1988, p. 127).

Expondo seu posicionamento quanto ao nacionalismo e a importância desses debates para a juventude gremista, como função de seu mandato como presidente, o GLMA se tornou um “laboratório” das ideias nacionalistas, discutidas também por intelectuais e políticos locais. Os itinerários dos debates dentro do grêmio inspirados no movimento nacionalista seguiram os seguintes assuntos: “a literatura e a emancipação econômica do país; a ideologia nacionalista e sua aplicação prática; reforma-agrária; recuperação econômica do Nordeste” (SYLVESTRE, 1988, p. 128).

¹¹⁰De acordo com Motta (2012, p. 28) a reprodução de culturas políticas são, em sua maioria, responsáveis por setores como a família, instituições educacionais ou partidos. Desta forma, pensaremos as escolhas políticas de defesa do nacionalismo pelos centristas, por influência das famílias as quais pertenciam, ligadas aos setores econômicos e políticos ativos da sociedade campinense. Também, ainda de acordo com Motta (2012,p.24), “adicionam a importância dos veículos de disseminação de impressos, como periódicos e livros”, dos quais muitos centristas faziam parte na publicação, tiragem e divulgação de jornais estudantis e outros que circularam na cidade neste período.

A atuação de Josué Sylvestre em torno das ideias nacionalistas foi levada para fora do Grêmio e do CEC, com a participação de excursão à refinaria da Petrobrás na Bahia, para dar informações e práticas teóricas sobre os debates em torno da Petrobrás: “participaram da comitiva os líderes estudantis Genaro Souto, Odimar Agra e Josué Sylvestre e os sindicalistas Lúcio Rabelo, José Glaúcio de Moraes e Júlio Ferreira” (SYLVESTRE, 1988, p. 128).

Para expressar seus envolvimento com as ideias nacionalistas, os centristas utilizaram alguns recursos, dentre eles os jornais, que produziam e transmitiam para a sociedade o que estava sendo discutido na cidade e no país, através de suas opiniões sobre o nacionalismo e do apoio que receberam de outras cidades e entidades a respeito de tais discussões. No jornal *Formação*, os centristas tomaram posição diante dos problemas pelos quais passava o país, optando pelo nacionalismo:

Segundo o dignificante exemplo dos colegas e das principais cidades brasileiras, a juventude da Rainha da Borborema organizará a secção campinense do M.N.B (Movimento Nacionalista Brasileiro) (...) Lutando pelo ideal comum de ver a Pátria economicamente emancipada, as sociedades que melhor representavam a juventude de Campina Grande. O Centro Estudantal Campinense e Grêmio Literário “Machado de Assis” patrocinarão, em conjunto, debates e conferencias sobre o assunto (FORMAÇÃO, 1957).

O jornal *Formação* foi representado pelos centristas, como um meio de transmitir às ideias nacionalistas com o propósito de fortalecer a organização da seção campinense do M.N.B., da qual muitos faziam parte. Com isso, os centristas procuravam cada vez mais “marcar” suas posições políticas e participar dos debates discutidos no país. Para isso, através dessas ideias participaram e atuaram em manifestações e movimentações na cidade em torno do nacionalismo:

A mocidade que em outras oportunidades já demonstrou seu valor e sua coragem cívica, não abandonará essa marcha gloriosa, porque quando a vitória concretizar-se a Pátria estará livre e poderosa: ATUANTE MOCIDADE DA PARAÍBA! AJUDEMOS NOSSOS COLEGAS DE TODOS OS ESTADOS NA LUTA PELA SALVAÇÃO DO BRASIL (FORMAÇÃO, 1957) (grifo do jornal).

Para isso, juntaram-se estudantes, de níveis secundários e universitários, sobre essas ideias que, além dos jornais, e das marchas pelas ruas, criaram um programa

destinado a sua divulgação, na Rádio Caturité¹¹¹, em 1958, que teve como locutores Josué Sylvestre, Genaro Souto e Odimar Agra:

“Voz nacionalista”

Programa inédito na radiofonia brasileira. Esclarecimento e debates sobre política e economia. Independência e isenção de ânimo. 19 horas na rádio Caturité, todos os dias, menos domingo (...) Criado para definir uma ideologia, foge completamente às características formais dos programas políticos. Sua única preocupação é esclarecer seus ouvintes sobre assuntos políticos e econômicos, direta ou indiretamente ligados ao desenvolvimento nacional (jornal EVOLUÇÃO, 8/6/1958, s/p).

Nesta citação, o jornal *Evolução* marca uma contradição, ao anunciar como seria a “Voz Nacionalista”, pois, ao mesmo tempo em que esse programa pretendeu ser independente de “isenção de ânimo”, afirmou que foi criado para definir uma ideologia, a nacionalista. Com isso consideramos que, ou os redatores do jornal consideraram que as pessoas que iriam ouvir o programa seriam aquelas que comungavam das mesmas ideias ou mostraram-se isentos de conflitos para tentar “atingir” aqueles/as que não eram nacionalistas.

Os três locutores, e também ex-centristas, supracitados da “Voz Nacionalista”, eram também editores e redatores do jornal *Evolução* e candidatos a deputados estaduais indicados pelo MNB para o pleito de 1958¹¹². Estas candidaturas foram divulgadas principalmente pelos meios de comunicação: o jornal, a Rádio da cidade, com o programa a “Voz Nacionalista”, onde, os que não tinham acesso aos jornais, acompanharam também pela emissora de rádio as discussões nacionalistas transmitidas por esse grupo. O ouvinte ainda podia tirar dúvidas sobre o nacionalismo, através de questões enviadas para o programa.

Deste modo, os discursos e imagens construídas em torno do nacionalismo tomaram o espaço do CEC como um dos principais pontos de discussão, oferecendo

¹¹¹A Rádio Caturité foi fundada em 07 de abril de 1951, após o então Presidente do Brasil Eurico Gaspar Dutra assinar o Decreto N. 28.540, no dia 24 de agosto de 1950, que “Outorga concessão a Rádio Caturité Ltda. para estabelecer uma estação de rádio difusora na cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba” (www.camara.leg.br/decreto28540). Seus primeiro estúdios estavam localizados na Rua Maciel Pinheiro, depois na Rua Peregrino de Carvalho, até chegar na Rua João Pessoa, no centro desta cidade. Desde os anos 1950 a Rádio pertence à Diocese de Campina Grande, mas não é propriamente uma emissora religiosa, já que faz jornalismo, esporte e outros eventos (cgretalhos.blogspot.com.br/radiocaturite).

¹¹² Nas eleições do dia 03/10/1958 no Estado da Paraíba, houve eleição para: Deputados Estaduais e Federais e Senador e Suplente de Senador. Entre as legendas que concorreram ao pleito de 1958, estavam: PSD, PST, UDN, PSP, PSB, CNL, PR, PRP (SYLVESTRE, 1988, p. 156-57).

suporte político-ideológico para justificar suas atuações, enquanto líderes estudantis. Isto pode ser demonstrado em manifestações nacionalistas nas ruas de Campina Grande:



IMAGEM 12

Fonte: cgretalhos.blosport.com.br

Como mediadores em marcha cívica através das bandeiras nacionalistas, a *imagem 12* mostra os centristas levantaram, também, a bandeira do CEC. Isto demonstra, mais uma vez, a tendência entre os centristas e estudantes de participarem da vida pública e política na cidade.

Com bandeira em mãos, os estudantes transmitiram pelas principais ruas do centro da cidade as ideias nacionalistas. Tendo os estudantes na frente, liderados pelo CEC, GLMA, o Diretório 21 de abril e a Escola Técnica do Comércio, os campinenses desfilaram nas ruas do dia 7 de setembro de 1957, carregando faixas como: “PETROBRÁS, PELA PÁTRIA E PELO POVO” e “O CEC E OS ESTUDANTES UNIDOS PELA PÁTRIA E PELO POVO”.

Para Josué Sylvestre, essas marchas significaram mais uma forma de transmitir as ideias nacionalistas: “Até nos desfiles do “Dia da Pátria”, diretórios dominados por nacionalistas aproveitavam para divulgar as ideias democráticas e desenvolvimentistas que congregavam os patriotas brasileiros e contagiavam o povo” (SYLVESTRE, 1990, p. 129).

Contudo, nessas marchas, os centristas operacionalizaram a imagem que queriam construir como lideranças, discursando e marchando junto com representantes

políticos locais e em nome dos estudantes campinenses. Refletem, também, uma tentativa de politização dos centristas e suas ligações com os políticos locais, expressada em seus compromissos “cívicos” diante das manifestações vivenciadas na cidade e no país, mobilizando não apenas os estudantes a participarem desse movimento, mas também a sociedade campinense.

Entre machas pelas ruas da cidade e nos debates nacionalistas, os centristas construíram suas trajetórias políticas estudantis a partir da valorização do CEC como espaço que liderou, junto com outros nacionalistas, as manifestações dessas ideias na cidade. Para isso, em nome dessas trajetórias estudantis, ratificaram suas atuações centristas em suas candidaturas na política partidária local. Entre eles estão: Noaldo Dantas, Odimar Agra, Genaro Souto e Josué Sylvestre, como os que mais concorreram para a construção de suas imagens como líderes estudantis e nacionalistas.

Em 1958, os editores do jornal *Evolução*, Josué Sylvestre e Genaro Souto, candidataram-se a deputados estaduais, ao lado do candidato a reeleição a deputado federal José Joffily. Nas *imagens 13 e 14*, veremos as propagandas eleitorais desses três candidatos:

Estes São os Candidatos Que Campina Grande Elegerá:
(Indicados pelo Movimento Nacionalista Brasileiro)

PARA DEPUTADO FEDERAL

Líder da Frente Parlamentar Nacionalista;
Vice-líder da Maioria na Câmara dos Deputados;
Representante do Brasil à Assembleia Geral da ONU.

Integrando as Comissões de Inquérito que investigam os negócios escusos de algumas companhias estrangeiras no Brasil, tem demonstrado bravura e interesse pela emancipação econômica de nossa Pátria.

Sua reeleição será a resposta do patriotismo paraibano aos exploradores do Povo Brasileiro.

José Joffily

PARA DEP. ESTADUAL

Ex-Secretário de Cultura e Imprensa do Centro Estudantil Campinense;
Ex-Presidente do Grêmio Literário Machado de Assis;
Secretário do Movimento Nacionalista — Seção de C. Grande.

Sua posição sempre foi a de um lutador incansável pelas reivindicações estudantis e pelas grandes causas do Povo.

Na Assembleia Legislativa propugnará pelo desenvolvimento econômico da Paraíba e por melhores condições de vida para nossa gente.

Josué Sylvestre

CHAPAS: Em Campina Grande: Av. Marechal Floriano, 346 (Rua da Catedral.) Rua Antenor Navarro, 697 (Prata). Em João Pessoa: Rua da Areia, 334 e Rua da Palmeira, 162.

IMAGEM 13

Jornal *Evolução* (14-20/09/1958, Ano I, N. 15). Fonte (Acervo Átila Almeida – UEPB).



IMAGEM 14

Jornal *Evolução* (14-20/09/1958, Ano I, N. 15). Fonte: (Acervo Átila Almeida – UEPB).

Esses três nacionalistas supracitados escolhidos durante os debates do MNB, seção Campina Grande, que tinha, entre os objetivos, indicar nomes para a Câmara Federal e a Assembleia Estadual, integraram o movimento nacionalista campinense. Além desses dois nomes, ainda concorreram às eleições para deputados estaduais, indicados pelo MNB os seguintes ex-centristas e nacionalistas: Oliveiros Oliveira e Noaldo Dantas.

Na *imagem 13*, o candidato à reeleição para Deputado Federal José Joffily ratifica suas influências nacionalistas não apenas no país, mas também como representante dessas ideias no exterior. O candidato a Deputado Estadual Josué Sylvestre, aparece junto ao nacionalista que possuiu mais influência a nível tanto local como nacional, ligando, desta forma, a sua imagem a de um homem que representou, para os adeptos dessas ideias na cidade, a figura principal nessas campanhas nacionalistas. Também reatualiza sua atuação no CEC e no GMLA e sua posição como “lutador incansável” das causas estudantis através dessas ideias.

Na *imagem 14*, as representações de masculinidades são definidas através dos vocabulários que legitimasse o candidato Genaro Souto como homem de/em ação: desportista¹¹³ e ex-combatente. Para tanto, identificando-se como desporto e ex-

¹¹³ A referencia de desportista pode ser assim entendida pelo dicionário da língua portuguesa: “-1) que ou pessoa que pratica ou se interessa por desporto (- a) exercício físico praticado de forma metódica, individual ou em grupo, e com diversos objetivos, competição, recreação, terapia, etc., - b) prática

combatente Genaro Souto relacionou suas atividades a guerra, em que teria suas funções relacionadas à força física, a disciplina, a obediência, a ordem, ao trabalho em grupo e a competição.

Para se constituírem candidatos a partir das *imagens 13 e 14*, foi necessário o uso da reprodução de vocabulários referentes a atividades que foram naturalizadas como aquelas que seriam realizadas pelos homens: a guerra, e de termos como “lutador incansável” e “nacionalistas”, que defenderiam a “nação” através da “força e da virilidade” (VIEIRA, 2006).

O candidato Genaro Souto, na *imagem 14*, como coordenador do MNB, seção Campina Grande, em visita a redação do jornal *O Semanário* de Fortaleza/CE (3-10/07/1958, p. 5, N. 116, Ano III), em julho do ano de 1958, para debater o movimento nacionalista nesta cidade, concedeu uma entrevista a este jornal:

O nacionalismo na Paraíba vem tomando impulso que se deve, antes de tudo, à tradição de luta do nosso povo, que em 1930 se colocou na vanguarda do movimento revolucionário do Norte (...) Como em 30, estou certo, a Paraíba ocupará um lugar de destaque nessa jornada gloriosa, que há de libertar nossa Pátria da escravidão econômica (...) (O SEMANÁRIO, 3-10/07/1958, p. 5, N. 116, Ano III)¹¹⁴.

Esse recorte de jornal supracitado, quando fala sobre “movimento revolucionário do Norte” podemos considerar a ligação que tiveram os nacionalistas a Presidentes da República que se identificaram com essas ideias. Como o próprio mentor do Golpe de 1930, Getúlio Vargas foi identificado, depois da redemocratização do país em 1945, como uma das principais figuras das ideias nacionalistas, através do seu mandato como Presidente de um governo apoiado na ideia de modernização das transformações políticas e econômicas no processo de industrialização do Brasil (FAUTO, 2013).

Expondo sua visão sobre o movimento que liderou em Campina Grande, Genaro Souto, como aquele que “se colocou na vanguarda do movimento revolucionário de 30”, foi considerado pelos redatores do jornal *Semanário* (1958) como o mais ativo participante do movimento nacionalista no estado da Paraíba. Para tanto, as influências das candidaturas desses ex-centristas nas campanhas nacionalistas, foi discutida em

desportiva que envolve algum risco); - 2) que ou pessoa que aceita e obedece às regras do jogo; - 3) que ou pessoa que manifesta desportismo” (www.portoeditora.pt).

¹¹⁴ Nesta citação, há, também, uma reatualização da identidade do povo paraibano, como “bravo e resistente”. Ver: AIRES, José Luciano de Queiroz. Escola e a Socialização do mito João Pessoa. *Saeculum – Revista de História* [16]. João Pessoa, jan/jun, 2007, p. 129-146).

outra cidade, Fortaleza/CE, indicando que esses jornalistas e candidatos buscaram suas imagens de nacionalistas em outros lugares.

No seu primeiro número, ficou assim constituído o jornal *Evolução*:

“Nós e nosso objetivo”

Havia muito que nos queixávamos da ausência, em Campina Grande, de um veículo para divulgação de idéias, completamente livre de grupos políticos ou econômicos (...) Também não pode deixar de ser mencionada a sua equipe de moços ardorosos e combativos, que estão sempre a estudar e debater os problemas sociais, regionais e nacionais. Uns e outros, porém, viam-se tolhidos em seus movimentos por não disporem de meios para maior propagação dos seus ideais. Graças a êsse estado de necessidade que surgiu a idéia. Esta caiu em terreno fértil, germinou e cresceu. Encontrou dificuldades, não há dúvida, durante êsse processo de desenvolvimento, mas superou a tôdos e começou a dar frutos. Êste número, leitor, é o primeiro. Virão outros, pois estamos certos de que não faltará o apoio de todo o povo de Campina Grande e da Paraíba (EVOLUÇÃO, 2-8/6/1958, N. 1, Ano 1, p. 02).

Esse semanário considerou que, apoiar esses candidatos nacionalistas seria estarem “livres de grupos políticos e econômicos”, pois estariam apoiando candidatos que estavam “ajudando” no progresso da cidade e do país. Para tanto, “serviu” para a divulgação dessa ideologia e promover políticos que seguiram as ideias nacionalistas. Nisto, escreveram artigos para beneficiar, evoluir e circular essas ideias, como o próprio nome do jornal sugere, “Evolução”. Sobre a ideia de Campina Grande ser uma cidade politizada, esse jornal deu a seguinte visão:

Muita gente faz um conceito completamente errado do que significa politização do eleitorado. Já ouvimos e lemos inúmeras vezes, que Campina Grande é a cidade mais politizada do Nordeste. O articulista mesmo, já tem declarado isso. No entanto, essa afirmação merece certos reparos e algumas considerações. Politização não é apenas o entusiasmo que domina as massas, embriagada com a eloquência dos oradores nos comícios e os acordos musicais nas passeatas. Um eleitorado que se entusiasma com facilidade, mas não vota com independência, não pode arvorar-se de politizado. Campina Grande pode e deve demonstrar sua maioria política. O tempo dos “lenços brancos e amarelos” já passou, disse alguém numa recente manifestação popular. Agora, por exemplo, há certos candidatos cuja vitória se identifica com o desenvolvimento e a libertação da economia do Brasil: os nacionalistas. Votando nesses idealistas, Campina Grande confirmará o seu prestígio de cidade politizada (EVOLUÇÃO, 15-21/6/1958, p. 03).

Reafirmando o apoio desse jornal aos candidatos nacionalistas, em época de eleição, falou sobre a politização do eleitorado e de como a cidade era politizada, mas, ao mesmo tempo, disse que a cidade só seria politizada se escolhesse os candidatos nacionalistas. No objetivo de “informar” sobre os candidatos nas eleições para deputados, escolheram o tema politização através do seguinte slogan: “Eleitor amigo, valoriza o teu voto, sufragando sempre os candidatos nacionalistas” (EVOLUÇÃO, 15-21/6/1958, p. 03).

A propaganda político-partidária realizada por esse jornal foi um meio de ligação entre o leitor-a/eleitores-as e os candidatos, meio importante para a busca do ingresso na vida política. Para tanto, este jornal representou a possibilidade de um grupo de pessoas, editores e redatores nacionalistas, candidatos à eleição, divulgarem suas campanhas, na defesa de suas ideias e aspirações na política local. Se revezaram na publicação de textos, artigos e propagandas sobre o que os interessavam como políticos.

Essas discussões sobre as ideias nacionalistas no jornal *Evolução*, através das discussões políticas entre os seus membros, “serviram” como uma tentativa de “decidir” os rumos da política local, através da vitória eleitoral das candidaturas políticas dos seus jornalistas e redatores. Ao final da eleição, o jornal expõe:

O momento político

O resultado das eleições do dia 3 têm sido surpreendente, para muita gente e, principalmente, para muitos candidatos. Votos considerados como certos não apareceram, frustrando-se números esperançosos e projetos os mais variados (...) Assim é que o eleitorado da cidade – Rainha não cometeu a injustiça de descarregar todos os sufrágios em um ou dois só candidatos, porém fez a maior distribuição possível dos mesmos, de forma que não ficou um só dos 289 aspirantes ao Palácio dos Secretários que deixasse de receber o seu votinho (EVOLUÇÃO, 12-18/10/1958, p. 03).

Dos candidatos nacionalistas apoiados pelo jornal, apenas José Joffily ganhou para deputado federal, considerado como uma “vitória do povo”. Passadas as eleições, este jornal continuou divulgando as correntes nacionalistas sobre os assuntos que estavam se desenrolando na segunda metade da década de 1950 e início da década de 1960, bem como as imagens de políticos que se manifestaram a favor dessas ideias. Nas suas capas principais, os redatores e editores noticiaram as suas posições diante das discussões sobre ideias nacionalistas, dedicando atenção para aqueles políticos que, assim como eles, se “dedicaram” a apoiar ao nacionalismo.

Para tanto, essa imagem dos nacionalistas, foi construída a partir de práticas discursivas e não discursivas, para os legitimarem. Assim, apresentaram suas posições e visões sobre o cenário político da cidade e do país, com reportagens¹¹⁵ sobre políticas nacionalistas que pudessem influenciar suas imagens de políticos, afim de transmitirem suas intenções e objetivos como candidatos, por meio das campanhas realizadas no editorial de jornais para as eleições municipais e estaduais.

Através dos destaques de suas atuações em discussões sobre o nacionalismo no jornal *Evolução*, mesmo que esses redatores e editores não fossem mais membros efetivos do CEC, mantiveram vínculos de amizade com seus representantes e influência, que possibilitou para os centristas, conquistarem espaços na política local. Assim como a morte do vereador Félix Araújo possibilitou essas conquistas, com candidaturas para vereadores, utilizam das ideologias nacionalistas para “alçarem” voos mais altos como deputados.

Para tanto, os centristas operacionalizaram, através das discussões sobre as ideologias nacionalistas, um indicador para atuar na política local, através de discursos no jornal, na rádio e em comícios, junto com o grupo de nacionalista da cidade. Para a prática política centrista, o envolvimento nessas discussões foi uma forma de “mostrar” atuação e comprometimento com as discussões a nível nacional. Influenciados também pelas discussões da UBES e da UNE debateram sobre essas ideias, “o posicionamento ideológico (dos centristas) passou a desempenhar papel bem mais preponderante nas eleições, nos congressos e nos movimentos da classe (estudantil)” (SYLVESTRE, 1988, p. 120).

Mas, na década de 1950 e início da década de 1960, não foram apenas ideias nacionalistas que influenciaram as atividades e atuações dos centristas na cidade. O comunismo se constituirá em uma ideologia de aproximação e distanciamento entre os centristas.

¹¹⁵ Dentre essas reportagens no jornal *Evolução*, escritos pelo grupo de nacionalistas que o coordenava e o MNB, citamos como exemplos: “Seminário de Problemas de desenvolvimento do Nordeste”; “Candidatos Nacionalistas”; “O Inverno dos tubarões”; “Maléfica dos interesses do País a influência da Sanbra e Clayton”; “Convenção dos Nacionalistas campinenses”; “Somos contrário à vinda da American Can Company”; “A descrença como forma de entreguismo”; “Impressões sobre a Petrobrás”; “Eu vi de perto a Petrobrás”.

2.4. O CENTRO ESTUDANTAL CAMPINENSE E AS REPRESENTAÇÕES DO COMUNISMO

Os estudantes declararam apoio político em agitações públicas, nas eleições municipais e estaduais no ano de 1954, juntamente com outros segmentos, a exemplos dos nacionalistas e dos comunistas. Para tanto, consideraremos as representações que deram os/as entrevistados/as às influências do comunismo com relação aos aspectos sociais, políticos e ideológicos entre os anos de 1954 a 1964. Para tanto, os estudantes e centristas se aproximaram daqueles em ações populares na década de 1950 e muitos foram considerados comunistas.

Através dessas manifestações públicas, os centristas foram às ruas, aos jornais e as rádios debater os problemas da cidade e do país, participando da vida pública e política, através de oposições a candidatos considerados “inimigos” dos estudantes e dos comunistas. Isto pode ser observado nas eleições de 1954, onde os centristas se aproximaram dos comunistas contra o então candidato ao senado Assis Chateaubriand¹¹⁶ que, assim como vários outros estudantes, foram contra as investidas políticas desse político.

As eleições de 1954 no Estado da Paraíba para Senador e Deputados Estaduais e Federais, foram realizadas sob conflitos ideológicos entre os defensores das ideias nacionalistas e os chamados entreguistas. Concorreram para o Senado além de Chateaubriand (da coligação do PSD – Partido Social Democrático – , ligado ao PL – Partido Liberal –), o ex-interventor Argemiro de Figueiredo do partido UDN (União Democrática Nacional). Para tanto, os comunistas paraibanos, se juntando com os nacionalistas, defenderam a candidatura de Argemiro de Figueiredo (apesar de Figueiredo ter sido o “(...) histórico inimigo político e anticomunista” (PORFÍRIO, 2003, p. 259-260)), e combateram os entreguistas, na figura de Assis Chateaubriand e

O comunista e ex-centrista Oliveiros Oliveira e o comunista Uziel do Vale, alegaram a oposição a Chateaubriand por ser ele o maior inimigo do Partido Comunista e o maior proprietário de uma rede de comunicações, de rádio, jornais, revistas e televisão, onde publicavam artigos anticomunistas (PORFÍRIO, 2003, p. 259). Além

¹¹⁶O paraibano Assis Chateaubriand foi um “magnata” das comunicações no Brasil, entre o final dos anos de 1930 e início dos anos de 1960. Foi dono dos Diários Associados, que incluiu o jornal Diário da Borborema, criado em 1957. E ainda foi o responsável pela chegada da televisão no Brasil, inaugurando em 1950, a primeira emissora do país, a TV Tupi. Foi Senador da Paraíba em 1952 e do Estado do Maranhão em 1955, renunciando o mandato para assumir a embaixada do Brasil na Inglaterra (cpdoc.com.br).

dessa frente de oposição a este político, ainda havia o “Comitê Estudantil contra a candidatura Chateaubriand” que foi presidido pelo então centrista Ronaldo Cunha Lima.

Mas, apesar de atuar junto com comunistas, muitos centristas não seguiram essas ideias. Para os centristas, comunistas, nacionalistas e estudantes se uniram por considerarem estarem lutando por uma causa em comum: combater a política de entreguismo de Assis Chateaubriand (PORFÍRIO, 2003, p. 237-238).

O comunismo, para muitos, representava uma ameaça para a sociedade, criando assim um sentimento de medo¹¹⁷. Este, usado como um mecanismo de controle e instrumento político, teve na Igreja Católica uma das instituições que mais combateu as ideias comunistas, ligada ao posicionamento das classes dominantes. Quando o PCB¹¹⁸ começou a ter presença na política paraibana e ganhar espaços nas eleições, a Igreja Católica empreendeu campanhas anticomunistas, orientando a sociedade e os políticos anticomunistas a arregimentarem forças contra as pretensões do PCB, com repressão a líderes comunistas e com discursos em torno de imagens negativas: os comunistas seriam aqueles que estariam contra Deus e o povo (CAVALCANTE NETO, 2008, p. 106-107).

Desta forma, enquanto a Igreja Católica e as elites campinenses tentavam “barrar” o avanço comunista na cidade, um estudante já havia “tentado” mobilizar a sociedade campinense com essas ideias. Félix Araújo conheceu as ideias comunistas em João Pessoa/ PB, e tentou por meio do PCB se candidatar a Deputado Federal. De acordo com Josué Sylvestre (1982), a época em que Félix Araújo era comunista, foi à fase mais tumultuada em sua vida e que não conseguiu êxito na carreira política. Para tanto, ao apoiar a candidatura de Argemiro de Figueiredo e atuar no CEC, se afastou do PCB, sob a alegação de que:

Estava se desfilando (*sic*) porque acatou a ‘análise’ e a ‘atitude independente de Tito e a repulsa à indiscriminada perseguição religiosa movida contra católicos e protestantes nos Balkans – e, na esfera interna com o desencadeamento de uma política suicida e antinacional de greves e violências’ (PORFÍRIO, 2003, p. 238-239).

¹¹⁷Os textos que contemplam essa discussão sobre o medo comunista, na medida em que traçam um rico panorama sobre os perigos que se acreditava que o comunismo podia trazer para a sociedade paraibana, ver: CAVALCANTE NETO, Faustino Teatino. **O PCB Paraibanos no imaginário Social: o caso Félix Araújo na fase de “Redemocratização” (1945-1953)**. Dissertação de Mestrado (Mestrado interdisciplinar em Ciências da Sociedade). Campina Grande: UEPB, 2006. Também, MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em Guarda contra o perigo vermelho. O anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002.

¹¹⁸“O Partido Comunista do Brasil, o PCB, surgiu na Paraíba com o nome da União Socialista da Paraíba, sendo criado um núcleo em Campina Grande (...) Entre os componentes, contava-se um percentual representativo da pequena burguesia” (RIBEIRO, p. 81).

Mas, de acordo com o Porfírio (2003, p. 241), as razões para o afastamento de Félix Araújo do PCB não estavam relacionadas com questões internacionais dos comunistas. Suas razões foram outras e disseram respeito a sua vida pessoal e política: sua participação no movimento estudantil campinense e sua aproximação com líderes centristas; a sua indicação ao cargo de chefe da Secretaria da Câmara de Vereadores, na gestão do prefeito Elpídio de Almeida; o seu casamento com uma moça vinda de uma família católica; e a dualidade de ser comunista e religioso, que o seguiu em toda a sua formação ideológica.

Para tanto, Cavalcante Neto (2006, p. 115), narra os acontecimentos que marcaram a vida pública de Félix Araújo, enquanto comunista:

Sua participação naquele momento apareceu como uma oportunidade de emprego, uma vez que o preconceito era grande, que se tinha na cidade contra os comunistas, principalmente contra ele que tinha liderado greves e enfrentado a política várias vezes. Ele era um dos mais visados porque era intelectual e excelente orador, além de sempre comandar a massa campinense nas movimentações de ruas.

Desta forma, diante do desejo de seguir a carreira política, e sua “vocação” para político, se afastou do que parecia ser o empecilho, o comunismo. Quando não mais pertencia ao partido do PCB se elegeu vereador em Campina Grande, onde trilhou sua trajetória política até o seu assassinato em julho de 1953 (PORFÍRIO, 2003, p. 241).

Disto, podemos perceber que o espaço do CEC foi lugar que circulou várias correntes políticas e ideológicas, através de seus representantes e de outros que mantiveram influência neste espaço, que levavam essas ideias para também serem discutidas nessa entidade. Embora que correntes como o comunismo não tenha sido tão manifestada no CEC, diferente das ideias nacionalistas, em vários momentos essas duas correntes ideológicas se aproximaram e muitos centristas trilharam sua carreira política apoiando-se no comunismo.

Dentre os centristas que sofreram as principais influências das ideias comunistas em Campina Grande, estão: Oliveiras Oliveiro, Cláudio Agra Porto e Agnelo Amorim. Este, embora não declarado, manifestou em vários momentos em suas crônicas e na entrevista que fazia parte do grupo de comunistas atuantes na cidade e defendeu essas ideias:

Apesar de COMUNISTA ser termo proibido nas escolas brasileiras, nos hospitais, nas boites, nos quartéis, em todo canto, aqui no Brasil – em outros lugares não o é. COMUNISTA, em países adiantados não

faz medo a ninguém. Diz respeito apenas a quem é adepto do regime comunista. O negócio é tão trivial que você encontra em qualquer dicionário, até de bolso (AGNELO AMORIM, 1988, p. 29-30) (grifos do autor).

Agnelo Amorim manifestou uma visão sobre comunismo, que era o mesmo que ser “lobishomem (*sic*)” que comia crianças e “tomava suco de padres” e de “mulheres adúlteras”, que esteve em consonância com o imaginário sobre o que era ser comunista. Para tanto, defendeu os países que adotaram essa ideologia: “Os comunistas lá da Rússia comem bem, tem educação gratuita – e séria, habitação condigna – é praticamente de graça (...) Se não é o paraíso, não é o inferno” (AGNELO AMORIM, 1988, p. 29).

Para isso, os/ as entrevistados/as ao serem perguntados/as sobre as correntes políticas e ideológicas que seguiam os centristas, relatam várias versões sobre as ideias comunistas, debatidas em finais da década de 1950 e principalmente no início da década de 1960:

“Não, naquele tempo, não se falava muito em comunismo não. O comunismo a gente enterrou. O comunismo era estar contra Deus e os homens, mas a gente não tinha ainda, estudantes secundários, não tinha um grau de conhecimento” (BORBA, depoimento [maio 2014]).

“Não, não, comunismo de jeito nenhum existia. Você sabe que o Partido Comunista Brasileiro ou PC do Brasil, porque acho que tem também essa denominação, mesmo na sua clandestinidade, ele nunca deixou de atuar. Mas lá nós tínhamos pessoas com a voz mais atuante, mais de uma tonalidade diferente, mas ninguém era comunista não, porque não havia tempo de dizer, se ele vinha reivindicar 50% pela carteira de estudante para entrar no cinema, 50% para entrar no Estádio de Futebol, 50% para entrar no ônibus intermunicipal para quê comunismo aí. Ora, a gente sempre sabe que tem aqueles que é, que tinha aquela admiração pelo prefeito A e B” (LUCAS FILHO, depoimento [março 2014]).

“‘Existiam comunistas?’ Existiam, e como, na época (risos). Tinha, dentro do Centro, e se formava também lá no Centro (risos). Até quem hoje se considerava como nunca sido comunista, era. Na época era, quem disse não, era tido como comunista sim, ele era sim” (FREIRE, depoimento [maio 2014]).

“Tinha pensamento socialista, e aqui se viu muito isso. Tinha uma ala dos comunistas. Os comunistas que atuavam no Centro Estudantil Campinense, naquela época era, o Oliveiros, o Joaquim Lucena, Figueiredo Agra, poeta e deputado estadual, Cláudio Agra Porto Filho, também era um comunista de guerra” (AGNELO AMORIM, depoimento [dezembro 2013]).

Confrontando tais falas temos a ideia de se construir uma diferença e distanciamento para aqueles/as que admitem que houveram comunistas e para outros/as que o comunismo nem sequer tinha “aparecido na cidade”. Desta forma, quando pronunciam a palavra comunismo, as falas querem se distanciam e são contraditórias.

A senhora Auxiliadora Borba fala que os centristas, por serem estudantes secundários, não possuíam, ainda, um grau de conhecimento, apesar de ter “enterrado” o comunismo. Como já foi relatado, não apenas os estudantes secundaristas que participaram do CEC, seja nas manifestações e/ou escrevendo para o jornal *Formação*, intelectuais e mesmo políticos, ex-centristas ou não, mantiveram vínculo de amizade e influência nesse espaço, o que poderia ter possibilitado os estudantes secundários a terem acesso a essas discussões. Também confirma a ideia dos comunistas estarem “contra Deus”. Isto mostra que, sendo ela, católica, negou que houvesse comunismo no CEC, espaço este da qual fez parte. A fala de Borba também sugere que essas imagens negativas sobre o comunismo ainda circulam.

O senhor José Lucas Filho afirma que, se os centristas lutavam pelas mesmas coisas, aos interesses dos estudantes, não houve a necessidade de se dividirem, nas suas correntes ideológicas. E mais, deu uma visão do que era ser comunistas: luta social por melhores condições, nesse caso, aos estudantes. Se dentro do CEC se fazia essas lutas, para este entrevistado, o comunismo seria irrelevante.

No depoimento da senhora Valda Freire, esta afirma que havia comunistas, e mesmo os que negaram e ainda hoje negam, eram comunistas. Analisando os lugares da fala dos entrevistados/as, percebemos que aquela, por não ter nenhum vínculo político, no tempo recente, não demonstrou nenhuma surpresa ou recusa em afirmar que os/as centristas eram comunistas. Quando diz, “ele era sim”, podemos interpretar de várias maneiras: durante a entrevista alguns nomes foram citados, a exemplo de Josué Sylvestre, Agnelo Amorim e José Lucas Filho. Este foi o mesmo que falou que não tinha necessidade do comunismo dentro do espaço do CEC. Não falou quem era “ele”, mas podemos supor que referiu aquele ou aqueles que escreveram sobre o CEC, seja em forma de crônica ou livros.

Na entrevista com o senhor Agnelo Amorim, hoje juiz, este fala da existência de uma “ala comunista”, e se referiu aos comunistas na terceira pessoa do plural, não colocando o “nós”. Contudo, além de ser citado/lembrado como comunista centrista pelos seus ex-colegas, no seu livro, “*Espiando a Vida*” (1988), escreveu crônicas para

falar do comunismo: “Moratória para o comunismo”; “Nixo, Chico Puça e Peba”; e “O problema do alcoolismo na União Soviética”.

Essas crônicas supracitadas trouxeram posicionamentos a favor das ideias comunistas, em que Agnelo Amorim defendeu e elogiou países que adotaram esse sistema político e citou nomes de amigos e dos que atuaram em Campina Grande em nome do comunismo, como José Peba¹¹⁹, Uziel do Vale, Joaquim Lucena e Orlandão Meira. E mais, dedicou o livro para os seguintes comunistas: “Gregório Bezerra e Luiz Carlos Prestes, heróis do povo brasileiro”; “Otávio Amorim, meu herói particular e líder da “direita sangrenta”” (AGNELO AMORIM, 1988).

Apesar de terem sido contemporâneos e terem atuado juntos no CEC, entre os anos de 1955-62, estes/as entrevistados/as representaram imagens nem sempre homogêneas para os/as centristas, ratificando posicionamentos divergentes, apesar de terem recorrido, muitas vezes, às narrativas de Josué Sylvestre para “completar” seus depoimentos.

Para tanto, dentre as narrativas que mais corroboram para o distanciamento das ideias comunistas estão nas memórias de Josué Sylvestre. Ao dialogar sobre as influências do comunismo dentro do Centro, ele nos relata:

Havia colegas que eram de, que seguiam a orientação do Partido Comunista, e inclusive pessoas brilhantes, eu não vou citar nomes porque essa coisa de ser ou não ser comunista é de cada um, né? Porque o Partido Comunista tinha uma cédula que havia pessoas que se filiavam ao partido; então esses eram realmente militantes comunistas ou pessoas que se tinham ideias marxista nas suas formações. Porque eu era nacionalista ferrenho, defendia aos interesses nacionais acima de tudo, mas nunca fui marxista, nem comunista, nem filiado ao Partido Comunista. Porque eu sou evangélico de raiz [...] mas eu defendia e continuo defendendo os interesses do Brasil, acima de tudo; e durante os debates eu militava ao lado dos comunistas, porque eles pensavam do ponto de vista da defesa, da economia nacional do mesmo modo como eu pensava (SYLVESTRE, depoimento [nov. 2013]).

¹¹⁹ José Peba Pereira dos Santos nasceu em São João do Cariri/ PB, no ano de 1917. De profissão sapateiro, foi dirigente sindical e militante do Partido Comunista Brasileiro, tornando membro efetivo entre os anos de 1937 a 1963. “Peba tornou-se comunista num contexto onde os dirigentes políticos estavam pouco ou nada habituados com a convivência de sindicato, greves e lideranças de trabalhador” (fonte: pcp.org.pb/portal/adeus-ao-comunista-jose-peba). Para saber mais sobre esse militante ver: CAVALCANTE NETO, Faustino Teatino. **O PCB Paraibano no imaginário Social: o caso Félix Araújo na fase de “Redemocratização” (1945-1953)**. Dissertação de Mestrado (Mestrado interdisciplinar em Ciências da Sociedade). Campina Grande: UEPB, 2006. AUED, Bernadete W. **O sapateiro Militante: José Peba Pereira dos Santos**. Campina Grande: EDUEPB, 2006.

Deixando claro seu posicionamento nacionalista e cristão, tendo a “bíblia sagrada como repertório dos seus ensinamentos”, Josué Sylvestre conta que não poderia ter ideias comunistas, já que eles possuíam ideias revolucionárias, sendo que as suas eram “nacionalistas e reformistas”. Apesar de admitir que militasse ao lado dos comunistas, quando da causa em comum à necessidade dos estudantes, admitiu que “jamais” deixaria um “militante da esquerda radical” chegar à presidência do Centro Estudantal, e que não apoiaria “jamais” um “candidato extremista”. Disto, percebemos o conflito religioso que expressou Josué Sylvestre, com relação a sua recusa com as ideias comunistas, apesar de manifestar que o principal motivo que o diferenciava, sendo ele religioso, dos comunistas era o uso das armas, “porque os comunistas defendiam a ‘luta armada’, coisa que nunca apoiei” (SYLVESTRE, depoimento [nov.2013]).

Disto, podemos perceber que, embora tenham diferentes visões sobre o comunismo, nas falas dos/as entrevistados/as, as funções dos estudantes estavam descritas em um lugar dado, de modo a compor uma cartografia do movimento em que este não poderia “ser visto” ou ser ligado a práticas consideradas “estranhas” naquele contexto histórico. Suas falas colaboram para identificar posições, relações e deslocamentos do que se buscava no movimento estudantil liderado pelo CEC.

Desta forma, as representações do que seria a militância política estudantil expressão o modo como o grupo de centristas figuraram as ações do CEC, através de escolhas e ações que não os colocassem ligados a políticas e ideologias consideradas subversivas na época, como foi o caso das ideias comunistas.

As falas sobre quem seguiu ou não as ideias comunistas no Centro Estudantal Campinense entre os estudantes, concorrem para as concepções indissociáveis das análises do tempo presente, que nos ajudam a (re) significar o passado, pois é uma visão do presente sobre aquilo que se acreditava no passado.

O distanciamento dos comunistas, evidenciado por Josué Sylvestre, representa as mais variadas demonstrações de oposição a uma possível ascensão dos comunistas dentro do espaço do CEC, apontando para certa aversão aos “extremistas vermelhos”.

Quando Josué Sylvestre falou em “entreguistas vermelhos”, podemos considerar o medo vinculado ao comunismo, que ganhava força diante da suposta “aproximação” do futuro presidente João Goulart¹²⁰ - Jango com a China, já que este se encontrava

¹²⁰ João Goulart, Jango, foi amigo de Getúlio Vargas e admirador e simpatizante das teses trabalhistas. Participou da consolidação do PTB. Em 1946 foi lançado por Vargas como candidato a Deputado Estadual, em São Borja/RS. Foi considerado o principal herdeiro do carisma de Getúlio Vargas e é,

naquele país, como representante do presidente, no dia da renúncia de Jânio Quadros¹²¹. Nos discursos da imprensa, o que teria contribuído para renúncia deste presidente seria a “inclinação” do seu governo para a Esquerda.

O “medo comunista” será divulgado na imprensa campinense quando da renúncia do presidente Jânio Quadros: os jornais de Campina Grande realizaram amplo ataque ao então presidente renunciante e ao futuro presidente empossado Jango, acusando-os de apoiarem as ideias comunistas:

Jânio e o comunismo

Vamos admitir que aqueles que contribuíram, de uma maneira ou outra para a renúncia de Jânio, estivessem preocupados com a inclinação do governo para a esquerda. Para esses a condecoração a Guevara, Ministro da economia de Cuba, foi sinal de que já era tempo de intervir e impedir que o Brasil abrisse os braços ao comunismo. O Marechal Denys teve uma fase que lembrava a necessidade de o Brasil escolher entre o comunismo e a democracia (DIÁRIO DA BORBOREMA, 04.10.1961, Num 1366, p. 7).

Tais opiniões corroboravam para a crença de que Jânio Quadros¹²² estivesse “levando” o país para a esquerda. E, ainda, havia a viagem de Jango a China, como representante do Presidente; relações diplomáticas com a Rússia; e o pedido do Brasil de admitir a China nas Nações Unidas. Assim, os jornais no ano de 1961 criticaram

provavelmente, aquele que de maneira mais completa é identificado com os sentidos negativos e perigosos da definição ‘populista’, “(...) ele constrói sua carreira política como parlamentar e como liderança de uma das maiores organizações do sistema partidário que então se consolida: o Partido Trabalhista, o PTB” (GOMES, 2009, p. 36). Em 1952, candidatou-se a Deputado Federal. Como Ministro do Trabalho. Foi criticado por ser próximo dos trabalhadores e sofreu acusações de ser agitador comunista e contra o capitalismo. Foi considerado o legítimo herdeiro político de Vargas, líder em cuja direção se orientam as principais forças do trabalhismo. Seu primeiro mandato a vice-presidente foi em 1956, tendo como presidente Juscelino Kubistchek e em 1961, ao lado de Jânio Quadros. Da renúncia deste, Jango foi impedido de assumir a presidência. Mas, depois de vários levantes nacionais, conseguiram chegar a um consenso, e no dia 02/09/1961 o sistema parlamentarista foi aprovado e no dia 08/09/61 Jango foi empossado.

¹²¹ Jânio Quadros foi prefeito e governador de São Paulo. Se candidatou a presidência da República tendo como principal opositor o General Lott inscrito na aliança do PSD e o PTB. Já Jânio foi candidato com o apoio do PTN e da UDN, liderado por Carlos Lacerda (FAUSTO, 2013). Foi presidente do Brasil de 31 de janeiro de 1961 a 25 agosto de 1961, data em que renunciou. Em sua carta renúncia falou: “Forças ocultas me fizeram renunciar”. Com essa atitude, deu início a uma crise, pois ministros militares vetam o nome de João Goulart, vice-presidente, a assumir a presidência (cpdoc.com.br).

¹²² A política de governo de Jânio Quadros combinou iniciativas simpáticas à esquerda com medidas simpáticas com a direita, que, de acordo com Fausto (2013, p. 122), acabou desagradando a ambos. Para tanto, o ponto de maior conflito foi com relação à política externa, quando da Revolução Cubana que levava Fidel Castro ao poder em 1959: “Quadros estivera em Cuba em março de 1960 e expressara, na ocasião, uma vaga simpatia pelo regime castrista. Um ano após, já na presidência, fez um gesto simbólico que acentuou suspeitas nos meios conservadores quanto aos rumos da política externa do país” (...), quando da passagem de Che Guevara pelo Brasil o presidente condecorou-o com a ordem do Cruzeiro do Sul. “O gesto de Jânio não tinha o propósito de expressar um alinhamento do Brasil com Cuba e sim simbolizar, de uma forma inadequada, sua opção por uma política externa independente”.

abertamente a aproximação de Jânio e Jango com o comunismo, intensificando o número de reportagens que versava sobre o perigo que o comunismo representava para a sociedade.

De acordo com Patto (2002, p. 231-232), entre os anos de 1961 a 1964, o anticomunismo:

Adquiriu importância preponderante, sendo a fagulha principal a detonar o golpe militar de 31 de março. As razões para a emergência deste quadro são tanto de ordem interna quanto externa (...) Sob o impacto da Revolução Cubana, a América Latina se viu lançada para o centro da Guerra Fria. Até então a região era considerada teatro secundário pelas duas superpotências em luta, mais preocupadas com a Europa, África e Ásia (...) Os norte-americanos mantinham-se atentos e estavam prontos a intervir caso achassem necessário (...) A ascensão de Fidel Castro e seus barbudos aos poder mudou tudo, colocando esta parte do planeta no centro dos conflitos.

Para tanto, o líder cubano tornou-se a expressão da “ameaça comunista”, onde os norte-americanos não mediram esforços para derrubar tal ameaça na América. No entanto, no Brasil já existia o anticomunismo desde os anos 1930¹²³, configurando na existência de grupos mobilizados contra o “perigo vermelho”. Mas foi no começo do ano de 1961, que o anticomunismo tomou fôlego, quando do “recém-empossado governo de Jânio Quadros (que) deu início a uma política externa independente, que tendia a aproximar o país das nações não alinhadas com as posições dos EUA” (PATTO, 2002, p. 233).

Depois da renúncia de Jânio Quadros¹²⁴ à Presidência da República, no dia 25/08/1961, o vice-presidente João Goulart foi impedido de assumir a presidente:

O vice-presidente da República era João Goulart, cria da política de Getúlio Vargas, principal mentor do trabalhismo e líder nacionalista. Aproveitando-se da atitude intempestiva de Jânio, chefes militares e lideranças políticas e empresariais assumiram uma postura intransigente e antidemocrática de impedir a posse do substituto constitucional do renunciante (SYLVESTRE, 2013, p.69).

¹²³ O autor Cavalcante Neto antecipa a existência do anticomunismo na Paraíba para o ano de 1917. Ver: CAVALCANTE NETO, Faustino Teatino. “**A ameaça vermelha: o imaginário anticomunista na Paraíba (1917-1937)**”. Tese de Doutorado em História (Programa de Pós-Graduação em História CFCH-UFPE), Recife/PE, 2013.

¹²⁴ De acordo com Fausto (2013, p. 120), a campanha de Jânio foi envolta de “anunciar atos de corrupção, porém não no estilo bacharelesco da UDN, e sim associando ao tema recursos teóricos demagógicos. Desprezava os partidos políticos, não tinha um programa de governo definido, apontava um dedo crítico para a desordem financeira em que mergulhara o país e prometia, em discursos contundentes, restaurar a moralidade pública e castigar os beneficiários de negociatas (...)”.

Diante do impedimento da posse de Jango, houve agitações políticas em vários cantos do país, inclusive em Campina Grande, que culminou com prisões e perseguições a líderes estudantis e sindicais por se envolverem na “Bandeira Nacional” durante passeatas cívicas nesta cidade. Em setembro de 1961, na manifestação de apoio a posse de Jango, o ex-militante Josué Sylvestre, descreve o episódio do “Movimento da Legalidade”¹²⁵.

A renúncia do presidente Jânio Quadros (25/08/1961) teve ampla repercussão em Campina Grande, em face do clima de permanente politização e de nacionalistas em franca ascensão, nas entidades estudantis e nas organizações sindicais. Tão logo foi divulgada a notícia essas lideranças se movimentaram em função da defesa da legalidade democrática, programando manifestações cívicas sem qualquer cor partidária. Os segmentos estudantil e operário formalizaram o seu pensamento sobre a crise num “Manifesto ao Povo Campinense”, divulgando em boletins e publicado na última página do Diário da Borborema do dia 29 de agosto, só com a assinatura de líderes estudantis (SYLVESTRE, 1988, p. 337).

Em apoio à posse do presidente Jango, o Centro Estudantil Campinense convocou uma Assembleia Geral, sob as orientações da UNE e UBES, deflagrando uma greve local dos estudantes que duraria até que o presidente fosse empossado. O Movimento da Legalidade, de revolta civil e militar liderado pelo então governador do Rio Grande do Sul Leonel Brizola, que era também cunhado de Jango, visava garantir diante da renúncia do presidente Jânio Quadros, ocorrido em 25 de agosto de 1961, a posse do vice-presidente Jango (FAVARO, 2011).

As narrativas e os depoimentos de Josué Sylvestre ajudam-nos a refletir acerca da forma como a memória e mesmo a imprensa, ao discursar sobre as ações dos estudantes, nomeavam-se como aqueles que lutavam pelo apoio à “democracia”, “legalidade” e “justiça”. Afirma Josué Sylvestre sobre sua prisão:

Fui conduzido para João Pessoa, num jipe do Exército, ao lado do líder sindical José Pereira dos Santos, o atual vereador José Peba; a escolta era formada por militares estudantes. Na capital, depois de uma ligeira passagem pela frente do DOPS fomos levados ao Quartel do 15º RI, em Cruz das Armas, onde instantes depois também chegava de Campina Grande o líder universitário Henrique Miranda de Sá Neto. Receberam-nos do alto da escada

¹²⁵ O Movimento da Legalidade foi um período que ocorreu após a renúncia de Jânio Quadros da Presidência do Brasil, em 25 de agosto de 1961, e que reuniu diversos setores da sociedade brasileira defendendo a posse do vice-presidente, João Goulart, conforme previa a Constituição. O então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, iniciou este movimento de resistência, pregando a legalidade. “No dia 27 de agosto de 1961, Brizola requisitou as transmissores do rádio Guaíba de Porto Alegre, e passou a fazer pronunciamentos a todo país, mobilizando o povo pela defesa da legalidade” (2011, p. 9). Ver: **Os 50 anos da Legalidade em imagens**. Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Secretaria de comunicação e inclusão digital. Diretoria de jornalismo; Org: Claudio Fachel e Camila Domingues. Porto Alegre: COROG, 2011.

da área interna o General Sílvio Cahu e seu Estado-Maior (SYLVESTRE, 1988, p. 338).

Ao se deparar com outros líderes, não somente estudantil, que haviam sido detidos junto com ele, no caso do líder sindical e dirigente do Partido Comunista, Peba, Josué Sylvestre afirmou que nas suas ações como líder estudantil, nacionalista e cidadão junto a outros líderes comunistas, não havia nenhuma espécie de rebeldia e/ou “radicalismo”, que lutavam por uma causa “justa” e “democrática”, apesar de ter afirmado, em outros momentos, que os comunistas apoiavam a “luta armada” e a rebelião:

Que fiz de errado? Nada. Defendia com ardor da minha juventude e a convicção dos meus ideais, o direito do vice-presidente João Goulart tomar posse como sucessor legítimo do renunciante Jânio Quadros (SYLVESTRE, 1988, p.338).

As falas e narrativas de Josué Sylvestre discutem a censura e as perseguições a líderes estudantis, sindicais e políticos em Campina Grande antes da Ditadura civil-militar de 1964, como acontecimentos que vinham se desenrolando antes do referido golpe, em que se ampliaram em torno do apoio ao vice-presidente Jango e as acusações de comunismo ao presidente renunciante Jânio. Mostra também que, embora os centristas apoiassem a posse de Jango, com protestos nas ruas e praças, se distanciaram quando da possível aproximação do mesmo com as ideias comunistas. Por isso, se reuniram estudantes e trabalhadores, na tentativa de “alertar” a sociedade campinense, da expectativa que havia se criado quanto ao governo Jango. No “Manifesto ao Povo Campinense”, os estudantes diziam:

Conscientes das responsabilidades que temos, ESTUDANTES E OPERÁRIOS, de Campina Grande, não poderíamos deixar de analisar nesta hora crítica e difícil que atravessa o país, os últimos acontecimentos nacionais, orientados por um raciocínio frio e leal, voltado para os supremos interesses de nossa coletividade. Não seremos, portanto, atingidos se as forças subservientes, vendidas ou reacionárias desencadearem sobre nós a já extemporânea pecha de “entreguistas vermelhos” ou de “servidores de ideologias subversivas” (...) nesta tentativa de alertar os nossos conterrâneos dos perigos que corremos, estamos reunidos, trabalhadores e estudantes, propugnando tão-somente pelo respeito à autodeterminação de nosso próprio povo, em defesa da Constituição de 1946, exigindo respeito às liberdades democráticas e pedindo ao povo para meditar sobre a gravidade e a incerteza que nesta hora solicitamos as mais urgentes reflexões (...) (SYLVESTRE, 1988, p. 342-343).

Além do Centro Estudantal Campinense, assinaram esse manifesto: União Universitária Campinense; Diretoria Central dos Estudantes da Paraíba; Diretório Acadêmico da Faculdade Católica de Filosofia; Diretório Acadêmico da Escola Politécnica; Centro de Estudos Jurídicos; Grêmio Machado de Assis; Diretório da Escola Técnica de Comércio Municipal; Diretório do Ginásio Alfredo Dantas; União Brasileira dos Estudantes Secundários (SYLVESTRE, 1988, p. 343).

Vários líderes centristas foram investigados e interrogados nos primeiros meses da Ditadura Militar, devido às atuações em movimentos estudantis no período anterior ao golpe de 1964, pelos Inquéritos Policiais Militares – IPM –, instaurados pelo governo militar, que se prestou à apurações sumárias de fatos que nos termos legais configurou-se crime militar. José Sylvestre chamou de “IPEEMÃO da UNE/UBES”¹²⁶:

Assim, no dia 6 de setembro de 1965, pela manhã, atendendo a uma convocação do major José Correia de Macedo, vindo do Rio de Janeiro, compareci ao 15º Regimento de Infantaria, em João Pessoa, para prestar depoimento. Ao chegar ao quartel, o major me atendeu e disse que só iria me ouvir às 20:00hs, porque outras pessoas já estavam convocadas para interrogatórios durante o dia (SYLVESTRE, 2013, p. 75).

Acusado, como tantos outros líderes estudantis, de envolvimento com o comunismo, Josué Sylvestre explicou que nunca poderia ser militante e ao mesmo tempo “adepto da doutrina marxista”, já que era um “nacionalista” e defendia “as riquezas do País”, que deveriam ser desenvolvidas a partir do interesse do Brasil e dos brasileiros (SYLVESTRE, 2013, p. 75-76).

No ano de 1964, com o golpe civil-militar, a repressão foi imediata contra o CEC, onde esse espaço foi invadido, muitos centristas fugiram e não tiveram condições de oferecer resistência naquele momento da “invasão”: “A repressão não foi tão forte no meio universitário, que era menos politizado, mas, o Centro Estudantal que era politizado, eles invadiram logo” (apud RAMOS, 2013, p. 102).

De acordo com Ramos (2013), devido à invasão que sofreu o CEC, muitos representantes tiveram que fugir para não serem presos pelos IPMs instaurados no país, onde houve uma perseguição mais sistemática aqueles/as ligados/as a instituições estudantis que manifestaram ou não oposição ao governo instaurado.

De acordo com a matéria do jornal A União, isso se deveu porque:

¹²⁶ Não encontramos outras referências sobre esse inquérito chamado de “IPEEMÃO”.

Um contingente do Batalhão de Serviços de Engenharia, sediado nesta cidade e comandados por oficiais da corporação realizou na tarde de ontem, diligências na sede do Centro Estudantil Campinense, onde foi encontrado e apreendido farto material de propaganda subversiva, mesmo a despeito dos ex-dirigentes daquela entidade, todos eles reconhecidamente seguidores da linha marxista, terem queimado grande parte da documentação. Livros, ofícios recebidos de diversas organizações comunistas do País e do estrangeiro foram encontrados, o que comprova ser o CEC uma verdadeira célula comunista nesta cidade (apud SILVA, 2014, p. 44).

Desta forma, o CEC foi caracterizado, de acordo com essa matéria do jornal A União, como um órgão subversivo que estaria relacionado às organizações comunistas. Como explicar que esta entidade estudantil era um órgão de adeptos do comunismo se nas entrevistas todos/as afirmaram, com exceção das narrativas de Valda Freire e dos escritos de Agnelo Amorim, que elogiou o comunismo, que o Centro Estudantil não tinha ideias comunistas?

Nas análises de Araújo (2007), a ditadura civil-militar, ela narra que:

O golpe de 1964 encerrou, de forma autoritária, a experiência democrática que o país vinha vivendo desde 1945 e inaugurou um longo período de autoritarismo no Brasil. Foram mais de 20 anos de ditadura militar. Poucos dias depois do golpe foi expedido o Ato Institucional nº 1, que permitiu as primeiras cassações de mandatos parlamentares e a suspensão de direitos políticos. Enorme violência se desencadeou sobre os dirigentes políticos que integravam a frente nacionalista das reformas de base – principalmente as lideranças sindicais e comunistas (ARAÚJO, 2007, p. 142).

Entidades estudantis, associações políticas e civis identificados com a frente nacionalista ou de esquerdas, que deram apoio a Jango foram reprimidas: “fechadas, seus dirigentes presos, suas atividades proibidas. A UNE não foi poupada: foi invadida, saqueada pelas forças da repressão” (ARAÚJO, 2007, p.144). O Centro Estudantil Campinense, como uma entidade estudantil foi, também, saqueada pelas arbitrariedades do regime autoritário por ser considerada uma “célula comunista”.

Diante de tantas mudanças ocorrendo no Brasil, naquele ano de 1964, certamente as reivindicações dos estudantes mudaram de posição: as suas lutas passaram a ser contra o regime de opressão, e não apenas visando a atender as imediatas prioridades/necessidades da “classe estudantil”, seguindo uma ideologia voltada para a luta pela liberdade cerceada pelos militares. Depois do golpe civil-militar, muitos

centristas e ex-centristas “entraram” na luta contra as perseguições, prisões e torturas aos estudantes.

Contudo, em uma de nossas entrevistas, com o senhor José Lucas Filho, questionado sobre a resistência de estudantes campinenses na Ditadura civil-militar de 1964, nos deparamos com a seguinte resposta:

Ditadura como você quer chamar, a linguagem é sua, é Movimento Revolucionário, como eu chamo. Inclusive eu também sou um ex-militar, então houve aquele movimento, de resistência, não fiz parte, porque fui soldado em 62 (...) Só posso falar até 31 de março de 1964” (LUCAS FILHO, depoimento [março 2014]).

Ao questionarmos sobre o período em que o CEC também foi vítima das agressões do regime militar e sobre o movimento de resistência de estudantes no ano de 1964, nos deparamos com um ex-militar, que anos antes foi militante estudantil e participou junto ao Centro Estudantil em manifestações políticas e sociais, tendo como bandeira de luta a “justiça e democracia”. Também o senhor José Lucas Filho é o mesmo que a senhora Valda Freire sugeriu como sendo ele um comunista, e também o mesmo que falou, em entrevista, que o CEC não “precisava” de comunismo, pois os centristas lutaram pelos interesses comuns a “classe estudantil”.

Para tanto, os debates comunistas discutidos em Campina Grande foram construídos de várias maneiras, criando assim um clima favorável à propagação de um sentimento de incerteza, insegurança e dúvida. As memórias e debates dos jornais sobre as experiências e visões comunistas, foram produzidos a partir da ideia de afastamento e recusa, e representados de maneiras diferentes.

Desta forma, apesar de ser considerado com um movimento com reivindicações específicas as lutas da “classe estudantil”, o CEC, ao mesmo tempo, atuou com fortes relações com a política local, levando, por vezes, as suas reivindicações a se coadunarem com as inspirações de uma elite local, além da credibilidade e confiança que desfrutou junto a políticos, passando a ser um espaço desejado por aqueles que viam a oportunidade de retornos futuros.

Esse espaço também foi “desejado” por mulheres que se apropriaram como lugar de visibilidade feminina através da militância junto com os centristas. Para tanto, o tema do próximo capítulo, será o de analisar a participação feminina no espaço do Centro Estudantil Campinense, através da construção de suas imagens como representantes dessa entidade.

CAPÍTULO 3

A ATUAÇÃO FEMININA NO CENTRO ESTUDANTAL CAMPINENSE

Os objetivos deste capítulo é discutir como foi à atuação e a participação feminina no Centro Estudantal Campinense, no final da década de 1940 e na década de 1950, a partir das memórias das entrevistadas e das narrativas femininas na imprensa campinense. Discutiremos as apropriações, as astúcias, os questionamentos, os espaços praticados pelas meninas, no CEC, nas ruas e nas eleições estudantis. Também, analisaremos os discursos dos homens, os entrevistados, sobre suas versões com relação ao ingresso de mulheres no CEC.

A presença feminina no Centro Estudantal Campinense foi mais marcante na década de 1950, sobretudo pela maior atuação dessa entidade estudantil na cidade, que levou mulheres a se candidatarem junto aos 21 representantes distribuídos entre as diretorias, ocupando os cargos de: secretárias, vice tesoureiras e diretoras de eventos.

As moças que participaram do movimento estudantil liderado pelo CEC, realizaram o curso secundário em colégios privados da cidade, como o colégio religioso, Colégio Imaculada Conceição – Damas –, e as escolas CAD e Pio/ XI¹²⁷, que tinham, com seu curso secundário dividido entre os gêneros, no intuito de separar meninos e meninas durante o processo de educação, delimitando os espaços, firmando lugares e instituindo códigos de exclusão e inclusão (LOURO, 2010, p. 57-58). Esses foram as principais instituições de ensino frequentadas pelas meninas até a inauguração do Colégio Estadual da Prata – o Gigantão –, em 1953, no qual houve a incorporação de salas mistas.

Tais alunas eram de segmentos socioeconômico médio e elevado da sociedade campinense e de outras regiões, a maioria de “boa família”, como parentes de políticos e comerciantes importantes, o que facilitava o acesso à educação. Borba (dep. [maio 2014]) descreveu assim a influência da família para a educação:

Minha mãe não apenas concluiu o secundário, mas também era formada em pedagogia e foi professora do primário e tinha uma base boa [...] Na família toda parte dela eram professores, advogados. Aí, então, eu tinha vontade assim, minha mãe sabia muito, tanta coisa, mas não deram a minha mãe essa oportunidade. Vivia dentro de casa; falava inglês, francês, tocava violino, piano, mas nunca teve oportunidade. Eu era a mais velha da casa, dos irmãos são três depois

¹²⁷ Informações sobre estes colégios na página 55.

de mim. Aí eu disse: por que é que a gente mulher não tem direito? Ficava assim olhando de longe.

Auxiliadora Borba, quando fala em “vontade”, está se referindo a não apenas terminar o secundário, mas, diferente da sua mãe, agregar os conhecimentos da escola para participar de outros espaços extraescolares de atuações estudantis e profissionais. Contudo, ainda no espaço privado, os papéis tradicionais de mães e esposas apareceram de modo importante quando jovens terminassem os estudos. De acordo com Arend (2012, p. 72), o curso secundário era o último estágio da formação das mulheres, pois:

Enquanto os meninos continuavam seus estudos, até golpear o diploma universitário, um número significativo de jovens mulheres até os anos de 1950 mal conseguia concluir o curso secundário. As que seguiam em frente nos estudos quase sempre optavam pelas carreiras profissionais consideradas femininas, ou seja, o magistério e a enfermagem.

Para as que não “optaram” pelas carreiras profissionalizantes, seus destinos eram depois que concluíssem o secundário, o de casar e constituir família, cuidar dos filhos e da casa. A identidade social da mulher durante muito tempo foi pautada através de um modelo que a sociedade brasileira lhes atribuiu, de “vida doméstica”, que consolidou as diferentes funções biológicas entre os sexos, em desigualdades sociais, lhes conferindo historicamente a exclusão de desempenhar funções na esfera pública (LOURO, 1997).

Mas, continua Louro (1997), essas desigualdades sociais foram sendo rompidas aos poucos, por mulheres que tentavam deixar de lado o chamado “universo feminino”, que constituía o chamado “mundo doméstico”.

Nos anos 1950 o crescimento urbano e a industrialização conduziram o aumento das possibilidades educacionais e profissionais para homens e mulheres, mais acesso a informação, lazer e consumo. Para tanto, o curso secundário e normal, frequentado por mulheres, passou “a possibilitar, também, o acesso ao ensino superior (...) a partir de então, as inúmeras normalistas podiam ingressar na academia” (ROSEMBERG, 2012, p. 334).

Contudo, as distinções entre os papéis feminino e masculino ainda continuaram a fazer parte do cotidiano de mulheres que buscaram outros espaços além do privado. Com o final da Segunda Guerra Mundial, “passaram a pregar a volta das mulheres ao lar e aos valores tradicionais da sociedade” (BASSANEZI, 1997, p. 608).

Na década de 1950, assistimos o avanço das mulheres em várias áreas, como no trabalho extra doméstico, na educação e na participação na vida pública. Portanto, as estudantes centristas apropriaram-se de espaços, com manifestações, reivindicações e conquistas, junto ao movimento estudantil liderado pelo Centro Estudantil Campinense.

3.1. OS ESPAÇOS PRATICADOS PELAS ESTUDANTES

Como moças estudantes secundaristas, se interessaram como outros estudantes, em participar de um movimento estudantil e político liderado pelo Centro Estudantil Campinense. Deste modo, no ano de inauguração do CEC, em 1935, os primeiros vinte sócios desta agremiação estudantil, tiveram um total de seis mulheres, que desempenharam diversas funções, tais como: o de secretária, na figura da Srta. Elza Trigueiro; auxiliares do diretor de finanças, Wilson Tavares, as Srtas. Maria de Lourdes Tavares, Maria de Lourdes Leal, Maria Aires, Adiléa França e Lídia Moura.

Como resultado de repensarem as suas relações estudantis nos espaços escolares, moças se lançam em candidaturas para concorrer junto com os outros estudantes, aos 21 representantes do Centro Estudantil Campinense. Para tanto, dentro da organização interna do CEC, havia o Departamento Feminino, com o seguinte Regulamento:

Artigo 1º) – O Departamento Feminino do C.E.C tem por finalidade:
a) Congregar o mais possível o elemento feminino dos Colégios sob a nossa bandeira de nossa Entidade Estudantil. b) Ajudar a diretoria, em qualquer setor administrativo, quando a sua colaboração se fiser necessária. c) Promover atividades de natureza cultural e recreativa, em colaboração as diversas secretarias do C.E.C. Artigo 2º) – A direção do Departamento Feminino será composto dos seguintes cargos: Diretoria; Secretária Geral; Secretária de Festividades; secretária Cultural. Paragrafo 1º) – Compete a Diretoria: Presidir as reuniões promovidas pela Departamento. Tomar Providencia referente as diversas atividades do mesmo. Representar, nas discursões do Conselho o Departamento que dirige. Nomear as suas auxiliares de acordo com o Presidente do C.E.C. Paragrafo 2º) – a Secretária Geral compete: Supervisionar as atividades das demais secretárias do Departamento. Redigir as atas das reuniões. Substituir a diretoria quando a ausência desta. Artigo 3º) São atribuições da Secretarias de Festividades. Organizar as festas que este departamento promover. Fiscalizar o elemento feminino que participar das atividades recreativas do Centro Estudantil comunicando qualquer irregularidade a diretoria deste Departamento. Paragrafo 4º) – Compete a secretária cultural. Realizar palestras, concursos literários e tudo concorrente entre os componentes do Departamento. Solicitar das centristas artigos e outras colaborações para o “Jornal Formação”. Artigo 3º) – O Departamento Feminino reunir-se-a Bi-mensalmente na Sede do

Centro Estudantil. Paragrafo 1º) – Quando convidados (*sic*), poderão comparecer as reuniões do Departamento Feminino outros membros da diretoria do C.E.C. Artigo 5º) Esses membros da diretoria centrista não pertencentes ao Departamento Feminino não terão direito a voto nas sessões deste (Departamento). Artigo Único. Este regulamento entrará em vigor na data de sua aprovação. Artigo Único. Revogam-se as disposições em contrario (Arquivo Pessoal Valda Freire, s/d).

A partir desse regulamento, podemos analisar alguns pontos da atuação feminina: um departamento exclusivo para mulheres, como se elas não atuassem junto com os outros centristas homens; atividades desempenhadas por elas voltadas para a área recreativa e cultural; as próprias centristas como “fiscalizadoras” das outras representantes e estudantes que participassem das atividades promovidas pelo CEC; e o incentivo para publicação no jornal *Formação*.

Através desse estatuto, iremos analisar o que este trouxe com relação às atividades femininas, o que elas praticaram e os espaços de trânsito de jovens estudantes e centristas dentro do espaço do CEC e em outros lugares da cidade.

Primeiramente, este estatuto tentou delimitar a atuação feminina dentro do espaço do CEC, como aquelas que estariam, também, levantando a “bandeira” desta entidade estudantil. Para tanto, dentro deste espaço se esperava que as mulheres desempenhassem as funções, administrativas, secretariais e organizacionais, que lhes foram direcionadas, colaborando com o Presidente do CEC quando assim se fizesse necessário.

Apesar de o estatuto delimitar as reuniões e as atividades entre as moças, estas também participaram de outras atividades, junto com os demais centristas. Quando da relação entre os meninos e as meninas dentro do espaço do CEC, Borba (dep. [maio 2014]) nos relata que:

A relação das meninas com os meninos era com muito respeito. Quando um queria se exceder numa brincadeira, era logo tolhido pelos outros. A gente (mulheres) se impunha muito. Eles achavam também que a gente era o exemplo do catolicismo, da pureza. Eles nos viam assim, como pessoas muito puras. Eles assim eram incapazes de soltar qualquer piada se a gente estivesse presente. Eles ficavam sorrindo e tudo, quando a gente chegava, eles se calavam, se ajeitavam e até abotoavam as camisas. Eram muito respeitosos conosco.

O respeito à presença feminina no espaço do CEC aparece de modo importante, pois as “brincadeiras”, as piadas e as vestimentas masculinas, acabam por modificar

certas práticas nesta entidade estudantil, onde os meninos também passam a autovigiar suas posturas, consideradas como “desrespeitosas” à moral feminina. Quando elas estavam presentes, seja em qualquer tipo de atividade, eles, os meninos, se “comportavam”, assumindo outras posturas. Mas, nem por isso deixou de existir aqueles que se excediam nas brincadeiras.

Para os meninos, as brincadeiras eram aquelas que envolviam coragem, força e agressividade, aquelas referentes a “nenhuma delicadeza, corpo, rústico, rude, quase em estado de natureza, recebendo o suor, e testosterona, viril, másculo. Corpo onde se ressaltam pêlos, músculos, que transpareçam força e potencia” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2010, p. 21).

As brincadeiras entre meninos e meninas eram diferenciadas porque a educação também o era. De acordo com Albuquerque Júnior (2010, p. 26), “homens e mulheres são educados de maneiras completamente diferentes e nestas diferenças está implícita uma valorização distinta de cada gênero, que termina por afirmar e gerar desigualdades entre eles”, praticado, inclusive, pelos pais, educadores e pelas instituições sociais, culturais e escolares.

Aos meninos, apresenta-se um comportamento viril, associado ao masculino, comportamentos que cerceiam a espontaneidade. Ao contrário das meninas, que se mantiveram como modelos dos anos 1950, com atitudes e gestos limitados. As brincadeiras e atitudes das meninas eram aquelas que envolviam aspectos do privado, referentes ao lar. Para as mulheres, tudo que fugia aos aspectos de docilidade, serenidade, gestos contidos e respeitáveis não lhes eram aconselháveis (BASSANEZI, 1997; AREND, 2012)¹²⁸.

Para tanto, “brincadeiras”, sendo práticas diferentes entre os gêneros, ocasionou momentos de conflitos entre os meninos e as meninas, tornando-as divergentes com relação aos seus companheiros. As meninas se posicionaram em relação a determinadas atitudes dos meninos, modificando o próprio funcionamento durante as atividades do CEC, mudando o que havia sido “pré-estabelecido” no Estatuto, com relação aos limites de transito das mulheres.

¹²⁸ Apesar dos diferentes anos de publicação, as autoras Bassanezi (1997) e Arend (2012), se reportam a cronologias semelhantes, das décadas de 1920 a 1950, em que narram sobre a educação de jovens e mulheres no Brasil, pautada na castidade, resignação como preparação para o casamento. Assim, de acordo com Bassanezi (1997, p. 610), “as *moças de família* eram as que se portavam corretamente, de modo a não ficarem mal faladas. Tinham gestos contidos, respeitavam os pais, preparavam-se adequadamente para o casamento, conservavam sua inocência sexual e não deixavam levar por intimidades físicas com os rapazes”.

Os meninos, ao mudarem seus comportamentos na presença das meninas, estas assumiram lugares de influência, quando se fizeram respeitar, possibilitando ou não certas práticas, num ambiente, o espaço do CEC, onde as relações de poder eram exercida através dos atributos de masculinidade, e onde os homens, os “líderes”, se afirmaram responsáveis em controlar as atividades desenvolvidas no CEC e assumir a direção e os posicionamentos das manifestações dessa entidade¹²⁹.

Com relação aos encontros dos meninos e meninas dentro do espaço da escola, Borba (dep. [maio 2014]), narrou que:

Nós nos encontrávamos em outros dias, no Colégio Pio XI, onde havia as tarefas das meninas e dos meninos, uns sentavam de um lado e elas do outro. Tinha o 7 de setembro, participávamos em conjunto. Então tinha aqueles momentos agradáveis de troca de ideias e de limitações, que não era como hoje, de você chegar, sentar, que moças conversam. Naquele tempo, as meninas ficavam de um lado e os meninos de outro, era assim, um pra lá e outro pra cá. Tá entendendo? As paqueras existiam muitas, mas os namoros poucos.

Os espaços da escola foram lugares de separação, entre os gêneros, onde as meninas tinham cursos voltados para as práticas domésticas, como o de “culinária, corte e costura” (BORBA, dep. [maio 2014]). Ainda na escola secundária, muitas estudantes participaram de outros cursos voltados para as mulheres como: o de economia doméstica destinadas as jovens futuras esposas e mães (Revista ARIÚS, 1955). Ainda, as estudantes conviviam em diferentes espaços, além do espaço da Escola e do CEC, onde faziam parte simultaneamente de frentes de lutas em igrejas, creches e sociedades de bairro. Uma dessas entidades era o JEC – Juventude Estudantil Católica¹³⁰.

O cotidiano escolar para mulheres eram caracterizado como aquele onde as meninas deveriam possuir gestos e movimentos contidos, “docilidade, meiguice, serenidade e resignação” (AREND, 2012, p. 71), e onde aprenderam como as meninas deveriam se comportar, falar, olhar, andar. Esses métodos rígidos e disciplinares foram utilizados pelas escolas e professores/as, que de acordo com Machado e Mendes (2011, p. 23), sobre a história da educação na Paraíba, entre os anos de 1903 a 1982, “seria o

¹²⁹Sobre essa discussão ver capítulo 2.

¹³⁰ Juventude Estudantil Católica foi uma entidade católica para a mocidade do curso secundário. Afirmaram-se como não tendo envolvimento político, pois foi uma entidade que colaborou com missões da Igreja (FREIRE, dep. [maio 2014]).

meio mais eficaz de educar as crianças e para que elas tivessem um bom desempenho na aprendizagem”.

Para tanto, apesar de Borba se referir, no depoimento acima, que haviam atividades, como exemplo o desfile de 7 de setembro, em que foram desenvolvidas pelos meninos e pelas meninas em conjunto, encontramos uma fotografia, na *imagem 15* do ano de 1948, onde mostra as meninas uniformizadas desfilando, também, sem a companhia dos meninos, no desfile em comemoração ao dia da Independência do Brasil:



IMAGEM 15:

Meninas uniformizadas do Colégio das Damas no ano de 1948 no desfile do dia 7 de setembro:
Fonte: Arquivo pessoal Shâmara Rached.

Era prática comum nas escolas, que obedeciam ao calendário cívico-escolar, de exaltar o patriotismo com “o culto aos construtores da pátria e às tradições espirituais brasileiras” (RIBEIRO, 2012, p. 129). Como exemplo tem-se o tradicional desfile de 7 de setembro, a homenagem a Tiradentes, descobrimento do Brasil, Proclamação da República, dentre outras comemorações cívicas.

Já na primeira República, a educação foi caracterizada como um dos pilares para a organização social. Deste modo, a escola serviu como um lugar privilegiado para a intervenção do Estado e dos agentes políticos, na tentativa de construir uma perspectiva civilizatória aos modos de um país em crescente industrialização e urbanização. Deste modo, “a escola foi creditada como instrumento de moralização e de civilização do povo e da regeneração da nação”, tendo como ideal cívico-patriótico incorporado nas

escolas, através das datas comemorativas e os uniformes como elemento para a construção de um sistema educacional disciplinar (RIBEIRO, 2012, p. 129-130).

Além do desfile de 7 de setembro, percebemos na *imagem 15*, a padronização do espaço escolar através dos uniformes femininos, como produções discursivas de ordem estética, higiênica, moral e disciplinar. O comprimento das saias e as camisas brancas fechadas quase até o pescoço, com mangas compridas, apontam para os contornos morais que desenhavam os uniformes para as mulheres.

Através dessa fotografia, onde as meninas estavam apresentadas com uniformes impecáveis, indicam que estes desempenharam uma visibilidade e enaltecimento indispensáveis à legitimação dessa instituição de ensino religiosa. Como aponta Ribeiro (2012, p. 129-30), o uniforme representava a “possibilidade de uniformização das ideias, dos valores, reiterando assim, qualquer aspecto fragmentário, divergente, que pudesse suscitar questionamentos”, sobretudo a moral e os bons costumes das “moças de família” que estudaram nesta escola voltada exclusivamente para as meninas.

Outro espaço para o feminino no CEC foram os concursos promovidos por esta entidade estudantil, para a escolha da “Rainha dos Estudantes”:

Após um movimento e entusiástico certame, que vinha ferindo no seio de nossas agremiações estudantis, para eleger uma rainha dos estudantes campinenses, no qual se empenharam as alunas do Colégio Pio XI, Imaculada Conceição e Instituto Pedagógico, foi eleita, domingo ultimo, juntamente com as Princesas Maria de Lourdes Gomes Leal, Luíza Castro a Srat, Gilda Pimentel (FORMAÇÃO, 1949).

Este tipo de concurso para eleger a Rainha dos Estudantes era considerado como muito importante entre as estudantes, elegendo jovens em disputas acirradas nos principais colégios da cidade. Promovido pelo CEC, as candidatas deveriam possuir atributos como beleza e popularidade:

Maria do Socorro Jacinto, que conseguiu reunir maior número de votos em torno de seu nome e de sua simpatia. Obteve cerca de 23 mil votos, conquistando assim a coroa que a tornará Rainha durante o período de 1952-1953 (FORMAÇÃO, ano 17, num. 7, 1952).

Além de receber elogios do jornal *Formação*, Maria do Socorro Jacinto teve também sua imagem estampada no mesmo, ver *imagem 16*:



IMAGEM 16

A senhorita Maria do Socorro Jacinto, eleita Rainha dos Estudantes. *Fonte:* jornal FORMAÇÃO, ano 17, num. 7, 1952

Mulheres, jovens estudantes, debutantes e meninas, entre os anos de 1945-1959, tiveram suas fotografias expostas nas páginas de jornal e revistas em Campina Grande, “exaltando” suas belezas e de quais famílias pertenciam, atreladas as suas condições socioeconômicas, num forma de “apresenta-las” a sociedade campinense (Jornais *O Rebate* (1953), *Evolução* (1958-59), *Formação* (1952), *Jornal de Campina* (1954); Revistas, *Árius* (1952), *Manáira* (1952-1954)).

Colocadas como “ornamento da alta sociedade campinense” (Revista *Árius*, 1953) essas imagens femininas divulgadas na imprensa, estiveram inscritas em uma política de higiene e consumo, tornando-as visíveis e transformando-as em possíveis

eleitas a conquistar o posto da mais “linda e encantadora estudante da cidade Rainha” (Revista *Manáira*, 1952).

A preocupação com a saúde e beleza fez parte do cotidiano de mulheres desde as primeiras décadas do século XX, intensificadas com o desenvolvimento de revistas femininas que, segundo Antoine Prost (1999), foram invadidas por propagandas de produtos de beleza e moda, que defendiam, além de seus produtos, novas formas de consumo, valores e normas. Para tanto, “desenvolveu-se o culto ao corpo, acompanhadas dos anúncios de lingerie e produtos de beleza” (PROST, 1999, p. 147-148)¹³¹.

Contudo, a centrista Terezinha Brasileiro Souza¹³² teceu algumas críticas com relação ao “ideal” de beleza feminina:

Pena é que a nossa juventude timbre em estragar esta graça, tentando melhora-la, conseguindo apenas artificializar e muitas vezes quebrar a harmonia. Não é raro, embora o lamentem as pessoas de bom senso, ver-se uma adolescente de 15 anos, um broto – para empregar a expressão coqueluche, de faces pintadas, lábios pintados – as vezes até freneticamente pintados, ostentando poses verdadeiramente ridículas e sobre extemporâneas (...) Conservar, enquanto a vida permitisse, aquela maturidade que é todo o seu encanto. Que não repudiasse, julgando-a imprópria para a sua idade, aquela graça espontânea, aquêlo viço exuberante, que os 18 anos lhes deram, um dia chegará a idade em que se faz mister ajudar a natureza. Um dia chegara, também para vocês, o tempo de empregar artisticamente a ajuda do batom e do rouge, das pinças e do Rimel, para atenuar os estragos dos anos, os estrados da natureza (O MOMENTO¹³³, 17.09.1950, Num 1, Ano I, p. 06).

¹³¹ Sobre os discursos e imagens produzidos sobre o feminino, com publicações de moda, conselhos sobre saúde e beleza em jornais e revistas de Campina Grande, ver: SANTANA, Ajanayr Michelly Sobral. **“Belas, Elegantes e maternais”**: imagens do feminino e jogos discursivos na imprensa campinense (1945-1959). Monografia de Especialização em História Cultural. Guarabira: UEPB, 2012.

¹³² Terezinha Brasileiro Souza foi estudante, centrista, escritora e poetiza. Nasceu na cidade de Piancó, sertão da Paraíba, no ano de 1929. Em 1945, se mudou para Campina Grande/PB para concluir os estudos secundários como interna no Colégio Imaculada Conceição – Damas. Escreveu para os jornais *Formação* e o *Momento*, entre os anos de 1948 a 1951. Sua história como escritora ilustra as várias experiências da vida de mulheres e a diversidade e contradições dos limites e acessos e exercício da escrita feminina no jornalismo, tradicionalmente masculino. Ver: SANTANA, Ajanayr Michelly Sobral. **Tecendo caminhos escriturísticos nas páginas da História**: cartografia da escrita feminina na imprensa campinense (1950). Monografia de Graduação em História. Campina Grande: UEPB, 2010.

¹³³ *O Momento* (Campina Grande/PB, 1950-1951), teve como Diretor Celso Rodrigues e redator Celso Menezes. Seu primeiro número foi editado no dia 17 de setembro de 1950. Possuía, dentre as colunas principais, a Coluna Feminina, escrita pela estudante e centrista Terezinha Brasileiro Souza. Na pesquisa encontramos exemplares dos anos de 1950-52; desconhecemos a existência de mais exemplares deste jornal.

Para Terezinha Brasileiro a beleza feminina estaria na bondade, na lealdade, sem fugir aos aspectos da natureza, pois, para ela, toda jovem seria dotada de encantos, não necessitando de métodos de embelezamento. Enquanto algumas moças exibiam seus rostos nos jornais e revistas da cidade, esta estudante criticou essa preocupação com a beleza, mas defendeu atributos femininos como compostura, recato e docilidade, não fugindo de todo aos padrões que a imprensa buscava nutrir, considerados também pela escritora como próprias ao feminino.

As imagens femininas estampadas nos jornais campinenses foram contemporâneas dos espaços de sociabilidades frequentados pelos/as jovens, destinados ao lazer e diversão, como: os clubes sociais, como o *Campinense Clube*, o *Clube 31*¹³⁴, que proporcionavam, nas suas dependências, comemorações sociais e políticas, concursos de Misses e o baile de carnaval, que se configurou como a mais importante das festas. Os cinemas, que marcaram a vida cotidiana da cidade nas décadas de 1940-50, com os filmes Hollywoodianos. E o auditório da Rádio Borborema, onde as pessoas poderiam ouvir as músicas cantadas pelos cantores e cantoras mais conhecidos e conhecidas da região e do país¹³⁵.

Mas, e sair sozinha nas ruas? Ainda na década de 1950 era uma prática pouco usual entre as estudantes. Sobre andar em “bandos” de moças nas ruas, Borba (dep. [maio 2014]), nos relata que:

A gente ia sempre agrupada, a gente saía, eu e as meninas, todas de braços dados, quatro ou cinco, hoje se fossemos andar na rua assim, iam dizer que éramos lésbicas. Mas, as moças saíam assim, aquele passeio noturno também, nas calçadas da Rua Maciel Pinheiro. Os rapazes ficavam no lado externo das casas, na pontinha da calçada, e a gente passava entre a casa e os rapazes, todas de braços dados, aí era assegurado no braço uma da outra, não era nas mãos não, era segurado no braço mesmo, era muito interessante! (risos) Se protegendo, era uma proteção.

Esses “perigos”, descritos por Borba, pode estar se referindo ao que os jornais consideraram como sendo o local, também, das “mariposas” que “manchavam” a paisagem e os passeios de convívio da juventude campinense, se referindo aos “meretrícios aviltantes”, existentes no centro desta cidade (GAZETA CAMPINENSE,

¹³⁴ Informações sobre esses clubes na página 43.

¹³⁵ Sobre os espaços de sociabilidades em Campina Grande nas décadas de 1940-1950, ver: Antônio Clarindo Souza (2002).

1960, p. 03), o que levou “as moças andarem em grupo, se contrapuzendo em nome dos perigos que representava as ruas, sendo elas/eles de boa família” (O MOMENTO, 1950, p. 3).

Com relação à presença feminina em lugares públicos, Maluf e Mott (1998, p. 368), afirmam que:

Era muito recente a presença das moças das camadas médias e altas, as chamadas de “boa família”, que se aventuravam sozinhas pelas ruas da cidade para abastecer a casa ou para tudo o que se fizesse necessárias (...).

Para tanto, apareceram questionamentos e desconfianças com essas rotinas no cotidiano das mulheres, e nas modificações nas relações entre homens e mulheres. Ainda de acordo com Maluf e Mott (1998), era na cidade que se desenrolava as mudanças mais visíveis com relação aos comportamentos femininos. Foi nas primeiras décadas do século XX que esses comportamentos foram sentidos de forma mais intensa nas cidades brasileiras.

Assim, as jovens estudantes e centristas se apropriaram de diversos espaços, como no Centro Estudantil Campinense, nos jornais, nas ruas da cidade e nos encontros estudantis. Diante disso, analisaremos quais foram os discursos dos depoentes, os homens, sobre a apropriação e participação feminina no CEC.

3.2 “NÓS ÉRAMOS O QUADRO, ELAS ERAM A MOLDURA”: OS DISCURSOS MASCULINOS SOBRE A PARTICIPAÇÃO FEMININA

Em vários momentos das falas dos/as entrevistados/as percebemos as relações de poder sendo exercidas por aqueles que detiveram as lideranças do CEC, os homens. As posições e os cargos de maior importância deveriam ser ocupados por estes, que afirmaram possuir a força e a masculinidade necessária à liderança estudantil:

O Centro Estudantil Campinense era uma escola de liderança, né? Nós (os homens), que nos destacávamos, pois fazíamos os manifestos. Nós éramos os oradores. Eram muitos oradores, que saíram de lá, por conta do Centro, em debates que existia para cada um se preparar, né? Então éramos nós, que liderava o Centro (SYLVESTRE, dep. [nov. 2013]).

Para tanto, ao serem perguntados sobre a participação feminina no Centro Estudantal Campinense, nos relataram que as estudantes foram destinadas a organizarem festas, eventos sociais, políticos e comícios como atividades relacionadas à administração interna do CEC, expressando as seguintes opiniões:

“Na parte social, na parte e fim de ano, a gente fazia aquelas festas de colégio, com dramatizações, pastoris, tá entendendo? E elas organizavam tudo. Toda essa coisa de festas era com as meninas. Elas tinham um capricho melhor. Nós éramos o quadro e elas eram a moldura [...] Elas militavam junto conosco, saíam em greve e tudo. Mulher há, toda vida, naquela época não existia um percentual, como existe hoje, para ser candidata, na chapa tal tem tanto para mulher, o mínimo, o máximo. Eu diria que a mulher podia, mas sempre elas tinham de ir até uma determinada velocidade, porque temia-se, por exemplo, os pais. Mas, nós tivemos líderes estudantis de Campina Grande feminino [...] Do Centro Estudantal Campinense a gente pode citar, se for para citar, Vanda, Adalgisa Asfora, Valda Freire, Olga, etc”. (LUCAS FILHO, depoimento [março 2014]).

“Os lugares eram onde elas quisessem. Elas se destacaram. Valda chegou a ser vice. Passaram várias outras estudantes [...] elas eram bem aceitas e vistas pelas estudantes. Existia uma unidade, né? Não participaram mais porque não quiseram” (LUCAS, depoimento [maio 2014]).

“As mulheres tinham uma atuação mais de retaguarda. Porque quando eu fui eleito presidente, no conselho não tinha nenhuma mulher, mas atuação nos bastidores, Luíza Herondina, Valda Freire, tinha Lígia, do Colégio das Damas. Elas tinham participação mais na ala feminina. Organizavam as festas, as solenidades, elas tinham uma vida entrosada com o Centro. Mas, como de vez em quando havia uma briga lá (CEC), de revolver e tudo, era meio quente lá. No meio das brigas, as mulheres não se metiam [...] Eram as candidatas do Centro que faziam campanhas nos colégios na época de eleições. Aí, elas participaram fazendo campanhas, com a gente, ficavam no comitê como representantes, comitê de greve, quando os colégios participavam” (AGNELO AMORIM, depoimento [dez. 2013]).

“Elas não foram muitas. Eu tenho impressão que nunca houve três, ao mesmo tempo no conselho. Geralmente era uma e algumas vezes duas. Eram representantes de seus colégios e suas classes, né? E tinha participação igual aos homens no debate, dos assuntos, algumas secretárias. Falei de Adalgisa de Melo Pessoa, foi candidata à vice porque era do CIC, Colégio das Damas, então o pessoal do lado de lá falou o seguinte: ‘vamos colocar Adalgisa de Melo Pessoa, porque ela vem com 100% no CIC’. Então ela foi candidata à vice. Essa chapa perdeu, de Noaldo Dantas. Mas de alguma forma, a candidatura de Adalgisa não resolveu o problema da eleição [...] Tinha um papel atuante, mas não preponderante. Nunca nenhuma chegou a presidente e nem a vice. O papel delas era importante, elas desempenhavam igual a qualquer colega do sexo masculino, na área do conselho, que eram como se fosse, como se fosse não, eram, um legislativo, era uma

câmara dos vereadores” (SYLVESTRE, depoimento, [novembro 2013]).

Analisando tais falas, temos a ideia de se construir discursos contraditórios para a participação feminina no Centro Estudantil Campinense, que se traduz em linguagens apoiadas sobre os códigos de masculinidade, de que foram eles, os homens, a ocuparem os espaços de poder e mando no CEC.

Para o senhor José Lucas Filho, as funções que as meninas desempenharam dentro do espaço do CEC, foram àquelas destinadas a organizar festas e eventos sociais, relacionadas à administração interna. Apesar de falar que houve líderes mulheres dentro do CEC, a partir de sua fala, foram construídos os lugares para o masculino e o feminino, quando desempenha as funções para as mulheres, de secretárias, vice tesoureira e diretoras de eventos, enquanto que os homens ficavam com os cargos de orador, presidente, tesoureiro, legitimando os lugares deles, como o do mando.

Para Albuquerque Júnior (2013), os discursos masculinos, ainda, se utilizam da dicotomia entre espaço público e privado, para falar das experiências masculinas e femininas. O organizar, o arrumar, o decorar e o ornamentar como espaços ligados ao privado era o lugar das mulheres. E o dos homens estaria àqueles ligados ao público, como o fazer e o realizar. Portanto, o entrevistado narrou um cotidiano diferenciado para as estudantes, como aquele que não se cruza com os dos homens, pois a eles foram reservados os espaços onde se desenrolou as “histórias” do CEC, por serem eles os “dominadores, implacáveis e excludentes” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, p. 21-22).

No depoimento do senhor José Morais Lucas, este falou da atuação feminina como sendo “harmoniosa”, e que a participação das meninas foi uma “escolha” delas, parecendo não haver conflitos internos e nem por parte das famílias. Contudo, dentre os entrevistados, o depoente foi o que menos se dispôs a falar sobre as mulheres, mostrando mesmo um desinteresse quando questionando, por nós, se teria mais alguma coisa a acrescentar sobre as relações entre os homens e as mulheres dentro do espaço do CEC.

Na entrevista com o senhor Agnelo Amorim as relações de poder são manifestadas ao narrar à participação feminina como de “retaguarda”, em que as meninas não atuarão nos mesmo espaços que eles, os centristas, atuaram no CEC.

Também, quando dos acontecimentos desenrolados dentro do espaço do CEC, no caso das “brigas”, onde são posicionadas as diferenças entre os homens e as mulheres, quando é colocado o objeto, o revolver, como objeto fálico, foi associado à força, ao poder masculino e a agressividade, caracterizado pela educação recebida, que os relaciona a violência e ao domínio. E as mulheres foram relacionadas à fragilidade e delicadeza, não poderiam “se meter” no meio das brigas que envolvia a virilidade, a força física e a competitividade¹³⁶ que possuíam os homens (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2010, p.21-23).

Desta forma, os códigos de masculinidade se referem não apenas aquelas práticas interditas a presença feminina, no caso das brigas, mas também aquelas em que costumeiramente, incluindo os outros depoimentos, as mulheres foram inscritas como aquelas que atuaram na “retaguarda”, onde Agnelo Amorim se apropriou de acontecimentos dentro do espaço do CEC, como a briga com o revolver, para estabelecer os espaços de gênero.

Na fala de Josué Sylvestre a participação feminina partiu do incentivo de centristas, homens, de transformar as estudantes em instrumentos de propagandas nas campanhas eleitorais realizadas nas escolas, para a escolha dos 21 representantes. Como duas escolas particulares da cidade, o Pio XI e o CAD, eram divididas por gênero, cabia às mulheres fazerem às campanhas nos turnos destinados às meninas e no Colégio das Damas (exclusivo para as meninas). No intuito de angariar votos, estas foram aceitas nas campanhas eleitorais e conseqüentemente como representantes e centristas do CEC pelas posições que ocuparam nas escolas destinadas as mulheres, como influência e popularidade junto às eleitoras, necessárias para ganhar as eleições e atuar junto com outros estudantes.

O entrevistado não negou o exercício das atividades femininas, mas as coloca como tuteladas do masculino, pois foram os homens que possibilitaram as participações das estudantes, as deixando sempre na “retaguarda”, para que fosse possível e viável utiliza-las quando necessárias nas eleições estudantis.

Para tanto, Josué Sylvestre incluiu na sua fala as mulheres como atuantes nas eleições, de desempenhar “igual” função junto com os homens e de debater no “conselho legislativo”, mas ainda afirmou seu espaço como não “preponderante”.

¹³⁶ De acordo com Durval Albuquerque Júnior (2010, p. 27), a “competição entre os homens faz da masculinidade uma espécie de atributo que para se ter deve-se retirar do outro. Para afirmar-se homem deve-se sempre desqualificar, rebaixar, vencer, derrotar, feminilizar outro homem”.

Apesar de reconhecer a atuação feminina no CEC, embora que “nunca” tenha passado de três, o número de meninas centristas, sua fala também legitima os espaços das lideranças masculinas, quando (de) marca os lugares para elas, inscrevendo-as em outros territórios, aqueles em que não era necessário o uso da força e do poder, como o da “retaguarda” e o da “moldura”.

Deste modo, os entrevistados falam das mulheres e das suas participações e contribuições, mas sem deixar seus lugares de poder, numa batalha simbólica, em que as conquistas e as mudanças sociais e culturais promovidas pelas mulheres, na atuação no Centro Estudantal Campinense, se tornam irrelevantes nas suas falas.

Os discursos de masculinidade estiveram mais uma vez presente nas narrativas dos entrevistados, negando as mulheres não somente as suas atuações, mas, também, as suas identidades como igualmente centristas, em que, deixando de expressar como importantes e relevantes às escolhas femininas e as suas participações no espaço do CEC, tentaram marcar para eles a construção de suas imagens de “líderes”.

A representação da mulher, enquanto narrativa masculina, abriu significações no desejo de imagens bem definidas pelos entrevistados, que foi o de fazer marcar as suas lideranças estudantis. Os “líderes” José Lucas Filho, José Morais Lucas, Agnelo Amorim e Josué Sylvestre, definiram seus lugares, a partir das suas falas, e suas identidades masculinas, através de um poder e saber¹³⁷ que eles lhes atribuíram. De acordo com Foucault (2008), o poder funciona como um sistema de exclusão, neste caso, proposto pelos entrevistados como *sendo* aqueles que lideraram o movimento político do Centro Estudantal Campinense.

Nesse sentido, a presença feminina é proferida de uma identidade masculina e se constrói de forma a significar a participação feminina como frágil, banal, superficial, contrapondo a deles, os entrevistados, como forte e conquistadora. Estes discursos, que falam das estudantes, (ins) escreveu-se em discursos apoiados em uma identidade masculina, que colocou a participação feminina como um lugar não privilegiado.

Para tanto, se para os homens a participação feminina significou suas presenças em campanhas eleitorais, para elas significou apropriações, rupturas, continuidades, conflitos e conquistas.

¹³⁷ De acordo com Foucault (2008, p. 17), o saber é um poder, pelo modo como é “aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído”.

3.3. “PORQUE EU ACHEI QUE ERA UMA AFIRMAÇÃO PESSOAL”: A MILITÂNCIA FEMININA NO CENTRO ESTUDANTAL CAMPINENSE

As mulheres construíram um significado sobre as suas experiências dentro do espaço do CEC, ligados a outros estudantes secundaristas, se expressando junto a um movimento político. Com esse tipo de escolha, as estudantes entraram em uma esfera pública, através de comícios, campanhas eleitorais estudantis, atuando com os outros centristas, discutindo sobre o feminino nos jornais estudantis.

Para tanto, questionada como foi seu ingresso no CEC, Valda Freire (dep. [maio 2014]) nos narrou que:

A gente (mulheres) podia se candidatar. Era livre. Então eu fazia as campanhas na minha escola. As campanhas eram assim: a gente falava diretamente com as estudantes e debatia. Eu gostava de falar, por isso eu me candidatava, fazia as campanhas, ganhava e tinha que assumir. Mas, a maior parte era de homens, só havia duas representantes, ou três, dos 21, no máximo três, era a minoria, né? [...] Mas, eu gostava do movimento estudantil. Havia as greves, quando aumentava as passagens de ônibus, então havia aquelas passeatas eu gostava de ir (risos).

Esta escolha de ingressar no Centro Estudantal esteve ligada pela vontade de se candidatar ao CEC, mas também pelo próprio incentivo da depoente em ir fazer suas próprias campanhas entre as estudantes, que a possibilitou ganhar as eleições estudantis para participar do CEC e discursar, juntos com os outros estudantes, nos comícios e greves nas ruas, em cima de caminhonetes. Portanto, Valda Freire negou o lugar atribuído as estudantes no Estatuto Feminino e se identificou com as práticas políticas estudantis, através do qual ela chamou de “vontade”.

A partir da fala por Valda Freire, percebemos a função que a palavra ocupou no movimento estudantil do Centro Estudantal Campinense. A partir do ato de falar, acompanhamos a apropriação e a influência que esta obteve através da prática enunciativa, que a permitiu discursar em comícios, em campanhas e eleições, tornando-a, assim, visível no espaço do CEC e em suas atividades. Na *imagem 17*, temos o panfleto da campanha eleitoral da estudante Valda Freire para as eleições do ano de 1955:

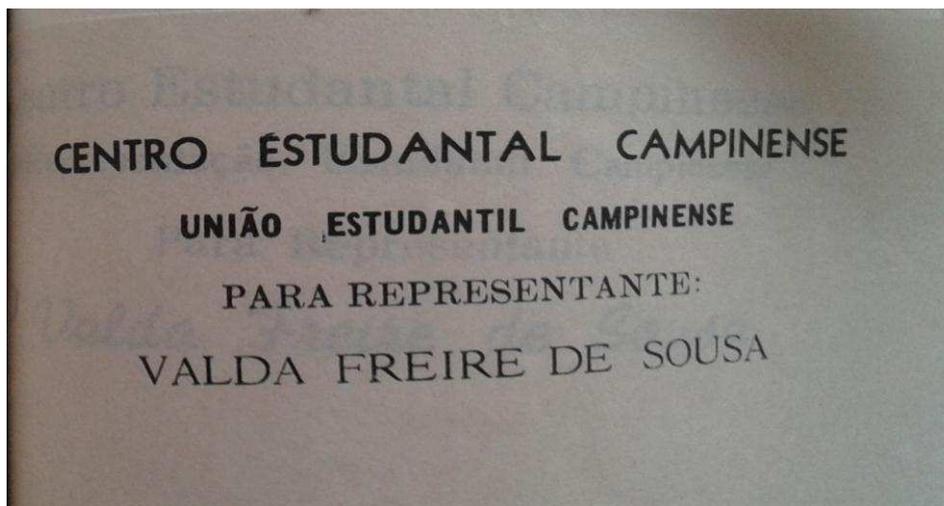


IMAGEM 17

Fonte: Arquivo pessoal Valda Freire.

Para tanto, não era apenas através dos chamados “santinhos” que as/os candidatas/os estudantis faziam as campanhas. Elas/eles teriam que ir às salas de aula para discutir sobre suas propostas e “convencer” as/os estudantes/eleitores/as que elas/eles seriam a melhor escolha para representante do CEC. Nisto, Valda Freire ao “gosta de falar“, conquistou sua participação nas eleições e nas atividades externas promovidas por esta entidade estudantil.

De acordo com Valda Freire, essas práticas discursivas em eleições, a permitiu engajamentos mais atuantes, em um espaço onde a fala juntamente com a escrita em jornais – o jornal *Formação* foi um meio noticioso sobre as ações políticas e sociais dos centristas – foi praticada com finalidade que envolve as ações no movimento estudantil liderado pelos/as centristas.

Para tanto, a participação de Valda Freire e Auxiliadora Borba nas eleições para representantes dessa entidade, foi conduzida, primeiramente, com questionamentos sobre a presença feminina no CEC:

“Eu gostava de participar do movimento estudantil, e procurei conscientizar as mulheres para tomar o lugar, que não só era homem que tinha direito de fazer isso e aquilo. A gente também tinha, de igual para igual. Essas coisas eu sempre estava lá no pé (*sic*) da conversa. Não tinha ideias feministas. É porque eu achava que tinha direito igual. Eu tenho, você tem, qual o problema? Eu queria. Eu chamava as colegas e elas achavam graça, me chamavam de meio doida, não sei o que (risos)” (FREIRE, depoimento [maio 2014]).

“Eu participei primeiro no movimento estudantil. Eu sempre fui uma pessoa que gostei muito de engajar, participar, eu nunca quis ficar

muito apagada. Sempre gostei de ter entrosamento com outras pessoas, partindo do ponto de vista que a comunicação é à base de tudo. Aí, então, aos poucos eu tive uma certa liderança na minha turma, que foi a primeira turma do Colégio Pio XI e havia eleição no Centro Estudantil Campinense, que os meninos entravam e eu mesma fiz a pergunta: ‘por que as meninas não tem direito de entrar no Centro Estudantal?’. Aí todo mundo (as meninas) riram, acharam muito engraçado, elas participarem do CEC” (BORBA, depoimento [maio 2014]).

Já que eram eleições livres e diretas e podiam se candidatar e votar todos/as aqueles/as estudantes que possuísem a carteirinha de estudante, questionaram do porque as mulheres não se candidatavam junto aos 21 representantes escolhidos para atuar no CEC, onde reivindicaram suas participações nessa entidade, já que possuíam votos e apoio das estudantes, através de suas influências nas escolas que estudaram.

Para tanto, questionada sobre se possuía discussões feministas, Valda Freire (dep. [maio 2014]) nos relatou que: “Na época eu acho que não. Acho que não tinha não. Lutava por aquilo que era comum aos estudantes. Específico sobre o feminino não”.

O movimento feminista¹³⁸ no âmbito institucional surgirá a partir da década de 1970 no Brasil. Entretanto, já circulavam histórias de mulheres resistentes na Paraíba, desde a década de 1920. Em obras bibliográficas e cinematográficas, Anayde Beiriz¹³⁹ é projetada como um ícone precursor do movimento feminista no Brasil, pelas posturas engajadas, pelas suas condutas pessoais, suas escolhas e práticas profissionais e pelo território do amor e da sexualidade explorados por ela em cartas destinadas a seus amantes¹⁴⁰.

¹³⁸ Céli Regina Pinto afirma que o feminismo é um movimento de luta pela transformação da condição da mulher na sociedade e que suas primeiras manifestações no Brasil ocorreram ainda no século XIX, quando se começou a combater a exclusão da mulher no mundo público, desafiando a ordem conservadora. Ver: PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma História do feminismo no Brasil**. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

¹³⁹ Escritora e professora, Anayde Beiriz foi considerada uma mulher ousada para a época em que viveu (1920-1930). Ver: SILVA, Alômia Abrantes da. **Paraíba, mulher-macho: tessituras de gênero, (desa) fios da história**. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal de Pernambuco), Recife/PE, 2008.

¹⁴⁰ A autora Alômia Abrantes discutiu a personagem Anayde Beiriz, do filme *PARAHYBA, Mulher Macho*, representada como um corpo feminino indócil, marcado pela ousadia e destacado no terreno da sexualidade, que viveu intensamente sua época. Ver: ABRANTES, Alômia. *Anayde Beiriz e seu corpo insurgente: outras “revoluções”*. IN: MACHADO, Charlton J. dos Santos, NUNES, Maria Lúcia da Silva. **Gênero e sexualidade: perspectiva em debate**. João Pessoa: Editora Universitária, 2007.

Em 1919 foi criada a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher, por Bertha Lutz e Maria Lacerda de Moura¹⁴¹, em prol da luta pelo voto feminino e o direito a educação e em 1922 foi fundada a Fundação da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino – FBPF –. Disto, surgiram nas décadas de 1920-30 segmentos por todo o país, com várias associações de movimentos de mulheres, tendo como principal ênfase à profissionalização da mulher.

Na Paraíba, foi criada em 11 de março de 1933, a Associação Paraibana pelo Progresso Feminino – APPF¹⁴² – na sede da Escola Normal, em João Pessoa/PB, cujo diretório foi composto por mulheres de destaque da sociedade paraibana pela atuação no sistema educacional. Essas escreveram para a imprensa, principalmente para o jornal *A União*, em que procuraram, em seus textos, deixar claras a importância e a necessidade de educação para as mulheres, “a fim de transforma-las em elemento impulsionador do progresso” (MACHADO, NUNES, 2007, p. 202).

Desta forma, Machado e Nunes (2007, p.199,200), apontam para um significativo movimento feminista, nas décadas de 1920-30, como a FBPF e a APPF na Paraíba, que abordavam desde questões como a “maternidade, a infância, o lar, melhores salários, licença remunerada, acesso das mulheres aos cargos públicos até a proteção da flora e fauna”. Contudo, ainda segundo esses autores, muitas vezes essas mulheres da APPF revelaram “falta de conhecimento do que seja feminismo, movimento feminista” (MACHADO, NUNES, 2007, p. 205-206). Mas, foi significativo o papel desta organização para os questionamentos sobre a educação da mulher paraibana.

Embora, como demarcado por Valda Freire de não precisar conhecer as ideias feministas¹⁴³ para buscar seu espaço como estudante secundarista reivindicou sua

¹⁴¹ Sobre Bertha Lutz e o movimento sufragista ver: SOIHET, Rachel. *Movimento de Mulheres: a conquista do espaço público*. IN: PINSKY, Carla Bassanezi, PEDRO, Joana Maria. **Nova História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

¹⁴² A APPF trouxe as discussões de temáticas referentes à mulher, “colocando-as a par do que estava sendo discutido no resto do país, promovendo a reflexão sobre a divisão de espaços e papéis sociais a homem e mulher”. Desta forma, essas mulheres questionaram algumas posições em relação aos direitos da mulher, inclusive na imprensa. Ver: MACHADO Charliton J. dos Santos, NUNES, Maria Lúcia da Silva. O feminismo paraibano: Associação Paraibana pelo Progresso Feminino (APPF) – 1933. IN: MACHADO, Charliton J. dos Santos, NUNES, Maria Lúcia da Silva. **Gênero e sexualidade: perspectiva em debate**. João Pessoa: Editora Universitária 2007, p. 193-206.

¹⁴³ De fato, as discussões feministas ganhará força no Brasil mais precisamente a partir da década de 1970, depois da participação de mulheres em outros movimentos sociais que passaram a se questionar sobre os papéis dos homens de mando e poder dentro desses movimentos. Ver: SOIHET, Rachel. *Feminismo e cultura política: uma questão no Rio de Janeiro*. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (orgs.). **Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

participação nesta entidade, apesar de enfatizar que as suas discussões estiveram envolvidas nas manifestações imediatas dos centristas, tratando-se, sobretudo, de uma luta política específica dos estudantes e de construir um discurso coletivo a partir das reivindicações do grupo. Contudo, ao mesmo tempo em que coloca esse posicionamento, buscou formas de participar desta entidade estudantil, representando, desta forma, a defesa dos direitos femininos através da atuação no espaço do CEC.

Sobre o “achar engraçado” das amigas, ao serem chamadas para participar, também, do movimento estudantil liderado pelo Centro Estudantil Campinense, o riso das meninas foi um riso da incredulidade, do não apoio, de “desforro”, diante da possibilidade das colegas Valda Freire e Auxiliadora Borba, participarem do CEC. Para tanto, a loucura foi considerada pela contestação aos papéis associados ao masculino e ao feminino, onde o espaço do privado foi considerado como o lugar do feminino, reproduzido, também, pelas suas colegas.

Para o George Minois (2003, p. 569), o riso é uma fonte de consolo e uma defesa contra o desconhecido e o inexplicável. Assim, o riso serviu como uma maneira que as amigas das depoentes encontraram de não apenas se interessarem, como estavam do lado do comum, do que não foge a regra, do normal: “o riso estava apenas do lado da oposição, era uma zombaria, mais ou menos subversiva, e como tal, estritamente vigiada pelo poder” (MINOIS, 2003, p. 594). Esse poder e vigilância estiveram relacionados à família, que não “queriam” e/ou não permitiam que suas filhas participassem de um movimento político de estudantes nas ruas da cidade.

Ainda sobre as suas participações em eleições estudantis, Valda Freire (dep. [maio 2014]) e Auxiliadora Borba (dep. [maio 2014]) acrescentam, respectivamente, que:

“Os homens diziam que não era coisa para mulheres, mas a gente se candidatava e sempre era eleita, eu e Dora, Auxiliadora Bezerra Borba. E depois abriu caminho para entrar mulheres. Minha irmã foi eleita por minha causa, essa moça da foto, que não me lembro quem é, também. Assim abriu espaço para as mulheres. Mas, quem abriu mesmo foi eu e Auxiliadora”.

“Genival Lucena disse para mim: “você ganhou as eleições”, porque duas irmãs dele se candidataram, mas nem saíram eleitas. Maria do Carmo, irmã de Genival Lucena, que foi muito bem votado como presidente, mas as irmãs dele não saíram eleitas. Maria do Carmo foi bem votada, mas não conseguiu o número de votação da gente. Aí, eu dizia assim: ‘mas nós ficamos atuando, participando das reuniões’ e isso aumentou o número de mulheres a frequentar”.

Neste depoimento Valda Freire narra que se candidatou, e não apenas ganhou como foi uma dos 21 representantes com mais votos para as eleições do ano de 1955, dando o “pontapé” inicial na participação feminina no CEC. Considerou também que rompeu fronteiras, ao ingressar como estudante no espaço político considerado masculino. Também, como os homens reelegiam os irmãos, para não perder as influências no espaço do CEC, foi uma prática das mulheres colocarem suas irmãs, e exemplo de Valda Freire e a irmã Valdizia Freire, para seguirem “seus passos” como representantes estudantis.

Tanto Auxiliadora Borba quanto Valda Freire narram que foram pioneiras na atuação feminina no CEC, em 1955, mas encontramos registros de outras participações femininas anteriores há esse ano, no caso da estudante Terezinha Brasileiro Souza, representante do CEC (entre os anos de 1949-50) e Adalgisa de Melo Pessoa como vice-presidente (no ano de 1952), tendo como Presidente Fernando Cunha Lima, e outras, como já citadas anteriormente, que desempenharam funções de secretarias e diretoras de eventos, desde o ano da inauguração desta entidade (que foi no ano de 1935). Também, contradiz a citação feita por Josué Sylvestre, na página 161, quando diz que nenhuma moça chegou a Presidência ou Vice do CEC.

Ao se considerarem como pioneiras, tanto Valda Freire quanto Auxiliadora Borba, delimitaram um lugar de importância nas suas narrativas sobre suas participações no CEC, construindo uma imagem que querem representar, como aquelas que questionaram sobre a participação feminina, que se candidataram, que ganharam as eleições estudantis com uma margem alta de votos, que foram pioneiras para a presença feminina no CEC, mas também que venceram contra as irmãs do então presidente eleito, na época, Genival Lucena que, mesmo não tendo o apoio deste, conseguiram o apoio dos/as estudantes e venceram as eleições.

Então, elas tentaram marcar, nas narrativas, suas imagens como centristas que, assim com os seus colegas, tiveram uma atuação importante no CEC. Desta forma, as eleições foram (de) marcadas como espaço de conquista, pois elas disputaram com outras estudantes em um lugar onde as “vagas” eram limitadas para as meninas.

Também produziram narrativas de si, quando Auxiliadora Borba respondeu em carta ao amigo José Morais Lucas, sobre o artigo na Coluna do Paraíba Online que o ex-centrista escreveu em homenagem a Ronaldo Cunha Lima¹⁴⁴:

¹⁴⁴Sobre esta discussão ver as páginas 107 a 109.

O seu artigo, **Tributo ao Poeta Ronaldo**, datada de 13 de julho de 2012, me fez lembrar os tempos de nossa vida colegial em Campina Grande e, por dever de consciência, reforçando o seu falar, quero, também, prestar minha homenagem, de forma singular, ao homem plural que foi o grande líder, político-poeta ou poeta-político, Ronaldo José da Cunha Lima (...) Espelhados na prática centrista e gremista de estudantes como: Evaldo Gonçalves, Juarez Farias, Jason Guedes, Sebastião Ayres, Orlando Tejo, e tanto outros que no momento me fogem a memória para nominá-los, estávamos nós, os jovens iniciantes: José Morais Lucas, José Maria Ribeiro, Ronaldo José da Cunha Lima, Valda Freire, Maria Auxiliadora Bezerra e Silva, Francisco Dunda, Aldecir Carvalho, Agnelo Amorim, Josué Sylvestre e tanto outros que nas manhãs de domingo se encontravam para ouvir e/ou participar das conferências e debates sobre diferentes autores das Escolas Literárias Quinhentistas e Seiscentistas, bem como dos literatos e poetas brasileiros (BORBA, carta [3 de agosto de 2012]).

Construindo para ela um lugar de memórias, através de sua carta, Borba parte de elementos como as práticas de leituras gremistas e centristas para relaciona-la a sua identidade centrista. Portanto, esta carta constituiu-se como um exercício de legitimação de centrista, mas, também, pela produção de uma memória de sua atuação, prática que encontrou para manter seu envolvimento, no sentido de chegar a publicá-la e torná-la legível e lida na nossa pesquisa. De acordo com Gomes (2004, p. 19):

Escrever cartas é assim ‘dar-se a ver’, é mostrar-se ao destinatário, que está ao mesmo tempo ‘sendo visto’ pelo remetente, o que permite um tête-a-tête, uma forma de presença (física, inclusive) muito especial.

Ângela de Castro Gomes, no prólogo da apresentação da coletânea, *Escrita de si, escrita da História* (2004), pontua este tipo de narrativas de si, que por sua vez engloba uma variedade de práticas, desde as mais diretamente ligadas à escrita de si, como as autobiográficas e os diários, até o reconhecimento de objetos materiais, como fotos, cartões e/ou objetos do cotidiano, que passam a constituir uma memória de si. Para tanto, tais práticas culturais ganharam sentido com a emergência do “individualismo moderno”, momento em que o indivíduo postura uma identidade singular para si no interior do todo social.

Desta forma, ao nos disponibilizar certos objetos materiais, como a carta, as fotografias, as cópias dos diplomas de representante centristas e os “santinhos” eleitorais, possibilitaram as entrevistas Auxiliadora Borba e Valda Freire a expressão de sentimentos como a afirmação de suas identidades centristas e, especificamente a

Borba, com a escrita de suas memórias na forma de expressar sua participação dirigida a um destinatário específico, um amigo, que militou ao seu lado e com quem estabeleceu relação outrora no Centro Estudantal Campinense e no Grêmio Literário Machado de Assis.

Nisto, a escrita de Borba são ricas nas imagens que (re) elaboram dos/as centristas, ao passo que produz a si mesma. Contudo, algumas passagens em particular fazem expressar os traços das representatividades de lideranças masculinas, ao colocar sua existência como centrista *sob* a tutela do masculino.

Entretanto, não deixou de legitimar sua participação seja na escrita da carta, seja nas narrativas de suas memórias. Ao se candidatar como representante do CEC, Borba descreveu sua trajetória como:

Porque eu achei que era uma afirmação pessoal. Como eu disse a você no início, eu insistia porque se os meninos podiam porque não as mulheres. Nós tínhamos o mesmo grau de cultura, na sala de aula às vezes a gente sabia mais do que eles, a gente, modesta a parte, a gente era mais estudiosa, bem mais caprichosa, tá entendendo? E depois eles fizeram essa avaliação. Aí eles diziam: ‘foi muito boa à participação das mulheres porque fizeram botar a gente nos eixos’ (*sic*). Não tinha desorganização, tudo era organizado, documentado por nós (mulheres). Foi muito importante também atuar ao lado de Genival Lucena, Figueiredo Agra, Agnelo Amorim, José Lucas Filho (BORBA, depoimento, [maio 2014]).

Para Auxiliadora Borba, a conquista esteve relacionada com uma “afirmação pessoal”, com a vitória nas eleições, mas, também, militar junto dos “líderes”, homens. Reiterou a preponderância dos lugares de poder e mando para os centristas, ao mesmo tempo em que ratificou que os espaços femininos eram aqueles destinados a organizar e documentar. No entanto, marcou os lugares das mulheres, no espaço escolar, como igual ou mais estudiosas que os meninos, apesar de estudarem em salas separadas por gênero.

Mas, a participação feminina no CEC não foi compartilhada por algumas jovens. No depoimento de Léa Amorim¹⁴⁵, esta nos narrou que, quando estudante, assim como as suas amigas de turma na escola, nunca participou do Centro Estudantal Campinense:

¹⁴⁵Natural de Campina Grande/PB, Leonília Amorim, Léa, conclui o curso clássico no Colégio Estadual da Prata, no início da década de 1960. Pouco tempo depois, ingressa no curso de Estudos Sociais da Universidade Regional do Nordeste e, simultaneamente, ao corpo docente do Colégio Estadual da Prata. Filha de Esmeraldina Agra, conhecida como Passinha Agra, que foi uma escritora que contribuiu para a memória histórica de Campina Grande, pertencente a uma das famílias que exerceu influência na cidade durante décadas, os Agra. Atualmente é professora aposentada da Universidade Federal de Campina Grande.

Tínhamos conhecimento do que ocorria na cidade, mas não participávamos, eu e minhas colegas de classe. Éramos alienadas (*sic*) como a maioria das moças, nós não nos interessávamos em participar desses movimentos políticos. Eu via a minha irmã, Salete Agra, participando, e era uma briga em casa com minha mãe (Dona Passinha Agra), e eu não queria fazer parte daquilo. Ouvia as músicas, ouvia sobre, sabia, mas não tinha esse envolvimento político. Não queria. Nunca quis [...]. Eu vivi a década de 1950, senti a década, vi todos os movimentos que se desenrolavam, mas na época não participei de nenhum (LÉA AMORIM, dep. [abril 2014]).

Como nos conta a professora Léa Amorim, não foi de interesse de muitas meninas participarem do movimento estudantil liderado pelo CEC, apesar de não ter ficado alheia aos acontecimentos promovidos pelos estudantes na cidade. Contudo, Léa Amorim, ao falar do seu lugar social, historiadora e professora, se utilizou de conceitos, como o de “alienadas”, para tentar descrever as moças de sua época, como aquelas passivas, sem emoção e sem consciência dos acontecimentos que foram desenrolados na sua cidade. Também, questionou o lugar do feminino, através das atitudes de sua irmã, Saleta Agra, ao ter entrado em conflito com a sua mãe para participar de movimentos políticos, indo contra os códigos femininos descritos por Léa Amorim, ao se envolver em movimentos reservados culturalmente para os homens.

Para tanto, considerou o movimento estudantil liderado pelo CEC como:

Eram muitas poucas (as mulheres) que participaram do movimento estudantil. Era um movimento de homens, machista mesmo. Faziam reuniões a noite. Era local de brigas e as mulheres não participavam. E não podiam também. Como Campina Grande era uma cidade pequena, então se elas participassem eram mal faladas. Ainda não se tinha quebrado certos tabus. Nas Damas principalmente. Vai ter uma maior abertura com o Colégio da Prata, todo mundo passou a estudar lá. Principalmente uma elite campinense, que saiu dos colégios particulares e foram estudar lá. Porque tinha os melhores professores da cidade. Então as meninas começaram a participar mais do movimento estudantil, quando foram estudar lá (LÉA AMORIM, dep. [abril 2014]).

Léa Amorim descreveu o ambiente do movimento estudantil liderado pelo CEC, diferente do que Valda Freire e Auxiliadora Borba defenderam. Enquanto estas tentaram marcar suas participações nesta entidade estudantil, como uma conquista pessoal, como uma vitória nas eleições, aquela defendeu os papéis tradicionais entre os gêneros, afirmando que, sendo o espaço do CEC lugar de brigas e de reuniões noturnas, não era lugar para as mulheres. E mais, acrescentou que, para aquelas que chegassem a

participar estariam “fugindo” as condutas e aos comportamentos que se esperavam de moças de “boa família”. Nisto, Léa Amorim reproduziu o mesmo discurso sobre a educação diferenciada para as meninas, voltada para o espaço do doméstico, sendo, portanto, privadas de outras atividades, como o movimento político do Centro Estudantal Campinense, considerado por ela como masculino. O lugar social do qual participa Léa Amorim não a possibilita fazer afirmações outras, tendo em vista que a mesma não participou do CEC.

Desta forma, para Léa Amorim, as meninas das escolas particulares tiveram uma maior restrição em participar do movimento estudantil e as da escola pública, Colégio da Prata, tiveram uma maior “abertura”. Isso se deveu, principalmente, as diferenças presentes entre essas duas instituições, pois as Damas é um colégio confessional, católico, que já exigia certas posturas contidas das moças, como foi discutido anteriormente, e o Colégio da Prata, por ser uma instituição pública, possibilitou algumas mudanças, inclusive na educação, quando as salas não foram mais separadas por gênero.

Durante as primeiras décadas do século XX, a obrigatoriedade e gratuidade do ensino estavam restritas ao nível primário. Na década de 1960, houve um aumento significativo de alunos/as matriculados/as no ensino secundário, caracterizando o início do processo de democratização da escola secundária no país. Contudo, isso não significou a extensão desse nível de ensino a todos/as ou a grande maioria da população, pois em 1958 apenas 10% desta frequentavam o ensino secundário e, como afirma Souza (2008, p. 145-146):

No início da década de 1960, cerca da metade dos estabelecimentos de ensino secundário existentes no país pertenciam à iniciativa privada e tanto as escolas públicas como as particulares encontravam-se localizadas, em sua maioria, nas capitais dos estados e nos grandes centros urbanos.

Sobre o que foi discutido por Léa Amorim, Valda Freire (dep.[maio 2014]) nos narrou, também, que:

A maioria das meninas não participou porque não queriam. Não queriam porque eram muito acomodadas. O pensamento naquela época era outro. Não queriam e não iam se meter em política.

Apesar de Valda Freire defender sua participação no CEC, narrou também o lugar de mulheres como sendo aquele que não envolvia em política. Desta forma, as atitudes, comportamentos e vivências de meninas eram diversificados, embora que frequentassem a mesma escola e interagissem em práticas escolares semelhantes, as escolhas e ações de amigas seguiram rumos diferentes.

Sobre as leituras, os/as estudantes também se distinguiram, pois certas obras não eram permitidas para as meninas e nem discutidos certos assuntos. De acordo com Perrot (2011), as leituras femininas, aquelas que fugiram aos assuntos do coração, eram consideradas preocupantes, pois mulheres que liam eram “perigosas”: “preocupam poderes e moralistas, que temem a influência de romances em seu emprego do tempo” (PERROT, 2011, p.88).

Ao fazer alusão a alguns fatos cotidianos de sua vida privada, Borba (dep. [maio 2014]) nos esclarece algumas práticas do feminino, relacionadas à leitura:

As obras regionalistas eram vistas com censura, principalmente nas mulheres. Falar de José Lins do Rêgo era absurdo. A gente não falava nem em menstruação, muito menos na presença de homens. Era uma realidade muito diferente da atual (BORBA, depoimento [maio 2014]).

Sobre as leituras regionalistas, Borba narra que eram proibidas a participação de mulheres dentro do espaço do CEC, quando os meninos estivessem discutindo sobre literatura regionalista¹⁴⁶, devido a linguagens consideradas depreciativas (palavras e sexualidade) aos ouvidos/olhos femininos. Para tanto, ficando as meninas de “fora”, Borba conta que essas leituras foram consideradas “perniciosas à moral feminina” e, portanto impróprias para as meninas. Com exceção desses romances, as meninas podiam participar das discussões de outras leituras.

Ao questionarmos Valda Freire (dep. [maio 2014]) sobre quais leituras eram mais comuns às meninas, ela nos narrou que: “Geralmente eram aquelas historinhas de contos, aqueles livrinhos de romance, de amor, aquelas histórias de fadas, num sei o que (*sic*)”. De acordo com Machado (2005, p. 20), sobre as leituras que eram destinadas as mulheres nas primeiras décadas do século XX no Brasil:

¹⁴⁶ A literatura regionalista esta caracterizada quando a linguagem ou quando o arranjo narrativo, como a representação do sertanejo, da seca, da migração, dos problemas do trabalhador rural, da miséria, da ignorância e também da sexualidade. Os principais autores são: José Lins do Rego, José Américo de Almeida, Graciliano Ramos, Rachel de Queiroz, dentre outros.

As mulheres que tinham acesso ao mundo letrado eram orientadas a ler e escrever dentro dos limites recomendados à sua formação moral e religiosa, recusando-lhes os acessos aos conteúdos considerados obscenos ou de cunho político por representarem ameaça a ordem hierárquica religiosa mais ligada à vida doméstica e familiar.

A participação feminina no espaço do CEC possibilitou um acesso muito limitado no cotidiano das atividades extraescolares, ficando restrita a algumas discussões que não foram permitidas a presença de mulheres em leituras, em que as leituras de escritores regionalistas foram consideradas como inadequadas as jovens de “boa família”.

Contudo, podendo participar de outras discussões literárias, muitas mulheres chegaram a produzir textos e poemas de sua autoria. Escrever foi visto de bom grado entre os centristas, os homens. No entanto, nem todos, inclusive as mulheres, tinham liberdade para tal atividade, e para os que chegassem a escrever, seria como afirmar-se como participante ativo de tudo que o CEC proporcionava. Mas, primeiro, era preciso passar pela aprovação do Presidente do CEC e do diretor do jornal *Formação*¹⁴⁷.

Para algumas, o que restava era ler e escrever no silêncio do quarto. Sobre a relação da escrita feminina e o quarto, Michelle Perrot (2011, p 131), traz que: “mas elas viveram nesses quartos, trabalharam, leram suas cartas de amor, devoraram livros, sonhara. Fechar sua porta foi à marca de sua liberdade”.

Íntimas da noite, necessidade de isolamento que a estudante Socorro Brasileiro (dep. [out. 2010]) viu a prima centrista Terezinha Brasileiro Souza escrever, e esperava para o dia seguinte poder lê e copiar o que a prima tivera escrito. Terezinha Brasileiro fez do silêncio o lugar da escrita, e Socorro Brasileiro fez do caderninho o lugar comum da memória: “nunca estamos sozinhas ao escrever” (PERROT, 2011, p. 91). Para tanto, de acordo com Cardoso (2009, p. 293):

A escrita diária era prática comum das moças desde o século XIX, mas não se destinava à publicação. As anotações femininas, em forma de diário ou não, permaneciam esquecidas por muito tempo em baús e gavetas familiares, até que, por um motivo ou outro, tornavam-se públicas e eram dadas a ler; contudo nem sempre a escrita feminina era conservadora. É válido lembrar que os cadernos das moças registravam amores, segredos, desejos e sentimentos contrários à moral vigente e, nesse caso, destinavam-se à fogueira, ao esquecimento.

¹⁴⁷ Sobre essa discussão ver as páginas 82-83.

Apesar de toda limitação, mulheres burlaram e escreveram para a imprensa campinense¹⁴⁸. Na década de 1940-50 em Campina Grande, várias foram às mulheres que escreveram em jornais da cidade. Dentre essas mulheres, são as estudantes, centristas, que irão nos interessar, pois sendo a escrita, além da oratória, práticas estimuladas entre os centristas (embora nem todos/as pudessem escrever) também foram praticadas pelas mulheres, que publicaram suas escritas – artigos, crônicas e poemas – em jornais dos estudantes e em outros que circularam na cidade.

Terezinha Brasileiro Souza escreveu para a “Coluna Feminina”, nos jornais *Formação* (1950) e *O Momento* (1950-51). Estas colunas ocuparam um lugar nas últimas páginas, pois, ainda em assuntos ligados a esporte, política e economia, eram de domínio dos homens e ocupavam as principais páginas e manchetes. As suas escritas estiveram ligadas as questões referentes às estudantes, envolveram assuntos não somente em questões do cotidiano escolar, mas também, em assuntos referentes ao feminino. Como jovem estudante discutiu sobre casamento e liberdade feminina:

A mulher de hoje, entretanto, fez do lar um acidente em seu caminho, deu-lhe um lugar secundário e ínfimo no cardápio de suas obrigações. Êste fato lamentável é, em parte, uma reação contra a falada dependência e a discutida inferioridade feminina. É uma reação, mas é reação negativa. O lar não nos torna escravas nem inferiores. Êle é apenas um campo de luta diferente daquele onde militam os homens, mas nunca uma cadeia...Se tolhe um tanto os nossos movimentos não nos torna escravas. A verdadeira escravidão é a das ideias e ele não as pode prender...Imitemos o homem, não na sua maneira de combater, porém na sua maneira de encarar o combate (O MOMENTO, 24.09.1950, Num 6, Ano I, p.5).

Neste artigo, Terezinha Brasileiro enfatizou o lugar da mulher no casamento, refletindo sobre os deveres da mulher enquanto esposa, mãe e dona de casa, ao passo que defende a educação como sendo indispensável para a “liberdade” feminina, pois crer que a verdadeira “escrava é a das ideias” e não a do lar. Desta forma, quebrou com a ideia de que o lar seria o lugar de paz e harmonia, associando-o, também, a um espaço de poder pelas mulheres. Para tanto, dedicou-se a falar sobre o feminino, numa escrita e linguagem feminina, em que narrou sobre a importância de questões relacionadas ao que as mulheres deveriam ser/ler.

¹⁴⁸ Encontramos registros de publicações de autoria feminina, entre as décadas de 1930 e 1950. Nomes como: Iracema Marinho, Heloísa Bezerra, Apolônia Amorim, Nair Gusmão, entre outras escritoras, principalmente poetizas, que podem ser citadas como exemplo da presença feminina na literatura campinense (Jornal *O Momento* (1950-51); *Almanaque de Campina Grande* (1933-34); *Revistas Manaíra e Árius* (1953-55)).

Ao falar de questões sobre as mulheres, Terezinha Brasileiro fez alguns deslocamentos dos lugares entre os gêneros, apontando diferentes condutas para o feminino, como capazes de “encarar o combate” semelhante aos homens, colocando o casamento como um campo de lutas, imprimindo o poder que as mulheres possuem nesse espaço.

Portanto, o casamento não tem a função de tornar a mulher “inferior” aos homens e nem tampouco é um “sacrifício” para as mulheres, aparece como uma “escolha” que requeria o reconhecimento, que seria de uma educação adequada para as jovens que pretendessem casar, para que elas tomassem conhecimento sobre as lutas que precisariam combater no espaço do lar.

Embora que colocou, também, como destino natural para as mulheres o casamento, este teria que vim como resultado de um amadurecimento por parte das jovens, pois o matrimônio não as impediriam de realizar atividades dentro e fora das fronteiras domésticas, pois este espaço seria, antes de tudo, uma marca da força feminina. Desta forma, a educação, no seu texto, foi à palavra de ordem, quando a colocou como uma “arma” poderosa de que a mulheres precisariam se valer para demonstrar que não eram “escravas” e poderiam competir contra e/ou ao lado dos homens.

Sim, competir. Por que, ao referir o lar como um campo de lutas, demonstrou, também, as “batalhas” travadas pelas mulheres, em que borrou os lugares para o feminino, abrindo caminho, através do conhecimento, para que elas desafiassem limites e alcançassem outros lugares até então interditados as mulheres. Contudo, temeu pelos caminhos que as mulheres poderiam tomar, que as distanciassem de seus lares.

Para tanto, em resposta a carta de uma leitora, Terezinha Brasileira teceu os seguintes comentários sobre as leituras de jovens mulheres:

Nenhum passatempo é mais útil, absorvente e cômodo do que a leitura. Nenhum, porém, é mais prejudicial quando não orientado. Não são apenas os livros notadamente maus, reconhecidos e marcados como inconvenientes que podem causar danos. Para as mulheres, principalmente as mulheres adolescentes, há uma outra perniciosa literatura. Tôdas nos conhecemos. É fácil, sentimental e ligeira: os romances que nos são permitidos quando nos achamos grandes demais para os contos de fadas e histórias da carochinha. Se neles não há o incomodo dos livros chamados realistas, dêsses que fogem a realidade corriqueira e trivial, e dissecam as mais negras e cruas facetas da vida, há a inconveniência do desvirtuamento das coisas. Lendo-os a jovem, cujo caracter ainda não adquiriu a segurança e firmeza que os anos lhe trarão, a jovem que está tateando no desejo de determinar a sua

personalidade, fará da existência e dos sentimentos uma ideia inexistente. Isto pode lhes ser fatal, pois o paralelo forçoso que terá de fazer entre a realidade, há de trazer-lhe, com certeza, decepção (O MOMENTO, 29.10.1950, Num 3, Ano I, p. 3).

Neste artigo, sobre as leituras femininas, insistiu na importância de “alertar” as moças para os cuidados e as fronteiras que compõem/opõem realidade e ficção em livros que nem sempre são “aconselháveis” para as mesmas. Desta forma, a leitura de um livro é agradável e útil para as mulheres e de que é preciso ler, porém, também, as mesmas devem ter uma postura crítica diante do que se ler. Para tanto, Terezinha Brasileiro criticou os romances de ficção que, diferentes daqueles chamados de realistas, contam histórias de homens e mulheres que não são reais, que não abordam a vida real, pois esta é bem diferente das histórias da “carochinha”, podendo vir a ser prejudicial se não orientada, dependendo da idade da jovem.

A escritora reconheceu, no seu texto, a valorização de leituras para as mulheres, contudo, temeu os caminhos que essas leituras pudessem levar as jovens, pelas consequências que esses textos “não reais” as distanciassem da realidade. Para tanto, sobre as leituras que Terezinha Brasileiro faziam, a prima da centrista, Socorro Brasileiro (dep. [out 2010]), nos contou que a prima gostava ler os escritores Jorge Amado, Dostoiévski, Machado de Assis, Humberto Campos, Augusto dos Anjos.

Desta forma, as escritas da centrista Terezinha Brasileiro foram direcionadas as estudantes campinenses, discorrendo sobre diversos temas que fugiram aos assuntos ligados a moda e as “fofocas” nas colunas sociais¹⁴⁹, como: casamento, beleza feminina, mulher na política e leituras femininas.

Nos seus poemas Terezinha Brasileiro expos um tom mais sarcástico e sombrio, para uma jovem em seus 18 e 20 anos:

Que dizer desse anos já passados?
Sonhos e coração despedaçado.
No turbilhão sinistro das crateras...
Para mim aumentou a minha dor.
Veja a vida sem crença, sem amor.

¹⁴⁹ Na década de 1940-50, os jornais campinenses e as revistas (O Momento (1950-51); O Rebate (1949-50); Formação (1950-51); Jornal de Campina (1954); Evolução (1958-59), que circularam na cidade, trouxeram temas ligados ao que eles, o editorial desses jornais e revistas, consideram como femininos, como cuidados com a beleza e moda, culinárias com revistas de comidas, imagens femininas portando utensílios domésticos e colunas sociais sobre a sociedade campinense, escritas por mulheres. Ver: SANTANA, Ajanayr Michelly Sobral. “**Belas, Elegantes e maternais**”: imagens do feminino e jogos discursivos na imprensa campinense (1945-1959). Monografia de Especialização em História Cultural. Guarabira: UEPB, 2012.

Quando tenho 18 primaveras
(27.08.1947).
Quando anos de vida, tantos anos.
Procurando na vida um fim qualquer.
Em cada vez – pesados desenganos.
Deixam-me um desconsolo de vier.
Eu não gosto da vida, muito embora
Seja jovem – talvez jovem demais.
Prá desejar com magoa tanto a morte!
(20 anos, 28.08.1949).

Diferentes dos artigos publicados, os poemas de Terezinha Brasileiro, guardados no “caderninho de recordações” da prima, expressaram desânimos diante da vida e um sentimento melancólico que parece dominar as suas poesias. Em conversas informais¹⁵⁰ com a ex-centrista sobre os temas levantados na sua coluna feminina, ela nos contou, apenas, que “eles”, os seus colegas do CEC e diretores do jornal *Formação*, pediam para ela escrever e ela escrevia.

Assim, se foi por meio da escrita que mulheres apareceram na cena pública é também por meio da escrita que elas “retornam seu lugar” na vida privada, diante de discursos que consideram e apoiam o “lugar feminino” no casamento e maternidade, longe de questões que envolvem política e leituras que pudessem trazer o distanciamento das mulheres no universo que lhes parecia reconhecíveis.

Contudo, os conflitos e as desigualdades destas participações femininas não ficaram restritas as leituras e escritas, mas, também, através das astúcias praticadas por Valda Freire ao ser impedida de participar dos eventos noturnos proporcionados pelo Centro Estudantil Campinense, e de apropriação de acesso a esse espaço estudantil. Nesse sentido, a estudante, além de enfrentar as barreiras para ocupar alguns cargos, teve que responder à pressão familiar.

As apropriações do espaço do CEC representam as diferentes formas de Valda Freire participar das atividades desenvolvidas pelos centristas, como maneiras de atuar em práticas cotidianas promovidas por esta entidade estudantil, a exemplo dos comícios noturnos em cima de caminhonetes promovidos pelo CEC. Tais apropriações pela estudante podem ser traduzidas ao burlar as redes de vigilância e disciplina da família e da escola:

¹⁵⁰ Tivemos contato com a senhora Terezinha Brasileiro Souza, hoje Terezinha Spinelli, mas esta se recusou a nos ceder uma entrevista, em que alegou esquecimento e não se interessava mais sobre o que tivera escrita na adolescência, negando, inclusive, seu lugar de autoria.

Eu estudava nas Damas e eu dizia em casa que tinha uma reunião de noite nas Damas. Aí papai me deixava à noite no colégio, vinha para casa, pra depois me buscar. Mas, aí eu ficava no colégio das Damas e de lá eu ia pra passeata, ia só, estratégia de fuga. Teve uma vez que eu disse essa história e papai em vez de vim pra casa ficou lá no Centro (bairro da cidade), esperando que a reunião terminasse. E havia um comício ao lado do Colégio das Damas, em frente à Escola Técnica. Aí eu dei um tempo pra ele sair, né?, das proximidades. Aí subi no caminhão, quando tá na hora de falar, né? Eu tinha um cabelo grande, usava rabo de cavalo naquela época, eu senti foi uma pessoa segurando assim meu cabelo de rabo de cavalo, sabe? Era papai, que puxou assim, me puxou e me botou pra baixo do caminhão (risos) pelos cabelos. Foi uma dor que ainda sinto aqui (FREIRE, depoimento [maio 2014]).

As reuniões noturnas na escola inventadas como desculpa para subir no palanque e burlar a vigilância do pai, foram táticas da estudante Valda Freire que “astuciosamente jogou com as ocasiões” (CERTEAU, 2007, p. 172-173) para participar dos comícios, das passeatas pelas ruas e greves. A entrada de Valda Freire no CEC colocou novas relações de poder e, conseqüentemente, de tensão no interior da família, pois seu posicionamento político não foi partilhado pelos demais parentes.

Para tanto, a estudante foi alvo de vigilância e controle, ampliando sobre ela formas de proteção, na escola e na família. O corpo feminino esteve vinculado aos códigos de masculinidade, em que o pai, chefe da família, cabia: “a distribuição dos papéis dos filhos e filhas (...) e o controle sobre aspectos fundamentais da escolha do tipo e local da formação educacional e profissional dos filhos” (MALUF e MOTT, 1998, p. 379), por possuir o poder do mando e da força. Assim, o corpo feminino pertenceu a uma identidade que esteve ligada às relações de poder, como fator determinante na diferenciação entre os gêneros, condicionando a centrada a estar tutelada pelo pai, o homem da família.

Sobre o episódio da citação acima, Valda Freire riu de si mesma ao falar desta situação, em que seu pai a tirou do palanque improvisado em cima do caminhão, pelos cabelos. Através do riso Valda tentou “suavizar” o constrangimento, para tentar “camuflar” a dor, física e moral, e a vergonha que sentiu na época e que hoje rir muito de tudo. Mas, para George Minois (2003, p. 554), “não é um riso de alegria, é o riso forçado da criança que tem medo do escuro”.

Em outras conversas informais, Valda Freire nos relatou esse episódio mais uma vez com risos, excedendo, assim, a sua capacidade de lamentação: “só se pode sentar e rir”. Desta forma, o riso foi usado por esta para compreender e justificar o que o pai

tivera feito, tentando amenizar a situação que sofreu. Também como critério de respeitabilidade diante das transgressões às ordens do pai, ao burlá-las e ir para os comícios noturnos.

Para tanto, Valda Freire utilizou o seu senso de humor para testemunhar as suas histórias estudantis ligadas às histórias do CEC, defendendo imagens “engraçadas”, sendo o humor o espaço que encontrou para narrar suas resistências, se valendo do riso para dar sentido aos acontecimentos de sua vida estudantil. Mas, o riso não tem nada de inocente, pois foi colocado para amenizar o ocorrido e para tentar ganhar simpatia do ouvinte¹⁵¹ para falar de assuntos que para ela pudessem “manchar” sua imagem de estudante em atuações no espaço do Centro Estudantal Campinense.

Contudo, mesmo com o riso, a expressão que ficou foi o da dor. O poder imposto pelo pai, ao puxa-la pelos cabelos, foi exercida através da força masculina, desmerecendo as escolhas e os sonhos da centrista, em que o pai impôs sua autoridade diante da desobediência da filha.

Desta forma, a pressão que vinha dentro da família foi tão grande que Valda Freire não resistiu e decidiu sair do CEC e se dedicou ao JEC e logo depois casou e não mais participou de nenhum movimento político. Afirmou que, se não fosse à pressão familiar de deixar o movimento estudantil, “ainda hoje estaria envolvida na política” (FREIRE, dep. [maio 2014]).

Depois que terminou o secundário, Valda Freire (dep. [maio2014]) fez o chamado “vestibular”: “passei para o curso de engenharia, na Escola Politécnica¹⁵². Não gostava, mas fiz, para provar que eu podia entrar e fazer um curso superior. Depois saí e fui fazer o curso de Serviço Social”. Não mais como centrista, Valda Freire encontrou no ensino superior outra maneira de burlar as resistências da família decorrentes de sua participação na esfera pública e também para continuar suas “conquistas” pessoais.

Desta forma, tanto as entrevistadas Auxiliadora Borba e Valda Freire, quanto Terezinha Brasileiro Sousa e outras centristas, tiveram outras atuações no espaço do

¹⁵¹ Nas análises de George Minois (2003, p.559), o humor requer “a participação ativa do ouvinte, sua cumplicidade. Ele gera uma simpatia, vinda da solidariedade diante das desgraças e dificuldades do grupo social, profissional, humano. É então que se percebe a dimensão defensiva do humor, arma protetora contra a angústia”.

¹⁵²De acordo com Montenegro (2012, p. 197), a Escola Politécnica: “Foi uma das mais respeitadas instituições de ensino superior do país e da região Nordeste, porque os cursos de Engenharia Civil e, depois, o de Engenharia Elétrica, alcançaram forma em todo o país, pela qualidade da formação de seus estudantes”. Contudo, esta instituição foi marcada pela pouca presença feminina, através da “coragem e ousadia” de algumas mulheres que escolheram ingressar em um curso superior destinado aos homens, como as engenheiras.

Centro Estudantal Campinense, fora aquelas previstas pelo Estatuto Feminino, que as situaram em um espaço particular, organizado, controlado, selecionado e distribuído de acordo com as funções que cada gênero deveria desempenhar. Não somente atuaram junto aos outros centristas, com lutas e manifestações a partir das necessidades do CEC, mas imprimiram novas formas de apropriação para o feminino. Tais como: vitórias em eleições, conquistas pessoais, discussões referentes ao feminino e se interessaram por diversos aspectos referentes ao feminino com questionamentos sobre suas participações nesta entidade estudantil.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Neste estudo, analisamos as práticas e as representações dos/as centristas a partir do espaço do Centro Estudantal Campinense, através de entrevistas realizadas com aqueles/as – que foram representantes, diretores/as de eventos, presidentes e vice-presidentes –, das narrativas dos jornais, das iconografias e das escritas de si.

Através das memórias, os/as entrevistados/as marcaram o período de atuação do CEC, onde procuraram vestígios, fontes, inventariaram fatos, se emocionaram, reviveram os tempos que significaram como tempos de “glórias” que esta entidade desfrutou, narrando às lutas, as passeatas, as campanhas eleitorais estudantis, enfim tudo aquilo que consideraram “dignos” e importantes de serem lembrados/narrados.

Começamos por analisar o Estatuto interno do Centro Estudantal Campinense, elaborado pelos centristas, que descrevia as principais atividades que foram destinadas para os/as centristas dentro e fora do espaço do CEC. Nele as motivações que eles e elas deveriam seguir seriam aquelas em torno de melhores condições de ensino para os/as estudantes, principalmente os de baixa renda, que envolvia ensino de qualidade, bons locais de estudo, sobretudo nas bibliotecas, material didático de qualidade e acesso na vida cultural e social no ingresso de espaços de convivência e sociabilidades, como cinemas, rádios e clubes sociais.

Contudo, ao longo da pesquisa percebemos que a principal motivação dos centristas foi “marcar” seus feitos na cidade, através de manifestações e lutas desenvolvidas em nome do CEC. Para isso, criaram meios de imprimir seus nomes como lideranças estudantis. Uma delas foi com a elaboração do jornal *Formação*. Criado para ser um meio noticioso sobre os eventos proporcionados pelo CEC, este jornal serviu para que estudantes pudessem escrever – a escrita no jornal era estimulada, mas não livre, somente para aqueles/as cujo/a diretor do jornal aprovasse – tornando a escrita um dos aspectos importante para formação de centristas. Também serviu para a circulação de discursos sobre as atuações dos mesmos, o que irá contribuir em candidaturas de alguns centristas na política campinense.

Buscando seus espaços de atuação, os centristas discutiram ideias, defenderam posicionamentos políticos, subiram em palanques improvisados em cima de caminhões para discursar para os/as outros/as estudantes sobre suas ações, apoiaram candidaturas e se filiaram a partidos políticos, enfrentaram políticos e empresas privadas, entraram em

greve contra cinemas e empresas de ônibus, defenderam os estudantes quando estes foram impossibilitados de estudar em colégios privados da cidade.

Ao serem questionados/as sobre as aproximações dos centristas com a política partidária local, os/as entrevistados/as narraram que muitos centristas tiveram seus passos iniciais na vida pública e política a partir do CEC, pois este desempenhou a função, sobretudo, de formar estudantes que, em sua maioria eram dos extratos levados e médios da sociedade campinense. Formou não apenas através de escritas no jornal *Formação*, mas também através das discussões sobre os acontecimentos desenrolados dentro do espaço do CEC.

Essas discussões foram, sobretudo, de literatura, política e as ideias que estavam sendo desenvolvidas na cidade e no país, como as nacionalistas e as comunistas, apesar de muitos narrarem como “afastados” desta ideia quando estudantes. Para tanto, os/as centristas defenderam direitos e saíram nas ruas, para protestar e apoiar, como: o “Petróleo é nosso” e a defesa da pose do presidente João Goulart.

Assim, os centristas foram às ruas, embora que quase sempre seus interesses tenham sido aqueles imediatos às necessidades dos mesmos, eles defenderam, acusaram e protestaram sobre aquilo que os aproximaram, mas, também, sobre aquele que os incomodaram, como os preços considerados elevados dos ingressos dos ônibus, cinemas, jogos de futebol e passagens aéreas e que os distanciaram, como os conflitos contra a política desenvolvida pelo Prefeito Plínio Lemos.

Os centristas não se construíram apenas a partir do espaço físico do CEC e das ações praticadas neste ambiente, mas também a partir de discursos e de práticas que os legitimaram como centristas em outros espaços da cidade, construindo assim, uma identidade marcada por um passado de lutas e “glórias”. Esse passado foi criado, também, através de “personagens” a ser seguidos, homenageados e honrados. Portanto, foram criados na figura e no nome de alguns homens uma imagem de “líderes”. Um deles foi Félix Araújo, que se tornou um “herói” dos centristas, e lembrado pelos/as entrevistados/as como aquele que morreu em defesa dos interesses dos centristas, que lutou pelo Centro Estudantil Campinense e que apoiou as necessidades dos estudantes.

Nas entrevistas, tentamos distanciar-las dos livros de Josué Sylvestre, mas nos apropriamos deles para analisarmos como os discursos de formar uma identidade para os homens, os “grandes líderes”, foi construída a partir da própria figura do narrador/escritor Josué Sylvestre. Escrevendo sobre sua vida política, inclusive a época de estudante secundarista, descreveu sua passagem no CEC de forma a imprimir para si,

e para outros homens, uma liderança, tentando dar visibilidade as suas ações dentro do espaço dessa entidade.

Nesses livros, povoados de nomes de homens e suas ações como importante e que conduziu as lutas e manifestações do CEC, direcionamos nosso olhar para os códigos de masculinidade, sobretudo, nas memórias dos entrevistados, e mesmo das entrevistadas, quando narraram a importância de militar ao lado dos líderes, homens. Estas posturas consideradas como signos do masculino, foram descritas como aquelas que envolvem força e poder: ocuparam os lugares de mando no espaço do CEC; entonaram a voz em palanques; utilizaram gestos corporais para se comunicarem; e usaram de vestimentas que os relacionaram com práticas masculinas de liderança, como o terno e a gravata.

Na tentativa de (re) construir suas memórias como estudantes centristas, os entrevistados narraram suas histórias e defenderam suas identidades como “líderes”. Para eles o Centro Estudantal Campinense serviu, inclusive, mas não apenas, para “formar” estudantes politicamente, culturalmente e socialmente, onde a visibilidade pretendida esteve ligada as pretensões de alguns centristas de se inserir na política partidária local.

O Centro Estudantal Campinense, como espaço de lutas e disputas, foi envolvido em hierarquias e exclusões, onde as conquistas foram relacionadas a lideranças dos homens, principalmente os presidentes e excluídos/as aqueles/as que não foram considerados aptos para escrever, discursar e liderar, contrariando os discursos de “união” e “pertencimentos” narrados pelos/as entrevistados/as. Portanto, foram criados sinais de reconhecimento de líderes estudantis com futuros políticos: através de gestos, da prática da oratória, dos posicionamentos nas ruas em épocas de eleições e greves e na escrita para o jornal *Formação*.

Mas, se para os homens houve um incentivo da família para se engajarem em um movimento político, para as mulheres a realidade foi outra. Elas tiveram que “enfrentar”, primeiramente, os questionamentos sobre do “por que” da pouca presença feminina como representantes do Centro Estudantal Campinense. Segundo, os próprios discursos, entre os/as estudantes, sobre o espaço do CEC como lugar dos homens, pois sendo um movimento de estudantes onde faziam a maioria das manifestações nas ruas da cidade e se discutia sobre política e literatura, as mulheres não podiam/deviam participar e/ou “não era lugar para elas”.

A presença de mulheres atuando no espaço do CEC foi constante ao longo do seu período de funcionamento, apesar de no máximo se eleger três mulheres para representante, no total de 21. Diante disso, as entrevistadas, Auxiliadora Borba e Valda Freire, se manifestaram no sentido de defender as suas participações como “igual” entre os/as estudantes que possuíssem a carteirinha e conquistassem os votos necessários as suas candidaturas, questionando, primeiramente, do por que elas também não poderiam fazer parte do CEC e defenderam o direito dado a todos/as os/as estudantes de se candidatarem e participarem desta entidade estudantil.

Para isso, estas entrevistadas narraram que tomaram a iniciativa de se candidatarem e de elaborarem seus próprios meios de propagandas, como os “santinhos” quando não eram apoiadas por outros candidatos a representantes e presidente. Assim, discutimos os questionamentos feitos pelas entrevistadas sobre a participação feminina, as suas candidaturas, e a de outras centristas, e as diversas maneiras de irem buscar os votos dos/as estudantes, as vitórias nestas e as suas formas de atuação.

Exigir daquelas entrevistas um questionamento sobre as ideias feministas que só viria a ser discutida de maneira significativa na sociedade brasileira na década de 1970, parece ser um exercício sem sentido em temas históricos. Por outro lado, ao questionar e reivindicar as suas participações no CEC, elas e outras mulheres conquistaram espaços, diferentes daqueles estipulados pelos discursos sobre o movimento estudantil não ser lugar para as mulheres. Com isso, as centristas, ao fazer estes questionamentos, imprimiram novas formas de acesso no CEC, modificando-o as suas necessidades, como por exemplo, os comportamentos dos meninos dentro do espaço desta entidade.

Contudo, sofreram dos mesmos preconceitos que outras mulheres ao se apropriarem de espaços públicos, ao serem desacreditadas por suas amigas através do riso, tendo o espaço do CEC como um não lugar para as mulheres. Para fugir do riso, utilizaram de argumentos de que sendo elas, estudantes secundaristas, poderiam atuar no movimento estudantil e conquistar as eleições, pois possuíam votos e influência dos/as estudantes.

Entretanto, a conquista nas eleições estudantis não significou suas participações iguais as dos homens, devido não apenas ao pouco número de mulheres que chegavam a se candidatar e a se eleger, mas, sobretudo, as disposições das divisões atribuídas entre homens e mulheres, pois, a estas, couberam às responsabilidades pelas atividades de organizar e arrumar o espaço interno do CEC.

Desta forma, discutimos também, as narrativas dos entrevistados, os homens, que revelaram que o movimento estudantil liderado pelo CEC reservou para as mulheres pouco espaço nas atuações desta entidade. A liderança, as lutas e as discussões sobre política e literatura foram comandadas por eles, os “líderes”, merecendo nas histórias e memórias escritas e narradas por eles figuras centrais na construção do espaço do CEC, fora do alcance das mulheres. Com isso, colocaram as participações das mulheres como aquelas que influenciaram nas eleições, porque tiveram apoio nos colégios femininos, em que as nomearam como aquelas que não tiveram uma atuação “preponderante” e quase sempre despercebida.

Auxiliadora Borba e Valda Freire partilharam também, nas suas memórias, dos discursos dos entrevistados, que os legitimaram como os “líderes”, ao marcarem como conquista atuar ao lado de Agnelo Amorim, Josué Sylvestre, José Lucas Filho, Figueiredo Agra, dentre outros. Mas, também, quiseram marcar suas atuações como igualmente centristas que militaram em favor do movimento estudantil.

Entretanto, enfatizamos que as participações femininas no espaço do Centro Estudantal Campinense, deveu-se principalmente, a escolha de algumas estudantes oriundas de famílias da elite campinense que questionaram os discursos de que “não era lugar para as mulheres”, pois foi um movimento político estudantil, transgrediram a pressão familiar e se permitiram se candidatar e militar junto com os outros centristas, onde foram vistas, ouvidas, respeitadas e apoiadas.

Enfim, este estudo contribuiu para a problematização com relação aos discursos sobre o Centro Estudantal Campinense, como uma entidade estudantil secundarista lembrada/escrita como harmoniosa e isenta de conflitos, sendo uma organização de estudantes que se discutia política e literatura, que ajudou os estudantes pobres e que atuou para o bem coletivo dos estudantes campinenses. Portanto, nos mostramos à existência de outros discursos, de outras práticas e representações desta entidade, que foram embutidas em discursos e narrativas “fantasiosas” sobre os anos de “glórias” e “lutas” que o CEC teria desfrutado junto aos estudantes, e mesmo a sociedade campinense, nos seus anos de funcionamento.

Para isso, conseguimos que nas entrevistas os/as próprios/as entrevistados/as se distanciassem e “quebrassem” com a relação “amigável” e sem conflitos que queriam “conservar” sobre as histórias e as memórias do CEC. Através dessas contradições, imprimimos outras versões sobre as práticas dos/as centristas, bem como outros sujeitos que também fizeram parte da história do Centro Estudantal Campinense.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AIRES, José Luciano de Queiroz. *Historiografia paraibana: da “velha” à “nova” história política*. In: PESSOA, Ângelo Emílio da Silva; LÔBO, Gonçalves; BEZERRA, Josineide da Silva (orgs.). **História e sociedade: saberes em diálogo**. Campina Grande: EDUFCG, João Pessoa: A União, 2014.
- ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro/RJ: Editora FGV, 2004.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Nos destinos de Fronteira: história, espaços e identidade regional**. Recife: Bagaço, 2008.
- _____. **História: A arte de inventar o passado**. Ensaios de teoria da história. Bauru, SP: Edusc, 2007.
- _____. **Nordestino: invenção do “falo”**. Uma História do Gênero masculino (1920-1940). São Paulo: Intermeios, 2013.
- _____. *Máquina de fazer machos: gênero e práticas culturais, desafio para o encontro das diferenças*. In: MACHADO, Charliton J. dos Santos; SANTIAGO, Idalina Maria F. L.; NUNES, Maria Lúcia da Silva (orgs.). **Gênero e práticas culturais: desafios históricos e saberes interdisciplinares**. Campina Grande: EDUEPB, 2010.
- ALBUQUERQUE DO Ó, Alcides. **Campina Grande: História & Política (1945-1955)**. Campina Grande/PB: Edições Caravela, 1999.
- AMORIM, Agnello. **Espiando a vida: crônicas**. Campina Grande/PB: Composto e impresso na Editora e Gráfica Santa Fé Ltda. 1ª edição. 1988.
- ARAÚJO, Martha Lúcia Ribeiro. *A ciranda política Campinense: 1945/1964*. IN: GURJÃO, Eliete de Queiroz (org). **Imagens multifacetadas da História de Campina Grande**. Prefeitura Municipal de Campina Grande, Secretaria de Educação. 2000.
- ARAÚJO, Maria Paulo. **Memórias Estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Roberto Marinho, 2007.
- AREND, Silvia Fávero. *Meninas: Trabalho, escola e lazer*. In: BASSANEZI, Carla e PEDRO, Joana Maria. **Nova História das mulheres**. São Paulo: contexto, 2012.
- BASSANEZI, Carla. *Mulheres dos Anos Dourados*. IN: PRIORE, Mary (org); BASSANEZI, Carla (coord. de textos). **História das Mulheres no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 1997.
- BENEVIDES, Sílvio C. O. **Na contramão do poder: juventude e movimento estudantil**. São Paulo: Annablume, 2006.
- BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: REMOND, René. **Por uma história política**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- _____. *Cultural política e historiografia*. In: AZEVEDO, Cecília; ROLLEMBERG, Denise; KNAUSS, Paulo; BICALHO, Maria Fernanda B.; QUADRAT, Samantha Viz. **Cultura Política: memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

BRESCIANI, Maria Stella; SEIXAS, Jacy A. ; BREPOHL, Marion (orgs.). **Razão e Paixão na Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

BOURBIEU, Pierre. *A Ilusão biográfica*. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos & Abusos da história oral**. 3.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

_____. **O Campo Intelectual**: um mundo à parte. In: *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BURKE, Peter. **Variedades de História Cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. **Testemunha ocular**: história e imagem. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2004.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. Tradução Sérgio Paulo Rouanet; prefácio Jeanne Marie Gagnebin. 7ed. São Paulo: Brasiliense, 1994 (obras escolhidas; v. 1).

CABRAL FILHO, Severino. **A cidade revelada**: Campina Grande em imagens e Histórias. Campina Grande, UFCG, 2009.

CARDOSO, Elizangela Barbosa. *Relações de gênero e usos do passado na escrita autobiográfica*. In: SOIHET, Rachel; ALMEIDA, Maria Regina C.; AZEVEDO, Cecília; GONTIJO, Rebeca (orgs.). **Mitos, projetos e práticas políticas**: memória e historiografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

CAVALCANTE NETO, Faustino Teatino. **O PCB Paraibanos no imaginário Social**: o caso Félix Araújo na fase de “Redemocratização” (1945-1953). Dissertação de Mestrado (Mestrado interdisciplinar em Ciências da Sociedade). Campina Grande: UEPB, 2006.

_____. *Relações ideológicas e imaginário social sobre o comunismo*: o caso paraibano (1945-1947). In: CITTADINO, Monique; GONÇALVES, Regina Célia. **Historiografia em Diversidade**: Ensaios de História e Ensino de História. Campina Grande-PB: Editora Universitária/UFCG, 2008.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**: 1. Artes de fazer. 13 ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, Rio de Janeiro, 2007.

_____. **A Invenção do Cotidiano**: 2. Morar, cozinhar. 5 d. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

CHARTIER, Roger. **Diferenças entre os sexos e dominação simbólica**. Cadernos Pagu, Campinas, n.4, 1995.

_____. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Difel, 1990. (Col. Memória e Sociedade).

CITTADINO, Monique. **Populismo e Golpe de Estado na Paraíba (1945/1964)**. João Pessoa: Universitária/UFPB/Idéias, 1998.

COSTA, Ana Alice A. *O movimento Feminista no Brasil*: dinâmica de uma intervenção política. IN: PISCITELLI, Adriana; MELO, Hildete Pereira de; MALUF, Sônia W.;

PUGA, Vera Lucia (orgs.). **Olhares Feministas**. Brasília: Ministério da Educação: Unesco, 2007.

DEL PRIORE, Mary. *História das mulheres: As vozes do silêncio*. In: FREITAS, Marcos Cesar (org.). **Historiografia Brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998.

_____. **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

DOSSE, François. **A História**. Bauru – SP: EDUESC, 2003.

FAVARO, Tereza Cristina Pires. **Movimento da legalidade (1961): Resgatando o protagonismo de Mauro Borges**. Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS. V. 18, n. 33, 2011.

FAUSTO, Boris. *A vida política*. In: GOMES, Angela de Castro (cord.). **Olhando para dentro (1930-1964)**. História do Brasil Nação: 1808-2010. Volume 4. Fundação Mafre e Editora Objetiva, 2013.

FRANCO, Isaura Melo; SOUZA, Sauloeber Tarsio. **Movimento estudantil**: memórias sobre a juventude Tijucana (Ituiutaba- MG, décadas de 1950 e 1960). IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas: “História, Sociedade e Educação no Brasil. UFPB: João Pessoa/PB, 31/07 a 03/08 de 2012. (Anais Eletrônicos).

FRAGA, Maria da Conceição. **Estudantes, cultura e política**. Manaus: Editora Universidade do Amazonas, 1996.

_____. **Memória articulada e memória publicizada**: a experiência de parlamentares brasileiros. Tese (Doutorado em sociologia – Universidade do Ceará). Fortaleza, 2000.

FRAUCHES, Celso da Costa; FAGUNDOS, Gustavo M. **LDB anotada e comentada e reflexões sobre a educação superior**. 2ª Edição da Revistas e Atualizada, 2007, p.49-50.

FREITAS, Sônia Maria de. **História Oral**: possibilidades e procedimentos. 2.ed. São Paulo; Associação Editora Humanitas, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Estratégia poder-saber**. Org. e seleção de textos, Manoel Barros da Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

_____. **O Que é um Autor?** São Paulo: Vega Passagens, 1992.

_____. *Em defesa da sociedade: curso no College de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. **Repensar o político**. [organização e seleção de textos: Manoel Barros da Motta]. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

_____. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Editora Loyola, 2008.

_____. **Ética, Sexualidade e Política**. [Organização e seleção de textos: Manoel Barros de Motta]. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. (Ditos e escritos; V).

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2009.

_____. *Memória, História, Testemunho*. In: BRESCIANE, Maria Stella; NAXARA, Márcia Regina. **Memória e (re) sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campina, SP: Editora da Unicamp, 2001.

GARCIA, Marco Aurélio. **O gênero na militância**: notas sobre as possibilidades de uma outra história da ação política. Cadernos Pagu, Campinas, SP, n. 8/9, p. 310-342, 1997.

GAUDENCIO, Bruno Rafael de Albuquerque. **Da Academia ao bar**: círculos intelectuais, cultura impressa e repercussões do modernismo em Campina Grande – PB. Dissertação de Mestrado em História. Campina Grande: UFCG, 2012.

GOMES, Ângela de Castro. **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro; FGV, 2004.

_____. *Jango e a República de 1945-64: da República Populista à Terceira República*. IN: SOIHET, Rachel; ALMEIDA, Maria Regina Celestino de; AZEVEDO, Cecília; GONTIJO, Rebeca. **Mitos, projetos e práticas políticas: memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

GUIMARÃES NETO. Regina Beatriz. *Espaços e tempos inter cruzados na história: práticas de pesquisa e escrita*. In: Montenegro, Antonio Torres. **História, Cultura e sentimento**: outras histórias do Brasil. Recife/ PE: Editora Universitária da UFPB, 2008.

_____. *Historiografia, diversidade e História Oral: questões metodológicas*. In: LAVERDI, Robson; FROTSCHER, Méri; DUARTE, Geni Rosa; MONTYSUMA, Marcos F. Freire; MONTENEGRO, Antonio Torres (orgs.). **História Oral, desigualdades e diferenças**. Recife: Ed. Universitária da UFPE; (Florianópolis/SC): Ed. da UFSC, 2012.

HABNER, June E. *Mulheres da elite: Honra e distinção das famílias*. In: BASSANEZI, Carla; PEDRO, Joana Maria. **Nova História das mulheres**. São Paulo: contexto, 2012.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 2ed. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Stuart. *Quem precisa de Identidade?*. IN: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

HILDORF, Maria Lucia Spedo. **História da Educação brasileira**: leituras. São Paulo: Pioneira Thomson Leorninz, 2003.

JEANNENEY, Jean-Noel. *A mídia*. In: REMOND, René. **Por uma história política**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

LACERDA, Lilian de. **Álbum de leitura**: memória de vida, histórias de leitoras. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 11 ed. Petrópolis/ RJ: Vozes, 2010.

LUCA, Tânia Regina. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 111-153.

KOFES, Suely; PISCITELLI, Adriana. **Memórias de Histórias Femininas**: memórias e experiências. Campinas: Cadernos Pagu, N. 817, p. 343-354, 1997.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. 2,ed.rev. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

MACHADO, Charliton José dos Santos. **A Dimensão da palavra**: práticas de escrita de mulheres. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2005.

_____, MENDES, Márcia C. F.; SILVA, Viviane Freitas da. *História da Educação na Paraíba*: o legado da educadora Maria Tércia Bonavides Lins (1903-1982). IN: MACHADO, Charlinton J. dos S.; NUNES, Maria Lúcia da Silva (orgs.). **Educação e Educadoras na Paraíba do século XX**: práticas, leituras e representações. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011.

_____, NUNES, Maria Lúcia da Silva. *Percorrendo caminhos da memória educacional*: Irmão Margarida Costa e o Colégio de Nossa Senhora das Neves. IN: MACHADO, Charlinton J. dos S.; NUNES, Maria Lúcia da Silva (orgs.). **Gênero e Sexualidade**: perspectiva em debate. João Pessoa: Editora Universitária, 2007.

MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. *Recônditos do mundo feminino*. In: NOVAIS, Fernando A; SEVECENKO, Nicolau (org). **História da Vida Privada no Brasil**: República: da Belle Époque a Era do Rádio. vol 3. São Paulo; Companhia das Letras. 1998.

MANGUEL, Alberto. **Lendo Imagens**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**: O anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002.

_____. *Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia*. IN: MOTTA, Rodrigo P. S. **Cultura Políticas na História**: novos estudos. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2009.

MATOS, Maria Izilda Santos de. **Cotidiano e Cultura**: história, cidade e trabalho. Bauru/SP: Edusc, 2002.

_____. **Por uma História da mulher**. Bauru, SP: EDUSC, 2000.

MATTOS, André L.R. de Rossi. **Uma História da Une (1945-1964)**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2014.

MINOIS, George. **História do riso e do escárnio**. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

MISCHE, A. **De estudantes a cidadãos**: redes de jovens e participação política. Revista Brasileira de Educação, n. 5, p. 134-150, 1997.

MONTENEGRO, Rosilene Dias. **História e Imaginário nos anos 1950, em Campina Grande**. ANPUH – XXII Simpósio Nacional de História. João Pessoa/PB, 2003.

_____. *Relações de Gênero na Escola Politécnica de Campina Grande (1952-1979)*. IN: SILVA, Fábio Ronaldo; MONTENEGRO, Rosilene Dias; SANTOS, Sandra

Raquew (orgs). **Gênero e identidade sexuais práticas e representações sociais**. Campina Grande: EDUFPG, 2012.

MOREIRA, Vânia M.L. **Nacionalismo e reforma agrária nos anos 50**. Revista Brasileira de História. Vol. 18. N.35. São Paulo, 1998.

_____.O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Companhia brasileira, 2003.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente**: movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

NASCIMENTO, Gilmar dos Santos. **A Geração Engajada**: busca de espaços na velha estrutura de poder (um estudo sobre o Centro Estudantil Campinense) 1955-1960. Dissertação (Mestrado em sociologia rural– Universidade Federal da Paraíba) Campina Grande, 1990.

NORA, Pierre. *Entre memória e história*: a problemática dos lugares. IN: **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC- São Paulo (Universidade Pontifícia de São Paulo) São Paulo –SP – Brasil. 1993.

PERROT, Michelle. **História dos Quartos**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

_____. **Escrever uma história das mulheres**: relatos de uma experiência. Cadernos Pagu. Campinas, n 4, 1995.

PINHEIRO, Luana Simões. **Vozes Femininas na Política**: uma análise sobre mulheres parlamentares na pós-constituente. Secretaria especial de política para as mulheres. Brasília, 2007.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo,2003.

_____.Movimentos Sociais: *Espaço privilegiado da mulher enquanto sujeito político*. In: BRUSCHINI, Cristina (org). **Uma questão de Gênero**. São Paulo: Rosa dos Ventos, 1992.

POERNER, Arthur José. **O Poder Jovem**: História da participação política dos estudantes brasileiros. 5 ed. ilustra, ver., ampl. e atual. Rio de Janeiro: Booklink, 2004.

PORFÍRIO, Waldir. **Bandeiras Vermelhas**: a presença dos comunistas na Paraíba (1900-1960). João Pessoa; Textoarte, 2003.

PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de história oral**. São Paulo: letra e voz, 2010.

PROST, Antoine. *Fronteiras e espaços do privado*. IN: PROST, Antoine; VICENT, Gérard (orgs.). **História da vida privada**: V. 5: Da Primeira Guerra a nossos dias. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

RABAY, Glória, CARVALHO, Maria Eulina Pessoa. **Mulher e política na Paraíba**: histórias de vida e luta. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010.

RAMOS, Erica Lins. **Da convivência ao despertar militante: o movimento universitário na cidade de Campina Grande/ PB (1964-1968)**. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em História). João Pessoa: UFPB, 2013.

RAGO, Margareth. **A Aventura de contar-se: Feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade**. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2013.

REMOND, René. *As Elites*. In: REMOND, René. **Por uma história política**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RIBEIRO, Hortênsio de Souza. **Vultos e Fatos**. Governo do Estado da Paraíba, 1979.

RIBEIRO, Ivanir. **“Sem uniforme não entrar”**: o uniforme escolar na Escola Técnica Federal de Santa Catarina (1962-1983). Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Educação). Florianópolis/SC: UDESC, 2012.

ROSANVALLON, Pierre. **Por uma História do Político**. São Paulo: Alameda, 2010.

ROSEMBERG, Fúlvia. *Educação: Mulheres educadas e a educação de mulheres*. In: BASSANEZI, Carla e PEDRO, Joana Maria. **Nova História das mulheres**. São Paulo: contexto, 2012.

SILVA, Rosicleide Henrique. **O movimento Estudantil em Campina Grande-PB** : entre sonhos, frustrações e lutas (década de 60). Dissertação de Mestrado em História. Campina Grande: UFCG, 2014.

SIRINELLI, Jean-François. *As elites culturais*. In: RIOUX, Jean- Pierre; SIRINELLI, Jean-François. **Para uma história cultural**. Rio de Janeiro : Editora Estampa, 1998.
_____. *Os intelectuais*. In: REMOND, René. **Por uma história política**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SYLVESTRE, Josué. **Nacionalismo & Coronelismo**: fatos e personagens da história de Campina Grande e da Paraíba (1954/1964). Brasília, Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. **Da Revolução de 30 à queda do Estado Novo**: fatos e personagens de Campina Grande e da Paraíba (1930-1945). Brasília, Senado Federal: Centro Gráfico, 1993.

_____. **Meio século de vida pública sem mandato ou com?**: fatos e personagens da história de Campina Grande e da Paraíba (1950-2000). Campina Grande: Latus, 2013.

_____. **Lutas de vida e de morte**: fatos e personagens da História de Campina Grande !945-53. Brasília, Senado Federal, 1982.

SCOTT, Joan. *História das Mulheres*. In: BURKE, Peter. **A Escrita da História**: novas perspectivas. São Paulo. Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

_____. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidades. Porto Alegre/RS, vol.20, n. 2, jul/dez. 1995, p. 71-99.

SOIHET, Rachel. *História das Mulheres*. In: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

_____. *Movimento de mulheres: A conquista do Espaço Público*. In: BASSANEZI, Carla e PEDRO, Joana Maria. **Nova História das mulheres**. São Paulo: contexto, 2012.

_____. *Feminismo e cultura política: uma questão no Rio de Janeiro*. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (orgs.). **Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SOUSA, Fabio G. R. B. **Territórios de confrontos: Campina Grande 1920-1945**. Campina Grande: EDUCG, 2006.

SOUZA, Antonio Clarindo Barbosa de. **Lazeres permitidos, Prazeres proibidos: sociedade, cultura e lazer em Campina Grande (1945-1965)**. Recife: Programa de Pós-graduação em História da UFPE, 2002.

_____. *Campina Grande nos anos 50: entre o sonho e a fantasia*. In: CITTADINO, Monique; GONÇALVES, Regina Célia. **Historiografia em diversidade: ensaios de história e Ensino de História**. Campina Grande/PB: Editora Universitária/UFCG, 2008.

SOUZA, Rosa Fátima de. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX: ensino primário e secundário no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2008.

TELLES, Norma. *Escritoras, escritas, escrituras*. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

VIEIRA, Kyara M. de Almeida. “A única coisa que nos une é o desejo”: produção de si e sujeitos do desejo na vivência da homossexualidade em Campina Grande/PB. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande). Campina Grande, 2006.

VOLDMAN, Daniéle. *Definições e Usos*. In: AMADO, Janaina e FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos & Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

WANDERLEY, Mayrinne Meira. *Corpo e poderes: a relação dialógica entre corpo e moda*. In: ARAÚJO, Edna M. N. ; NÓBREGA, Elisa Mariana de Medeiros; SANATOS NETO, Martinho Guedes; BARBOSA, Vilma de Lurdes (orgs.). **Historiografia e(m) diversidade: artes e artimanhas do fazer histórico**. João Pessoa: Editora da UFCG/AUNPUH, 2010.

FONTES

PERIÓDICOS:

Tribuna do Estudante (1951).

Jornal do Estudante (1953).
Formação (1936-1964).
Jornal de Campina (1952-53).
Gazeta Campinense (1960-61).
Evolução (1958-59).
O Momento (195051).
Diário da Borborema (1961).

RELAÇÃO DOS/AS ENTREVISTADOS/AS:

- Agnelo Amorim: depoimento (02 de dezembro de 2013). Entrevistadora: Ajanayr Michelly Sobral Santana. Transcrito a partir de suporte digital Mp3.
- José Morais Lucas depoimento (06 de maio de 2014). Entrevistadora: Ajanayr Michelly Sobral Santana. Transcrito a partir de suporte digital Mp3.
- José Lucas Filho depoimento (17 de março de 2014). Entrevistadora: Ajanayr Michelly Sobral Santana. Transcrito a partir de suporte digital Mp3.
- Josué Sylvestre; depoimento (10 de novembro de 2013). Entrevistadora: Ajanayr Michelly Sobral Santana. Transcrito a partir de suporte digital Mp3.
- Maria Auxiliadora Bezerra Borba depoimento (21 de maio de 2014). Entrevistadora: Ajanayr Michelly Sobral Santana. Transcrito a partir de suporte digital Mp3.
- Valda Freyre depoimento (14 de maio de 2014). Entrevistadora: Ajanayr Michelly Sobral Santana. Transcrito a partir de suporte digital Mp3.

SITES ELETRÔNICOS CONSULTADOS:

<http://paraibaonline.com.br/colunista/morais/757-tributo-ao-poeta-ronaldo.html>

(acessado em 05/05/2014).

<http://www.uece.br/mahis/dmdocuments/capituloaltemar.pdf> (acessado em 03/08/2014).

cgretalhos.blogspot.com.br (acessados em 09/08/2014)

<http://cpdoc.fgv.br> (acessados em 09/08/2014)

<http://raymundoasfora.com.br/oficial/?p=102> (acessado em 24/08/2014)

http://pt.wikipedia.org/wiki/Bento_Figueiredo (acessado em 02/09/2014)
(<http://www.pravoce.tv/jegppanf.htm>) (acessado em 03/09/2014).
<http://www.priberam.pt/dlpo/entreguismo> (acessado em 04/09/2014).
(www.e-biografias.net) (acessado em 14/09/14).
(www.infoescola.com/história-do-brasil) (acessado em 28/09/2014).
(www.historialivre.com) (acessado em 01/10/2014).
(www.significados.com.br/trustes) (acessado em 04/10/2014).
(www.camara.leg.br/decreto28540) (acessado em 04/10/2014).
(<http://www.direitonet.com.br/>) (acessado em 06/10/2014).
(www.camara.leg.br/decreto28540) (acessado em 06/10/2014).
(www.portoeditora.pt) (acessado em 06/10/2014).
(cgretalhos.blospot.com.br/reminiscencia-radio-borborema) (acessado em 07/10/14).
(www.cicdamas.com.br) (acessado em 15/03/15).

Vídeo:

<https://www.youtube.com/watch?v=sllRpR2CHe4#t=88> (acessado em 24/08/2014)